

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**OS ÍNDIOS BRAVOS E O SR. VISCONDE:
OS INDÍGENAS BRASILEIROS NA OBRA DE
FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN**

LAURA NOGUEIRA OLIVEIRA

2000

LAURA NOGUEIRA OLIVEIRA

OS ÍNDIOS BRAVOS E O SR. VISCONDE:
OS INDÍGENAS BRASILEIROS NA OBRA DE
FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em história.

Orientador: Prof Dr. Ciro Flávio de Castro Bandeira de Melo

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

2000

Dissertação defendida e aprovada em, pela
banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Ciro Flávio de C. Bandeira de Melo - Orientador

Prof. Dr. John Manuel Monteiro

Prof. Dr. José Carlos Reis

Aos meus filhos, Alice e Marcelo
que, com compreensão, souberam
esperar sua mãe terminar seu “dever de
casa”.

Agradecimentos

Sempre me impressionou, todas as vezes que lia os agradecimentos das dissertações e teses, o cuidado de seus autores em destacar ser impossível mencionar todos aqueles que, de alguma forma, foram fundamentais para a realização daquele trabalho. Agora que me vejo no desempenho dessa tarefa, consigo aquilatar um pouco seu tamanho e entender a dificuldade de realizá-lo.

Agradeço ao meu orientador, professor Ciro Flávio de C. Bandeira de Melo que, com carinho, aceitou a tarefa de me orientar num momento em que poucos acreditavam que esta dissertação viesse a ser concluída. Sem a sua paciência de me escutar, de enxugar minhas lágrimas e de ouvir minhas inquietações, certamente não teria conseguido ordenar as idéias que borbulhavam na minha cabeça. A ele, pela amizade e atenção, devo essa dissertação.

Agradeço também, e de modo muito especial, ao professor José Américo de Miranda Barros, da Fale/UFMG, porque a ele devo, não apenas incontáveis indicações de preciosas leituras, mas, sobretudo, o fato de ter sempre sido um incansável e atencioso *mestre*. Como *mestre*, que entende do ofício de pesquisador, que tem paixão pelo conhecimento e que permanentemente acompanha os passos de seus *aprendizes*, ele foi o grande incentivador de minha vontade de pesquisar e de aprender.

Ao professor Ilmar Rohloff de Mattos gostaria de agradecer a atenção generosa e as primeiras indicações de leitura sobre toda a discussão que, na primeira metade do século XIX, fazia-se da questão indígena no Brasil.

Aos professores da pós-graduação do Departamento de História, agradeço pelos cursos ministrados.

Agradeço aos funcionários públicos da Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais e da Biblioteca Nacional, pela atenção e solicitude com que me atenderam durante a realização da pesquisa. Numa época de governo neo-liberal, que procura denegrir e destroçar o serviço público brasileiro, é muito encorajador encontrar pessoas que permanecem entendendo a importância desse tipo de serviço, sobretudo num país de tantas misérias como o nosso.

No processo inquietador de elaboração de uma dissertação, colegas e amigos terminam sempre por ser envolvidos. Às minhas amigas, Maria Alice Honório Castelo Branco e Maria Terezinha Nunes, gostaria de registrar que é sempre muito acalentador saber poder contar com um ombro amigo. A elas, que nos momentos de angústias e dificuldades, tiveram sempre uma palavra de incentivo, agradecimento ternamente. Às minhas colegas de curso, Júnia Sales Pereira e Elisabeth A. Duque Seabra, gostaria de agradecer o companheirismo e os momentos de aprendizagens que compartilhamos.

Ao professor Luís Prazeres agradeço por verter para o “bom português” a versão final desta dissertação. À Hygina Moreira Bruzzi, agradeço a disponibilidade em corrigir minhas traduções.

De modo geral, é preciso destacar o afeto, solidariedade e compreensão dos parentes. Sem o apoio dessas inumeráveis pessoas, a execução desse trabalho teria sido impossível. Logicamente, a Orlando devo a paciência, a amizade e o incansável apoio nesses últimos anos. A ele, pelo imenso amor, meu muito obrigada. Aos meus filhos, Alice e Marcelo, agradeço por terem tido paciência de esperar que a tarefa chegasse ao final. A meus pais, Hilze Hilária e Geraldo Ewerton, que comigo compartilharam e preencheram, para meus filhos, a ausência da mãe, agradeço profundamente a possibilidade de realizar este trabalho. Com minha mãe, reparto a alegria e a satisfação do trabalho concluído. Muito obrigada.

Resumo

Este trabalho é um estudo do pensamento de Francisco Adolfo de Varnhagen sobre os povos nativos brasileiros. Ao longo de trinta e sete anos, movido pelos pressupostos do nacionalismo romântico e do historicismo, Varnhagen tratou da temática indígena em diversos campos de conhecimento. Contrapondo-se ao indianismo romântico, opunha-se a uma literatura, a um nacionalismo e a uma história que buscavam nos *tupi* o elemento formador da Nação brasileira. A preocupação que o movia era a da construção de uma nacionalidade una e indivisível, que tinha como paradigma a sociedade branca e européia. Para Varnhagen, a concretização dessa nacionalidade dependia da superação da diversidade cultural e racial existente no Brasil.

Abstract

This work is a study of Francisco Adolfo de Varnhagen thoughts on Brazilian native ethnic groups. During thirty seven years, based on romantic nationalistic assumptions and by historicism, Varnhagen dealt with the questions of the native people in several fields of knowledge. Contrary to romantic indianism, he was opposed to a literature, a nationalism and a history that searched on *tupi* a shaping element of the Brazilian Nation. The concern to move him was that of the construction of a single and indivisible nationality, that had as paradigm the white European society. To Varnhagen, the substantiation of such a nationality depended on the superseding of the cultural and racial diversity existing in Brazil.

OLIVEIRA, Laura Nogueira.

Os Índios Bravos e o Sr. Visconde: os Indígenas Brasileiros na Obra de Francisco de Adolfo Varnhagen. Belo Horizonte: Fafich/UFMG, 2000.

170 p.

1. Varnhagen; 2. Pensamento Indianista; 3. História do Brasil

Índice

Introdução	01
Capítulo 1 - Da <i>Crônica do Descobrimento do Brasil</i> ao <i>Florilégio da Poesia Brasileira</i>	15
1.1. - <i>Instinto de Nacionalidade</i>	15
1.2. – O Indianismo Romântico	19
1.3. – O Florilégio da Poesia Brasileira: Varnhagen, a Literatura Nacional e o Indianismo	27
1.4. – <i>Varnhagen e o Indianismo Romântico: a Crônica do Descobrimento do Brasil</i>	35
Capítulo 2 - Varnhagen e os indígenas seus contemporâneos: o <i>fardo do homem branco</i>	50
2.1 – Civilizar	50
2.2. – Varnhagen e a Etnografia Indígena	63
2.3. – O <i>Memorial Orgânico</i>	74
2.4. – A Providência Divina e os Índios Bravos	85
2.5. – A Origem Turaniana dos <i>Tupi</i>	90
Capítulo 3 - Os indígenas brasileiros perante a nacionalidade e a História do Brasil	101
3.1. – O Instituto Histórico e a Mestra da Vida	101
3.2. – O Instituto Histórico e o Indianismo	107
3.3 – Como se deve Entender a Nacionalidade na História do Brasil	113
3.4. – Os <i>Tupi</i> na História Geral do Brasil	123
3.5. - Contemporâneos e Críticos de Varnhagen	138
Considerações finais	155
Referências bibliográficas	160

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

OS ÍNDIOS BRAVOS E O SR. VISCONDE:
OS INDÍGENAS BRASILEIROS NA OBRA DE
FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN

LAURA NOGUEIRA OLIVEIRA

2000

LAURA NOGUEIRA OLIVEIRA

OS ÍNDIOS BRAVOS E O SR. VISCONDE:
OS INDÍGENAS BRASILEIROS NA OBRA DE
FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em história.

Orientador: Prof Dr. Ciro Flávio de Castro Bandeira de Melo
Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

2000

Dissertação defendida e aprovada em, pela
banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Ciro Flávio de C. Bandeira de Melo - Orientador

Prof. Dr. John Manuel Monteiro

Prof. Dr. José Carlos Reis

Aos meus filhos, Alice e Marcelo
que, com compreensão, souberam
esperar sua mãe terminar seu “dever de
casa”.

Agradecimentos

Sempre me impressionou, todas as vezes que lia os agradecimentos das dissertações e teses, o cuidado de seus autores em destacar ser impossível mencionar todos aqueles que, de alguma forma, foram fundamentais para a realização daquele trabalho. Agora que me vejo no desempenho dessa tarefa, consigo aquilatar um pouco seu tamanho e entender a dificuldade de realizá-lo.

Agradeço ao meu orientador, professor Ciro Flávio de C. Bandeira de Melo que, com carinho, aceitou a tarefa de me orientar num momento em que poucos acreditavam que esta dissertação viesse a ser concluída. Sem a sua paciência de me escutar, de enxugar minhas lágrimas e de ouvir minhas inquietações, certamente não teria conseguido ordenar as idéias que borbulhavam na minha cabeça. A ele, pela amizade e atenção, devo essa dissertação.

Agradeço também, e de modo muito especial, ao professor José Américo de Miranda Barros, da Fale/UFMG, porque a ele devo, não apenas incontáveis indicações de preciosas leituras, mas, sobretudo, o fato de ter sempre sido um incansável e atencioso *mestre*. Como *mestre*, que entende do ofício de pesquisador, que tem paixão pelo conhecimento e que permanentemente acompanha os passos de seus *aprendizes*, ele foi o grande incentivador de minha vontade de pesquisar e de aprender.

Ao professor Ilmar Rohloff de Mattos gostaria de agradecer a atenção generosa e as primeiras indicações de leitura sobre toda a discussão que, na primeira metade do século XIX, fazia-se da questão indígena no Brasil.

Aos professores da pós-graduação do Departamento de História, agradeço pelos cursos ministrados.

Agradeço aos funcionários públicos da Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais e da Biblioteca Nacional, pela atenção e solicitude com que me atenderam durante a realização da pesquisa. Numa época de governo neo-liberal, que procura denegrir e destroçar o serviço público brasileiro, é muito encorajador encontrar pessoas que permanecem entendendo a importância desse tipo de serviço, sobretudo num país de tantas misérias como o nosso.

No processo inquietador de elaboração de uma dissertação, colegas e amigos terminam sempre por ser envolvidos. Às minhas amigas, Maria Alice Honório Castelo Branco e Maria Terezinha Nunes, gostaria de registrar que é sempre muito acalentador saber poder contar com um ombro amigo. A elas, que nos momentos de

angústias e dificuldades, tiveram sempre uma palavra de incentivo, agradeço ternamente. Às minhas colegas de curso, Júnia Sales Pereira e Elisabeth A. Duque Seabra, gostaria de agradecer o companheirismo e os momentos de aprendizagens que compartilhamos.

Ao professor Luís Prazeres agradeço por verter para o “bom português” a versão final desta dissertação. À Hygina Moreira Bruzzi, agradeço a disponibilidade em corrigir minhas traduções.

De modo geral, é preciso destacar o afeto, solidariedade e compreensão dos parentes. Sem o apoio dessas inúmeras pessoas, a execução desse trabalho teria sido impossível. Logicamente, a Orlando devo a paciência, a amizade e o incansável apoio nesses últimos anos. A ele, pelo imenso amor, meu muito obrigada. Aos meus filhos, Alice e Marcelo, agradeço por terem tido paciência de esperar que a tarefa chegasse ao final. A meus pais, Hilze Hilária e Geraldo Ewerton, que comigo compartilharam e preencheram, para meus filhos, a ausência da mãe, agradeço profundamente a possibilidade de realizar este trabalho. Com minha mãe, reparto a alegria e a satisfação do trabalho concluído. Muito obrigada.

Resumo

Este trabalho é um estudo do pensamento de Francisco Adolfo de Varnhagen sobre os povos nativos brasileiros. Ao longo de trinta e sete anos, movido pelos pressupostos do nacionalismo romântico e do historicismo, Varnhagen tratou da temática indígena em diversos campos de conhecimento. Contrapondo-se ao indianismo romântico, opunha-se a uma literatura, a um nacionalismo e a uma história que buscavam nos *tupi* o elemento formador da Nação brasileira. A preocupação que o movia era a da construção de uma nacionalidade una e indivisível, que tinha como paradigma a sociedade branca e europeia. Para Varnhagen, a concretização dessa nacionalidade dependia da superação da diversidade cultural e racial existente no Brasil.

Abstract

This work is a study of Francisco Adolfo de Varnhagen thoughts on Brazilian native ethnic groups. During thirty seven years, based on romantic nationalistic assumptions and by historicism, Varnhagen dealt with the questions of the native people in several fields of knowledge. Contrary to romantic indianism, he was opposed to a literature, a nationalism and a history that searched on *tupi* a shaping element of the Brazilian Nation. The concern to move him was that of the construction of a single and indivisible nationality, that had as paradigm the white European society. To Varnhagen, the substantiation of such a nationality depended on the superseding of the cultural and racial diversity existing in Brazil.

Índice

Introdução	01
Capítulo 1 - Da <i>Crônica do Descobrimento do Brasil</i> ao <i>Florilégio da Poesia Brasileira</i>	15
1.1. - <i>Instinto de Nacionalidade</i>	15
1.2. – O Indianismo Romântico	19
1.3. – O Florilégio da Poesia Brasileira: Varnhagen, a Literatura Nacional e o Indianismo	27
1.4. – <i>Varnhagen e o Indianismo Romântico: a Crônica do Descobrimento do Brasil</i>	35
Capítulo 2 - Varnhagen e os indígenas seus contemporâneos: o fardo do homem branco	50
2.1 – Civilizar	50
2.2. – Varnhagen e a Etnografia Indígena	63
2.3. – O <i>Memorial Orgânico</i>	74
2.4. – A Providência Divina e os Índios Bravos	85
2.5. – A Origem Turaniana dos <i>Tupi</i>	90
Capítulo 3 - Os indígenas brasileiros perante a nacionalidade e a História do Brasil	101
3.1. – O Instituto Histórico e a Mestra da Vida	101
3.2. – O Instituto Histórico e o Indianismo	107
3.3 – Como se deve Entender a Nacionalidade na História do Brasil	113
3.4. – Os <i>Tupi</i> na História Geral do Brasil	123
3.5. - Contemporâneos e Críticos de Varnhagen	138
Considerações finais	155
Referências bibliográficas	160

Introdução

*“Estas e outras averiguações, respectivamente aos nossos selvagens, não sido objeto de nossa constante predileção em toda a vida (...). E devemos aqui acrescentar que à nossa perseverança em tais estudos, a respeito dos chamados indígenas, é que, em parte, devemos o ter feito cabal conhecimento das suas misérias, vindo a ficar possuídos do ardente desejo de ver arrancados desse estado, em proveito deles e do país, a tantos infelizes (...)”*¹.

Essas frases foram retiradas de um texto escrito em 1875, por Francisco Adolfo de Varnhagen, para servir de introdução à segunda edição da *História Geral do Brasil*². Embora o texto não tenha sido incluído na obra, ele foi publicado em um pequeno folheto. Nele, o autor comunicava a seus leitores mudanças introduzidas nos capítulos referentes aos *tupi* e anunciava suas últimas conclusões acerca dos indígenas. Ao que parece, segundo as declarações do próprio autor, o texto foi impresso e entregue a editores de periódicos, com o propósito de fazer circular essas informações: *“Com a benevolência e concurso das folhas periódicas contamos para a transmissão ao público destas notícias, se nos quiserem favorecer, transcrevendo-as, no todo ou em parte, em suas colunas”*³.

Nesse pequeno folheto, Varnhagen apresenta uma sintética exposição de alguns dos trabalhos que desenvolvera, nos últimos trinta e cinco anos, sobre os indígenas brasileiros. Ao enumerá-los, pretendia o historiador rever o caminho por ele percorrido nos estudos dessa questão e, com isso, convencer seus leitores da legitimidade das conclusões a que chegara acerca dos povos nativos do Brasil.

A leitura de algumas das biobibliografias⁴ de Varnhagen já nos indicava uma presença marcante dos estudos sobre a temática indígena nos extensos e diversificados trabalhos realizados por ele. Diversos foram os campos do conhecimento em que essa

¹ Cf. VARNHAGEN, s/d. p 1 e 3.

² A segunda edição da *História Geral do Brasil* saiu na impressão realizada no Rio de Janeiro, sem data. Entretanto, segundo Basílio de Magalhães ela foi também impressa em Viena, em 1877. Cf. MAGALHÃES, 1928. p. 61-62. Max Fleiuss confirma a informação. Cf. FLEIUSS, 1930. p. 433.

³ Cf. VARNHAGEN, s/d. p 1.

⁴ FLEIUSS, 1930; MAGALHÃES, 1928; LESSA, 1917; FLEURY, 1978; ODÁLIA, 1979.

questão mereceu sua atenção. Em trabalhos literários, filológicos ou etnográficos, os índios estiveram sempre presentes em sua obra. O que chama a atenção, no texto citado, é o fato de o autor confessar sua “(...) *perseverança em tais estudos(...)*” e sua “(...) *predileção* [por essa temática] *em toda a vida(...)*”⁵.

O presente trabalho acompanha a história do pensamento de Francisco Adolfo de Varnhagen sobre, segundo sua denominação, os *tupi* brasileiros. Sua visão dos índios foi construída por meio de longos diálogos e calorosas polêmicas travados com vários pensadores contemporâneos seus. Assim, procurar-se-á compreender os conceitos, os pressupostos, as filiações e as conclusões do pensamento varnhageniano sobre a temática. Homem de posições firmes e idéias arraigadas, Varnhagen foi um autor que sempre procurou defender, com profunda paixão, seus pontos de vista, os resultados de suas pesquisas e suas conclusões. Muitas vezes, foi no debate suscitado pela publicação de uma obra de sua lavra, que as opiniões se acirraram e se explicitaram. Por isso, a análise das idéias do sorocabano acerca dos nativos brasileiros demanda que também se recuperem os diálogos e as polêmicas que ele travou com vários intelectuais de seu tempo.

Para entender o pensamento de Varnhagen, é necessário também compreender sua contemporaneidade. Apesar de ter vivido a maior parte de sua vida fora do Brasil, ocupando diversos cargos em embaixadas brasileiras na América Latina e na Europa, Varnhagen pensou e escreveu com os olhos voltados para sua terra natal. Sua produção intelectual tinha como meta orientar a estruturação e consolidação do Brasil enquanto uma Nação. Entretanto, os anos seguintes à abdicação do primeiro imperador do Brasil foram anos de revoltas, insurreições e rebeliões. Nesse cenário, a elite brasileira, a qual Varnhagen pertencia, inquietava-se diante das agitações da população urbana, das lutas pela posse da terra, das revoltas e insurreições perpetradas por escravos e por índios, embrenhados nos sertões. Esses anos foram, para essa elite, de medo, de tensão e, muitas vezes, de pânico. Atormentava-a uma sociedade dilacerada pela escravidão e herdeira de uma condição colonial, recém-extinta; angustiavam-na a enorme diversidade cultural e racial da população brasileira e a permanente presença da possibilidade de fragmentação do território nacional. O esfacelamento da América espanhola, em inúmeras repúblicas, era um exemplo patente dessa possibilidade.

⁵ VARNHAGEN, s/d. p. 2-3.

No período que se seguiu à abdicação, a elite brasileira tomou em suas mãos a tarefa de dirigir o país, e algumas certezas possuía: era preciso garantir a posse da terra, a permanência dos “contratos” com os escravos e o monopólio do poder. Essas eram as “liberdades”⁶ que deveriam ser defendidas.

Se o controle das ansiedades da população, que se manifestavam sob a forma de revoltas e insurreições, foi sendo percebido como fundamental para garantir as “liberdades” dessa elite, um dos modos vislumbrados de realizá-lo foi a amalgamação da diversidade racial e cultural dessa população e a constituição de uma população homogênea. Esses homens conceberam uma representação de Nação calcada na imagem de uma sociedade com traços e valores comuns. Diante da diversidade humana, a atitude era a de negá-la. O outro seria bom e aceitável, se e somente se, pudesse ser reduzido àquilo que se estabelecia como sendo o padrão da sociedade. A miscigenação e o branqueamento eram o caminho apontado e a ser seguido pela sociedade para “salvar-se” da desintegração. Ao construir um paradigma de Nação, a elite demarcava o campo no qual a diversidade racial e cultural poderia existir: a essa riqueza humana restava o direito de miscigenar e de desaparecer dentro do outro.

Para que a Nação viesse a existir concretamente, segundo os parâmetros que foram sendo edificados por essa elite, era fundamental que os indígenas, embrenhados nos sertões, fossem rapidamente localizados e civilizados. Umbilicalmente ligada à construção de uma representação de Nação estava a idéia da formação de um povo coeso. Nesse processo, concebeu-se que era preciso afastar os índios de sua condição de “selvagem”.

A pertinência do trabalho parece-me estar, primeiramente, no fato de que Francisco Adolfo de Varnhagen fez parte dessa geração, que tomou para si a tarefa de dar forma a um ideal de Nação. Segundo Odália⁷, o estudo de Varnhagen nos permite tentar compreender quais as questões que mais preocupavam, então, as classes dirigentes do Brasil. Acompanhar o processo de estruturação e de amadurecimento do pensamento de Varnhagen sobre a temática indígena, processo resultante do permanente diálogo com seus contemporâneos, permite-nos acompanhar a construção de uma imagem de povo/Nação.

⁶ Segundo Alfredo Bosi, é preciso perseguir os movimentos das idéias em suas conexões com os horizontes de vida de seus emissores. No Brasil do século XIX, o ideário liberal compôs-se de fundo conservador e, apesar da aparente contradição, foi utilizado pela elite local na defesa de suas liberdades de propriedade e de participação política. Simultaneamente, serviu para justificar a exclusão do restante da sociedade da participação nessas mesmas liberdades. Cf. BOSI, 1993. p. 194-245.

Não por acaso, a temática indianista⁸ foi parte constituinte fundamental na obra e no pensamento de Varnhagen. Traduzindo uma preocupação da época, terminou por acreditar e defender que a conformação e a consolidação do Brasil como Nação dependia da superação da diversidade racial e cultural. Varnhagen foi um homem profundamente imiscuído no seu tempo histórico, que apaixonadamente acreditou caber aos intelectuais a construção da Nação, apontando os caminhos a serem trilhados para a superação desse estado de anomia e salvando o país da desagregação. Uma desagregação que se apresentava, a seu ver, já na heterogeneidade da população brasileira.

Dos inúmeros autores que se debruçaram sobre a extensa e diversificada produção literária do Visconde de Porto Seguro, uma grande parte limitou-se a uma descrição apologética da obra de Varnhagen. Julgo poder inserir nessa classificação os extensos e minuciosos trabalhos de Pedro Lessa⁹, Clado Lessa¹⁰, Basílio de Magalhães¹¹, Max Fleiuss¹², Renato Sêneca Flery¹³, Inocêncio Francisco da Silva¹⁴, e Oliveira Lima¹⁵. Tais trabalhos constituem fundamental fonte de informação bibliográfica sobre a obra do Visconde. O destaque que faço é que esses autores se limitaram a tecer profundos louvores à obra do sorocabano, sempre salientando sua enorme contribuição para o avanço da pesquisa histórica brasileira. Não fazia parte de suas preocupações e nem havia intenção, por parte deles, de construir qualquer tipo de texto mais analítico sobre a obra de Varnhagen. Esses trabalhos datam do final do século passado até meados deste século.

Mais recentemente, vários autores têm-se debruçado sobre a obra de Varnhagen. Dessa enorme gama de trabalhos destacarei aqueles de José Honório Rodrigues, Arno Wehling, José Carlos Reis e Nilo Odália.

No seu estudo sobre a historiografia conservadora, Rodrigues¹⁶ afirma que ela se caracteriza pelo permanente medo da mudança ou pela resistência a ela. Esse pensamento conservador poderia ser identificado como o defensor dos governos, dos

⁷ ODÁLIA, 1979; 1997.

⁸ Porém, como se verá adiante, essa temática chegava ao Brasil pelo viés europeizante.

⁹ LESSA, 1917.

¹⁰ LESSA, 1945; 1954; 1955.

¹¹ MAGALHÃES, 1928.

¹² FLEIUSS, 1930.

¹³ FLEURY, 1952.

¹⁴ SILVA, 1859.

¹⁵ LIMA, 1911.

¹⁶ RODRIGUES, 1988.

líderes, das minorias dominantes, da dominação, enfim, de tudo o que representasse os interesses da ordem vigente. Para o autor¹⁷, Varnhagen foi o primeiro a aplicar a linha conservadora na construção da história do Brasil, concebendo-a como resultado da ação do colonialismo português. O Brasil seria íntegro, uno e independente por obra e ação dos Bragança. Nessas obras, ao tratar dos indígenas e dos africanos, Varnhagen mostraria seu conservadorismo no preconceito e na aversão que demonstra para com os mais humildes, não pronunciando uma única palavra em favor da liberdade.

Wehling¹⁸, contrapondo-se às conclusões de Rodrigues, afirma que o pensamento político de Varnhagen está filiado à corrente tradicionalista. Ao defender a existência de um estado monárquico centralizador, moldador da nação e capaz de enfrentar a tendência centrífuga de algumas províncias brasileiras, o Visconde voltava-se para um tempo remoto e relembra o papel unificador desempenhado pelos reis portugueses e que deveria ser assumido por D. Pedro II. Varnhagen estaria inspirando-se na forma monárquica de organização política existente em fins da Idade Média européia e, por isso, sua filosofia política estaria ligada à tradição e não ao conservadorismo¹⁹. No que tange à problemática da população brasileira, Wehling²⁰ afirma que Varnhagen era intolerante e incompreensivo. Em seu recente estudo sobre Varnhagen, o objetivo de Wehling foi o de articular a obra do autor com o contexto de “(...) *de construção simbólica do Estado Nacional e de uma certa visão – de uma identidade – para o Brasil*”.²¹ Segundo ele, no momento de estruturação e consolidação do Estado Imperial foi fundamental a afirmação de uma cultura

¹⁷ Rodrigues refere-se às seguintes obras de Varnhagen: Memorial Orgânico, História Geral do Brasil, 1ª e 2ª ed., e Correspondência Ativa. Cf. RODRIGUES, 1988. p. 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23.

¹⁸ WEHLING, 1993.

¹⁹ Segundo Tziano Bonazzi, o conservadorismo se caracteriza por reconhecer no poder político o cimento amalgamador da sociedade e por defendê-lo como condição indispensável à convivência social. Por outro lado, o conservadorismo não nega, ainda segundo Bonazzi, o desenvolvimento humano, mas entende que cabe ao poder político conduzir os “(...) *os indivíduos pelas vias do progresso*”. Cf. BONAZZI, 1986. p. 245. Para José H. Rodrigues, o pensamento conservador se caracterizaria pelo medo ou resistência à mudança. Encontra-se nesse ponto uma discordância de Wehling com relação a Rodrigues. Para o primeiro, a obra historiográfica de Varnhagen está filiada à filosofia política conservadora, mas não reacionária. Em Varnhagen, o progresso e a mudança não são negados, mas ao Estado é atribuído o papel de organizar e constituir a Nação. Segundo Wehling, esse tipo de pensamento pode ser rastreado na ideologia do Regresso Conservador, constituindo-se Varnhagen em um “(...) *dos intérpretes mais qualificados do projeto político conservador que definiu o Estado Imperial*”. Cf. WEHLING, 1999. p. 88. Entretanto, Wehling e Rodrigues concordam que Varnhagen atribui ao Estado um papel de predomínio sobre a sociedade.

²⁰ Assim como Rodrigues, Wehling refere-se às seguintes obras de Varnhagen; Memorial Orgânico, História Geral do Brasil e a Correspondência Ativa. Cf. WEHLING, 1993.

²¹ WEHLING, 1999. p. 21.

nacional. A obra de Varnhagen foi construída nesse contexto e movida por essas preocupações. Por outro lado, Wehling voltou-se para a elucidação dos pressupostos teóricos e metodológicos que compunham o universo intelectual do século XIX e de como Varnhagen se apropriou e utilizou desses pressupostos. Segundo ele, a obra de Varnhagen foi elaborada a partir dos parâmetros do historicismo-romântico. Ideologicamente, movia Varnhagen o nacionalismo-romântico e teórica-metodologicamente, pautava-se ele no historicismo. Wehling realiza uma classificação da obra do autor, englobando-a em grandes áreas temáticas. Nessa classificação, os estudos linguísticos e etnográficos foram colocados em um item específico, o que denotaria sua importância na obra do sorocabano. Entretanto, não foi objetivo de Wehling realizar uma análise dessa temática específica da obra de Varnhagen.

Para Reis²², é preciso que se leia a obra de Varnhagen como o grande veículo de construção de uma imagem de Brasil que, no século XIX, interessava à elite brasileira. Num momento em que se edificava o Estado Nacional, essa elite e a monarquia brasileira necessitavam desenhar um perfil de Brasil e oferecer à Nação um passado uno que seria mirado e seguido na edificação do futuro. A história, construída sobre critérios de veracidade, forneceria os elementos de identificação do povo, o que garantiria a unidade do país e da nação. Segundo o autor, é preciso ler “(...) *com simpatia e compreensão*”²³ a obra de Varnhagen, sabendo que ela representa a interpretação mais elaborada de uma concepção de teoria/metodologia da história, então dominante. Através da análise da *História Geral do Brasil*, Reis demonstra como nessa obra seu autor cumpriu eficazmente o papel a que se propunha. Dos selvagens indígenas, afirma que Varnhagen faz uma minuciosa descrição, concebendo-os como inferiores. A esses povos restaria, para seu bem e de toda a humanidade, miscigenarem-se.

Para Odália²⁴, ler a obra de Varnhagen significa hoje decodificar um momento chave da história política do Brasil, momento de formação de uma concepção de história que buscava legitimar o processo de dominação social, inerente à formação da Nação brasileira. Ao mergulhar no passado colonial, Varnhagen faz dele surgir uma nação branca, civilizada e europeizada, que tinha suas raízes plantadas a partir da

²² REIS, 1997.

²³ Idem, p.115.

²⁴ ODÁLIA, 1979.

chegada dos portugueses. Do passado colonial surge um *continuum* que determina os parâmetros das relações raciais contemporâneas: aos índios e aos negros restava o caminho da miscigenação. Esse projeto político de constituição de um povo uno, resumia os anseios de uma classe dominante em relação à construção da Nacionalidade. Mais recentemente, Odália²⁵ retomou seus estudos sobre a obra do Visconde de Porto Seguro e voltou a apontá-la como sendo a síntese de um projeto de nacionalidade “(...) *que filtra uma ideologia de dominação*”²⁶. Se índios e negros são selvagens inferiores, a conquista e a miscigenação representavam uma possibilidade de regeneração e de supremacia dos valores, dos padrões, dos costumes e da religião brancos. Diante da diversidade, cabia ao Estado, sendo força tuteladora, ser o instrumento de formação dessa Nação.

No presente trabalho, retoma-se o caminho percorrido por Varnhagen na construção de suas idéias acerca dos indígenas. É correto afirmar que, na segunda edição de sua *História Geral do Brasil*, encontram-se o pensamento amadurecido do autor acerca dos indígenas e suas últimas conclusões sobre a temática. Aliás, isso é reconhecido por ele mesmo, no momento em que manda publicar o texto que abre o presente trabalho. Entretanto, o pensamento varnhageniano sobre os nativos brasileiros, teve um longo processo de estruturação. Desde 1840, quando publicou a carta de Pero Vaz de Caminha, sob a forma de romance²⁷, até 1876, quando veio à luz seu último estudo filológico e etnográfico sobre os tupi²⁸, Varnhagen efetivamente, em vários momentos de sua vida intelectual, dedicou particular deferência à temática indianista, ao contrário do que pode parecer à primeira vista, uma vez que os estudiosos voltam sua atenção prioritariamente para a *História Geral*.

Basicamente, o Visconde defrontou-se com duas questões acerca dos nativos que julgava de seu dever resolver. Uma dizia respeito ao papel dos indígenas na formação da nacionalidade brasileira. Outra, aos índios, seus contemporâneos. A primeira questão desdobrou-se numa preocupação em distinguir a história da etnografia; a segunda, numa proposta tutelar/civilizatória que, creio, terminou por duvidar de sua possibilidade.

Aos estudos do autor, que abordam essas facetas de suas preocupações, acrescentam-se seus trabalhos literários nos quais a temática indígena também foi

²⁵ ODÁLIA, 1997.

²⁶ Idem. p. 34.

²⁷ VARNHAGEN, 1840. p. 21-22/ 33-35/ 43-45/ 53-56/ 68-69/ 85-87/ 101-104.

objeto de enfoque de suas preocupações. Influenciado pela concepção de mundo e de construção literária vigente no seu tempo, Varnhagen também pagou seu tributo ao indianismo romântico e sua novela romanceada da Carta de Pero Vaz de Caminha constituiu o primeiro momento no qual os índios foram objeto de sua pena.

O trabalho que se segue percorrerá trinta e seis anos da produção intelectual de Varnhagen sobre a temática indígena. A primeira preocupação que orienta essa pesquisa é procurar entender tal produção dentro de suas condições históricas objetivas. O olhar de Varnhagen sobre os índios era o olhar de sua época, aquele possível de ser esperado dentro das expectativas, dos desejos e dos projetos da elite intelectual de então. Dos vigorosos debates que sua obra gerou, o que se pode perceber é que, se num primeiro momento temos a impressão de estarmos diante de pontos de vista distintos, efetivamente a diversidade racial brasileira apavorava essa elite.

Na primeira metade do século XIX, o critério utilizado para aferir a humanidade do indígena, era aquele do século XVIII: perguntava-se se os índios seriam ou não capazes de ascenderem na escala civilizacional da humanidade. O conceito utilizado pelos homens da época era o da perfectibilidade: o que distinguiria o homem seria sua capacidade de, diante de obstáculos, aperfeiçoar-se. Mas essa capacidade de aperfeiçoamento teria um caminho pré-estabelecido. No topo da escala de aperfeiçoamento humano estaria a sociedade branca européia.

Nessas concepções teóricas da primeira metade do XIX também estavam presentes as colocações de dois pensadores do século XVIII: Jorge Louis Leclerc, conde de Buffon, e Cornelio de Pauw²⁹. Buffon, apesar de conceber a humanidade como sendo una, acreditava que os homens do Novo Mundo eram débeis e haviam permanecido sob o controle de sua natureza quente e úmida. Não dominando essa natureza, os homens haviam, assim como os animais, também terminado por entrarem num processo de deterioração e de amolecimento. Segundo Gerbi³⁰, “(...) com Buffon, o eurocentrismo se afirma na nova ciência da natureza viva”. Os seres vivos, em circunstâncias adversas, haviam degenerado. Em Buffon, a questão básica era a possibilidade da existência de espécies naturais semelhantes, mas diferentes, porque inferiores.

²⁸ VARNHAGEN, 1876. (*L'origine touranienne* ...)

²⁹ As idéias de Buffon e de De Pauw serão expostas a partir do estudo de Antonello Gerbi. Cf. GERBI, 1992.

Segundo Gerbi, a difamação de toda natureza americana chega a um insuperável extremo com a obra de De Pauw³¹. Para o abade, o homem natural era incapaz de progresso e os americanos eram selvagens, pouco mais que animais, porque odiavam as leis, viviam em estado de inércia e não cultivavam o espírito, vivendo na mais completa liberdade. O homem americano era degenerado, corrompido, insensível, definhado nos órgãos genitais, sem amor, imorais, ociosos... menos humanos, indolentes e incapazes de qualquer progresso mental. De Pauw lastima-se de que grande parte do globo estivesse entregue a esses homens débeis e decaídos.

O quadro teórico da época também era composto pelas discussões acerca da origem dos seres humanos. De um lado, existiam teóricos que defendiam a idéia de serem os indígenas autóctones do continente americano. Segundo esses pensadores, a humanidade teria origens múltiplas. De outro lado, encontravam-se os teóricos que defendiam a unidade da origem da espécie humana. Esses eram os defensores da monogenia humana.

Todas essas concepções teóricas faziam parte do quadro de paradigmas existente dentro do mundo intelectual, no qual Varnhagen viveu e escreveu. Foi com essas referências que ele e seus contemporâneos procuraram analisar, compreender e posicionar-se frente à diversidade racial e cultural existente dentro do Brasil de então. A proposta de acompanhar a história do pensamento de Varnhagen sobre os indígenas implica a necessidade de se procurar desvendar quais os instrumentais por ele utilizados na construção de suas idéias, e também como esses instrumentais foram sendo reelaborados e repensados pelo autor ao longo do tempo. Talvez seja possível dizer que, na primeira metade do século XIX, uma teoria racial já estivesse sendo elaborada nesse país, pois já nesse momento vários intelectuais procuraram construir parâmetros capazes de desvendar o rico e amplo universo populacional indígena de seu tempo.

Varnhagen não foi o único brasileiro preocupado com essa questão nesse momento. Se suas opiniões atravessaram o tempo e foram capazes de sobreviver ao esquecimento da memória, muito provavelmente isso se deve aos méritos de sua extensa e sempre glorificada produção intelectual. Entretanto, ele não foi um pregador solitário.

³⁰ Idem. p. 41.

Não se pode perder de vista que todas as elucubrações intelectuais acerca da população indígena brasileira ocorriam em meio à estruturação do Estado Nacional brasileiro e de definição de um projeto de Nação e de nacionalidade.

No segundo e terceiro quartéis do século XIX, as elites brasileiras voltaram-se para o passado e procuraram reconstruí-lo como uma longa e contínua sucessão de etapas que havia gerado as possibilidades de existência de uma nacionalidade una. Através do pensamento, o passado gradativamente foi adquirindo uma existência efetiva. Nesse sentido, o discurso histórico teve uma função genética e fundadora a desempenhar: a ele coube traçar a trajetória da Nação como se imbuída de uma finalidade última a dirigir-lhe “(...) o sentido de sua existência”³². Referendando-se nas concepções românticas de homem e de mundo, essas elites reconquistavam o passado como um grande fio condutor que apontava o futuro já preestabelecido. Reorganizando o passado, regeria o futuro.

Apesar das observações de Bosi de que para se “(...) definir o romantismo seria preciso perder todo espírito de rigor (...)”³³, é possível afirmar que o movimento romântico foi uma escola historicamente definida. Se na Europa correspondia a um momento de advento das Nações, na América assistia-se aos processos de independência e de afirmação de vários estados. O romantismo dinamizou as idéias de nacionalidade e de nacionalismo e, não por acaso, o patriotismo e a história constituíram molas mestras a impulsioná-lo. Cada povo deveria reconstituir suas raízes e delimitar sua identidade através da revelação do *espírito* que o particularizava.

Esses padrões culturais foram apreendidos e reapropriados pela intelectualidade brasileira, no momento no qual ela assumia o papel de edificar uma concepção de nacionalidade e de delimitar as *fronteiras* da Nação. Foram homens de espírito romântico aqueles que tomaram para si essa tarefa.

Por um lado, acreditavam que o país necessitava de recuperar sua memória e de construir a sua história. Em 1838, a partir de proposta apresentada pelo cônego Januário da Cunha Barbosa e pelo militar Raimundo José da Cunha Matos à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), era criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Ao longo de todo o século XIX, o Instituto tomou

³¹ GERBI, 1992. p. 56-75.

³² GUINSBURG, 1978. p. 14.

³³ BOSI, 1994. p. 91.

em suas mãos, sob o patrocínio da monarquia, a tarefa de coletar e publicar os documentos relevantes para a história do Brasil e de redigir uma história capaz de apresentar a Nação como um conjunto único e articulado. A história era a *mestra da vida* porque, ao iluminar o passado, apontava o caminho do futuro. Segundo Guimarães: “ (...) *lança-se o Instituto Histórico à tarefa de escrever a gênese da Nação brasileira, preocupação, nesse sentido, moderna da historiografia européia do século XIX*”³⁴.

Por outro lado, esses homens acreditavam que o espírito de um povo manifestava-se plenamente através de sua produção literária. Caso se acompanhasse o desenvolvimento da literatura desse povo, seria possível desvendar o longo trajeto de estruturação de sua identidade. A literatura era o instrumento capaz de revelar a *alma da pátria*, o que ela tinha de mais íntimo, profundo e particular. Assim como a historiografia nacional, a historiografia literária tinha uma função fundadora. A ela também cabia a tarefa de revelar o espírito da Nação. Os *mesmos* homens que se debruçaram sobre a tarefa de edificar uma história nacional, também se preocuparam em reconstituir os passos percorridos pela produção literária brasileira. Através de prefácios a antologias, procuraram articular e tornar coesos os textos dessa antologia. Desse modo, “(...) *os textos constantes da antologia tornam-se o limite e o horizonte da reflexão histórica que, alicerçando-se naqueles textos e não em outros, erige-os em canon, e a si mesma canoniza*”³⁵.

Foi uma mesma concepção romântica de estrutura de pensamento e um mesmo clima político que tornaram favoráveis e necessárias a construção de uma historiografia nacional e de uma literária. Ambas historiografias foram elaboradas por um pensamento que buscava sua legitimidade por meio da construção de uma gênese fundadora que, segundo Nunes, “(...) *fosse a nacional, fosse a literária, uma e outra elaboradas pelo pensamento romântico, segundo os mesmos princípios comuns*”³⁶.

O *corpus* documental do presente trabalho é formado, primeiramente, por toda a produção de Varnhagen na qual a temática indígena, direta ou indiretamente, foi abordada. Na pesquisa desse material consultei vários biógrafos³⁷ de Varnhagen. Adotei essa estratégia porque, logo nas primeiras leituras dos textos do Visconde, que me forçaram a procurar novas informações sobre sua obra, pude reparar que seus

³⁴ GUIMARÃES, 1988. p. 15.

³⁵ LAJOLO, 1998. p. 305.

³⁶ NUNES, 1988. p. 206.

primeiros biógrafos glorificavam o autor através de uma minuciosa enumeração de sua produção intelectual. Foi através da composição das informações por eles fornecidas que pude construir um quadro das obras indianistas do autor.

Esse estudo inicial foi complementado ou confirmado pela pesquisa dos fichários do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, assim como daqueles da seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional. A leitura dessas fichas permitiu a correção e ampliação dos dados que possuía.

O manuseio desses textos permitiu constatar a preocupação de Varnhagen em sempre deixar impressas suas idéias. Por menor que fosse uma obra, ela era encaminhada a um editor. A convicção profunda de Varnhagen naquilo que defendia e a certeza de ser o portador de verdades, talvez o levassem a ter esse comportamento. Talvez também temesse que suas idéias manuscritas se perdessem e que futuramente fosse acusado de não se ter posicionado sobre uma questão. Quem sabe talvez, como historiador convicto de que a história é feita pelos grandes homens, quisesse deixar documentada sua própria produção intelectual, o que o habilitaria a compor a galeria dos ilustres heróis da História Nacional. De qualquer modo, sua produção intelectual pode ser toda lida em textos impressos.

De toda essa produção, uma parte foi publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cuja coleção completa pude acessar na Biblioteca Pública de Minas Gerais. Outra parte é formada por textos de edições variadas, raras e que pude encontrar na Biblioteca Nacional. Esses textos são de difícil acesso e constituem peças importantes para a análise do pensamento do autor.

Reunida, a produção de Varnhagen sobre os nativos brasileiros é composta, com raras exceções, por memórias curtas nas quais abordou a questão etnográfica, filológica, histórica e dos índios, seus contemporâneos. Alguns desses textos são prefácios elaborados por Varnhagen para apresentar e/ou justificar a republicação de textos antigos por ele encontrados e que versam sobre essa temática.

Do mesmo modo como tratou outros temas, sempre defendeu ardorosamente seus pontos de vista e suas conclusões acerca dos nativos brasileiros. E se hoje a leitura desses seus textos nos instiga, no seu tempo geraram várias polêmicas, conforme já destaquei anteriormente. Vários foram os homens que polemizaram com Varnhagen acerca de questões etnográficas, históricas, literárias ou dos índios seus

³⁷ Dentro dessa classificação penso estar todos os autores que citei nas notas de números 9 a 15.

contemporâneos. Nesse rol estão incluídos, dentre outros, os trabalhos de Januário da Cunha Barbosa³⁸, Domingos Alves Branco Moniz Barreto³⁹, Manuel Antônio de Almeida⁴⁰, Henrique de Beurepaire Rohan⁴¹, Armand d'Avezac-Macaya⁴², João Francisco Lisboa⁴³, Domingos José Gonçalves de Magalhães⁴⁴, Antônio Henriques Leal⁴⁵. O *corpus* documental desse trabalho também é composto pelos textos de alguns desses polemistas, que se encontram impressos em variados periódicos ou em publicações avulsas.

Na primeira parte deste trabalho emerge o Varnhagen que aborda o indígena na perspectiva do romantismo literário. Nela procurei demonstrar a inserção do autor nos paradigmas literários vigentes na época e como seu texto correspondia a uma certa expectativa dos padrões que se estabelecia para a construção de uma literatura nacional. Como nos outros momentos nos quais os índios foram objeto de sua atenção, também aqui Varnhagen dialogava com as idéias políticas, literárias, filológicas e etnográficas vigentes em seu tempo.

Na segunda parte, apresentei as propostas civilizatórias de Varnhagen para os indígenas seus contemporâneos. Tomando em consideração o significado de Civilização para o autor, procurei demonstrar que Varnhagen inicialmente apostou na catequese como veículo capaz de desempenhar essa tarefa. Em seguida, apontou a tutela como possibilidade de resgate dos índios do *estado de selvageria* para, no final, duvidar da própria possibilidade de serem eles civilizáveis. Como para vários de seus contemporâneos com os quais dialogou ou polemizou, acreditava que o povo brasileiro, base fundamental para a constituição de uma Nação, inexistia diante da heterogeneidade racial e cultural de sua população. O que fazer era a pergunta que julgava do seu dever responder de forma enfática e persuasiva.

Na terceira e última parte, procurei marcar como a construção de uma história nacional estava inserida no bojo dos desejos e dos anseios de homens concretos que tomavam para si, nos segundo e terceiro quartéis do século XIX, a angustiante tarefa de estabelecer e de concretizar os parâmetros do que eles definiam como Nação. Esses

³⁸ BARBOSA, 1839, 1840.

³⁹ BARRETO, 1856.

⁴⁰ ALMEIDA, 1991.

⁴¹ ROHAN, 1851.

⁴² AVEZAC-MACAYA, 1857-1858.

⁴³ LISBOA, s/d.

⁴⁴ MAGALHÃES, 1865.

⁴⁵ LEAL, 1871.

homens elaboraram uma representação de Nação que deveria ser perseguida, alcançada e que tinha como paradigma o modelo da sociedade branca européia⁴⁶. Varnhagen foi um homem desse tempo. Na construção de uma representação de Nação que se propôs a edificar, a história tinha um papel chave a desempenhar: a ela caberia mostrar as raízes e as origens grandiosas dessa representação, fazendo com que esse ideal de Nação se nos apresentasse como uma realidade concreta. A história deveria ser a grande mestra capaz de demonstrar a coerência e a legitimidade de uma nacionalidade, filha de uma longa evolução dos tempos. A história da Nação seria a de sua *civilização*. Esse era o fio condutor que guiara a construção da nacionalidade desde os seus primórdios e que deveria prosseguir conduzindo-a. Imbuído do ideal de construir nos trópicos uma Nação civilizada, que pudesse apresentar-se dignamente no concerto das ditas *nações civilizadas*, era preciso mostrar e comprovar a justeza do desejo “brasileiro” de ser reconhecido como um par desse mundo branco. Projeto perverso de negar a diversidade cultural do gigantesco território brasileiro e de fazer representar-se através de uma idealizada homogeneidade.

Se essa era a missão que cabia à história, os povos *primitivos* não compunham esse fio condutor, porque não inseridos na cadeia *civilizatória*. Tais povos, *na infância*, só poderiam ser descritos e deles só restaria a etnografia.

⁴⁶ ODÁLIA, 1997. p. 33-35.

CAPÍTULO 1

Da Crônica do Descobrimento do Brasil ao Florilégio da Poesia Brasileira

1.1. – INSTINTO DE NACIONALIDADE⁴⁷

A literatura, como poderoso instrumento de organização mental do mundo, por meio da construção de representações e de imagens, foi peça chave no processo de elaboração de uma identidade nacional. Foi fundamental porque o imaginário organiza e é organizado pelo social e, através de seu sistema simbólico, uma coletividade elabora sua identidade, sua percepção de si, seus valores e seus objetivos.

Segundo Bronislaw Baczko⁴⁸, múltiplas funções competem ao imaginário na vida coletiva. Para o autor, qualquer sociedade e, sobretudo, o poder produz um sistema de representações que modelam os comportamentos, mobilizam as energias e garantem a obediência ao estabelecerem as relações de sentido. Essas representações traduzem e legitimam uma ordem:

“Nenhuma relação social e (...) nenhuma instituição política são possíveis sem que o homem prolongue a sua existência através das imagens que tem de si próprio e de outrem. O princípio que leva o homem a agir é o ‘coração’, são as suas paixões e os seus desejos”⁴⁹.

Tais conjuntos simbólicos seriam construídos *“a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir dos seus desejos, aspirações e motivações”⁵⁰.*

A criação de um conjunto de representações através da literatura talvez tenha sido um poderoso instrumento no processo de constituição do Estado Nacional Brasileiro.

No final da década de 1830, segundo Candido⁵¹, pode-se falar de um momento decisivo no qual a intelectualidade brasileira passou consciente e intencionalmente a

⁴⁷ Expressão cunhada por Machado de Assis para intitular um texto de sua autoria, escrito em 1872. Cf. CANDIDO, 1981. vol. II. p. 368. Afrânio Coutinho assim também nomeia, remetendo a Machado de Assis, o capítulo primeiro de sua obra *A tradição afortunada*. Cf. COUTINHO, 1968.

⁴⁸ BACZKO, s/d. p. 301.

⁴⁹ Idem. p. 301.

agir a fim de promover a definição e a estruturação de uma literatura nacional. Nesse período, essa intelectualidade deu existência a um objeto a partir da elaboração de sua definição. A *literatura nacional* foi gradativamente sendo edificada e ganhando corpo através do cuidadoso e minucioso trabalho de coleta e de acumulação de toda a produção literária realizada ao longo do tempo no território brasileiro. Essa tradição recolhida e rememorada deveria servir para “(...) *dar carta genealógica aos jovens, amparando no passado as suas tentativas*”⁵². Formar a tradição significava construir um repertório que provava a existência de uma literatura nacional ao longo de todo o tempo. Significava também que existiriam exemplos bons, esteticamente falando, a serem seguidos e aqueles ruins, que deveriam ser suplantados. Aos jovens caberia dar prosseguimento a essa cadeia literária, pautando-se nos *bons exemplos*, aqueles que esteticamente corretos foram capazes de exprimir a *alma brasileira*.

Embalados pelos pressupostos românticos, essa intelectualidade acreditava que uma Nação tinha um espírito a revelar, um *eu* nacional que deveria demonstrar sua individualidade através de sua produção literária.

“*Se o Brasil era uma nação, deveria possuir espírito próprio, como efetivamente manifestara pela proclamação da independência; decorria daí, por força, que tal espírito deveria manifestar-se na criação literária, que sempre o exprimia, conforme as teorias do momento*”⁵³.

Uma Nação civilizada, acreditavam, seria impossível de ser concebida como existente se ela não estivesse revelando sua verdadeira natureza através da produção de suas letras. Essa produção literária era entendida como a mais elevada expressão do espírito nacional.

Esses homens definiam retroativamente a *literatura nacional* como se desde todo o sempre os poetas e escritores houvessem escrito suas obras literárias com o explícito intuito de manifestar o espírito da Nação. Simultaneamente, definiam aquilo que entendiam por Nação, uma vez que ela poderia estar sendo resgatada e definida a partir das coletâneas das obras escritas ao longo do tempo pelos brasileiros. A nacionalidade que lhes interessava ver como sendo um dado de realidade era fruto de uma tomada de consciência de que era necessária “ (...) *uma nova atitude que afirmasse na literatura as peculiaridades nacionais*”⁵⁴. Ao afirmar essas

⁵⁰ Idem. p. 311.

⁵¹ CANDIDO, 1981. vol. I. p.11.

⁵² CANDIDO, 1981. vol. I. p. 304.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Idem.

peculiaridades, definiam “(...) *quais os caracteres de uma literatura brasileira, a fim de transformá-los em diretrizes para os escritores*”⁵⁵.

A tradição recolhida permitiria, também, a identificação daquelas temáticas mais apropriadas para demonstrar os traços peculiares que davam forma e que permitiam a plena manifestação da *brasilidade*. Era preciso levantar os temas genuinamente americanos, capazes de inspirar os poetas, de permitir a manifestação do espírito da Nação e de consolidar, dessa forma, a literatura nacional. Através de introduções e de prefácios publicados a antologias poéticas, essa intelectualidade foi construindo esses temas, à medida que os apontava como fonte possibilitadora da manifestação do *ser* brasileiro.

Talvez seja preciso destacar, novamente, que esses homens partiam do pressuposto de que havia um *ser* brasileiro, um ente que concretamente existia e que não conseguia exprimir-se. Não se pode perder de vista, logicamente, que esse *ser* nacional era uma projeção das aflições, dos desejos e das perspectivas dos homens que o elaboravam. Uma intelectualidade que encontrava-se diante da angustiante tarefa que se atribuía de definir e de edificar o Estado Brasileiro e a nacionalidade. A Nação que projetaram e à qual procuraram dar concretude não passava do que idealizaram enquanto tal. A Nação por eles *criada* era como que uma projeção da civilização européia, tomada por esses homens como sendo *a* civilização.

Ao longo do diálogo travado entre esses intelectuais brasileiros, e graças ao intenso apoio de reconhecidos letrados estrangeiros, o indígena foi sendo apontado como uma temática central capaz de viabilizar a edificação de uma literatura nacional. Segundo Candido: “(...) *a forma reputada mais lídima de literatura nacional foi todavia, desde logo, o indianismo* (...)”⁵⁶.

Mas que *ser* era esse que, a *ser* cantado em versos e prosa, constituía-se em temática capaz de possibilitar a expressão do espírito dessa Nação? É o índio construído com traços fortes e virtuosos; o índio bom e portador de sentimentos precisos: coragem, honestidade, lealdade. É o índio idealizado na perspectiva de possuir valores, comportamentos, sentimentos e ideais que o aproximavam, mesmo vivendo em estado selvático, do ideal de homem educado, europeu. Este é o índio que assim, representaria a gênese da nação brasileira: ele formaria nossas raízes e, portanto, diria quem somos, mostrando nossas potencialidades de construção de uma

⁵⁵ CANDIDO, 1981. vol. II. p. 329.

Nação *civilizada*. O indianismo romântico tratou de um índio idealizado a partir dos desejos e aspirações, não apenas dos poetas e literatos que o produziram, mas de uma elite política, econômica e intelectual que procurava organizar o mundo e projetar um futuro de acordo com seus anseios e interesses. Glorificados os índios, glorificavam-se nossas origens⁵⁷.

Segundo Bosi⁵⁸, a imaginação histórica edifica mitos “(...) *que, muitas vezes, ajuda a compreender antes o tempo que os forjou do que o universo remoto para o qual foram inventados*”⁵⁹. Para o autor, no primeiro quartel do século XIX, momento de ruptura com o passado colonial e de moldagem de uma identidade, o que se poderia esperar era que o índio ocupasse, no imaginário, o papel de rebeldia face ao invasor europeu. Entretanto, tal não “(...) *foi o que se passou em nossa ficção romântica mais significativa*”. Para Bosi, ao crítico, preocupado em reconhecer os juízos de valor presentes em uma obra, assim como seu valor estético, caberia “*perseguir o ponto de vista do narrador*”⁶⁰, pois é nele que se cristalizariam certos valores peculiares a um estrato social. Tendo valores comuns aos brancos, o destino dos tupi era armado como sacrifício espontâneo e sublime. Uma *realidade* nativa surgiria a partir da projeção dos desejos e das aspirações daqueles que construíram um mito que servia para sancionar as estruturas do presente, sendo delas um produto.

Ora, as fortes e as belas imagens construídas através de uma estética cuidadosamente elaborada terminaram por fixar qualidades no primitivo e extinto habitante do território que, aos nossos olhos surge, então, como um Herói, no sentido homérico desta criação, que representa toda uma coletividade. Idealizados e mortos, os indígenas constituíram o símbolo unificador que definia a nacionalidade. No campo das construções das representações, a cuidadosa elaboração da literatura romântica indianista não pode ser menosprezada.

A eleição do *indígena* como fonte inspiradora para os poetas teve um longo trajeto de construção. Apontado por literatos estrangeiros, primeiramente, como fonte certa para a manifestação do ser nacional e ganhando dessa forma o respaldo estrangeiro, gradativamente *o índio* foi sendo alçado a esse patamar.

⁵⁶ CANDIDO, 1981. vol. II. p.18.

⁵⁷ CANDIDO, 1993.

⁵⁸ BOSI, 1993.

⁵⁹ Idem. p.176.

⁶⁰ Idem. p.180.

Seguindo uma tradição já demarcada, Varnhagen também preocupou-se com a necessidade de se recolher e de se organizar as obras literárias produzidas pelos autores brasileiros ao longo do tempo. Assim como seus pares, julgava que, dessa maneira, seria possível estabelecer os paradigmas a serem seguidos pelos artistas contemporâneos na consolidação da literatura nacional. Seria o indianismo, segundo seus pressupostos, uma temática capaz de proporcionar essa edificação?

1.2. – O INDIANISMO ROMÂNTICO

Não se tem a pretensão de, nas páginas seguintes, esgotar toda a extensa e rica elaboração da crítica literária feita no sentido de apontar a temática indígena como fonte de inspiração para os poetas nacionais. Isso, logicamente, escaparia aos limites do presente capítulo, que objetiva analisar o pensamento indianista romântico de Varnhagen. O que se pretende é recuperar, em linhas gerais, o trajeto percorrido por alguns autores que julgaram imprescindível o indianismo como forma autêntica de expressão do nacionalismo literário. Autores que terminaram por se apresentarem como *guias* para os literatos brasileiros uma vez que eram vistos por seus pares como homens capazes de apontar o correto caminho a ser seguido. A recuperação desse trajeto e dos pressupostos que foram sendo edificados permitirá compreender Varnhagen como um homem de seu tempo.

Abordo, primeiramente, os artigos de três autores estrangeiros que apresentaram o indianismo como temática viabilizadora de uma literatura nacional. Em seguida, serão apresentadas críticas de literatos brasileiros que, percorrendo os mesmos passos de seus congêneres estrangeiros, também fomentaram a construção do indianismo. A ordem seguida na presente exposição foi a temporal, objetivando-se, dessa maneira, facilitar a avaliação de como um autor foi sendo lido e reapropriado pelos outros e, dessa forma, como a temática indianista foi sendo estruturada. Os autores estrangeiros serão os primeiros a serem tratados porque, além da primazia no tratamento da questão, foram considerados, pelos contemporâneos brasileiros, como fonte legitimadora de sua crítica literária.

Em 1826, o francês Ferdinand Denis publicava *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi de l'histoire littéraire du Brésil*. Ao dedicar um capítulo em

separado para tratar da história literária do Brasil, Denis foi o primeiro a “(...) *tratar do nosso processo literário como um todo orgânico*”⁶¹.

Ao longo do texto, cujo subtítulo era *Considerações gerais sobre o caráter que a poesia deve assumir no Novo Mundo*, argumentava o autor que o Brasil independente “ (...) *experimenta já a necessidade de ir beber inspirações poéticas a uma fonte que verdadeiramente lhe pertença* (...)”⁶². Destaque-se que, segundo seu ponto de vista, tratava-se não apenas de uma possibilidade, mas, sobretudo, de uma necessidade. Uma vez independente, seria preciso que o Brasil mostrasse seu gênio através de sua produção literária e, dessa forma, afirmasse sua autonomia.

A intenção de Denis, ao redigir o texto em questão, foi o de apresentar-se como um guia que indicava o caminho a ser seguido pelos poetas. Segundo Lajolo⁶³, o texto está prenhe de uma atitude normativa materializada nos verbos, presentes já no subtítulo, empregados pelo autor.

*“Se essa parte da América adotou uma língua que a nossa velha Europa aperfeiçoara, deve rejeitar as idéias mitológicas devidas às fábulas da Grécia (...). A América, estuante de juventude, deve ter pensamentos novos e enérgicos como ela mesma (...). Nessas belas paragens, tão favorecidas pela natureza, o pensamento deve alargar-se como o espetáculo que se lhe oferece; majestoso, graças às obras-primas do passado, tal pensamento deve permanecer independente, não procurando outro guia que o observação. Enfim, a América deve ser livre tanto na sua poesia como no seu governo”*⁶⁴ (grifos da autora).

O emprego desses verbos denotaria a atitude prescritiva assumida por Denis ao apresentar um verdadeiro programa para a nacionalização da literatura brasileira. Nesse sentido, apesar da língua européia, o Brasil deveria rejeitar as “(...) *idéias mitológicas devidas às fábulas da Grécia*”, uma vez que se elas iluminavam a glória literária da Europa, na América escamoteariam as aspirações da Nação, impedindo a manifestação de seu caráter. E chega a ser enfático: “(...) *ela [a literatura] deve ter caráter original*”⁶⁵. Ter caráter original significaria a adoção pelos poetas de temas genuinamente americanos. Juntamente com a natureza *exuberante*, o indianismo foi ardorosamente defendido por Denis como sendo temática viabilizadora de uma literatura nacional. É persuasivo:

“A sua idade das fábulas misteriosas e poéticas serão os séculos em que viveram os povos que exterminamos e que nos surpreendem por sua coragem

⁶¹ CÉSAR, 1978. p. XXXII. CANDIDO, 1981. vol. II. p.319.

⁶² DENIS, 1978. p.36.

⁶³ LAJOLO, 1998.

⁶⁴ LAJOLO, 1998. p. 301.

⁶⁵ DENIS, 1978. p. 47.

(...): a recordação de sua grandeza selvagem cumulará a alma de orgulho, suas crenças religiosas animarão os desertos; os cantos poéticos, conservados por algumas nações, embelezarão as florestas. O maravilhoso, tão necessário à poesia, encontrar-se-á nos antigos costumes desses povos (...) se essa natureza da América é mais esplendorosa que a da Europa, que terão, portanto, de inferior aos heróis dos tempos fabulosos da Grécia esses homens de quem não se podia arrancar um só lamento, em meio a horríveis suplícios, e que pediam novos tormentos a seus inimigos porque os tormentos tornam a glória maior?⁶⁶.

Nessa citação, tem-se a essência do pensamento de Denis. A fonte de inspiração para os poetas estava nos antigos habitantes do território; voltando-se para essas *hordas* seria possível, afirmava, a concepção de poemas verdadeiramente patrióticos. Ao tratar da coragem e da bravura desses homens, o poeta estaria mirando-se na glória passada de sua Nação e nada deveria temer. A exuberante natureza americana só poderia produzir homens gloriosos capazes o suficiente de serem fonte de inspiração para grandiosas obras. Ao cantá-los em seus versos, os poetas dariam prevalência à *cor local* e, dessa forma, garantiriam a edificação do que se definia como sendo literatura nacional.

Denis faz uma, nas suas palavras, *sumária* análise de alguns poetas dos séculos XVII e XVIII, mas, não por acaso, detém-se longamente no estudo do poema de Santa Rita Durão, *Caramuru*, e no de Basílio da Gama, *O Uruguai*⁶⁷. É explícito:

“Não obstante, julguei-me obrigado a analisar a obra de Durão, porque reveste caráter nacional, apesar de suas imperfeições, e assinala claramente o objetivo a que deve dirigir-se a poesia americana”⁶⁸.

O *magnífico* assunto desses poemas era digno de desenvolvimento porque, conforme julgava, trazia a marca da originalidade ao tratar de temas concebidos como sendo genuinamente brasileiros. Durão e Basílio haviam acertado na escolha de seus temas e mereciam uma cuidadosa atenção dos poetas porque já apontavam as enormes possibilidades de se tirar todo o partido dos “povos extintos”. O erro dos poetas americanos, enfatiza, era não terem “(...) feito sempre sentir em sua produções (...) a *cor local*”⁶⁹.

Mas o *Caramuru* deveria ser considerado com ressalvas, segundo Denis, porque Durão havia exagerado ao colocar as cenas de antropofagia, no seu poema, sendo realizadas logo após a captura das vítimas. Ao tratar desse modo a antropofagia, Durão faria seus leitores acreditarem que tais povos tivessem apenas *instintos ferozes*,

⁶⁶ DENIS, 1978. p. 36-37.

⁶⁷ Idem. p. 47-64.

⁶⁸ Idem. p. 57.

quando, na verdade, a natureza, *por extravagância*, havia-os dotado, simultaneamente, de uma inocência e de uma coragem grandiosas. Para Denis, “(...) *tais cenas horripilantes faziam parte de horrendas cerimônias, preparadas com muita antecedência (...)*”⁷⁰. O erro do poema estaria na imagem terrível que sugere dos indígenas. Se os nativos eram selvagens, não se poderia desconsiderar que simultaneamente eram intrépidos, inocentes, livres, astuciosos e capazes de amar profundamente. Enfim, possuíam todas as qualidades para formarem personagens heróicas tão grandiosas quanto os heróis europeus. Não haveria motivos justificador para os poetas americanos continuarem *apartados* do Novo Mundo, mirando-se em mundos distantes, ao invés de voltarem-se para, com espírito inflamado, a “(...) *inocência das idades primitivas*”⁷¹.

A partir de uma fonte erudita⁷², o indianismo era identificado como tema nacionalista. Segundo César, se a pretensão de Denis foi ser um guia para a literatura nacional, indicando-lhe um caminho a seguir, talvez devido ao entusiasmo de sua pregação, “(...) *não houve leitor desse livro que não prestasse tributo à corrente indianista*”⁷³. Denis foi capaz de contribuir de fato para despertar as tendências e para apresentar o *bom selvagem* como temática original e nacional. O indianismo foi, a partir de então, considerado como a tradição por ser capaz de possibilitar a expressão do espírito da Nação⁷⁴. Depois de Denis, concordam os atuais críticos literários:

“(...) *tornou-se impossível pensar uma literatura autenticamente nacional sem a presença do índio. Do indianismo poucos autores do século XIX escaparam. O tema correspondeu a um salvo conduto para qualquer brasileiro (ou americanista) trafegar, e se estabelecer, no panorama artístico da época*”⁷⁵.

No mesmo ano de 1826, no qual Denis editou seu *Résumé*, também em Paris Almeida Garrett publicou seu *Parnaso Lusitano* e a ele antepôs um texto com caráter introdutório: *História abreviada da língua e poesia portuguesa*⁷⁶. Nesse estudo, Garrett incluiu os principais autores do Brasil entre os poetas portugueses, mas censurou-lhes a submissão aos padrões europeus. Seria preciso, acreditava, que os poetas americanos se voltassem para sua “(...) *cultura cheia de originalidade e força*

⁶⁹ DENIS, 1978. p. 47.

⁷⁰ Idem. p. 48.

⁷¹ Idem.

⁷² CANDIDO, 1981. vol. II. p. 18.

⁷³ CÉSAR, 1978. p.28.

⁷⁴ Segundo Nunes, apesar de Denis não ter sido o primeiro europeu ilustrado a apreciar a literatura brasileira, o *Résumé*, foi um texto de repercussão imediata e profunda. Cf. NUNES, 1988. p. 208.

⁷⁵ AMOROSO, 1995. p. 240.

(...)”⁷⁷. Com paixão, Garrett pregou a adesão a motivos nacionais e terminou por impregnar “(...) profundamente (...) a geração da revista *Niterói* (...)”⁷⁸. Apesar de não ter tocado explicitamente no tema do indianismo, Garrett apontava o poema *O Uruguai*, de Basílio da Gama, como poesia “(...) verdadeiramente nacional e legítima americana”⁷⁹. Segundo suas concepções, esse poema seria americano porque trataria de um tema que considerava nacional: o indianismo.

Em 1847, Alexandre Herculano, “(...) então pontífice das letras portuguesas (...)”⁸⁰, redigia um artigo apreciando os *Primeiros Cantos* de Gonçalves Dias, publicados no ano anterior. Nesse texto, Herculano avaliava que os poemas em questão eram obras de “(...) inspirações de um grande poeta (...)”⁸¹, de um poeta que soubera voltar seus olhos para “ (...) as harmonias dessa natureza possante (...), [para por em foco] (...) todos os raios vivificantes do formoso céu (...)”⁸². A obra seria digna de apreço e consideração porque seu autor se volveu em direção à alma da Nação e procurara senti-la e expressá-la. Gonçalves Dias era grande, ao seu ver, porque soubera imiscuir-se em seu mundo e traduzi-lo em palavras.

Ao tecer essas considerações acerca da obra inicial de Dias, Herculano apontava aos outros poetas e escritores brasileiros qual era, segundo sua opinião, o caminho a ser trilhado por todos aqueles que se lançassem na árdua tarefa de construir uma literatura nacional. A reclamação de Herculano era a de que as *Poesias Americanas*, cuja temática predominante era o indianismo⁸³, deveriam ocupar maior espaço no conjunto dos poemas.

Ao reclamar uma maior presença de poemas dessa natureza ao seu autor, Herculano apontava o indianismo como sendo um veio capaz de permitir aos poetas vincularem-se ao seu meio e de expressarem o sentimento da nacionalidade.

“Quisérámos que as Poesias Americanas que são como o pórtico do edifício ocupassem nele maior espaço. Nos poetas transatlânticos há por via de regra demasiadas reminiscências da Europa. Esse Novo Mundo que deu tanta

⁷⁶ GARRETT, 1978. p. 87-95.

⁷⁷ CÉSAR, 1978. p. XXXIX.

⁷⁸ GARRET. 1978. p. 84.

⁷⁹ Idem. p. 91.

⁸⁰ CÉSAR, 1978. p. XLVII.

⁸¹ HERCULANO, 1978. p. 136.

⁸² Idem. p. 135.

⁸³ Compõem as *Poesias Americanas* os seguintes poemas: *Canção do exílio*, *O canto do guerreiro*, *O canto do Piaga*, *O canto do índio*, *Caxias*, *Deprecação* e *O soldado espanhol*. Cf. DIAS, 1959. p. 103-120.

*poesia a Saint-Pierre e a Chateaubriand é assaz rico para inspirar e nutrir os poetas que crescerem à sombra das suas selvas primitivas*⁸⁴.

Portanto, vinte e um anos depois de Denis ter apontado o indianismo como fonte original e legítima para a expressão do espírito da Nação brasileira, um dos grandes próceres da literatura romântica portuguesa aparecia em cena para repassar, apaixonadamente, a mesma idéia. Gonçalves Dias era por ele colocado como o exemplo “(...) *da verdadeira poesia nacional do Brasil* (...)”⁸⁵ por ser capaz de demonstrar a esperança e a possibilidade do progresso das letras serem alcançadas mediante uma literatura considerada expressão de uma nacionalidade. O crítico não se contém e cita dois trechos de o *Canto do Guerreiro*⁸⁶.

O indianismo literário, entretanto, não seria fruto somente das penas de reconhecidos literatos estrangeiros. Se a importância desses intelectuais na edificação dessa temática não pode ser esquecida, a crítica literária brasileira também contribuiu para que o indianismo fosse convencionalmente construído.

Em 1836, um grupo de jovens – Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto Alegre, Francisco de Sales Torres Homem, João Manuel Pereira da Silva, Cândido de Azevedo Coutinho – provavelmente sob a liderança do primeiro, lançaram em Paris a “*Niterói, Revista Brasiliense de Ciências, Letras e Artes*”⁸⁷. A preocupação desses jovens, balizados pelo nacionalismo literário, foi o de indicar ao Brasil uma trajetória para a construção de uma autêntica literatura nacional. Segundo Candido, a revista *Niterói* “(...) *vale, no conjunto, por um manifesto organizado de independência literária*”⁸⁸.

No primeiro tomo dessa revista, Gonçalves de Magalhães escrevia o “*Ensaio sobre a história da literatura do Brasil*”⁸⁹ e nele manifestava sua crença de que a literatura revelava o caráter, o espírito, as virtudes e as paixões de um povo.

“A literatura de um povo é o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas idéias, de mais filosófico no pensamento, de mais heróico na moral e de

⁸⁴ HERCULANO, 1978. p. 136.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ As três versões que tenho em mãos do texto de Herculano, infelizmente, não reproduzem os versos de o *Canto do Guerreiro* por ele citados. Cf. HERCULANO, 1954; HERCULANO, 1959; HERCULANO, 1978. Julgo poder destacar que o poema todo é de uma sonoridade apaixonante e o indígena nele aparece pintado heróica e bravamente. Penso ser interessante citar os seguintes versos que talvez impressionaram Herculano: “*Aqui na floresta/ Dos ventos batida,/ Façanhas de bravos/ Não geram escravos,/ Que estimem a vida/ Sem guerra e lidar/ - Ouvi-me, Guerreiros,/ - Ouvi meu cantar* (...)”. Cf. DIAS, 1959. p. 104.

⁸⁷ Segundo Candido, dois números dessa revista foram publicados nesse ano de 1836, quando também a Revista deixou de existir. Cf. CANDIDO, 1981. vol. II. p. 405; COUTINHO, 1986. vol. III. p. 58.

⁸⁸ CANDIDO, 1976. p. 344.

⁸⁹ MAGALHÃES, 1978 (1836). p. 132-159.

*mais belo na natureza, é o quadro animado de suas virtudes e de suas paixões, o despertador de sua glória, e o reflexo progressivo de sua inteligência*⁹⁰.

Segundo Magalhães, a literatura produzida até então no Brasil se *olvidara* do próprio país, permanecendo acorrentada às influências externas. Para ele, essa poesia não tinha um “*caráter novo e particular*”, porque presa à imitação. Sendo assim, ela não cumpria seu papel de alimentar e de ser simultaneamente alimentada pelos “(...) *corações brasileiros ávidos de liberdade e de progresso*”⁹¹. E pergunta-se: “*Pode o Brasil inspirar a imaginação dos Poetas?*”⁹².

Convencido de que a natureza exercia sobre os espíritos dos povos decisivas influências, afirma que os indígenas brasileiros *cultivavam* a poesia pois a “(...) *natureza [d]o Brasil necessariamente inspirar deveria seus primeiros habitantes*”⁹³. A leitura dos cronistas do período colonial⁹⁴, permitiria constatar que, entre os *gentios*, a música e a poesia eram apreciadas e tidas em grande consideração. Apesar de constituírem “*povos incultos*”, os nativos nasciam poetas e músicos porque eram profunda e eternamente inspirados pela sublime natureza local.

Se essa natureza inspirara e moldara esses homens *incultos*, também os brasileiros nasciam músicos e poetas. Como as riquezas ocultas no seio da terra, a inspiração dos poetas brasileiros permanecia, contudo, tutelada pelos modelos europeus. Por um lado, os poetas deveriam abandonar a imitação e, assim como os indígenas, permitir que o *gênio nacional* se exprimisse. Por outro, os próprios indígenas, amantes da liberdade e da independência, poderiam ser fontes de inspiração para os poetas: “*Talvez tivessem eles de influir sobre a atual poesia brasileira, como os antigos bardos da Escócia sobre a poesia influíram do norte da Europa*”⁹⁵.

Vinte anos mais tarde, em 1856, nas notas feitas ao seu poema *Confederação dos Tamoios*, Magalhães reforçaria sua crença de que os antigos habitantes do território constituíam fonte correta de inspiração para os poetas brasileiros. Eram homens bravios, amantes da liberdade e de sua terra natal, que preferiam a morte à escravidão. Esses indígenas possuiriam, segundo Magalhães, todos os valores a serem louvados pela civilização e, por isso, podiam e deveriam ser cantados pelos poetas.

⁹⁰ MAGALHÃES, 1978 (1836). p. 132.

⁹¹ Idem. p. 150.

⁹² Idem. p. 153.

⁹³ Idem. p. 155.

⁹⁴ Cita o *Roteiro do Brasil* e informa desconhecer sua autoria. Cf. Idem. p. 156.

⁹⁵ Idem. p. 157.

“*Canto por conseguinte virtudes civilizadoras*”⁹⁶, virtudes que se encontravam já presentes no *ser* do indígena.

“*Vítima ilustre [o indígena]
De amor do pátrio ninho e liberdade,
Ele, que aqui nasceu, nos lega o exemplo
De como esses dois bens amar devemos*”⁹⁷.

Segundo Candido⁹⁸, a influência de Magalhães sobre seus contemporâneos talvez tenha sido inigualável. A impressão que se tem é a de que só se ingressava na literatura com seu aval, uma vez que era considerado como o fundador da reformulação da arte coeva. Foi esse literato que, em 1836, e, posteriormente, em 1856, apontaria o indianismo como sendo uma saída para uma nova sensibilidade artística nacional e nacionalista.

Em 1841, Joaquim Norberto de Souza e Silva, como prólogo às *Modulações Poéticas*, antepôs um *Bosquejo da história da poesia brasileira*⁹⁹. Na introdução desse texto, Norberto afirmava que os selvagens brasileiros, que habitavam o território antes da sua conquista pelos portugueses, eram “(...) *povos rudes e bárbaros* (...)”. Entretanto, a portentosa natureza, através de suas encantadoras cenas, fazia-os poetas, elevando-os “(...) *acima dos povos americanos pela sua imaginação ardente e poética* (...)”. Para o autor, os “(...) *novos brasileiros, filhos dos conquistadores portugueses* (...)” não souberam aproveitar os pátrios costumes, os hábitos, e “(...) *as tradições das tribos que as nossas florestas povoavam* (...)” para produzir uma literatura de cunho nacional. Esses povos, afirmava, apesar de desaparecidos, poderiam, devido à riqueza de sua inspiração, ser tema poético para dar “(...) *cores e feições nacionais à poesia* (...)”¹⁰⁰.

No texto intitulado “*Tendência dos selvagens brasileiros para a poesia*”¹⁰¹, publicado no tomo II da *Revista Popular*¹⁰², Norberto retomava as idéias sobre a

⁹⁶ MAGALHÃES, 1856. p. 353.

⁹⁷ Idem. p.351.

⁹⁸ CANDIDO, 1981. vol. II. p.55.

⁹⁹ SILVA, 1997 (1841). Segundo Miranda, o *Bosquejo* foi publicado primeiramente em 1840, no periódico o *Despertador*; no ano seguinte foi anteposto às *Modulações poéticas*. Cf. MIRANDA, 1997. p. 11.

¹⁰⁰ SILVA, 1997 (1841). p. 27-28.

¹⁰¹ Esse texto de Norberto fazia parte de um projeto de história da literatura brasileira que, entretanto, não chegou a ser publicada. Cf. COUTINHO, 1968. p. 45-46.

¹⁰² SILVA, 1859. Na nota ao pé da página inicial encontra-se a informação: “*capítulo 2^o do 2^o livro da História da Literatura Brasileira*”. Esse texto de Norberto me foi gentilmente cedido pelo professor José Américo Miranda da FALE/UFMG, que no momento prepara uma edição crítica da *História da Literatura Brasileira*. Essa obra, primeiro esforço no sentido de elaboração de uma história literária, até então permanece sem ter merecido uma publicação em separado, existindo apenas nas páginas da

propensão dos indígenas brasileiros para a música e a poesia. Do mesmo modo que Magalhães, acreditava que, vivendo esses povos num território magnífico devido à exuberância de sua natureza, não poderiam furtar-se à tendência imperiosa de tornarem-se poetas.

“Sob o pomposo e magnífico céu do Rio de Janeiro, ante as cenas portentosas de sua natureza, à vista de sua esplêndida, pitoresca e risonha bahia, só não seria poeta um povo estúpido, destituído de toda inteligência”¹⁰³.

Os povos indígenas brasileiros, por mais feroz que fosse seu grupo, eram poetas e suas tradições e línguas favoreciam essa tendência. Segundo Norberto, essa afirmação poderia ser comprovada a partir da leitura de vários cronistas coloniais. Bastaria percorrer as páginas de Gabriel Soares, Jaboaão, Jean de Léry, Fernão Cardim, André de Thévet, Hans Staden para encontrá-las prenhes dos atos gentílicos admiráveis. Das páginas desses cronistas emergiriam indígenas que, além de “(...) *afeiçoados à música, amigos da dança e célebres improvisadores (...)*”¹⁰⁴, seriam homens bravos, destemidos, amantes da liberdade e da tradição. Dos mitos indígenas e de seu caráter, os poetas deveriam extrair matéria suficiente e profunda inspiração para compor os poemas nacionais.

1.3. – O FLORILÉGIO DA POESIA BRASILEIRA: VARNHAGEN, A LITERATURA NACIONAL E O INDIANISMO

Em 1850, Varnhagen publicaria os dois primeiros tomos de uma antologia poética, que fora organizada segundo as preocupações vigentes no seu tempo. O *Florilégio* traz, seguindo os mesmos passos de Denis, um projeto de seu organizador: o interesse de apresentar os corretos caminhos a serem trilhados pelos poetas brasileiros no sentido de edificarem uma literatura nacional. Assim, os critérios adotados por ele para selecionar os poemas que compõem a antologia trazem a marca de um projeto histórico. Um projeto que visava, ao selecionar e agrupar os poemas, torná-los coevos e “(...) *erige-[l]os em canon (...)*”¹⁰⁵. O que era *bom* e que deveria

Revista Popular e nas da *Minerva Brasiliense*. O texto que tenho em mãos é uma cópia datilografada a partir do original, mas sem numeração de páginas.

¹⁰³ SILVA, 1859.

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ LAJOLO, 1998. p. 305.

ser resgatado do passado, compilado e publicado era toda a produção que, desde os tempos mais longínquos, trouxesse no seu seio os traços da *americanidade*¹⁰⁶.

Ao conjunto dos poemas selecionados, Varnhagen antepôs uma introdução intitulada *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil*¹⁰⁷, na qual construiu uma história da literatura brasileira e traçou as linhas do que entendia por americanidade. Assim como a história nacional, a história literária deveria ler o passado e dele retirar boas lições que deveriam servir de modelo para a edificação da literatura. Um poema americano, segundo Varnhagen, seria aquele que manifestasse em alto grau a nacionalidade. Para isso, ele precisava ser escrito na língua nacional e valorizar a natureza local e os heróis da pátria.

Segundo Varnhagen, o Brasil possuía um idioma próprio desde que os primeiros colonos portugueses começaram a chegar ao país. Ao migrar, a língua portuguesa fora sendo *limada*, adquirindo sonoridade distinta daquela da mãe pátria.

*“Antes de passarmos adiante, diremos em poucas palavras as nossas opiniões acerca do acento do Brasil, que não obstante variar em algumas entoações e cacoetes segundo as províncias, tem sempre certo amaneirado, diferente do acento de Portugal”*¹⁰⁸.

A língua portuguesa brasileira seria resultante de um longo processo de polimento das “(...) *articulações latinas* (...)”¹⁰⁹ da língua portuguesa, o que, entretanto, não deveria ser entendido como um processo de degeneração. Existia uma língua que particularizava a nacionalidade brasileira e os poetas deveriam dela tomar consciência para que corretamente escolhessem os temas e os recursos estilísticos a serem empregados: “(...) *harmoniosa e bela é a nossa língua* (...)”¹¹⁰.

Muitos anos antes, em 1840, na *Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas no Brasil*, Varnhagen já afirmava que se a “(...) *língua portuguesa é filha tão carinhosa da latina* (...), igualmente era incontestável que

“(...) no passar o Atlântico e plantar-se nesta terra se locupletou de vocábulos, uns deduzidos de metáforas inspiradas pelas fortíssimas impressões da natureza à imaginação ardente do português, outros tomados

¹⁰⁶ LAJOLO, 1998. p. 306.

¹⁰⁷ VARNHAGEN, 1946 (1850). p. 9-58. Segundo Moreira, esse ensaio de Varnhagen “(...) constitui um dos papéis fundamentais para o conhecimento da formação de uma consciência nacional já segura da existência de uma literatura independente das fontes portuguesas, por força dos ângulos particulares da expressão e da motivação estética”. Cf. MOREIRA, 1967. p. 167.

¹⁰⁸ Idem. p. 18.

¹⁰⁹ Idem. p. 9.

¹¹⁰ Idem. p. 4

*aos indígenas, atenta à necessidade de dar representativos a novas idéias, exóticas plantas e antes desconhecidos pássaros (...)*¹¹¹.

Nesse momento, Varnhagen ainda admitia que as línguas indígenas tivessem exercido algum tipo de influência na conformação da língua portuguesa brasileira. Em 1850, essa possibilidade já era completamente desconsiderada pelo autor.

Nesse sentido, talvez seja possível compreender porque, para nosso autor, “(...) os escassos fragmentos que chegaram a nós de poemas principalmente religiosos em língua guarani não pertencem à presente coleção”¹¹². Não pertenceriam porque a língua brasileira era filha da *civilização* que só se desenvolvera nesse território do Novo Mundo à medida que os portugueses se embrenharam pelos sertões. O *Florilégio* fora composto no sentido de reunir e de tornar conhecidas as poesias filhas da inspiração de uma *alma nacional* filha da colonização. As línguas nativas do Brasil não seriam veículos próprios para a expressão de uma *alma* que não era filha das selvas.

A língua pátria era a língua portuguesa. Portanto, os versos a serem recuperados do extenso manancial do passado eram os versos escritos em língua portuguesa, por brasileiros. Esses eram os versos que trariam a marca indelével da nacionalidade. Se os poetas *atuais* pretendessem produzir versos talentosos, Varnhagen acreditava que deveriam exprimir-se na língua pátria pois somente ela permitiria que as profundas inspirações do *caráter* nacional se manifestassem plenamente. Desse modo, acreditava que aqueles poetas vaidosos, que outrora se propuseram a escrever em línguas estrangeiras, terminaram por compor versos sem inspiração uma vez que “(...) a dificuldade da empresa prendeu-lhe[s] a veia poética”¹¹³.

Varnhagen afirmava que o desenvolvimento e a decadência da língua e da literatura sempre acompanhavam a ascensão e a queda dos Estados. O Estado Brasileiro, em processo de consolidação, se se pretendesse um estado grandioso, precisava garantir a edificação e a consolidação de sua literatura. A poesia seria capaz de fazer transparecer a glória dos Estados e, desse modo, glorificá-los. “(...) assim as línguas e literatura, sempre em harmonia com a ascendência e decadência dos estados, como verdadeira decoração que são de seus edifícios (...)”¹¹⁴. Decoração não

¹¹¹ VARNHAGEN, 1841. p. 54.

¹¹² Idem. p. 21.

¹¹³ VARNHAGEN, 1946 (1850). p. 25.

¹¹⁴ Idem. p.9.

no sentido de supérfluo, mas sim o elemento capaz de traduzir o mais essencial, belo e profundo de um ser.

Muitos anos mais tarde, em 1872, José de Alencar publicaria o romance *Sonhos d'Ouro* e a ele antepunha um prefácio intitulado “*Benção Paterna*”¹¹⁵. Do mesmo modo como Varnhagen, afirmava que “(...) *a literatura nacional que outra coisa não é senão a alma da pátria (...)*”¹¹⁶. Para Alencar, a literatura era o instrumento capaz de revelar o que a Nação tinha de mais íntimo, profundo e particular. Caberia aos poetas e romancistas a tarefa de desnudar essa alma, traduzindo-a em versos e em prosa.

Se aos poetas caberia essa missão, ela só poderia ser realizada se se utilizasse da língua pátria. Essa língua seria resultante, segundo Varnhagen, de *polimentos* sofridos pelas *articulações latinas* do português colonizador. O Brasil possuía uma língua originária da *civilização* que aqui aportara com os portugueses. Portanto, era o caminho percorrido por essa língua, ao migrar para o Novo Mundo, que se deveria resgatar através da produção literária dos artistas brasileiros. Aos jovens poetas *contemporâneos* era preciso revelar essa longa estrada e assim demonstrar que desde há muito tempo o *espírito nacional* existia. Um *espírito* que era fruto da *civilização* e que se manifestava por meio de sua produção literária.

Portanto, pode-se compreender porque, para nosso autor: “*Os escassos fragmentos que chegaram a nós de poemas principalmente religiosos em língua guarani não pertencem à presente coleção*”¹¹⁷. Não pertenceriam porque a língua brasileira era filha da *civilização*. O *Florilégio* fora composto no sentido de reunir e de tornar conhecidas as poesias filhas da inspiração de uma *alma nacional* filha da colonização.

Essa poesia a ser resgatada do desconhecimento também deveria trazer a marca da originalidade. Ser original significaria atingir, segundo Varnhagen, o sublime, tomando-se como temática assuntos nacionais. Um poeta antigo seria considerado em alto grau por Varnhagen porque tornara tema de sua lira “(...) *os principais heróis que dirigiram a restauração da sua província contra o jugo*

¹¹⁵ ALENCAR, s/d.

¹¹⁶ Idem. p.10.

¹¹⁷ VARNHAGEN, 1850 (1946). p. 21.

holandês”¹¹⁸. Os heróis seriam aqueles que garantiram, no passado, a edificação da nacionalidade brasileira, uma nacionalidade que era filha da *civilização*.

Um poeta também seria original, segundo Varnhagen, se deixasse de imitar o estrangeiro e buscasse inspiração “(...) *que brota do seio do próprio país* (...)”¹¹⁹. A elevada poesia nacional deveria tratar das majestosas cenas naturais do país, traduzindo em versos os sublimes frutos do clima e do solo nacionais.

A exuberante terra brasileira daria aos poemas uma cor americana e impediria os poetas de permanecerem na imitação cantando temas mitológicas do velho mundo. Segundo Varnhagen, entretanto, dois erros seriam imperdoáveis. O primeiro estaria no fato de os poetas entenderem que, para ser americano, um poema fosse construído como

*“(...) uma completa insubordinação a todos os preceitos dos clássicos gregos e romanos, e dos clássicos da antiga pátria-mãe. (...) mas enganar-se-ia o que julgasse, que para ser poeta original havia que retroceder ao abc da arte, em vez de adotar, e possuir-se bem dos preceitos do belo, que dos antigos recebeu a Europa. O contrário podia comparar-se ao que para buscar originalidade, desprezasse todos os elementos da civilização (...) todos os preceitos que nos transmitiram nossos pais”*¹²⁰.

O Brasil era filho da civilização européia e o belo a ser perseguido era o belo estabelecido por esses povos. Varnhagen absolutiza o conceito de belo e apresenta a estética do Velho Mundo como sendo *a* estética e *o* modelo a ser seguido pelos poetas. A roda já fora e bem inventada. Não havia porque fugir dos preceitos estabelecidos pelos literatos europeus. Aos poetas brasileiros caberia a tarefa de utilizar-se dessas ferramentas e de traduzir, por meio delas, a *alma nacional*. A poesia americana nasceria “(...) *da contemplação de uma natureza nova e virgem* (...)”¹²¹.

O segundo erro, decorrente do primeiro, para o autor, estaria no fato de os poetas julgarem que, para produzir poemas nacionais, deveriam

*“(...) exaltar as ações de uma caterva de canibais, que só vinha assaltar uma colônia de nossos antepassados só para os devorar? Deu-nos Deus a inspiração poética para o louvarmos, para o magnificarmos pela religião, para promover a civilização, e exaltar o ânimo a ações generosas (...) Infeliz do que dela se serve para injuriar sua raça, seus correligionários e, por ventura, a memória de seus próprios avós”*¹²².

¹¹⁸ VARNHAGEN, 1850 (1946). p.44-45.

¹¹⁹ Idem. p. 15.

¹²⁰ Idem.

¹²¹ Idem.

¹²² Idem. p.15-16.

Num momento no qual o indianismo já ganhara amplos apoios e os *Poemas Americanos*¹²³ de Gonçalves Dias já concretizavam aspirações dos críticos no sentido que se desse início à produção da poesia nacional¹²⁴, Varnhagen apresenta-se como uma nota discordante entre os cantos indianistas¹²⁵.

Para ele, os nativos brasileiros eram selvagens e antropófagos, animais primitivos que apenas impediram o pleno e tranqüilo avanço da *civilização*.

Enquanto seus contemporâneos perguntavam-se se os nativos brasileiros cultivavam a música e a poesia, Varnhagen respondia que “(...) *os indígenas tinham um gênero de poesia que lhes servia para o canto (...)*”¹²⁶. Destaque-se: *um gênero*. De modo depreciativo, afirmava que os povos indígenas podiam e até eram poetas; mas essas não passavam de composições *monótonas e improvisadas* repetidas pelos selvagens. Afirma que os compositores trovavam “(...) *tudo por comparações (...)*” e “(...) *arremedavam pássaros, cobras e outros animais (...)*”¹²⁷. O tom animalesco atribuído a essas composições não deixa dúvida. Se os selvagens compunham, não se tratava de inspiração do espírito. Isso seria inconcebível para seres duvidosamente humanos e tão primitivos. As composições dos indígenas não passavam de imitação dos sons da natureza, monotonamente repetidos ao longo do tempo. Não haveria neles a luz da inspiração e nem a expressão de espíritos poéticos e sensíveis. Afinal, não passariam esses indígenas de selvagens a *gargantear* sons imitados, e não concebidos.

Se esses selvagens tinham *tendências* para a música e a poesia, os jesuítas aproveitaram-se delas como *meio* para a catequese. Foram esses jesuítas, preocupados em atrair esses selvagens, que deram o “(...) *o primeiro impulso da poesia e do teatro no Brasil*”¹²⁸. Assim, a poesia brasileira teria suas sementes plantadas pela ação civilizatória e o que antes existira, se existira, não passara de manifestações grotescas de povos selvagens.

Segundo Lajolo, o texto de Varnhagen é “(...) *do contra (...)*”¹²⁹. Talvez mais do que ser do contra, Varnhagen procurava coadunar suas teorias literárias com suas

¹²³ DIAS, 1959 (1846).

¹²⁴ COUTINHO, 1968. p. 93.

¹²⁵ Segundo Lacombe, “(...) *o indianismo romântico não era considerado por Varnhagen só um erro, mas um perigo, pondo em dúvida a validade de toda a obra política portuguesa e brasileira*”. Cf. LACOMBE, 1967. p. 143.

¹²⁶ VARNHAGEN, 1946 (1850). p. 11.

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ LAJOLO, 1998. p. 306. Segundo Wehling, Varnhagen recusou o indianismo romântico ao qual se referia, pejorativamente, como *caboclisto*. Cf. WEHLING, 1999. p. 66/113.

teorias históricas e etnográficas. Convicto de que o Brasil era filho da *civilização* e de que o elo perdido a ser encontrado era aquele que atava o país a uma origem européia, Varnhagen não poderia, conforme julgava, aceitar que o berço da literatura nacional fosse colocado entre os indígenas americanos. Ao incluir os nativos brasileiros na barbárie, Varnhagen os destituía da nacionalidade. Sua atitude de rejeição tem mão dupla. Por um lado, os indígenas sequer poderiam ser considerados poetas. Ora, se a cultura européia desse momento acreditava que o espírito humano só poderia se manifestar mediante a produção literária que expressava sua índole, isso significa negar a própria humanidade dos indígenas. Não eram humanos porque não tinham nada a exprimir, não tinham razão e nem sentimentos.

Por outro lado, seria inconcebível, na lógica de Varnhagen, que tais seres fossem tomados como paradigma para a edificação de uma literatura nacional¹³⁰. Se a Nação era filha da *civilização* aqui aportada com os portugueses e se a literatura era o veículo capaz de propiciar a manifestação do espírito dessa Nação, era inconcebível pretender que esse *espírito* se manifestasse por meio da temática indianista. Varnhagen chega mesmo a escrever ao Imperador sobre a questão e a adverti-lo, por meio de carta datada de 18 de julho de 1852, acerca do indianismo de Gonçalves Dias: “(...) *não deixar para mais tarde a solução de uma questão importante acerca da qual convém muito ao país e ao trono que a opinião se não extravie com idéias que acabam por ser subversivas*”¹³¹.

Subversiva seria uma literatura que veiculasse a imagem do indígena como portador da brasilidade¹³². No processo de construção de uma auto-imagem capaz de servir de símbolo a uma Nação branca e europeizada, Varnhagen abominava a utilização dos indígenas. Talvez por ter consciência do poder estruturante da literatura e da força simbólica que porta, Varnhagen julgava que essa temática fosse ameaçadora porque negava e rompia os elos que a Nação brasileira deveria construir com o berço daquela região do globo que julgava portadora da *civilização*: a Europa

¹³⁰ Em 1852, no texto *Como se deve entender nacionalidade na História do Brasil*, Varnhagen condena o indianismo literário. Segundo ele, o poeta que cantasse os *heroísmos satânicos*, louvasse a *resignação forçada* e sua *indolência*, conseguiria apenas compor *mera poesia*, porque a verdadeira poesia era aquela que expressava *a verdade*. Os poetas indianistas faltavam com a verdade. Cf. Varnhagen, 1948 (1852). p. 233.

¹³¹ LESSA, 1961. p. 187.

¹³² GUIMARÃES, 1988. p.12.

É certo que Varnhagen construiu uma das mais eruditas e ricas antologias de seu tempo, conforme afirma Candido¹³³ e a ela antepôs um texto de caráter historiográfico e procurou traçar os rumos a serem trilhados pela literatura brasileira. Varnhagen estava envolvido no movimento intelectual que procurava nomear e identificar a literatura nacional. Sua contribuição para a historiografia literária não pode ser desprezada, segundo Wehling. Afrânio Coutinho chega a afirmar que:

“(...) Varnhagen é reconhecidamente o fundador da historiografia literária brasileira, a ela dedicando o mesmo espírito de investigador sério e o mesmo método científico por ele aplicado na historiografia geral”¹³⁴. (grifo meu)

Entretanto, num momento no qual o indianismo era construído sob a perspectiva de ser uma temática viabilizadora de uma literatura nacional e adquiria ardorosos adeptos e defensores, Varnhagen apresenta-se como uma voz discordante. O *Ensaio histórico*, que serve de introdução ao *Florilégio* foi escrito em 1850, um ano após a publicação do *Memorial Orgânico* e apenas quatro antes da edição da *História Geral*. Localizar o *Ensaio histórico* em sua produção auxilia a compreensão de como, nesse texto, Varnhagen já apresenta suas idéias a respeito dos indígenas organizadas sob a perspectiva de serem os nativos americanos selvagens. E como selvagens, de forma alguma poderiam ser tomados como gênese de uma Nação que se pretendia filha da civilização.

Entretanto, por mais paradoxal que à primeira vista possa parecer, do indianismo romântico praticamente nenhum autor brasileiro do século XIX escapou. E dentre esses autores, e talvez com primazia no tempo, esteve Varnhagen. Em 1840, ele publicava a *Crônica do descobrimento do Brasil* e, por meio dela, também pagou seu tributo àquela temática apontada pelos contemporâneos como sendo a mais legítima para exprimir o espírito nacional. Ao negar o indianismo romântico, Varnhagen negava inclusive sua primeira manifestação intelectual na qual tratou dos indígenas brasileiros, dentro dos postulados dessa corrente literária.

O indianismo literário teve um longo processo de estruturação. Se a crítica literária, desde a década de 1820, vinha apontando-o como um meio propiciador para estruturação de uma literatura nacional, a produção de obras indianistas concretizava o projeto dessa crítica. Segundo Candido, “(...) de 1840 até o decênio de 1870 representava [o indianismo] o grande projeto artístico e patriótico”¹³⁵. O indianismo

¹³³ CANDIDO, 1981. vol. II. p. 350.

¹³⁴ COUTINHO, 1968. p. 13.

¹³⁵ CANDIDO, 1976. p. 346.

constituiu um sinal de identificação para os literatos brasileiros, que o edificaram a partir de seu desejo de construir uma imagem de um passado *real* e grandiloquente unificador da raça brasileira.

1.4. – VARNHAGEN E O INDIANISMO ROMÂNTICO: A CRÔNICA DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL

Em 1867, Varnhagen dava publicidade a seu texto “*Os índios bravos e o Sr. Lisboa (...)*”¹³⁶ e, na Segunda Parte desse confessava:

“*Durante os meus primeiros anos de aplicação e de estudos feitos na Europa sobre as nossas cousas, confesso que não tinha eu acerca do caráter dos nossos Índios nenhuma idéias seguras, ou para melhor dizer, achava-me acerca deles todos sob a impressão da carta de Pero Vaz de Caminha, que quase chegava a invejar a inocência dos Tupiniquins encontrados por Cabral em Porto Seguro; e sob essa impressão escrevi algumas linhas da ‘Crônica do descobrimento do Brasil’, que publicou o Panorama*¹³⁷ *em princípios de 1840*”¹³⁸.

A *Crônica do descobrimento* foi publicada no tomo IV de *O Panorama* de março de 1840¹³⁹ e, no mesmo ano, foi reimpressa no Rio de Janeiro, numa segunda edição revista e corrigida pelo autor¹⁴⁰. Desde então esse texto de Varnhagen não mais foi reimpresso.

Ao publicar *Os índios bravos (...)*, em 1867, Varnhagen fazia referência à *Crônica do descobrimento* apenas para negar a validade de seu conteúdo. Na sua concepção, o texto não passaria de um trabalho da imaturidade da juventude. Um trabalho que fora escrito num momento no qual *nenhumas idéias seguras* possuía acerca dos *nossos índios* e que, portanto, deveria ser desconsiderado. Além disso, ele

¹³⁶ VARNHAGEN, 1867. Varnhagen afirma, no *Ofício-Proteto*, que o texto *Os Índio Bravos (...)* fora impresso em 1862, na cidade de Lima, mas só dado à *publicidade*, em 1867. Ainda segundo o autor, naquele ano de 1862 ele fora para Lima tratar de questões relativas aos limites do Brasil. Cf. VARNHAGEN, 1874. p. 13-14. Clado Lessa também se refere ao *Ofício-Proteto* para tratar da presença de Varnhagen em Lima, em 1862. Cf. LESSA, 1955, vol. 225. p. 144-145. Também Renato S. Fleury afirma que Varnhagen passou algum tempo no Equador/Peru, no ano de 1862. Cf. FLEURY, 1978. p. 36.

¹³⁷ Segundo Lessa, no “(...) periódico [O Panorama] em que colaborava o escol das letras portuguesas (...)”, Varnhagen era um dos seus diretores suplentes, desde o aparecimento da folha, em 1837. Cf. LESSA, 1945. p. 68. Segundo Thiers Martins Moreira, Varnhagen foi um homem de *O Panorama*, conhecida “(...) revista do romantismo (...)” português. Essa revista, ainda segundo Moreira, apareceu em 1837 e foi publicada até 1858, sendo sustentada pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. Cf. MOREIRA, 1967. p. 157-159.

¹³⁸ VARNHAGEN, 1867. p. 36.

¹³⁹ A *Crônica do descobrimento* foi publicada nas seguintes seqüências de páginas do periódico: 21-22, 33-35, 43-45, 53-56, 68-69, 85-87, 101-104. Cf. VARNHAGEN, 1840.

afirma que escrevera *sob a impressão* [funesta] *da carta de Pero Vaz* que o influenciara numa idade na qual as pessoas seriam passíveis de sofrerem influências. Vinte e sete anos após escrever a *Crônica*, Varnhagen se remetia a ela com o objetivo de enfatizar a seus leitores que aquela obra não tinha, de há muito, seu reconhecimento. Ele julgava ser inaceitável que um homem formado, um homem da casa dos cinqüenta anos, permanecesse defendendo idéias que apenas jovens incoseqüentes abraçariam.

Anos antes, em 1859, o bibliógrafo Inocêncio Francisco da Silva escrevia nas páginas de seu *Dicionário Bibliográfico* algumas linhas acerca dos motivos que haviam levado Varnhagen a redigir a *Crônica*. Afirmava:

“Vi uma carta do autor [Varnhagen] dirigida a um sábio e respeitável literato, na qual dava razão desta sua composição, dizendo que a escrevera [a *Crônica*] para fazer chegar ao conhecimento do público a interessante carta de Pero Vaz de Caminha, e que preferira a forma do romance por ser este o melhor meio de adaptar ao gosto de todos a história do país”¹⁴¹.

Apesar de Inocêncio não citar a quem era endereçada essa carta e nem onde a pudera ler, o fato é que a *Crônica* mereceu um destaque por parte do dicionarista. É reveladora sua afirmação de que Varnhagen apenas publicara a Carta de Caminha no gênero romancado, porque pretendia, então, agradar ao público. A essência do texto como que fugia do controle de seu produtor e deveria ser entendida como resultado da demanda desse público. Varnhagen escrevera a *Crônica* porque estaria preocupado em chamar a atenção dos brasileiros para um documento de sua história e julgara ser o romance a única forma de levar adiante seu intento.

Novamente, em 1875, quando preparou um texto publicitário¹⁴² para anunciar as mudanças realizadas nos capítulos da *História Geral* referentes aos indígenas brasileiros, Varnhagen rememorou seus inúmeros trabalhos sobre esses povos e para isso apresentou e comentou uma extensa lista de trabalhos. Dessa lista, entretanto, não consta a *Crônica*. Poder-se-ia argumentar que, por tratar-se de um texto romancado, não deveria ser alencado no mesmo rol de trabalhos *científicos*. Mas, como o próprio autor reconhece, no trecho citado anteriormente, a *Crônica* foi produto do primeiro momento no qual os nativos brasileiros foram objeto de sua atenção. Uma atenção que ele entendia como tendo sido, devido a forças que fugiam a seu controle, desviada

¹⁴⁰ VARNHAGEN, 1840. 2ª ed. No presente estudo, farei as citações remetendo o leitor a essa segunda edição que, segundo o autor, fora revista e acrescentada.

¹⁴¹ SILVA, 1859. tomo II. p. 320.

¹⁴² VARNHAGEN, s/d.

para escusos caminhos. A visão que então apresentara dos nativos brasileiros deveria ser esquecida, pois retrataria de modo irreal os primitivos habitantes das terras desse território.

Através de todas essas passagens, o que se percebe é um autor que procura negar sua obra. Seja por meio da desconsideração explícita, seja através do *esquecimento*, Varnhagen fez questão, praticamente ao longo de toda a sua vida intelectual, de negar a essência do conteúdo da *Crônica*. A seus olhos esse trabalho deveria ser menosprezado e apartado, porque se tratava de escrito até mesmo subversivo. Tentemos entender o porquê.

A *Crônica* é uma narração romanceada da *Carta* de Pero Vaz de Caminha. Para construir essa narrativa, Varnhagen lançou mão dessa *Carta* porque na sua opinião ela deveria ser considerada o documento capaz de trazer as informações mais fidedignas dos acontecimentos sucedidos naqueles dias seguintes à chegada dos portugueses na região batizada de Porto Seguro. Caminha fora testemunha ocular e “(...) *deve em nossa opinião* [de Varnhagen] *suplantar as* [narrativas] *dos mais acreditados escritores que não foram coevos (...)*”¹⁴³. Nas notas acrescidas à segunda edição da *Crônica*, Varnhagen chama a atenção de seus leitores:

*“Julgamos dever começar por advertir o leitor de que a maior parte das circunstâncias com que vestimos a nossa crônica são históricas ou tradicionais. E que talvez particularidade alguma fosse trazida sem intenção, quer de produzir maior interesse, quer, enfim, de mostrar a vida e alma do século”*¹⁴⁴.

Tais observações sugerem um autor preocupado, primeiramente, em mostrar para seus leitores que a narrativa construída tinha uma estreita ligação com a veracidade porque estava assentada em documentação histórica. O que seria dito, poderia ser investigado e comprovado empiricamente através de fonte coeva. Ao chamar para si o respaldo dessa documentação, Varnhagen procurava tornar seu texto ficcional o mais próximo possível da realidade e, dessa forma, mais convincente, porque mais verossimilhante. E faz questão de ser enfático: “(...) *nesta história o seguimos* [a Caminha] *por vezes textualmente*”¹⁴⁵. Logicamente, ao enfatizar a verossilhança desse texto, Varnhagen objetivava convencer seus leitores da enorme proximidade entre o que estava narrando e a verdade histórica. Apesar de tratar-se de uma novela, ela fora edificada a partir das *seguras* informações fornecidas por um

¹⁴³ VARNHAGEN, 1840. p. 21.

¹⁴⁴ Idem. Nota E. p. 63.

¹⁴⁵ Idem. p. 22.

confiável contemporâneo. Ao seu leitor, Varnhagen procurava passar a certeza de uma narrativa que não seria fruto apenas de devaneios de um escritor.

Uma vez feitas essas observações, Varnhagen coloca-se como o narrador dos acontecimentos descritos por Caminha e, conforme anunciou, faz longas citações da *Carta*. Nessa narrativa, os indígenas foram descritos, seguindo os passos de Caminha, como que se dotados de qualidades que seriam valores humanos absolutos. Os indígenas seriam *bons* porque possuiriam “(...) *o cabelo corredio, as feições regulares do rosto, a figura elegante do corpo, a forma afilada do nariz (...)*”. Também eram homens puros de espírito: “(...) *causa realmente admiração a tranqüilidade de espírito que mostraram [dois indígenas levados a bordo da caravela]*”. Simultaneamente eram pacíficos e alegres: “*Os bons indígenas depunham os arcos em sinal de paz, (...) acenavam por todos os modos, fazendo muitas folias para que se achegassem àquela terra acolhedora*”. E Varnhagen repete Caminha: “(...) *e mais mansos entre nós, que nós entre eles*”. Conseqüentemente, com relação à humanidade desses seres, não haveria do que duvidar: “*O homem que foi é o mesmo que há de ser; só a civilização o pule e lhe adoça os costumes (...)*” ou então “(...) *que eles [os índios] são descendentes de Noé como nós outros (...)*”¹⁴⁶.

Varnhagen não duvida da humanidade dos indígenas. Entretanto, é preciso ler com cuidado os critérios adotados pelo autor para estabelecer essa humanidade. Eles seriam humanos porque, como um bloco monolítico, dotados de valores físicos e morais que os aproximariam, mesmo vivendo em estado selvático, da cultura humana tomada como valor absoluto: a cultura do homem europeu. E porque similar a esse homem, é que o indígena poderia ser concebido enquanto humano. Se ainda eram povos grotescos, não haveria dúvida de que eles alçariam a maiores patamares, aos patamares *da civilização* européia, porque traziam em si os germens do progresso. O olhar de Varnhagen apresenta-se orientado pela visão *monogenista* da origem da humanidade. Segundo Schwarcz:

“(...) *a visão monogenista, dominante até meados do século XIX, congregou a maior parte dos pensadores que, conformes às escrituras bíblicas, acreditavam que a humanidade era una. O homem, segundo essa versão, teria se originado de uma fonte comum (...)*”¹⁴⁷.

A humanidade seria una e os indígenas nela estariam incluídos porque potencialmente poderiam, mesmo que a longo prazo, alçar o nível *da civilização*. A

¹⁴⁶ VARNHAGEN, 1840. p.33, 34, 44, 101, 87, 101.

¹⁴⁷ SCHWARCZ, 1995. p. 48.

humanidade seria una (*homem que foi é o mesmo que há de ser*) porque, a passos mais ou menos rápidos, os povos superariam um estágio primitivo de vida atingindo o ápice do progresso. Vejamos. Caminha narra o episódio de dois indígenas que foram apresados, conduzidos à nau de Cabral e posteriormente soltos, após serem presenteados:

“(...) isto depois que [Cabral] fizera presentear a cada um deles com uma camisa nova, uma carapuça vermelha e um rosário de contas brancas de osso (...) e, mais, com um cascavel e uma campainha”¹⁴⁸.

Varnhagen faz referência ao fato, mas dá a ele, enquanto narrador, sua interpretação: *“(...) assim [Cabral] os queria ir cativando pelo interesse, porque se persuadia ser esta principal alavanca, que move os povos, tanto mais material quanto mais materiais são os homens”¹⁴⁹*. A humanidade seria universal, mas o padrão de humanidade estava nos valores constituintes do mundo branco europeu. A esse branco estava dado o fardo de *alavancar* uma humanidade que existia potencialmente.

O projeto de Varnhagen não deixa dúvida: *“(...) naquelas terras nunca dantes trilhadas por povo algum civilizado (...)”*, os navegadores, imbuídos do mais ardente espírito religioso, agradeciam ao céu *“(...) o haverem descoberto uma grande parte da terra onde um dia seria plantada a sua religião, pregada pela sua língua àqueles gentios”*. O projeto civilizatório de Varnhagen é muito claro: tratar-se-ia de trazer aqueles povos ao grêmio da cultura europeia, tomada por ele como sendo a cultura. Por seu lado, os indígenas seriam humanos porque *“(...) depunham as armas em sinal de paz (...)”*, como que reconhecendo a generosidade do ato daqueles que se propunham a resgatá-los. E os indígenas agiam *“(...) fazendo muitas folias para que [os portugueses] se achegassem àquela terra acolhedora”¹⁵⁰*, num ato demonstrativo da alegria que sentiam diante de homens que os prezavam e consideravam, apesar de selvagens.

Segundo Todorov, pode-se afirmar que o pensamento de Varnhagen é circular: *“(...) e nisso é exemplar do espírito etnocêntrico: de início definem-se os valores absolutos a partir de seus próprios valores pessoais (...)”¹⁵¹*. Os verdadeiros valores seriam os valores do seu mundo, que, uma vez tomados como absolutos, eram apresentados como constituindo o horizonte de desejo e de aspiração de todos os homens. Restava saber se os selvagens americanos seriam capazes ou não de

¹⁴⁸ CASTRO, 1985. p. 80.

¹⁴⁹ VARNHAGEN, 1840. p. 34.

¹⁵⁰ Idem. p.43, 44, 45.

atingirem esse ideal. Para Varnhagen, os índios poderiam ser considerados como portadores de uma série de valores que, *a priori*, os predispunham a *ascender* ao mundo branco. Eles seriam mansos, cordiais, honestos, sensíveis, puros, ou simplesmente bons e, portanto, prontos a serem “ajudados”.

Varnhagen não vê outro caminho para a humanidade senão o desaparecimento de toda diversidade cultural existente no mundo humano. Ao partir do pressuposto de que sua cultura constitui a cultura, não resta nele o menor constrangimento em afirmar e em prever que todas outras formas de organização social que não seja a sua devam desaparecer. Elas constituiriam, simplesmente, formas inferiores e até não humanas de organização social. Assim, o reino que deveria surgir, naquelas terras que *pertenciam* a Portugal:

“(...) viria a ser um grande império; de território imenso, filho e todo descendente – em religião, língua, costumes e até no sangue, de uma nação pequena em extensão, mas grande em homens e generosa com quem um dia viria a rivalizar, e depois emancipar-se para gozar das riquezas com que nascera”¹⁵².

O Brasil era filho da civilização europeia, era filho de Portugal. Da Europa Brasil herdara a língua, a religião, os costumes e até o sangue. Em sua visão, os nativos do território brasileiro estavam fadados ao desaparecimento para que um grande reino pudesse então nascer: o sangue que corria nas veias do povo brasileiro era o europeu.

No mesmo ano de 1840, no qual publicou a *Crônica*, Varnhagen leu na sessão de primeiro de agosto do Instituto Histórico¹⁵³ uma *Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil*. Grande parte desse texto foi inserida como nota na segunda edição da *Crônica*¹⁵⁴, feita no Rio de Janeiro. Foi na *Memória* que Varnhagen terminou por ajuizar seu pensamento, nesse momento, sobre os nativos brasileiros:

“Hoje é recebido que os autóctones deste território pertenciam a uma geração, que já ia e vai decadente e portanto a sua língua. (...) tempo virá em que se não há de conhecer que cor tinham os índios (...)”¹⁵⁵.

¹⁵¹ TODOROV, 1993. p. 24.

¹⁵² VARNHAGEN, 1840. p. 103.

¹⁵³ O texto de Varnhagen foi lido nessa sessão e um Comissão foi encarregada de dar seu parecer sobre as propostas apresentadas pelo autor. A *Memória* foi publicada no Tomo III, de 1841, da Revista do Instituto, assim como o parecer da mencionada Comissão. Cf. LESSA, 1945. vol. 186. p. 74.

¹⁵⁴ A nota F, inserida na segunda edição da *Crônica*, corresponde a uma reedição resumida das idéias da *Memória*. Cf. VARNHAGEN, 1840. p. 64-68.

¹⁵⁵ VARNHAGEN, 1841. p. 55.

Os nativos do território brasileiro eram povos já extintos ou em processo de extinção. Varnhagen postulava, nessa *Memória*, que as línguas indígenas fossem o mais rapidamente conhecidas e estudadas, pois que, por um lado, se os indígenas escutassem em suas línguas a pregação católica, seriam mais facilmente cristianizados¹⁵⁶. Sua preocupação era a de apresentar os meios que julgava facilitadores do processo de retirar os indígenas do estado de selvageria.

Por outro lado, as línguas indígenas, ainda segundo o autor, estariam credenciadas a servir de inspiração aos poetas na edificação de uma literatura nacional: “(...) e servirão de grande auxílio ao literato que se ocupar em investigações literárias para o bem da pátria (...)”¹⁵⁷. Tal credenciamento teria sua origem no fato de essas línguas serem melodiosas, suaves, elegantes e delicadas, portanto, línguas próprias para a poesia. “(...) a maior parte delas são melodiosas, abundantes de perífrases que as fazem aviventadas e coloridas e pelas onomatopéias em que abundam, próprias para o canto”¹⁵⁸.

Na *Crônica*, Varnhagen faz menção ao encontro de Cabral com um velho que teria começado uma cantilena melancólica a qual, segundo o autor, daria ao leitor uma “(...) prova da melodia desta língua que conta vários filólogos (...)”¹⁵⁹.

Mas, além de serem melodiosas, as línguas indígenas seriam, segundo Varnhagen, estruturalmente corretas. Apesar de ele acreditar que os indígenas do Brasil eram povos *ignorantes*, homens *pobres das idéias* e portadores de *expressões vagas*¹⁶⁰, afirmava que sua língua era, paradoxalmente, própria para a poesia, também porque similar em correção às línguas *sábias*: “(...) convido o leitor a ver o prólogo do *Dicionário português-brasílico, impresso em 1795*”. E cita o dicionarista:

“Em que escolas [os índios] aprenderam no meio dos sertões tão acertadas regras da gramática, que não falta um ponto na perfeição da praxe de nomes, verbos, declinações, conjugações ativas e passivas? Não dão vantagem nisto as mais polidas artes dos gregos e latinos. Veja-se por exemplo a *Arte da língua mais comum do Brasil, do venerável padre José de Anchieta, e os louvores que aí traz desta língua. Por este julgam muitos que tem a perfeição da língua grega* (...)”.

Essas línguas *corretas*, porque similares às línguas clássicas européias, teriam o poder de alimentar “(...) o espírito nacional (...)” uma vez que possibilitariam,

¹⁵⁶ Uma análise mais detalhada dessas afirmações do autor, assim como suas ligações com o pensamento varnhageniano como um todo, será realizada no capítulo seguinte.

¹⁵⁷ VARNHAGEN, 1840. p. 67.

¹⁵⁸ Idem. p. 65.

¹⁵⁹ VARNHAGEN, 1841. p. 37.

¹⁶⁰ Idem.

segundo Varnhagen, “(...) *uma prova de adesão ao seu [do Brasil] continente (...)*”. Assim sendo, o autor conclui que os “(...) *literatos bendirão a memória de todos os que cooperarem para bem das ciências e das letras (...)*”¹⁶¹.

Varnhagen escrevia esses textos claramente sob a influência dos críticos literários europeus que, conforme vimos, criavam o indianismo como sendo uma temática genuinamente nacional e, por isso, capaz de inspirar e de permitir a edificação de uma literatura brasileira. Não se pode esquecer que a *Crônica* foi publicada, pela primeira vez, em *O Panorama*, importante jornal literário dos românticos portugueses. Sustentando-se nos pressupostos dessa corrente literária, Varnhagen afiançava a idéia de que o estudo das línguas indígenas e sua utilização na composição de romances ou poemas permitiriam a edificação de uma literatura nacional. Afinal, uma Nação que se pretendesse consolidada e livre deveria edificar sua literatura porque esta seria “(...) *a primeira base para se firmar a independência e integridade das nações*”¹⁶².

Foi dentro dos pressupostos do romantismo, que Varnhagen inseriu em sua narrativa da *Carta* um episódio amoroso, cujos protagonistas eram um tripulante da esquadra e uma jovem indígena. A primeira tentação que temos ao ler essas páginas de Varnhagen é a de atribuir-lhe uma perspectiva completamente generosa com relação ao encontro, convívio e relação entre povos. Entretanto, já vimos como sua visão da bondade natural está ligada à teoria monogenista etnocêntrica do homem, que termina por apresentar os valores de uma sociedade como sendo *os* valores. Ao romancear um amor entre a indígena e o tripulante, Varnhagen estaria postulando a aproximação de culturas?

Em recente estudo sobre o indianismo literário, Antônio Paulo Graça afirma que, por mais dessemelhantes que sejam as culturas produzidas pelos homens, elas “(...) *guardam um elemento estruturante e identificador: a humanidade da cultura*”¹⁶³. O que distinguiria os homens dos animais seria o fato de que o homem é um ser cultural que só pode ser compreendido no seio de sua cultura. Muitos anos antes, Lévi-Strauss escrevia que “(...) *todos os homens sem exceção possuem uma linguagem, técnicas, arte, conhecimentos de tipo científico, crenças religiosas,*

¹⁶¹ VARNHAGEN, 1841. p. 66, 57, 59, 60, 61.

¹⁶² VARNHAGEN, 1840. p. 67.

¹⁶³ GRAÇA, 1998. p. 16.

organização social, econômica e política”¹⁶⁴. A humanidade do homem traduz-se pela produção e pela detenção de uma cultura. Negar a pluralidade da cultura humana significa negar a própria humanidade de um grupo de homens. A negação da humanidade é um ato de extermínio.

Segundo Graça, as obras indianistas brasileiras traduziram e edificaram uma imagem do nativo brasileiro. Essa imagem era herdeira de uma longa tradição filosófica européia que, desde Caminha até os filósofos do iluminismo, moldaram “(...) *o perfil do bom selvagem, o homem sem as impurezas da vida degradada da sociedade européia*”¹⁶⁵. Foi essa imagem a utilizada pela *poética indianista*.

A imagem idealizada e idealizadora do indígena não foi gratuitamente reapropriada pela ficção. Numa sociedade marcada, desde seu início, por uma prática genocida, seria necessário que alguma instância do imaginário legitimasse tal prática. E enquanto parte constituída e constituinte do imaginário nacional, essa imagem foi fundamental como foro de legitimação para um crime secular.

*“Não se exterminam, por séculos, nações, povos e culturas sem que, de alguma maneira, haja uma instância do imaginário que tolere o crime. Se a sociedade brasileira incorre no genocídio, desde sua fundação, e ainda hoje o reitera, é porque existe no imaginário um foro legitimador”*¹⁶⁶.

A ficção indianista, por meio de estratégias e procedimentos narrativos, construiu uma verdadeira “(...) *gramática poética de matiz genocida* (...)”¹⁶⁷. Tal gramática teria vários pontos que a constituiriam e, dentre eles, estaria o *seqüestro da liberdade* definido: “(...) *por esse meio o romancista atribui à vida selvagem conflitos e valores sociais e políticos próprios de nossa sociedade*”. Também formariam essa poética o *seqüestro da alma indígena*, que consistiria na atribuição a eles de uma *alma lusitana*.¹⁶⁸ Segundo Graça, essa poética não “(...) *pertence a um único escritor [e] se vem desenvolvendo desde Alencar* (...)”¹⁶⁹.

Talvez seja possível ler a *Crônica* de Varnhagen como uma precursora da obra de Alencar. Já há alguns anos, Lessa levantava a hipótese de ser a indígena pintada

¹⁶⁴ LÉVI-STRAUSS, 1989 (1952). p. 56.

¹⁶⁵ GRAÇA, 1998. p. 23. O autor utiliza-se do estudo de Afonso Arinos de Melo Franco, *O índio brasileiro e a Revolução Francesa*, para rever a trajetória percorrida pela idealização do bom selvagem, desde o início dos contatos dos europeus com os nativos das terras americanas até os filósofos do iluminismo francês. Do estudo de Afonso Arinos é preciso destacar sobretudo o capítulo VI, no qual ele repassa a teoria da bondade natural e afirma que Rousseau foi o mais fiel intérprete dessa teoria. Cf. FRANCO, 1976 (1937). p. 142-210.

¹⁶⁶ GRAÇA, 1998. p. 25-26.

¹⁶⁷ Idem. p. 19.

¹⁶⁸ Idem. p.27.

¹⁶⁹ Idem. p. 26.

por Varnhagen na *Crônica* “(...) a não confessada inspiradora [de Alencar]”¹⁷⁰. O certo é que podemos encontrar, nessa novela romanceada, pelo menos esses dois elementos que formariam a *poética do genocídio*.

A jovem indígena protagonista do romance, nomeada Ypeca, é apresentada por Varnhagen como detentora de

“(...) *Entre essas belas que Pero Lopes de Souza dissera não terem ‘nenhuma inveja às da rua nova de Lisboa’ sobressaía uma de tão extremada formosura qual aliciou os olhos de todos* (...)”¹⁷¹.

Ypeca (...) era uma das mais lindas raparigas que a imaginação nos pode apresentar (...) O seu rosto expressivo oferecia muitos mais encantos, com qualquer cintilante volver de olho (...). Lindos e compridos cabelos pretos, desdenhosamente soltos pelos ombros, constituíam seu vestuário (...) O torneado pescoço e o saído peito arquejante davam realce aos seus gestos meigos e feiticeiros, e ao lindo rosto lhe assomava um riso terno que, por entre os beijos, permitia descobrir a furto os alvíssimos dentes (...)”¹⁷².

Ypeca, a indígena tupiniquim, sai das penas de Varnhagen como detentora de uma beleza própria de deusas, mas de deusas que faziam parte do Pantheon dos deuses europeus. Ela era bela assim como as raparigas da *rua nova de Lisboa* o eram. E somente porque semelhante a elas é que Ypeca poderia ser chamada de bela e concorrer, segundo Varnhagen, para se “(...) *tornar digna esposa (...) de Braz Ribeiro*”¹⁷³.

Essa formosa jovem, mesmo que selvagem, estaria pronta para ser fecundada pela *civilização*. Apesar de nua e de trazer como adereço apenas *umas pulseiras*, ela já daria demonstração de ser detentora de princípios morais pois “(...) *certa postura em que tinha os braços lhe ocultava boa parte do corpo* (...)”¹⁷⁴. Princípios morais, logicamente, vigentes na cultura branca e novamente postulados por Varnhagen sob a égide de serem *os* princípios. E mais ainda: se a religião cristã era *a* religião porque a única capaz de permitir a “(...) *entrada de uma alma no paraíso*”, Ypeca não se negaria a ser doutrinada *na* fé e batizada. Em nome *do* amor, ela abandonaria espontaneamente suas crenças para abraçar *a* verdadeira fé, o que lhe possibilitaria ter Braz Ribeiro como esposo. A expropriação da alma indígena quase que não chama a atenção do leitor. Sutilmente o narrador o conduz a uma situação de êxtase na qual a cultura indígena é inferiorizada e negada pelo próprio indígena. Esse se comporta

¹⁷⁰ LESSA, 1955. p.166, nota 98.

¹⁷¹ VARNHAGEN, 1840. p. 18.

¹⁷² Idem. p. 43.

¹⁷³ VARNHAGEN, 1840. p. 43.

¹⁷⁴ Idem.

como sendo o outro ou deseja ardentemente, sem nenhum constrangimento, abandonar sua cultura e abraçar a que é apresentada como sendo superior.

A possibilidade de humanização do indígena estaria demonstrada na presteza com que prontificava-se a ser humano, porque desejava aderir à cultura. A possibilidade de adesão, entretanto, estava dada porque *homem que foi é o mesmo que há de ser*. Os padrões de comportamento dos indígenas seriam uma prova da existência dessa possibilidade de germinação do *ser humano*.

Na narrativa de Varnhagen, Ypeca e Braz Ribeiro não tiveram nenhuma dificuldade em se fazer entender. Segundo o autor a “(...) *linguagem amorosa, única que tem sinais comuns em todo universo (...)*”¹⁷⁵. Novamente, entretanto, o que é considerado pelo autor como sendo *o universal* são valores e comportamentos próprios de seu mundo cultural. A jovem indígena apaixonada se entrega a seu parceiro:

“(...) *com o braço esquerdo estendido sobre o dele [e] como parceira de valsa, ergueu voluptuosamente os olhos enternecidos e, mui fagueira, pôs o rosto em situação própria de nele receber um penhor de tanto afeto (...)*”¹⁷⁶.

A selvagem americana comportava-se como uma bela da *rua nova de Lisboa*, que sabia, porque esses seriam *os padrões universais*, o modo de demonstrar amor. Um amor que nascera no coração da indígena porque

“(...) *achava neste português graças e encantos que nos seus desconhecia. Os olhos penetrantes, sobrolhos cerrados, barbas pretas (...)* junto a vestes marciais, lhe davam certo ar varonil, beleza principal do sexo masculino”¹⁷⁷.

O português fora digno de receber o coração da jovem porque era um varão dotado de barbas. Segundo as teorias construídas na segunda metade do século XVIII, os machos indígenas seriam impotentes e frios, incapazes de despertar e de concretizar os desejos de suas mulheres¹⁷⁸. Uma prova da frigidez desses homens seria exatamente a fato de eles serem imberbes, o que os tornaria impotentes. Segundo Buffon: “*O selvagem é débil e pequeno nos órgãos da reprodução; não tem pêlos nem barba, nem qualquer ardor por sua fêmea (...)*”¹⁷⁹.

¹⁷⁵ VARNHAGEN, 1840. p. 36.

¹⁷⁶ Idem. p. 44.

¹⁷⁷ Idem. p. 43, 44.

¹⁷⁸ Segundo Lilia M. Schwarcz: “(...) *com Buffon e De Pauw é possível (...)* localizar o ponto de arranque para que a tese da inferioridade da América se transforme em uma história ininterrupta, culminando nas teorias científicas do século XIX”. Cf. SCHWARCZ, 1993. p. 255. Segundo Gerbi, “(...) *o pelame no queixo teve de longa data, ao menos nas civilizações européias, uma estreita associação com a galhardia corpórea e em especial com a potência viril (talvez porque esta se inicia na puberdade?)*”. Cf. GERBI, 1996. p. 72.

¹⁷⁹ Buffon, 1826-1828. Apud. GERBI, 1996. p. 21.

Na *Crônica*, os indígenas aparecem idealizados como o *bom selvagem* e dotados assim de características que os predispunham a negarem sua cultura e abraçarem a do outro, porque superior. A prova disso estaria no fato de Ypeca saber *como* deveria se comportar uma jovem apaixonada por um homem *superior* aos de sua tribo. Ao leitor resta a frustração de não ser esse amor concretizado. A jovem foi capturada pelos de sua tribo que agiram como uma “(...) *alcatéia de indígenas que pareciam avançar hostilmente e com os arcos armados*”¹⁸⁰. Esses indígenas como uma *alcatéia*, seriam aqueles que, contrariamente à maioria de seus conterrâneos, talvez desejassem impedir que a *ascensão cultural* fosse realizada. A ação de separação dos jovens amantes é eficaz, entretanto, apenas aparentemente. Ypeca é por eles obrigada a unir-se a um selvagem, mas morre “(...) *a mesquinha definhada de paixão*”¹⁸¹. O desejo que move a protagonista é o renegar sua cultura e, impossibilitada, resta-lhe apenas a morte. O narrador acaba por conduzir o leitor a um sentimento de compaixão para com essa jovem que tão ardentemente desejara tornar-se o outro, através de uma entrega incondicional. Aos indígenas não restaria, entretanto, escolha. Ou eles se submetiam alegremente ao processo de aculturação, e esses eram os indígenas bons, ou estariam fadados ao extermínio físico.

Ao escrever a *Crônica*, Varnhagen dava sua contribuição ao indianismo literário. Talvez mais do que divulgar um documento histórico, o interesse do autor ao escrever a *Crônica* fora o de construir uma ficção que servisse de exemplo para os literatos brasileiros. Varnhagen acreditava que esses deveriam ter como fonte de inspiração temas nacionais para assim poder edificar uma literatura nacional, cuja importância estava no fato de “(...) *firmar a independência e integridade das nações*”.

O papel que cabia aos indígenas, na constituição da nacionalidade brasileira, era o de legar-lhe traços valorosos e glorificadores, através do seu sacrifício. Somente assim, eles haviam constituído a Nação. O indígena que foi ostentado na “*na auto-imagem que o Brasil fez de si mesmo*”¹⁸², que apareceu nas alegorias e nos monumentos e que figurou na literatura romântica, como nos ensina Manuela Carneiro da Cunha, “(...) *é o índio bom e, convenientemente, é o índio morto*”¹⁸³. Os tupi e os guarani foram transformados no paradigma da nacionalidade desde que

¹⁸⁰ VARNHAGEN, 1840. 2ª ed. p. 44-45.

¹⁸¹ Idem. p. 55.

¹⁸² CUNHA, 1992. p. 8.

¹⁸³ Idem.

“virtualmente extintos ou supostamente assimilados”¹⁸⁴. Transformados em lenda, fundam a nacionalidade ao fundirem-se com os brancos.

Quando, em 1840, Varnhagen publicou a *Crônica*, ele dava sua contribuição para a edificação da temática indianista, rica e significativa instância do imaginário nacional. Posteriormente, entretanto, negou completamente essa obra e o indianismo enquanto temática nacionalista.

Segundo ele, ainda em fins de 1840, perdera todas as ilusões poéticas a respeito dos indígenas, passando a meditar muito seriamente acerca deles. Lembra, em 1867¹⁸⁵, que estando no sul da Província de São Paulo¹⁸⁶, na altura de Paranapitanga, em 1840, escutara casos das correrias, dos assaltos cruéis e das invasões perpetrados pelos índios e que tais acontecimentos causavam espanto e horror a toda a população local. Ao passar mais para o sul do país, na fronteira do Paraná, não apenas ouvira histórias, como teve de partir em caravana para não sofrer o ataque de índios, que estariam esperando em emboscada. E conclui:

“Confesso que desde então uma profunda mágoa e até um certo vexame se apoderou de mim, ao considerar que, apesar de ter o Brasil um governo regular, em tantos lugares do seu território achavam-se [e acham-se ainda] um grande número de cidadãos brasileiros à mercê de semelhantes cáfilas de canibais”¹⁸⁷.

Talvez o *vexame* que se apoderara de Varnhagen fosse o fato de que a partir de então ele não mais acreditava serem os indígenas passíveis de serem alçados ao patamar mais elevado da *civilização*. Na *Crônica*, os indígenas eram apresentados como povos selvagens, mas bons selvagens. Eles eram homens que viviam em primitivo estado de organização, mas possuíam princípios que os credenciariam a adentrar *no* mundo da cultura, no mundo branco. A bondade desses homens era estabelecida a partir de valores da sociedade européia, que foram, como vimos, absolutizados por Varnhagen. A viagem pelo interior do Brasil servira, conforme sua declaração, para que ele tomasse consciência da falsidade dessa crença na bondade natural. Os indígenas eram povos selvagens, canibais, emboscadores, traiçoeiros... Seria possível apontá-los como sendo objeto de inspiração à literatura nacional em gestação? Somente se a Nação brasileira desejasse colocar sua origem em povos

¹⁸⁴ CUNHA, 1992. p. 8.

¹⁸⁵ Esse relato está em *Os índios bravos e o Sr. Lisboa*. Cf. VARNHAGEN, 1867.

¹⁸⁶ Em julho de 1840, Varnhagen chegava ao Brasil com objetivo de conseguir o reconhecimento de sua nacionalidade e aqui permaneceria até abril do ano seguinte. Nesse período, ele viajou pelas províncias de São Paulo e Paraná. As impressões de sua viagem foram por ele descritas no texto *A picada do mato virgem*, publicado nas páginas de *O Panorama*. Cf. VARNHAGEN, 1842. p. 221-223.

decaídos e talvez mesmo irrecuperáveis. Apenas nesse caso os indígenas poderiam ser tomados como temática literária. Se a literatura era a fonte de expressão da *alma nacional*, uma Nação que se pretendia filha da civilização, jamais poderia colocar em tal *cáfila de canibais* o berço de sua origem.

Resta perguntar se realmente Varnhagen realizara uma mudança completa em sua maneira de ver os indígenas brasileiros. A primeira sensação que temos, ao ler a *Crônica*, é a de estar diante de uma perspectiva muito mais generosa com relação aos nativos brasileiros. Entretanto, como se viu, essa aparente generosidade carrega em si uma perversa perspectiva etnocêntrica. A única possibilidade de humanização dos indígenas estaria no fato de eles possuírem características que lhes abriam as portas do mundo branco. O índio se tornaria humano desde que desejasse e aceitasse o branqueamento. Varnhagen não duvidava da existência desse desejo e da sua possibilidade de efetivação, mesmo porque, caso contrário, só restaria aos nativos a morte.

Efetivamente, as palavras não são ingênuas e um texto é uma testemunha de preconceitos, abusos e estereótipos. Ao produzirem textos os atores históricos estão agindo, tomando posições. Como nos ensina Todorov, “(...) as idéias não são apenas puro efeito passivo. De início tornam os atos possíveis; em seguida, permitem que sejam aceitos: trata-se, afinal de contas, de atos decisivos”¹⁸⁸.

Em fins de 1841, percorrendo a Província de São Paulo e Paraná, Varnhagen convence-se de que os nativos não eram os *bons selvagens* que descrevera na *Crônica*. Nesse sentido, como acreditar que eles poderiam alçar aos altos patamares da civilização? A grande mudança que se passa em suas concepções se limita à colocação em dúvida da possibilidade de serem os nativos brasileiros civilizáveis e, portanto, humanizados. Se não o eram no presente, também não o seriam no passado. Nesse sentido, esses povos não poderiam ser tomados como a origem da nacionalidade, pois que essa seria filha da civilização européia.

Varnhagen passou o restante de sua vida negando a perspectiva indianista que orientou a confecção da *Crônica* porque tornara-se um defensor da impossibilidade de civilização dos indígenas brasileiros. Foi essa mesma idéia que acabou conformando tanto sua maneira de analisar os indígenas seus contemporâneos quanto a visão de história do Brasil que edificará. Assim como outros contemporâneos seu “(...) que

¹⁸⁷ VARNHAGEN, 1842. p. 36-37.

*fizeram do índio o herói dos seus romances ou poesias, estudaram-no também em trabalhos científicos ou históricos*¹⁸⁹, Varnhagen também se dedicou aos estudos etnográficos.

¹⁸⁸ TODOROV, 1993. p. 15.

¹⁸⁹ FERREIRA, 1949. p. 9.

CAPÍTULO 2

Varnhagen e os indígenas seus contemporâneos: *o fardo do homem branco*

2.1 – CIVILIZAR

Segundo Norbert Elias, utilizamos, no mundo ocidental, o conceito de civilização para definir o nosso modo de ser. Civilizada seria nossa maneira de nos comportar, nossa moral, nossos costumes, nossas instituições sociais, nossos conhecimentos científicos e religiosos, nossa forma de julgar e de punir, nosso modo de preparar os alimentos e de deles nos servir..., enfim, tudo aquilo que poderia ser julgado e classificado no comportamento humano. Desde muito pequenos somos criados para ver o mundo através da lente desse conceito: o nosso modo de ser, de nos portar e os objetos dos quais fazemos uso se nos apresentam como sendo únicos. Acostumamo-nos a pensar que existe uma tal ou qual forma de se portar e que essa forma melhor expressaria a natureza humana. Para o autor, o mundo ocidental, ao cunhar o conceito de civilização, descreveu aquilo que constitui seu caráter especial e do qual se orgulha. A humanidade seria definida a partir dos padrões ocidentais que aparecem colocados como sendo a revelação da natureza humana. Esse padrão de comportamento é a tal ponto absolutizado, como sendo o padrão revelador da essência humana, que sentimos embaraço, desconforto e repugnância diante de comportamentos que não são o nosso. Humano é o homem ocidental.

Entretanto, ainda segundo Elias, o homem ocidental nem sempre se comportou do modo como estamos acostumados a julgar como sendo a forma civilizada de ser do homem. No seu longo estudo acerca do desenvolvimento dos modos de conduta, Elias prova que houve, no ocidente, um longo e laborioso processo de constituição e de adestramento. “O homem ocidental nem sempre se comportou da maneira que estamos acostumados a considerar como típica ou como sinal característico do homem ‘civilizado’ ”¹⁹⁰. Ao longo do tempo, conforme nos demonstra o autor, os

¹⁹⁰ ELIAS, 1996. p. 13.

hábitos ocidentais foram sendo moldados e conformados. O que nos falta é a consciência da mudança de comportamento vivida pelo mundo ocidental e, por isso, o nosso mundo torna-se para nós um dado atemporal, uma realidade a-histórica e, portanto, uma revelação do mundo natural. Entretanto, as atitudes humanas não são estáticas. Através de uma minuciosa e profunda pesquisa sociogenética, Elias percorre os tortuosos caminhos da conformação do *habitus* ocidental.

No momento a partir do qual, entretanto, já no século XIX, o mundo ocidental esquecera a história de seu longo processo de constituição cultural, pôde naturalizá-la: o homem teria *uma* forma de *ser*. Assim, o conceito de civilização passa a ser utilizado para enfatizar o que é comum a todos os seres humanos – ou que deveria sê-lo. Ao olhar para os outros homens, o europeu questionava sua humanidade: na medida em que não eram como “nós”, não seriam humanos.

“(...) no século XIX, como hoje, todo o movimento já fora inteiramente esquecido, que o padrão de ‘civilização’, que na realidade fora adotado apenas em data bem recente, era aceito como natural, sendo o que o precedera considerado como ‘bárbaro’ ”¹⁹¹.

Para Elias, à medida que o conceito passa a ser utilizado pelo europeu para referir-se ao seu modo de ser como o mais avançado e humanamente possível, nesse momento, ele expressaria a consciência que o ocidente tinha de si mesmo. Uma consciência forjada sobre a idéia de que o *modus* ocidental de organização social, de comportamento, de moral... seria superior a todos os outros existentes no planeta. O conceito expressaria “ (...) *tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior (...)*”¹⁹². Desde então, o ocidente considera-se como o portador de uma cultura superior e sua missão seria a de transmitir e de alçar a esse mundo os homens perdidos para ela. O fardo do homem branco era o de ser o porta-estandarte da luminosa bandeira da superioridade européia que, sob todos os obstáculos, deveria ser transportada aos mais remotos rincões do planeta. Segundo Elias, em 1798, quando partia com suas tropas para conquistar o Egito, Napoleão Bonaparte a elas teria dirigido as seguintes palavras: “*Soldados, estais iniciando uma conquista de conseqüências incalculáveis para a civilização*”¹⁹³. O conceito incluiria

¹⁹¹ ELIAS, 1996. p.104. Para referendar sua afirmação, Elias cita a seguinte passagem, escrita em 1859: “*Os garfos foram indubitavelmente uma invenção posterior aos dedos, mas uma vez que não somos canibais, sinto-me inclinado a pensar que os garfos foram uma boa invenção*”. Cf. Idem. p.108. A humanidade termina exatamente onde é possível classificar como animal todo aquele que não estiver incluído nos padrões estabelecidos como humanos.

¹⁹² Idem. p. 23.

¹⁹³ Idem. p. 64.

uma tendência continuamente expansionista do ocidente porque trazia imbutido a missão civilizadora¹⁹⁴ que ele estaria encarregado de realizar. Logicamente, a autoconsciência civilizadora era o julgamento ocidental de que a sua era a maneira como o mundo dos homens deveria ser organizado. Para serem felizes, portanto, os homens só poderiam viver como os europeus viviam. Até que isso fosse alcançado, o restante dos pretensos seres humanos estaria para aquém da humanidade¹⁹⁵.

Mas, além da discussão de sua missão civilizadora, o europeu também discutia, nessa mesma época, as possibilidades ou não dos não-europeus atingirem os julgados superiores valores *da* civilização. Se o europeu atribuía a si a missão civilizatória (e foi ela que serviu como justificativa da ação colonialista do século XIX), a dúvida estava se ela seria capaz de produzir resultados satisfatórios.

Segundo Manuela C. da Cunha¹⁹⁶, o critério adotado, na primeira metade do século XIX, para distinguir de modo preciso os antropóides dos homens, seria filosófico. Esse critério seria aquele que procurava estabelecer se os humanóides teriam ou não a possibilidade de se *aperfeiçoarem*. Conceito-chave no pensamento de Rousseau, desenvolvido no *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, a perfectibilidade seria a capacidade de o homem, diante de adversidades e de obstáculos, para sobreviver, fazer uso de suas potencialidades e se aperfeiçoar.

“Seja como for, está bem demonstrado que o macaco não é uma variedade do homem, não somente por não possuir a faculdade de falar, mas, sobretudo, porque se tem a certeza de que sua espécie não é capaz de aperfeiçoar-se, o que constitui o caráter específico da espécie humana”¹⁹⁷.

A perfectibilidade seria, no pensamento rousseauiano, uma potencialidade virtual, especificamente humana, que facultaria ao homem o aperfeiçoamento. No *estado natural*, o homem viveria ao acaso das puras sensações. Entretanto, diante de obstáculos interpostos pelo meio onde vivia, o homem natural primitivo acabou por perder “(...) o paraíso da pura sensibilidade, de uma maneira progressiva e

¹⁹⁴ O literato inglês Rudyard Kipling (1865-1936), prêmio Nobel de literatura em 1907, escreveria os seguintes versos: “Assumi o fardo do homem branco/ Enviei os melhores dos vossos filhos/ Condenai vossos filhos ao exílio/ Para que sejam os servidores de seus cativos”.

¹⁹⁵ Segundo Heloísa Pontes, a generalização da sugestão de Elias permite “(...) descrever como *naciocêntricas as teorias da cultura ou da sociedade que têm no seu horizonte, ao mesmo tempo, uma ambição descritiva e prescritiva em relação a ideais de boa cultura e de boa sociedade que, de uma forma ou de outra, referem-se sempre a sociedades ou a culturas nacionais*”. Cf. PONTES, 1999. p. 45. Ainda segundo a autora, no pensamento de Elias a ordem nacional-estatal teria duas faces: uma seria a dos ideais de paz e democracia, outra a da morte e do extermínio.

¹⁹⁶ CUNHA, 1992. p. 5.

¹⁹⁷ ROUSSEAU, 1978. p. 299.

irreversível”¹⁹⁸. À medida que o homem teve de enfrentar, nos mais diversos climas, dificuldades cada vez crescentes para sobreviver, precisou fazer uso dos dons dados a ele pela natureza. Gradativamente, o homem foi deixando de ser natural, de utilizar-se de armas e de ferramentas oferecidas pelo meio, e passou a construir *artifícios* para melhor dominar esse meio ambiente onde tinha de sobreviver. Segundo Starobinski, no pensamento de Rousseau, a reflexão e o uso cada vez maior da razão pelo homem acabaram por determinar o fim do homem da natureza.

Mas, para Rousseau, o aperfeiçoamento humano teria gerado uma grande perda para a humanidade, uma vez que o homem deixara de ser inocente e espontâneo. Ao tornar-se um ser policiado¹⁹⁹, o homem passara a mover-se pela busca constante do reconhecimento externo: orgulho, honra e amizade. O homem social era um ser corrompido, que vivia a correr atrás das artificialidades do mundo, sem conseguir mais escutar suas próprias pulsões naturais:

“O cidadão, ao contrário [do homem selvagem], sempre ativo, cansa-se, agita-se, atormenta-se sem cessar para encontrar ocupações ainda mais trabalhosas; trabalha até a morte, corre no seu calçado para colocar-se em situação de viver ou renunciar à vida para adquirir a imortalidade; corteja os grandes, que odeia, e os ricos, que despreza; nada poupa para obter a honra de servi-los; jacta-se orgulhosamente de sua própria baixeza e da proteção deles e orgulhoso de sua escravidão (...)”²⁰⁰.

O homem selvagem era aquele que não desenvolvera suas faculdades virtuais, não adquirindo nenhum grau de perfeição. Esse homem não fora afastado de seu estado natural, apesar de possuir a qualidade que o distinguiria dos animais: *“(...) uma outra qualidade muito específica que os distinguiria e a respeito da qual não pode haver contestação – é a faculdade de aperfeiçoar-se (...)”²⁰¹.*

No pensamento rousseauiano, a humanidade era una, pois todos os homens, indistintamente, possuiriam a possibilidade de, através da atividade, desenvolver sua razão. Rousseau, entretanto, afirmava que o aperfeiçoamento da razão apenas trouxera infelicidade aos homens, ao gerar um distanciamento cada vez maior entre ser e parecer. A bondade estaria no estado natural e o homem selvagem, aquele que não fez

¹⁹⁸ STAROBISNSKI, 1991. p. 38.

¹⁹⁹ Segundo Moraes e Silva, policial significava “*polir uma Nação*”. A palavra policial era empregada, no século XVIII com o significado: “*cultura, adorno, urbanidade dos cidadãos, no falar, no vestir.*” Cf. MORAES SILVA. 1813. p. 464.

²⁰⁰ ROUSSEAU, 1978. p. 281.

²⁰¹ Idem. p. 243.

uso de suas potencialidades para se superar, seria o protótipo da felicidade humana, pois só almejava “(...) o repouso e a liberdade (...)”²⁰².

Contrariamente, o pensamento filosófico do século XIX se apropriou do conceito de *perfectibilidade* e interpretou-o como sendo a possibilidade para “(...) o acesso obrigatório ao estado de civilização e à virtude (...)”²⁰³. Se para Rousseau a potencialidade de perfectibilidade prenunciava os vícios latentes da sociedade e, portanto, um progresso às avessas, para os pensadores da primeira metade do XIX, ela foi lida como sendo a possibilidade da superação do estado de selvageria. Logicamente, a civilização a ser alcançada era a européia e a discussão girava em torno se poderiam ou não os *selvagens* alcançar o patamar europeu de comportamento, de moralidade, de organização política, religiosa e técnica. Vejamos.

Em 1823, José Bonifácio de Andrada e Silva apresentou à Assembléia Constituinte Brasileira seu “Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil”²⁰⁴. Nesse texto, o autor tecia considerações acerca do estado atual dos, por ele denominado, *índios bravos* do Brasil e dos meios que deveriam ser adotados para que se conseguisse “(...) domesticá-los e fazê-los felizes (...)”²⁰⁵. O emprego da palavra *domesticação* não deixa dúvida acerca da idéia de animalidade que ela traz. Para Silva, os indígenas eram povos errantes, preguiçosos, que não possuíam freio religioso, que não suportavam a sujeição às leis e nem os trabalhos aturados e diários, e que temiam, ao tornarem-se cristãos, ter de largar as bebidas, a poligamia e o divórcio. Explicava o autor:

“(...) o homem no estado selvático (...) deve ser preguiçoso, porque tem poucas ou nenhuma necessidade; porque sendo vagabundo, na sua mão está arrancar-se sucessivamente em terrenos abundantes de caça ou de pesca, ou ainda mesmo de frutos silvestres, e espontâneos; porque vivendo todo o dia exposto ao tempo não precisa de casas e vestidos cômodos, nem dos melindres do nosso luxo; porque finalmente não tem idéia de propriedade, nem desejos de distinções e vaidades sociais, que são as molas poderosas, que põem em atividade o homem civilizado”²⁰⁶.

Desse modo, Silva procurava provar que o estado no qual se encontravam os nativos do Brasil não era senão o estado natural. O selvagem não diferia do animal silvestre que lhe fazia companhia. Entretanto, Silva não duvida da possibilidade de

²⁰² ROUSSEAU, 1978. p. 281.

²⁰³ SCHWARCZ, 1995. p. 44.

²⁰⁴ SILVA, 1992. Mais recentemente, o mesmo texto foi republicado por Miriam Dolhnikoff no seu trabalho de coletânea de textos de José Bonifácio. Cf. DOLHNIKOFF, 1998.

²⁰⁵ BONIFÁCIO, 1992. p. 347.

²⁰⁶ Idem. p. 348.

serem os indígenas alçados ao patamar da civilização pois “(...) *não falta aos Índios bravos o lume natural da razão*”²⁰⁷. Homem formado dentro dos pressupostos do Iluminismo²⁰⁸, Bonifácio tinha como premissa a idéia da perfectibilidade humana: a razão tornava os homens unos e as diferenças teriam origem nos distintos estímulos externos do meio onde viviam²⁰⁹. O selvagem, abandonado no meio das matas, carecia do apoio da sociedade para que pudesse ter estímulos para desenvolver-se. Segundo o autor, se os índios ainda não haviam sido civilizados, o homem branco era o grande culpado. Era preciso que o homem branco tivesse confiança e amor para com aqueles que o matavam e devoravam: os índios eram passíveis de perfectibilidade, desde que o tratamento a ele dispensado pelo branco não fosse mais a morte, a escravidão e o desprezo. Se novas e acertadas providências fossem tomadas, seria possível conseguir civilizar os selvagens. E concluía:

*“(...) apesar de serem os índios bravos uma raça de homens inconsiderada, preguiçosa e, em grande parte desagradecida e desumana para conosco, que reputam seus inimigos, são, contudo, capazes de civilização, logo que se adotam meios próprios, e que há zelo verdadeiro na sua execução”*²¹⁰.

E ainda: *“(...) não se deve concluir que seja impossível converter estes bárbaros em homens civilizados; mudadas as circunstâncias, mudam-se os costumes”*²¹¹.

A crença anunciada pelo autor é a de serem os indígenas humanos porque capazes de aperfeiçoarem-se: *“(...) o homem é aquele que se autodomestica e se alça acima de sua própria natureza”*²¹². No pensamento de Bonifácio, a perfectibilidade estava ligada à idéia de aprimoramento cada vez maior que o homem²¹³ era capaz de alcançar e que tinha como ponto culminante o modelo europeu de sociedade.

²⁰⁷ BONIFÁCIO, 1992. p. 350.

²⁰⁸ Segundo Miriam Dohnikoff, “(...) Bonifácio idealizou uma nação moderna na América, segundo os padrões da civilização européia. Integrante da elite econômica e política, procurou convencer seus pares da urgência de reformas que promovessem a homogeneidade cultural, racial e do estatuto civil e político da população, a fim de viabilizar a nação e constituir uma identidade nacional, com ordem interna e desenvolvimento econômico, em benefício da própria elite (...)”. Cf. DOLHNIKOFF, 1996.

²⁰⁹ Para Cunha, “José Bonifácio, ao mencionar a perfectibilidade, usa o critério que se firmou na segunda metade do século XVIII. É Rousseau, é Blumenbach, mas também Kant e Herder que fazem da perfectibilidade a pedra de toque da humanidade. Trata-se do poder que tem o homem e o homem somente, de transformar suas condições naturais de existência, de se extrair da natureza, de se impôr a si mesmo suas determinações”. Cf. CUNHA, 1986. p. 168-169.

²¹⁰ SILVA, 1992. p. 352.

²¹¹ Idem. p. 349.

²¹² CUNHA, 1992. p. 5

²¹³ Segundo Dolhnikoff, “(...) Bonifácio pretendeu tornar real o discurso civilizatório ocidental e incorporar como cidadãos os índios e negros. Sua premissa fundamental, ele a buscou em Rousseau: a perfectibilidade humana (...)”. Cf. DOLHNIKOFF, 1996. p. 127.

Contrariamente a Bonifácio, von Martius opinaria pela incapacidade dos indígenas para a civilização²¹⁴. Se todos os seres humanos possuíam a capacidade de aperfeiçoarem-se, a questão para Martius²¹⁵ era procurar entender porque os indígenas americanos, ao serem colocados em contato com a civilização, ao invés de progredirem, haviam desaparecido.

“(...) qual o triste fato de estar a raça vermelha, de alguns séculos para cá [desde que os europeus aportaram na América], diminuindo numa progressão assustadora, de modo a subtrair-se cada vez mais às investigações futuras e arriscada a desaparecer talvez completamente”²¹⁶.

Martius partia dos pressupostos de que o indígena moralmente encontrava-se na infância da humanidade, porque permanecia em grau inferior de civilização, e de que, apesar dos estímulos trazidos pelos europeus, nada fora suficiente para excitá-lo e conduzi-lo a um desenvolvimento progressivo. O indígena era uma criança envelhecida porque, *“(...) parecendo estar ainda na minoridade, a sua incapacidade para o progresso assemelha-o a um velho estacionário; reúne, pois, em si, os pólos opostos da vida intelectual”²¹⁷*. Para esse paradoxo, Martius procurou construir uma explicação.

Era possível, segundo o autor, provar que esse homem pertencia a povos *“antiquíssimos”* porque por todo o Continente americano se observava que o homem já domesticara plantas e animais: *“(...) a natureza americana já por milênios sofrera a influência transformadora e modificante da mão humana”²¹⁸*.

Ao longo de milênios, entretanto, esse homem não evoluíra pois não conseguira alcançar a civilização, permanecendo com hábitos e práticas primitivas:

²¹⁴ Cunha afirma que *“(...) uma condenação global da possibilidade de civilização no Novo Mundo, essa teoria conheceu no entanto dois defensores famosos. Um foi von Martius que, em ensaio oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sobre o Estado de Direito entre os índios do Brasil, concluía com as exatas idéias de Pauw; outro foi Varnhagen (...)”*. Cf. CUNHA, 1992. p. 6; CUNHA, 1992. p. 135. Também John Monteiro afirma que a teoria da extinção dos povos indígenas tem sólida base histórica no Brasil. Se, no final do século XIX o evolucionismo orientou os antropólogos brasileiros na percepção da fragilidade dos primitivos diante da civilização, já com von Martius *“(...) as sociedades americanas, enquanto frutos de uma decadência ou degenerescência histórica, traziam ‘já visível o gérmen do desaparecimento rápido’.*” Cf. MONTEIRO, 1995. p. 222. Segundo Arno Wehling, Martius, assim como Varnhagen, *“(...) concebia os povos indígenas do descobrimento como representantes de uma fase decadente de povos mais evoluídos (...)”*. Cf. WEHLING, 1999. p. 150/160.

²¹⁵ Segundo Karen M. Lisboa, a perplexidade de Martius era notar que os índios desapareciam ao entrarem em contato com os brancos. *“Se toda cultura e salvação vêm do Oriente, como entender que o ‘irmão do ocidente’ definha com as ações civilizadoras (...)”*. Cf. LISBOA, 1995. p. 87. Também segundo Clado Lessa, para Martius: *“(...) os índios não constituem povos na infância da civilização; pelo contrário, são uma raça que se está acabando (...)”*. Cf. LESSA, 1955. tomo 227. p. 178.

²¹⁶ MARTIUS, 1982. p.12.

²¹⁷ Idem. p. 11.

²¹⁸ Idem. p. 66.

“(...) os índios não têm padres, têm somente feiticeiros (...)”; “(...) o índio não conhece legados nem testamento (...)”; “(...) não encontrei vestígio de privilégios de primogenitura (...)”; “(...) tampouco vi vestígios de condições contratuais, comparáveis com as nossas (...)”; “(...) não conhece o juramento (...)”; “(...) o beijo, este símbolo elevado do sentimento, é-lhe inteiramente desconhecido(...)”²¹⁹.

Não tendo se tornado *civilizado*, apesar de decorridos tantos milênios, o índio americano só poderia ser considerado um degenerado e decaído. O estudo de ruínas de antigas civilizações americanas, que anteriormente ocuparam o continente, provava que em séculos passados os índios dispunham de uma civilização que, ao invés de progredir, desaparecera.

Martius procura apresentar razões que poderiam ter produzido uma obstrução da inteligência desses povos, originando um retrocesso histórico: o terror causado por um terremoto, incêndios, inundações e fome. Contudo, ele parecia estar certo de que teriam sido “*vícios inveterados*” dos indígenas os responsáveis por sua destruição. Esses vícios seriam inatos²²⁰ à *raça vermelha* autóctone²²¹ da América: “*Provavelmente originárias das regiões dos rios de Paraguai e La Plata espalharam-se para o norte e nordeste até Amazonas e margens do oceano*”²²². Esse povo autóctone outrora havia atingido níveis elevados de organização civilizada, mas características inatas à sua raça a conduziam ao desaparecimento. Mesmo diante de uma natureza generosa, que lhes proporcionara a possibilidade de viver nos mais diversos climas e relevos, desde áreas inóspitas, até regiões de ambiente exuberante, “*(...) ele [o homem vermelho] decaiu até a presente brutalidade animal (...)*”²²³. A raça vermelha seria diferente da raça branca porque ela não possuiria “*(...) elevação do espírito (...)*”²²⁴.

Ora, se o homem era distinto do animal exatamente por sua capacidade de, para sobreviver, aperfeiçoar-se, o indígena americano estaria, na cadeia evolutiva,

²¹⁹ MARTIUS, 1982. p. 32, 42, 43, 44.

²²⁰ Ao longo de seu texto, Martius apresenta essas características *inatas* que conformariam o ser da raça vermelha. Os indígenas seriam: vingativos, indolentes, inertes, desprovidos de força física, de agilidade, de coragem, de sagacidade e de ambição. Destaca-se o tom depreciativo das ‘qualidades’ levantadas.

²²¹ Martius colocava-se contra a opinião daqueles que postulavam serem os índios americanos descendentes de emigrados asiáticos. Segundo ele, aqueles que defendiam essa hipótese estariam absolutamente errados, pois se os chineses fossem colocados sob a influência da natureza americana, mesmo que degenerassem, jamais teriam chegado ao deplorável estado dos americanos. Cf. MARTIUS, 1982. p. 59.

²²² Idem. p. 16.

²²³ Idem. p. 64.

²²⁴ Idem. p. 64.

muito mais próximo dos animais do que *do homem*, era quase que “(...) irracional (...)”²²⁵.

Segundo Cunha, von Martius, “(...) apesar de suas extensas viagens pelo Brasil e do seu conhecimento etnográfico e lingüístico (...)”²²⁶, terminaria por defender a impossibilidade de perfectibilidade dos indígenas. Porém, parece-me que foram exatamente as viagens realizadas, ao longo do território brasileiro, e o conhecimento lingüístico e etnográfico dos seus habitantes que trouxeram a Martius a certeza de que poderia procurar uma explicação para as questões que levantava. “*Quem quererá aventurar-se a esclarecer as obscuras fases do processo histórico pelo qual passaram aqueles homens?*”²²⁷ Ele não apenas se aventurou, como também, ao longo de todo seu texto, levanta exatamente o fato *de ter visto com seus olhos e de ter escutado de viva voz os relatos* como sendo este o maior documento de autoridade que tinha para apresentar. Porque convivera com os nativos americanos, Martius sentia-se portador de uma competência que o autorizava a tratar dessa temática e a ser taxativo:

*“O oriente [a Europa] traz sangue e bênçãos, sociabilidade e ordem, indústria, ciência e religião através do oceano, mas egoisticamente, só para si; ele edifica um mundo novo, e a humanidade que outrora aqui reinava, foge, espavorida como um fantasma do círculo da vida”*²²⁸.

Por mais que os europeus se esforçassem, seria impossível transmitir as bênçãos que eles traziam e, graças a elas, salvar esses homens do desaparecimento e fazê-los felizes. A raça vermelha era autóctone do continente americano²²⁹ e, diferentemente da raça branca, não possuía todos os atributos da razão e, por isso, não pudera e não poderia alçar a civilização.

Schwarzc afirma que, já no início do século XIX, o termo raça era introduzido na literatura mais especializada e os naturalistas, diferentemente dos cronistas do século XVI, interessavam-se por ordenar e classificar o mundo natural²³⁰. A hipótese da poligenia passava a orientar os olhares sobre a diversidade humana. Foi como naturalista que Martius olhava para o homem e, de acordo com o grau de domínio

²²⁵ MARTIUS, 1982. p. 48.

²²⁶ CUNHA, 1992. p. 5

²²⁷ MARTIUS, 1982. p. 12.

²²⁸ Idem. p. 71.

²²⁹ Segundo Clado Lessa, a teoria clássica, desde Hervás, “(...) fazia do Paraguai o berço da raça tupi-guarani, que dali se irradiara por três rotas de expansão, todas para o norte: uma ao longo do litoral atlântico; a segunda, pouco nítida, orientada para o planalto central do Brasil; e a última, finalmente, remontando o curso do Paraguai, e daí, pelo Guaporé e o Madeira, ganhando o vale amazônico!”. Cf. LESSA, 1954. tomo 224. p. 236.

desse sobre a natureza, classificava-o em diferentes raças. Se o mundo natural poderia ser identificado a partir de uma classificação, o homem, como parte desse mundo, também poderia e deveria ser classificado, para ser compreendido²³¹. A teoria poligenista partia da crença da existência de vários centros de origem do homem, o que terminara por dar origem a distintas raças humanas. Segundo Schwarcz,

“(...) o poligenismo insistia na idéia de que as diferentes raças humanas constituiriam ‘espécies diversas’, ‘tipos’ específicos, não redutíveis, seja pela aclimação, seja pelo cruzamento, a uma única humanidade. (...) A perfectibilidade anteriormente encontrada no ‘bom selvagem’ agora lhe era recusada (...)”²³².

Por um lado, essa teoria permitiria a classificação dessas diferentes raças encontradas e a construção de uma hierarquia entre elas. No topo da pirâmide racial, a partir da visão eurocêntrica de seus elaboradores, estava, logicamente, a raça branca.

Por outro, segundo Edgar Neto, nos séculos XVIII e XIX, o critério biológico de classificação dos seres humanos acabou estabelecido, pelos naturalistas, *“(...) como único critério supostamente objetivo para o estabelecimento de classificações legitimadoras de compartimentalizações e exclusões entre as culturas”²³³*. Desde o século das Luzes, com Linneo, o critério biológico passara, segundo Neto, a fornecer as bases “científicas” comprobatórias da ascendência dos brancos ocidentais sobre todos os outros seres humanos. Tais critérios biológicos terminaram por consolidar *“(...) categorias laicas e ‘racionais’ em substituição às exclusivamente religiosas (...)”²³⁴* e possibilitaram a busca das diferenças físicas como indício de potencialidades intelectuais, técnicas e morais dos grupos humanos²³⁵.

Ao lado dos poligenistas estiveram os teóricos do monogenismo, que dominaram o cenário teórico até meados do século XIX. Para esses teóricos, o homem era único, porque teria uma origem comum. As diferenças existentes entre as raças era explicada, por eles, como gradações do desenvolvimento humano. Mesmo que de forma mais ou menos demorada, não duvidavam que todos os grupos humanos alcançariam os mais elevados patamares de desenvolvimento. De qualquer modo,

²³⁰ SCHWARTZ, 1995. p. 47.

²³¹ Segundo Karen M. Lisboa, *“(...) os critérios do sistema lineano instrumentalizam-nos [Spix e Martius] para descrever e classificar os seres da natureza, excluindo qualquer dúvida sobre a identificação dos mesmos”*. Cf. LISBOA, 1995. p. 78.

²³² SCHWARCZ, 1995. p. 49.

²³³ NETO, 1997. p. 319

²³⁴ Idem.

²³⁵ Schwarcz aponta na mesma direção, ao afirmar que a poligenia permitira *“(...) o fortalecimento de uma interpretação biológica na análise dos comportamentos humanos (...)”*. Cf. SCHWARCZ, 1995. p. 48.

haveria um caminho a ser trilhado e todos os grupos humanos percorreriam-no e atingiriam determinado grau de organização. Se a perfectibilidade era interpretada como a possibilidade humana de aperfeiçoamento em direção à civilização, essa era entendida tal qual o modelo europeu de comportamento, de moral, de religiosidade, de conhecimento. A perfeição humana para ser alcançada tinha um caminho preestabelecido a percorrer.

Contudo, a visão idílica de Rousseau sobre o homem selvagem não foi a única a ser formulada na segunda metade do XVIII. Nessa mesma época, as teorias sobre a inferioridade física do continente americano permitiram a elaboração de visões detratoras do homem que o ocupava. Vários foram os teóricos que trataram da questão, mas dois têm merecido um maior destaque por parte dos especialistas²³⁶: Buffon e Corneille de Pauw.

A tese da debilidade ou imaturidade das Américas nasceu com Buffon que, em 1749, publicava os três primeiros volumes de sua *Histoire Naturelle*. Nessa obra, afirmava que a América, sobretudo a meridional, seria inferior ao Velho Mundo porque nela os animais eram pequenos e em pouca quantidade e aqueles que eram trazidos do Velho Mundo para essas terras, terminavam por definhando. O que instigava Buffon e o movia a procurar uma explicação era a inexistência de grandes quadrúpedes na América. A resposta para sua questão é encontrada no ambiente americano:

“Existe, portanto, na combinação dos elementos e demais causas físicas, qualquer coisa oposta ao engrandecimento da natureza viva neste novo mundo: há obstáculos ao desenvolvimento e talvez à formação dos grandes germes; os mesmos que, sob a doce influência de um outro clima, receberam sua plena forma e sua completa extensão, se restringem, se amesquinham sob este céu avaro e sobre esta terra desolada (...)”²³⁷.

As terras americanas seriam encharcadas e frias porque cobertas de matas que conservariam a umidade; nessas terras os raios vivificantes do sol não conseguiam penetrar: *“(...) o sol dardeja inutilmente seus mais vivos raios sobre a massa fria; esta não tem condições de responder a seu ardor (...)”²³⁸*. Tais terras seriam incapazes de

²³⁶ A questão das diferenças humanas angustiava os filósofos do iluminismo, conforme nos mostra Antonello Gerbi, e muitos deles se debruçaram sobre a questão. Buffon e De Pauw foram homens que se destacaram nesse cenário. Cf. SCHWARTZ, 1995. p. 46. Todorov afirma que o ponto de partida para a discussão sobre as *espécies humanas* foi a obra *Histoire naturelle* de Buffon. Segundo ele, *“(...) a obra exercerá, por sua vez, uma influência decisiva sobre a literatura posterior, tanto por suas qualidades de estilo quanto por sua autoridade científica”*. Cf. TODOROV, 1989. p. 113.

²³⁷ Apud. GERBI, 1996. p. 21.

²³⁸ Idem. p. 22.

gerar animais grandes e fortes²³⁹ porque sua natureza permanecia bruta e hostil, uma vez que não fora trabalhada pelo homem.

Na visão de Buffon, ao homem caberia dominar e reformar a natureza. Entretanto, a população americana, remotamente expatriada²⁴⁰, seria composta por um pequeno número de homens²⁴¹ que, vivendo errantes, não haviam sido capazes de apoderar-se e de controlar as forças da natureza. Essa permanecia intocada pelo homem e “(...) *insalubre para gente civilizada e animais superiores (...)*”²⁴². Se a natureza, entretanto, ao longo de séculos, viesse a ser trabalhada pelas mãos do homem, Buffon não duvidava da possibilidade de ela ser transformada:

*“(...) dentro de alguns séculos, quando se tiverem arroteado as terras, abatido as florestas, regularizado os rios e contido as águas, esta mesma terra passará a ser a mais fecunda, a mais sã, a mais rica de todas, como já parece sê-lo em todas as partes onde o homem a trabalhou”*²⁴³.

Mas, durante os imemoriais tempos nos quais os homens americanos, por serem poucos, viveram sob a influência desse clima frio e úmido, ele terminara por degradar-se. Na *Histoire de l’homme*, Buffon postulava pela unidade da espécie humana mas igualmente acreditava que, permanecendo o homem submetido a condições ambientais desfavoráveis, assim como os animais, ele terminara por definhar. Por isso, o selvagem americano

“(...) é débil e pequeno nos órgãos de reprodução; não tem pêlos nem barba, nem qualquer ardor por sua fêmea: embora mais ligeiro que o europeu, pois possui o hábito de correr, é muito menos forte de corpo; é igualmente bem menos sensível e, no entanto, mais crédulo e covarde; não demonstra qualquer vivacidade, qualquer atividade d’alma (...)”²⁴⁴.

No pensamento do naturalista, a espécie humana permanecia una e semelhante, mas, paradoxalmente, diferente. Ao migrar para um continente onde vivia em condições adversas, o homem terminara por debilitar-se apesar de permanecer

²³⁹ Segundo Gerbi, Buffon parte do pressuposto de que o grande é melhor que o pequeno. Assim, os animais grandes seriam superiores aos menores porque é fixo e não mutável: os animais de vida curta seriam mais variáveis que os de vida longa. Cf. GERBI, 1996. p.28; 29; 34; 35. Aos filósofos do século XVIII, toda alteração aparece como degeneração: bom é o estável e por isso o grande é superior ao pequeno porque é fixo e não mutável. Cf. Enciclopédia Universal Ilustrada, s/d. vol. IX. p. 1323.

²⁴⁰ Para Gerbi, essa passagem de Buffon confirma sua crença na unidade da espécie humana. Cf. GERBI, 1996. p. 485.

²⁴¹ Idem p. 23.

²⁴² Idem. p. 27.

²⁴³ Idem. p. 27.

²⁴⁴ Idem. p. 21.

imaturu. Assim, haveria uma hierarquia dentro da espécie, uma vez que existiriam aqueles homens mais débeis que outros, apesar de permanecerem humanos²⁴⁵.

Em 1768, o abade Corneille de Pauw, em sua obra *Recherche philosophiques sur les Américains*, elevaria a difamação do novo mundo a um insuperável extremo²⁴⁶. Para o abade, o homem só teria possibilidade de progredir se vivesse em sociedade. O homem natural, ao viver apartado da sociedade, era um bruto que, ao invés de progredir, havia degenerado. Ao contrário daqueles que postulavam ser o americano uma criança crescida, De Pauw postulava ser ele um decaído: “(...) a totalidade da espécie humana encontra-se indubitavelmente debilitada e degenerada no Novo Continente”²⁴⁷. O índio americano era um animal ou pouco mais que isso porque odiava as leis da sociedade, vivendo cada um por si, sem se auxiliar mutuamente, em um estado de inércia, de indolência e de completo aviltamento. Esse homem seria incapaz de qualquer tipo de progresso mental o que significava afirmar ser ele não dotado da capacidade de perfectibilidade. O índio, simultaneamente criança e velho, não tinha nenhuma expectativa de vir a alcançar algum progresso intelectual. Seria ele como um bebê raquítico, que não tinha possibilidade alguma de progresso mental.

Segundo Gerbi, De Pauw repetiria até à exaustão que “(...) a natureza é fraca e inferior na América, fraca porque corrompida, inferior porque degenerada”²⁴⁸.

Os estudos etnográficos da primeira metade do XIX estabeleceram algumas questões de fundo. Se, apenas no final do século, princípios técnicos e científicos foram construídos para explicar as diferenças entre os homens, já na primeira metade do dezenove o eurocentrismo estava presente nas construções teóricas elaboradas; os povos que viviam fora dos padrões europeus eram vistos (será que o eram realmente?) ou como potenciais civilizáveis ou como estando impossibilitados, por deterem características inatas, a ascenderem aos altos patamares da hierarquia humana.

No campo literário os tupi foram tomados como paradigma da literatura nacional e o indianismo romântico fez do índio morto o índio bom. Esse foi o índio que teria sido o berço da nacionalidade brasileira. Porém, nos anos de consolidação do

²⁴⁵ Todo o tratado de Buffon sobre o continente americano, seus animais e homens, foi escrito sem que o naturalista jamais tivesse pisado no seu solo, o que, entretanto, não o impediu de tomar ares de cientista que descortina uma verdade camuflada e de orgulhar-se em afirmar que as espécies do Novo Mundo eram diferentes e inferiores às do Velho Mundo. Cf. SCHWARCZ, 1996. p. 162; GERBI, 1996. p. 19.

²⁴⁶ Para Cunha, nas colocações de De Pauw pode-se encontrar a origem das idéias de von Martius acerca dos indígenas brasileiros. Cf. CUNHA. 1986. p. 171.

²⁴⁷ Apud. GERBI, 1996. p. 57.

²⁴⁸ Idem. p. 58.

Império, enquanto a literatura idealizava o indígena, a mesma elite encontrava-se a braços com os indígenas, seu contemporâneo. No processo de edificação da Nação Brasileira una e coesa, a diversidade étnica existente dentro do território era um enorme entrave a ser superado. Teriam os indígenas capacidade suficiente para serem integrados à sociedade e de constituírem, juntamente com os brancos, uma Nação civilizada?

As teses estrangeiras acerca da diversidade cultural humana foram lidas e assimiladas pela elite intelectual brasileira dentro do “(...) *volátil contexto que marcou o processo de construção de uma identidade nacional (...)*”²⁴⁹.

2.2. – VARNHAGEN E A ETNOGRAFIA INDÍGENA

Em 1823, quando apresentou seus *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil* à Assembléia Constituinte Brasileira, José Bonifácio alertava os constituintes brasileiros de que a primeira medida a ser tomada, para se garantir a *domesticação* dos indígenas brasileiros, era conhecer esses povos.

*“Se quisermos pois vencer estas dificuldades devemos mudar absolutamente de maneiras e comportamento, conhecendo primeiro o que são e devem ser naturalmente os índios bravos, para depois acharmos os meios de os converter no que cumpre que sejam”*²⁵⁰.

Domesticar significava transformar animais selvagens em homens *civilizados*, e para Bonifácio apenas o conhecimento sobre os indígenas possibilitaria escolher os melhores métodos para garantir a eficácia da dominação.

Logicamente, ao pensar em Nação e em civilização, essa elite mirava-se no mundo europeu e o tomava como padrão de humanidade e de sociedade. A Nação brasileira que ela vislumbrava seria aquela talhada segundo o molde civilizatório do mundo ocidental. Com o objetivo de alcançar esse ideal, Bonifácio julgava que a diversidade cultural e racial brasileira deveria ser localizada e conhecida.

Varnhagen pertenceu a essa geração de homens que, no segundo e terceiro quartéis do século XIX, tomou para si a missão de civilizar e de formar a Nação brasileira. Do mesmo modo que a seus contemporâneos, angustiava-o a existência de uma população dispersa pelo sertão do território porque acreditava que a Nação brasileira só viria a concretizar-se na medida em possuísse um povo uno e coeso. Ele

²⁴⁹ MONTEIRO, 1996. p. 16.

²⁵⁰ SILVA, 1992. p. 348.

dedicou especial atenção à questão indígena, porque julgava que apenas através do estudo seria possível conhecer essa população. O conhecimento, por sua vez, possibilitaria traçar a política recomendável, capaz de trazer os índios hostis para o grêmio da Nação civilizada. Pode-se, assim, compreender porque foram tantos os trabalhos que publicou sobre a questão²⁵¹ e porque travou arraigados debates para defender suas idéias. Filho do pensamento iluminista, Varnhagen acreditava ser do intelectual esse papel de guia para a Nação em gestação e não se furtou à missão que se atribuía.

A primeiro de agosto de 1840²⁵², durante curta estadia no Brasil, Varnhagen leu, na sessão do Instituto Histórico, a *Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil*. Nesse texto, apontava medidas que julgava necessárias de serem implementadas pela Instituição no sentido de “(...) obter e juntar esclarecimentos etnográficos acerca dos autóctones do Brasil”²⁵³. Para que essas informações fossem obtidas, Varnhagen então propunha

“Que no Instituto se crie uma seção de etnografia indígena, a qual se ocupará dos nomes das nações (com a sinonimia quando a houver), suas línguas e dialetos, localidades, emigrações, crenças, arqueologia, usos e costumes (...) e tudo o mais tocante aos indígenas do Brasil e seus circunvizinhos (...)”²⁵⁴.

A seção de etnografia teria como missão incentivar a preocupação entre os sócios da agremiação da necessidade de se levantar informações sobre os grupos indígenas existentes dentro do território e de se construir um conhecimento sobre eles²⁵⁵. Os membros da nova Seção etnográfica deveriam estudar as especificidades de

²⁵¹ Quando da segunda edição da sua História Geral do Brasil, em 1877, Varnhagen enviou a editores de periódicos o texto no qual anunciava as mudanças introduzidas na obra acerca dos tupi e suas últimas conclusões acerca desse povo. Sua preocupação foi a de rememorar toda sua produção acerca dos indígenas brasileiros. Esse texto, que serve de introdução ao presente trabalho, é o melhor testemunho da enorme importância que o estudo dos indígenas constituiu para o autor, ao longo de toda a sua vida.

²⁵² VARNHAGEN, 1841. Lida na sessão de agosto de 1840, a *Memória* foi publicada no tomo III da Revista do Instituto Histórico, de 1841.

²⁵³ Idem. p. 62.

²⁵⁴ Idem.

²⁵⁵ Segundo Clado Lessa: “A parte da proposta relativa à criação da nova seção etnográfica ficou para ser discutida na Assembléia Geral aniversária, pois que importava numa reforma dos Estatutos. A sugestão foi aceita mais tarde, visto que, a partir do tomo XXII (1859), a Revista passou a intitular-se *Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Na ata da sessão aniversária de 1841, não encontramos, porém, a discussão a aprovação desta proposta. Tudo o que podemos afirmar com segurança é que a seção de Etnografia já existia em 1857, quando se publicou o segundo volume da História Geral, pois que o sorocabano no *Discurso Preliminar* a ela alude como já em funcionamento”. Cf. LESSA, 1954. tomo 224. p.220. Segundo Lúcia Guimarães, em 1851 foi realizada uma revisão dos Estatutos do Instituto e “(...) além das duas seções tradicionais foi criada uma terceira, destinada especialmente aos estudos de ‘arqueologia, etnografia e línguas indígenas’”. Cf. GUIMARÃES, 1994. p. 63.

cada nação indígena e os artigos etnográficos deveriam ter primazia de publicação na Revista do Instituto.

Segundo Clado Lessa²⁵⁶, Varnhagen leu essa *Memória* na mesma sessão em que foi feita a leitura de uma carta de von Martius, na qual o naturalista bávaro entrava em considerações acerca dos indígenas brasileiros. Nessa carta, Martius afirmava acreditar que os nativos eram decadentes descendentes de uma antiga cultura superior. Antes que esses povos terminassem por extinguir-se, sugeria que se procurassem restos dessa antiga cultura entre os povos de língua-geral ainda existentes.

Já em 1832, quando publicou *O estado do direito entre os autóctones brasileiros*²⁵⁷, Martius afirmava que a língua tupi era a mais espalhada pelo Brasil. Surpreendia-se, entretanto, com o fato de que a população autóctone brasileira, que considerava pequena e muito parecida em suas crenças e costumes, possuísse um número enorme de línguas diferentes. Ao construir uma explicação para esse fato, o naturalista afirmava que ele seria a prova mais cabal de que, ao longo de milênios, a humanidade americana passara por um processo de dissolução, resultante de permanente guerras intestinas. Esses inúmeros dialetos seriam, assim, um atrofiamento e uma pauperização de uma antiga língua geral. O estudo desses diversos dialetos permitiria, por sua vez, a recomposição da antiga língua geral e talvez a compreensão do passado remoto da humanidade americana e as causas que levaram a sua degenerescência.

Varnhagen apresentou sua *Memória* logo após a leitura de uma carta de Martius em que a questão era recolocada. E assim como Martius, e utilizando-se do prestígio do naturalista, propunha, além da criação da seção de etnografia, que o Instituto estimulasse o estudo das línguas indígenas.

*“Que o Instituto peça com toda instância e urgência ao Governo providências para que se cuide no Império do estabelecimento de escolas das diversas línguas dos indígenas que habitavam neste território e nos circunvizinhos (...)”*²⁵⁸.

Pela primeira vez, Varnhagen vinha a cena pública para, entre seus pares, apontar o estudo lingüístico como o melhor caminho para se conhecer os povos nativos do Brasil. Segundo ele, o estudo dos vocábulos dos vários dialetos e a sua

²⁵⁶ LESSA, 1945. p. 74.

²⁵⁷ MARTIUS, 1982. p. 12, 13, 14, 19, 20.

²⁵⁸ VARNHAGEN, 1841. p. 61.

classificação como sendo um meio seguro para se “(...) *deduzir a história das invasões e transmigrações dos povos aborígenes(...)*”. Simultaneamente, indicava que esse estudo poderia permitir o “(...) *conhecimento do verdadeiro número de nações e tribos que têm pisado o território brasileiro (...)*”²⁵⁹.

Varnhagen procurava estimular seus ouvintes destacando que as línguas indígenas já haviam merecido destaque em publicações estrangeiras por apresentarem perfeição na sintaxe, facilidade, suavidade e elegância na pronúncia e de serem capazes de exprimir qualquer tipo de idéias, mesmo as mais sublimes. Ora, tais línguas não poderiam ser menosprezadas pelos conterrâneos e seu estudo poderia provar a adesão dos brasileiros ao continente americano.

Mas conhecer as línguas indígenas significaria, acima de tudo, a possibilidade de *salvar* os indígenas contemporâneos do estado de selvageria no qual se encontravam: “(...) *modernamente muitos escritores têm feito despertar a necessidade do estudo das línguas indígenas como urgente em virtude da sua influência na catequese e civilização dos índios*”²⁶⁰.

Uma vez que os catecúmenos escutassem em suas próprias línguas as santas pregações do evangelho²⁶¹, mais facilmente seriam imbuídos da moral cristã e o espírito de sociedade deles se apoderaria. Nesse sentido, “(...) *o seu [das línguas indígenas] estudo e ensino poderá em resultado trazer ao estado social milhares de infelizes que se matam e devoram nos matos virgens (...)*” e permitiria a “(...) *a seus membros [das tribos] passarem a gozar dos bens inerentes à sociedade e à civilização*”²⁶².

Ao indígena deveriam ser fornecidos os meios capazes de possibilitar-lhe o acesso à sociedade, o que significa não reconhecer nas organizações tribais existentes no Brasil, nenhum tipo de sociedade. Caberia ao homem branco facilitar e possibilitar o acesso do selvagem à sociedade civil. Apenas o seio *da sociedade* poderia fornecer abrigo a tantos homens desamparados, que viviam nos matos devorando-se mutuamente, e impedir que desaparecessem da face da terra.

²⁵⁹ VARNHAGEN, 1841. p. 56.

²⁶⁰ Idem. p. 53.

²⁶¹ Na sessão de 27 de fevereiro de 1841 a comissão escolhida para apresentar um parecer sobre o texto de Varnhagen expressaria uma concordância em relação a esta afirmação do autor: “(...) *o estudo e ensino das sobreditas línguas é de grande importância para a catequese dos índios (...)*”. Ver nota de número 153 desta dissertação.

²⁶² VARNHAGEN, 1841. p. 57, 61.

É claro que Varnhagen não se lembraria de perguntar se esses povos desejavam ser incluídos no seio *dessa* civilização!

Entretanto, segundo Cunha, não se pode afirmar que a elite intelectual brasileira, e dentro dela podemos incluir Varnhagen, pretendesse destruir sociedades, porque, sob o perigo de sermos anacrônicos, é preciso saber que “(...) *simplesmente não existem* [sociedades indígenas] *no pensamento político da época*”²⁶³. A sociedade seria a européia e fora dela apenas existiria a selvageria. Sem fazer uso da terminologia rousseuniana, Varnhagen apostava que os índios seriam capazes de aperfeiçoarem-se e de conseguirem passar a compor o grêmio *da* sociedade, mediante a ação civilizatória da catequese. Uma vez no seio *da civilização*, eles estariam salvos da extinção e poderiam chegar a alcançar a felicidade proporcionada apenas pelas instituições do mundo ocidental. Essa era a visão de Varnhagen sobre os indígenas, em 1841.

A primeiro de abril de 1849, Varnhagen dirigia uma carta ao primeiro secretário do Instituto Histórico, cujo título *Etnografia indígena, línguas, emigrações e arqueologia*²⁶⁴ denuncia sua importância no pensamento etnográfico do autor. Nesse texto, Varnhagen voltaria a apontar o estudo das línguas indígenas como a grande fonte capaz de propiciar o conhecimento dos povos indígenas brasileiros. “*Cada vez me convenço mais de que para o estudo das raças indígenas nada nos pode ser mais socorro do que o conhecimento das suas línguas*”²⁶⁵.

Para o autor, esse estudo poderia ajudar a resolver a grande questão acerca das raças que povoavam o Brasil. Quantas eram essas raças? Na sua opinião, a elaboração de listas com nomes de várias tribos não era um mecanismo eficaz para a classificação dos povos. Ele chega, inclusive, a criticar Hervás²⁶⁶, que teria listado tribos como sendo distintas quando elas pertenceriam ao grupo tupi. Varnhagen afirma que, ainda no momento, não se observara que os nomes de várias tribos variavam de acordo com a pessoa que as nomeava. Caso fosse um inimigo ou um viajante desconhecedor da

²⁶³ CUNHA. 1986. p. 171.

²⁶⁴ Esse texto de Varnhagen foi publicado pela primeira vez no tomo XII da Revista do Instituto Histórico, de 1849, e teve uma reedição em 1874. No presente estudo estarei fazendo referência às páginas da primeira edição.

²⁶⁵ VARNHAGEN, 1849. p. 368.

²⁶⁶ Lorenzo Hervás y Pandeiro foi religioso da Companhia de Jesus (1735-1809) Filósofo, teólogo, matemático, historiador, Hervás foi o primeiro a estabelecer que a classificação das línguas não deveria fundar-se na semelhança de seus vocábulos, mas sim no artifício gramatical. Cf. Enciclopédia Universal Ilustrada Europeu Americana. Barcelona: Filhos de J. Esparsa Editores, 1925. vol. XXVII. p. 1299-1300.

realidade brasileira, uma tribo poderia receber diversos nomes, apesar de constituir um mesmo grupo ou de pertencer a uma mesma raça. Varnhagen julga poder concluir que “(...) *verdadeiramente essa alcunha não devia ser considerada o nome da nação ou raça (...)*”²⁶⁷.

Portanto, para que uma correta classificação fosse estabelecida, sugeria que se lançasse mão de uma pesquisa filológica. Através da comparação de palavras empregadas pelos mais diversos povos, pudesse-se, então, estabelecer um correto quadro das raças a que pertenciam os primitivos povos brasileiros. Propõe uma lista de palavras a serem pesquisadas nas várias línguas e informa que procurou apresentar vocábulos que se referissem a “*objetos frisantes*”, que não dessem margem a divagações ou a dúvidas²⁶⁸.

A preocupação com o conhecer e o classificar aparece de forma explícita no pensamento do autor. A impressão que resta, à primeira vista, é a de que se encontrava ele disposto a debruçar-se sobre o outro e a desvendar suas especificidades culturais.

*“Por isso mesmo [para estudar as línguas indígenas] não me poupo a trabalho para juntar tudo impresso ou manuscrito que vou encontrando a tal respeito, e nunca pensei que só acerca da América do sul se tivessem outrora publicado tão importantes obras”*²⁶⁹.

Entretanto, Varnhagen partia de pressupostos teóricos bastante delimitados para a pesquisa que sugeria e anunciava-os a seus pares. Afirmava acreditar que: “(...) *a raça típica, que os descobridores europeus encontraram na costa setentrional e parte oriental do Brasil, (...) era aí uma raça não autóctone, mas conquistadora (...)*”²⁷⁰. Opondo-se às afirmações de Martius, Varnhagen afirmava acreditar que os tupi seriam um povo que do norte para o sul haviam invadido o Brasil. Esse povo seria uma “(...) *raça degenerada, pela maior parte botocuda e canibal (...)*”²⁷¹. Apesar de propor uma pesquisa para que se pudesse mapear e classificar os povos indígenas brasileiros, Varnhagen já apontava preliminarmente seu resultado: seus estudos conduziam-no à conclusão de que apenas uma raça degenerada ocupava as terras brasileiras²⁷².

²⁶⁷ VARNHAGEN, 1849. p. 367.

²⁶⁸ Idem. p. 369.

²⁶⁹ VARNHAGEN, 1849. p. 368.

²⁷⁰ Idem. p. 373.

²⁷¹ Idem. p. 372.

²⁷² Varnhagen elogia o estudo de Hervás sobre as línguas americanas, mas aponta que o jesuíta cometera erros ao nomear as tribos. Varnhagen sugere que o número de nações americanas seria menor

Nesses anos que se passaram, Varnhagen mudara sua maneira de entender os indígenas brasileiros. Se, no início da década de 1840, concebia-os como selvagens, agora classificava-os como degenerados. Portanto como um produto de decadência. Clado Lessa procura uma explicação para o fato e, segundo ele:

“É possível que fosse a leitura dessa obra [de Gabriel S. de Souza, Notícia do Brasil], combinada com um susto por que passou em fins de 1840, a causa não só das opiniões pouco favoráveis aos índios, que Varnhagen dá em diante professou (...).”²⁷³

O susto a que se refere Lessa é relatado por Varnhagen, em 1842, na crônica (*A picada do mato virgem*) que escreveu para *O Panorama*, periódico português. Varnhagen conta que em fins do ano anterior viajara pelo interior do Brasil e que, mesmo diante da exuberante natureza local, estivera sob permanente sobressalto. Afinal os índios bravos, que ocupavam a região, tinham como prática se articularem e atacarem de surpresa os viajantes²⁷⁴.

Muitos anos depois, em 1867, Varnhagen construiu, na segunda parte do texto *Os índios bravos e o Sr. Lisboa...*²⁷⁵ um histórico do seu pensamento acerca dos indígenas brasileiros. Voltaria então a enfatizar que a viagem pelo interior do Brasil fora um momento crucial no modo como entendia esses povos. Declara novamente que em fins de 1840 perdera todas as ilusões poéticas a respeito dos indígenas, passando a meditar muito seriamente acerca deles. Relata que a viagem, pelo sul da Província de São Paulo, permitira-lhe escutar casos das correrias, dos assaltos cruéis e das invasões perpetrados pelos índios. Tais fatos causavam espanto e horror a toda população e ele próprio vivera tais apreensões porque tivera de partir em caravana, para não sofrer o ataque de índios. E conclui:

“Confesso que desde então uma profunda mágoa e até um certo vexame se apoderou de mim, ao considerar que, apesar de ter o Brasil um governo regular, em tantos lugares do seu território achavam-se [e acham-se ainda] um grande número de cidadãos brasileiros à mercê de semelhantes cáfilas de canibais.”²⁷⁶

que aquele apresentado por Hervás, o que conduziria à suposição de serem quase todas elas tupi. Apesar de Varnhagen não dizer, muito provavelmente a obra de Hervás à qual se refere seja o Tomo I do *Catálogo das línguas das nações conhecidas e numeração, divisão e classes dessas, segundo a diversidade de seus idiomas e dialetos*, cujo título é *As línguas e nações americanas*. Cf. Enciclopédia Universal Ilustrada Europeu Americana. Barcelona: Filhos de J. Esparsa Editores, 1925. vol. XXVII. p. 1299-1300.

²⁷³ LESSA, 1945. p. 65.

²⁷⁴ VARNHAGEN, 1842. p. 223.

²⁷⁵ VARNHAGEN, 1867.

²⁷⁶ Idem. p.36-37.

Seria esta experiência *traumática*, na sua opinião, que o levava a reavaliar seu posicionamento acerca dos nativos brasileiros. Mas não teria sido apenas ela. Afirma o autor que passara, desde então, a meditar e a estudar a questão dos indígenas.

Em 1851, Varnhagen publicaria, novamente nas páginas da Revista do Instituto Histórico, a *Introdução* que escrevera para apresentar e comentar a obra de Gabriel Soares de Souza. Esse texto era um aprimoramento das *Reflexões Críticas sobre o escrito do século XVI*, publicado em 1839. Segundo Varnhagen:

*“Nos presentes comentários, não repetiremos quanto dissemos nas ‘Reflexões Críticas’ escritas ainda nos bancos das aulas com o tempo que forrávamos depois de estudar a lição. Além de havermos em alguns pontos melhorado nossas opiniões (...)”*²⁷⁷.

A leitura dos *Comentários* à obra de Gabriel Soares oferece-nos importantes pistas do caminho seguido por Varnhagen nos estudos referentes aos indígenas brasileiros. A primeira é a presença dos cronistas coloniais nas notas elaboradas por ele. São citados: Fernão Cardim, Simão de Vasconcelos, André de Thevet, Hans Staden, Pero de Magalhães Gandavo, Claude d’Abbeville, Jean de Léry, padre Anchieta. A leitura desses cronistas foi a fonte utilizada por Varnhagen para conhecer os nativos brasileiros.

Varnhagen lia os cronistas porque julgava que em suas páginas obteria elementos para conhecer os indígenas brasileiros, a descrição de uma natureza humana bárbara e inferior, *uma humanidade anti-humana*. Segundo Laura de Mello e Souza²⁷⁸, nos cronistas tem-se a construção de uma outra humanidade, de homens cujas feições os aproximavam do humano, mas que possuíam atributos espirituais monstruosos. Os cronistas descreveram o universo americano a partir de sua própria contemporaneidade e procuraram encontrar, no outro, elementos da cultura ocidental. Na medida em que esses elementos não eram encontrados, a humanidade com a qual se defrontavam era posta em dúvida e perguntava-se então se se tratava realmente de homens. Logicamente, não se pretende aqui cobrar dos cronistas do século XVI, uma visão do homem enquanto um ser cultural, um “(...) *outro civilizacional*”²⁷⁹. O que é

²⁷⁷ VARNHAGEN, 1851. p. 368. Em março de 1851, Varnhagen enviara uma carta dedicatória ao Instituto e oferecia a obra de Gabriel S. de Souza para que fosse impressa na íntegra. Nessa carta, informa que o desejo de recompor a obra seiscentista o levava, em 1847, a cotejar um de seus exemplares manuscritos existente em Paris. As *Reflexões Críticas* formam o primeiro estudo de Varnhagen sobre a obra de Gabriel Soares. Mas, ao longo da década de 40, Varnhagen continuou sobre ela se debruçando. Cf. VARNHAGEN, 1974. p. 1.

²⁷⁸ SOUZA, 1986.

²⁷⁹ LOUREIRO, 1991. p. 268.

preciso de ter claro é que a visão que construíram, dos povos e culturas com as quais se defrontaram, era marcada por uma profunda atitude etnocêntrica²⁸⁰.

Nesse caso, as teses elaboradas desde o século XVI foram marcadas por uma visão detratora dos indígenas americanos. Mas, ao mesmo tempo, seus elaboradores procuraram construir explicações para o estado de decadência no qual se encontravam. Segundo Raminelli²⁸¹, inicialmente os cronistas apontavam o demônio como sendo o grande culpado pelo estado de degradação desses povos. Atormentados pelo maligno, os homens americanos viviam em estado de danação, sem fazer uso da razão humana. Simultaneamente, os cronistas julgavam que o desconhecimento do cristianismo era um fator que os levava à perdição: distante do amparo de Deus, esses povos tornavam-se vítimas de penúrias e de epidemias.

Porém, para uma parte dos cronistas, esse estado de decadência seria superável. Os religiosos tenderam a acreditar que uma vez catequizados e transformados em bons cristãos, o véu que encobria a humanidade desses povos deixaria de existir. Raminelli salienta que, mesmo entre os padres, esteve presente a idéia de que apenas o uso da força seria capaz de sujeitar os nativos. Isso não significava que desacreditassem ser o estado de degradação reversível e a decrepitude superável.

Ao lado dos padres e interessados na escravização dos nativos, “(...) os colonos procuraram ressaltar os atributos bárbaros e bestiais dos índios, para reforçar sua natureza servil e concebê-los como escravos naturais”²⁸². Esses colonos duvidavam da possibilidade de conversão dos nativos.

Foi a essas fontes estereotipadas que Varnhagen recorreu para obter informações sobre os nativos. Porém, Varnhagen *lia* esses cronistas a partir de instrumentais teóricos elaborados no seu tempo. E aqui temos a segunda pista fornecida pelos *Comentários*. Ela está na citação, feita por Varnhagen, de naturalistas e pensadores tais como: Buffon, Conelius de Pauw, Linneo e Cuvier²⁸³. Varnhagen

²⁸⁰ Mais recentemente trabalhos como o de Antonio L. Ferronha, Rui Loureiro e Ronald Raminelli forneceram uma análise pormenorizada das obras de vários desses cronistas do período colonial. O que se destaca é o caráter predominantemente degradante das qualidades atribuídas pelos europeus dos séculos XVI/XVII aos nativos americanos. Cf. FERRONHA, 1991; LOUREIRO, 1991; RAMINELLI, 1996.

²⁸¹ RAMINELLI, 1996.

²⁸² Idem. p. 44.

²⁸³ Jorge Leopoldo Cristian Federico Dagoberto, Barão de Cuvier, (1769-1832) foi uma das personalidades científicas mais importantes de sua época, distinguindo-se na história natural por estabelecer classificações sistemáticas. Cf. Enciclopédia Universal Ilustrada Europeu Americana.

cita esses autores para discutir questões de classificação dos seres vivos e de nomenclatura zoológica e de botânica, presentes na obra de Gabriel Soares. Entretanto, é certo que Varnhagen utilizou-se dos instrumentais teóricos elaborados por esses naturalistas de seu tempo para ler os cronistas coloniais e deles retirar as informações que queria dos indígenas brasileiros.

No século XVIII, Buffon e De Pauw, conforme vimos, julgavam que a natureza degradada do continente americano provocara a degeneração de seus nativos. Inaugurava-se a perspectiva biológica de classificação dos seres humanos. Linneo e Cuvier procurariam classificar e hierarquizar as raças humanas, também a partir de critérios biológicos. Segundo Edgard Neto, Linneo:

“(...) procurou consolidar a identidade dos diversos grupos de seres humanos, uns diante de outros, a partir de uma conjugação de características físicas/biológicas e traços comportamentais predominantes que, segundo ele, definiam aquilo que denominou de ‘raças’ humanas”²⁸⁴.

Na mesma direção, Giralda Seyferth afirma que os trabalhos de Cuvier abriram caminho para as teorias de classificação racial que buscavam na natureza explicações para as diferenças físicas e culturais existentes entre os povos²⁸⁵.

Assim, se a tese sobre a decadência dos americanos perpetuava-se por séculos, uma parte dos iluministas do dezoito, e entre eles aqueles que aparecem citados por Varnhagen, apresentariam essa decrepitude como sendo resultado de fatores naturais. Como ao longo de milênios os indígenas estiveram submetidos a condições ambientais desfavoráveis, terminaram por ter sua capacidade racional corrompida. O homem americano passara por uma mudança biológica e, portanto, possuía características inatas e inferiores que o distinguiam dos europeus. Não haveria como alterar essa situação²⁸⁶. Segundo Raminelli:

“Nesse sentido, um mesmo problema – a degeneração dos ameríndios – foi concebido sob dois aspectos. Os religiosos [dos séculos XVI/XVII] acreditavam no declínio temporário e reversível, capaz de recuar com a conversão, enquanto os iluministas, particularmente Buffon e De Pauw,

Barcelona: Filhos de J. Esparsa Editores, s/d. vol. XVI. p. 1310-1311. Segundo Giralda Seyferth: “Cuvier ‘inventou’ o conceito de tipo biológico como base para classificações – considerando gêneros, espécies, raças, como unidades estáveis. Sua tipologia de raças humanas invoca uma hierarquia com os negros na base e os brancos no topo, e pressupõe que as diferenças mentais e culturais são produzidas pelas diferenças físicas”. Cf. SEYFERTH, 1995. p. 176.

²⁸⁴ NETO, 1997. p. 319.

²⁸⁵ SEYFERTH, 1995. p. 176.

²⁸⁶ Talvez devido a esse caráter taxativo das teorias do século XVIII e do início XIX, que Manuela C. da Cunha tenha afirmado que “(...) é no século XIX que a questão da humanidade dos índios se coloca pela primeira vez”. Como as características biológicas seriam irreversíveis, não haveria como alterar o estado de senescência no qual se encontravam os nativos americanos, que teriam deixado de possuir características essenciais da espécie humana. Cf. CUNHA, 1992. p. 5.

*apontaram para a corrupção natural do americanos e tenderam, portanto, a demonstrar a irreversibilidade do processo*²⁸⁷.

Podemos afirmar que eram os pressupostos desses pensadores iluministas aqueles que orientavam a leitura feita por Varnhagen dos cronistas coloniais, porque é do seu tempo a preocupação com o classificar e hierarquizar as raças humanas. Era com esses olhos que ele se debruçava sobre as fontes que tinha em mãos.

Nos *Comentários*, Varnhagen reforçaria a idéia de que, por meio do estudo das línguas indígenas, seria possível classificar em raças os povos que ocupavam o Brasil. A esse respeito, entretanto, duas hipóteses muito delimitadas já orientavam seu pensamento e seriam elas, como veremos posteriormente, as guias de seus estudos sobre essa temática, o restante de sua vida. A primeira era de que os indígenas brasileiros, em sua grande maioria, eram originários de uma única raça, a dos tupi que, em levas sucessivas de norte para o sul do território, haviam expulso ou derrotado seus antigos ocupantes:

*“Quando os Tupi invadiram o Brasil do norte para o sul (e não do sul para o norte como pretendeu Hervás e com ele Martius) chamaram Tapuias às raças que eles expulsaram. Os Tupi, que a si se chamavam Tupinambá ou Tupi abalizados, foram logo seguidos de outros de sua mesma raça, que se chamavam também a si Tupinambá e deram aos vencidos, que empurravam para o sul e para o sertão, o nome de Tupiniquim e de Tupinaém, isto é, Tupi laterais e Tupi maus (...)*²⁸⁸.

Varnhagen afirmava que os cronistas coloniais seriam uma fonte segura para a obtenção de tais informações.

*“Nas últimas linhas deste capítulo 72 confirma Soares a geral opinião de que os indígenas de toda esta costa, ainda quando vivendo a grandes distâncias uns dos outros, ‘são todos uns e têm quase uma vida e costumes’. De expressões quase idênticas se serve o seu contemporâneo Pedro de Magalhães Gandavo, o amigo de Camões*²⁸⁹.

Mas se os Tupi formavam uma única raça que fora capaz de conquistar o território, ao longo do tempo haviam degenerado. Em 1850, escrevendo a respeito do chefe índio Quoniambebe²⁹⁰, Varnhagen apontaria as desqualificadas características

²⁸⁷ RAMINELLI, 1996. p. 34.

²⁸⁸ VARNHAGEN, 1851. p. 406.

²⁸⁹ Idem. p. 412.

²⁹⁰ VARNHAGEN, 1850. p. 517. Clado Lessa afirma que: “(...) embora assinada ‘A redação’, é da lavra do primeiro secretário, por quem esta corria, nos termos dos novos estatutos, e que foi quem ultimou a publicação do volume. Aliás, as idéias sobre a ferocidade do índio e o estilo não deixariam subsistir a menor dúvida: Varnhagen foi o seu autor”. Ainda segundo informação do mesmo biógrafo, Varnhagen encontrava-se, no ano de 1851, no Rio de Janeiro, tendo sido eleito a 23 de maio 1851 Secretário do Instituto Histórico. Cf. LESSA, 1954. tomo 223. p. 154-155.

desse povo que provariam seu estado de decrepitude: eles seriam selvagens, antropófagos e vingativos.

A segunda hipótese presente nos *Comentários* era de que o estudo das línguas indígenas forneceria os elementos capazes de provar que os tupi formavam uma raça invasora e conquistadora do território americano. Novamente os cronistas são a fonte de informação: “Neste capítulo confirma Soares que o nome dos indígenas, antes de se dividirem, era o de Tupinambá: - e que falavam geralmente a mesma língua por toda a costa, e tinham os mesmos costumes etc”²⁹¹.

Varnhagen acreditava e pretendia convencer seus pares de que o estudo da filologia poderia desvendar os mistérios da ocupação humana da América. Ele procura ilustrar sua assertiva: “Tupiniquim ou Tupin-iki quer dizer simplesmente o Tupi do lado ou – vizinho lateral: Tupinaê significa – Tupi mau”²⁹². E para aqueles que duvidassem da importância desses estudos apontava:

*“Tamoio quer dizer avô, ascendente, antepassado. Era o nome com que os indígenas de São Vicente designavam os desta província fluminense, o que comprova as nossas forte conjecturas de que a emigração típica marchou do norte para o sul. Os Tamoio chamavam-se a si Tupinambá, segundo Staden; e aos vizinhos do sul apelidavam os Temiminó, isto é seus netos ou descendentes”*²⁹³.

O estudo da filologia permitiria o avanço da ciência antropológica e a construção de uma correta classificação das raças americanas, segundo Varnhagen. Porém, a pesquisa e o estudo a serem realizados já tinham um marco teórico estabelecido preliminarmente pelos pressupostos dos naturalistas europeus. O homem americano era biologicamente uma degenerescência da espécie humana.

Se decadentes eram esses povos, seria possível acreditar em sua capacidade de ingressar no seio da civilização? E se o fossem, seria a catequese o veículo civilizador?

2.3. – O MEMORIAL ORGÂNICO

Publicado pela primeira vez em 1849 (1ª parte)²⁹⁴ e 1850 (2ª parte) sem indicação de autoria, o *Memorial Orgânico*, de F. A de Varnhagen, foi reeditado em

²⁹¹ VARNHAGEN, 1851. p. 407.

²⁹² Idem. p. 375.

²⁹³ Idem. p. 378.

²⁹⁴ Odália, 1979. p. 28; Fleiuss, 1930. p. 426.

outubro/novembro de 1851, pela revista Guanabara²⁹⁵, sendo, então, assinado pelo autor. Para essa segunda edição, Varnhagen afirma que aprimorara e arredondara frases e fizera “(...) *cortes sem piedade* (...)”, sem nenhuma idéia nova introduzir no texto. No estudo que segue farei uso, preferencialmente, dessa segunda edição do *Memorial*, pois ela o autor reconhecia como sendo um aprimoramento de seu trabalho. Entretanto, utilizarei também a primeira edição do texto porque, apesar da afirmação contrária do autor, os cortes de trechos, para a segunda edição, implicaram supressão de passagens fundamentais, conforme se verá, para a compreensão de seu pensamento.

O *Memorial* constitui o produto intelectual de um momento de inflexão, no pensamento de Varnhagen, acerca dos indígenas brasileiros seus contemporâneos. Se esse momento vinha sendo preparado ao longo da década de 1840, é no *Memorial* que pela primeira vez ele vai ordenar e explicitar essas suas novas idéias.

Nesse texto, Varnhagen tratou dessa questão como estando ela diretamente ligada à problemática da constituição do Brasil como Nação. Para ele, o Brasil, apesar de independente, permanecia “(...) *com mais ar de colônia, ou antes de muitas colônias juntas que de nação compacta*”²⁹⁶. Sua avaliação era essa por acreditar que o país independente deveria ser dotado de um corpo social orgânico. Para o autor, isso, infelizmente, ainda não acontecera. Ao lermos suas páginas, deparamos-nos com uma representação de Nação construída sobre a imagem de uma sociedade sem diferenças raciais, portadora de traços e valores comuns e, nesse sentido, profundamente solidária²⁹⁷. Esse ideal de Nação, que deveria ser perseguido e alcançado, tinha como paradigma o modelo de sociedade branca européia. Varnhagen julgava que o Brasil apresentava seríssimos entraves que impediam a conformação dessa Nação ideal, una e indivisível. Tais entraves deveriam ser identificados e superados. Qual sua missão?

²⁹⁵ Revista dirigida por Manuel de Araújo Porto Alegre, Joaquim Manuel de Macedo e Antônio Gonçalves Dias, era amparada pelo imperador D. Pedro II. Cf. Apud. ALMEIDA, 1991. p. 7. Segundo Candido, a revista Guanabara circulou de 1849 a 1855.

²⁹⁶ VARNHAGEN, 1851. A segunda edição do *Memorial*, realizada na revista *Guanabara*, está sendo preparada pelo prof. José Américo Miranda, FALE/UFMG, para publicação. A cópia que tenho em mãos me foi gentilmente cedida por esse professor e encontra-se ainda sem numeração de página. Por isso, todas as vezes em que fizer referência a esse texto, não será possível apresentar a numeração das páginas.

²⁹⁷ Segundo Odália: “*Elaborar idealmente uma Nação significa primeiramente a escolha de opções. São valores que deverão ser escolhidos e atingidos, são opções sociais, étnicas, políticas, econômicas, antropológicas etc*”. Cf. ODÁLIA, 1997. p. 35.

Segundo Alencastro²⁹⁸, na segunda metade do século XVIII, a ideologia “civilizadora” foi internalizada pelo “pensamento esclarecido”²⁹⁹ brasileiro que, após a expulsão dos jesuítas, concebeu às elites dominantes o papel de “civilizar” a população brasileira. No pensamento desses homens, a Nação só poderia vir a existir graças à sua atuação. A eles estaria destinada, acreditavam, o papel de moldar o povo desse país, transformando uma população dispersa e heterogênea num corpo civil coeso, numa sociedade. Nesse sentido, eles apontariam as soluções a serem adotadas e indicariam o caminho a ser seguido para a superação da heterogeneidade racial e cultural brasileira. “*O fardo dos bacharéis*” estava no desafio de unificar o povo disperso, dotando-o de um sentimento de “*pertencimento a uma mesma comunidade nacional*”³⁰⁰. A Nação deveria ser formada a partir do molde que essa elite, e somente ela teria a competência para conceber e implementar.

Varnhagen assume ser dele, sendo intelectual, esse papel de guia. Objetivando cumprir essa sua missão, escrevera o *Memorial* com intuito de apontar aqueles que seriam, a seu ver, os grandes problemas que impediam a constituição do Brasil enquanto Nação. Segundo ele, esses problemas seriam seis, a saber: a existência de fronteiras sem clara definição, uma capital distante do centro do território, a falta total de vias de comunicação interna, uma divisão provincial feita sem planejamento, a ausência de planos de defesa e, sobretudo, uma população heterogênea. Na sua opinião: ou se adotavam as corretas medidas capazes de solucionar os problemas levantados, ou o Brasil assumia o iminente risco de viver a desagregação e a desordem. Como um verdadeiro cavaleiro do pensamento esclarecido, ele se dispunha a lutar para a salvação da Nação ameaçada:

*“Não nos dispensaremos pois deste dever, enquanto a consciência não nos diga que já fizemos todos os esforços permitidos para preparar às novas idéias o triunfo. Não ambicionamos colher dele as palmas, mas a glória, se glória nos couber, venha ela ainda que seja daqui há séculos, e sobre a triste sepultura”*³⁰¹.

“Temos dito muito mal, mas temos dito muitas verdades; porque não nos propusemos adular o que julgamos vicioso. Pusemos o dedo em várias

²⁹⁸ ALENCASTRO, 1987. Segundo Wehling, parecia evidente, nas décadas de 1840-1850 que a “(...) a consciência nacional não era algo solidamente estabelecido. (...) Cabia assim, à intelectualidade promover, por meio dos estudos históricos, o desenvolvimento desta consciência, tornando-se um acelerador da história”. Cf. WEHLING, 1999. p. 112.

²⁹⁹ Idem. p.71.

³⁰⁰ DOLHNIKOFF, 1996. p.124. A autora discute o pensamento reformista de José Bonifácio de Andrada e Silva e alerta para o fato de que suas idéias “(...) influenciariam aqueles que pensaram politicamente o Brasil durante todo o século XIX”.

³⁰¹ VARNHAGEN, 1850. p. 4.

*chagas do país para acusar delas a existência (...). Cumpre porém acudir a tempo. Ou adotem os meios que propomos ou se adotem outros, o essencial é tratarem-se radicalmente os males apontados*³⁰².

Varnhagen não duvidava constituírem-se aqueles problemas os inviabilizadores da organicidade nacional, que pleiteava ver constituída. Contudo, julgava que apenas o Estado e seus agentes teriam poder para implementar as medidas necessárias. O *Memorial* fora escrito para trazer à memória³⁰³ dos políticos nacionais um caloroso e veemente pedido: o governo precisava adotar as medidas que, mesmo amargas, assegurariam, no futuro, a existência da nacionalidade brasileira. Com uma posição de instrutor, não vacila em afirmar que a missão do atual Imperador do Brasil era, portanto, salvar o Brasil mediante sua transformação em verdadeira Nação. Segundo Wehling, o *Memorial Orgânico* deve ser incluído nas obras de teoria política conservadora, pois nele o estado é apresentado “(...) como ponto culminante e questão central da organização da sociedade (...). O Estado representa a civilização, a lei e a ordem”³⁰⁴.

O texto foi dividido pelo autor em três capítulos: no primeiro, ele apresenta os problemas; no segundo, justifica serem eles os inviabilizadores da nacionalidade brasileira e, no terceiro, aponta as medidas a serem adotadas para solucionar os mesmos. Segundo Varnhagen, era preciso enxergar o país como um corpo enfermo e propor tratamento para esse todo. Porém, foi a heterogeneidade da população brasileira a questão que mais mereceu sua atenção.

*“E que é a nossa população? Para tão vasto país como uma gota d’água no caudaloso Amazonas. Mas pior é sua heterogeneidade que o seu pequeno número. Temos cidadãos brasileiros; temos escravos africanos e ladinos, que produzem trabalho, temos índios bravos completamente inúteis ou antes prejudiciais, e temos pouquíssimos colonos europeus*³⁰⁵.

Varnhagen julgava que a constituição de um povo uno e coeso seria a base e a garantia da unidade nacional.

*“É necessário tratar de equilibrar as raças, proteger por todos os modos seu cruzamento, para assim termos daqui a um ou dois séculos uma população homogênea, condição essencial para evitar no futuro contínuas guerras civis*³⁰⁶.

³⁰² VARNHAGEN, 1851.

³⁰³ Segundo Moraes Silva, memorial refere-se àquilo que faz trazer à memória, que faz lembrar. CF. MORAES SILVA, 1813. p. 286-287.

³⁰⁴ WEHLING, 1999. p. 86. Afirma ainda esse autor que o *Memorial Orgânico* “(...) é um diagnóstico e uma proposta de reorganização nacional a partir do Estado (...)”. Cf. Idem. p. 95.

³⁰⁵ VARNHAGEN, 1851.

³⁰⁶ VARNHAGEN, 1849. p. 8.

Para o autor, a constituição dessa população una e *civilizada* seria obtida mediante a resolução simultânea da questão dos africanos, dos índios bravos e da colonização européia. O primeiro problema que deveria ser atacado era o do tráfico de africanos³⁰⁷. Não se tratava de filantropia:

*“Encaramos a questão dos escravos não pelo sentimentalismo, mas pelo patriotismo; não porque achemos infame o tráfico, mas porque tememos pelo futuro do Brasil, se continuamos a importar africanos. Foram considerações de estado, mais que de caridade e de economia política, que pesaram em nossas opiniões”*³⁰⁸.

Aqueles que defendiam a necessidade do tráfico negreiro eram insensatos e estavam preparando um “*escuro e medonho*” futuro para o Brasil: os netos dos africanos se tornariam os senhores dos netos dos brancos. Portanto, era “*cegueira e perversidade* [para com o Brasil], *proteger a entrada de mais africanos*” em seu território. Por isso, o tráfico deveria ser proibido.

Quanto aos negros que já se encontravam no território brasileiro sutilmente sugeria medidas para que esse contingente fosse sendo reduzido.

*“A mais essencial providência é evitar que não entre um só mais, para o que basta que se declare roubo à Fazenda a posse de um escravo que não se prove que já estava no Brasil na ocasião da publicação da lei. Cumpre pois que uma lei declare já desde quando ficam livres todos os filhos de escravos; que outra lei diga quando será o dia em que deverão deixar o Brasil todos os escravos que ainda haja e que fique só gente que tenha nascido livre (...). A primeira lei preveniria os senhores para não consentirem mais casamentos em seu prejuízo; a segunda faria gradualmente baixar o preço do capital escravo (...). (...) e ao passar a livre a geração escrava não seriam tão numerosos os libertos que para segurança do Estado se fariam sair do Brasil”*³⁰⁹.

No seu projeto de constituição do povo brasileiro não havia nenhuma intenção de inclusão dos negros. A Nação por ele pleiteada deveria ser branca e europeizada. Por isso, para que a civilização e a formação do povo brasileiro se realizassem era preciso “*admitir no país gente branca*”³¹⁰. O governo tinha a responsabilidade de criar leis e adotar medidas que favorecessem a vinda e a colonização do território por grupos de europeus³¹¹.

³⁰⁷ Em nota adicionada ao texto em 1851, Varnhagen destaca que tudo escrevera em 1849, antes, portanto, da extinção do tráfico negreiro.

³⁰⁸ VARNHAGEN, 1851.

³⁰⁹ VARNHAGEN, 1849. p. 31. Talvez seja importante ressaltar que toda essa passagem foi suprimida para a edição de 1851, realizada, como se sabe, no periódico brasileiro *Guanabara*. Nessa reedição, Varnhagen substituiu todo o trecho por uma sigilosa frase: “*A este respeito mais haveria que dizer se estivesse em sessão secreta.*”

³¹⁰ VARNHAGEN, 1851. (Memorial)

³¹¹ Varnhagen vai detalhar as medidas que o governo deveria tomar no sentido de fomentar a colonização européia. Cf. VARNHAGEN, 1851.

A resolução da questão do negro estava intimamente ligada, para Varnhagen, à do índio bravo: para suprir de braços o país, em lugar de ir à África buscar africanos, dever-se-ia penetrar nos sertões e “(...) prender à força os índios bravos para os desbravar e civilizar”. Os índios deveriam ser aproveitados para substituírem a mão-de-obra africana. Mas, para o autor, se o Brasil precisava de trabalhadores, por causa disso não podia correr o risco de manchar a pele de seu povo em gestação. Os índios eram preferíveis aos negros porque menos perigosos à Nação: “(...) daqui a pouco estariam misturados conosco em cor e em tudo; e então teríamos em todas as províncias - povo - classe social que algumas não possuem”³¹².

A questão, para Varnhagen, era a dos métodos a serem utilizados para atrair os indígenas, torná-los bons trabalhadores e, desse modo, civilizá-los. Já nos *Comentários* à obra de Gabriel Soares, ele apontava para a inviabilidade do uso dos meios que ele denominava de *brandos*:

“(...) a Câmara da Bahia, representando ao rei contra a ineficácia das ordens régias de se levarem os mesmos indígenas por meios de brandura, disse que eles não agradeciam esses meios brandos, antes se enfatuavam mais com eles, imaginando que provinham de medo (...)”³¹³.

Portanto, o exemplo do passado lhe fornecia o exemplo da experiência. Com base nela, seria correto afirmar que apenas a atuação de padres catequizadores poderia converter ferozes canibais em homens *civilizados*. “Já basta de pagarmos tão caro e em nenhuma utilidade todos os ensaios feitos para atrair os tais índios bravos por meios de brandura”³¹⁴. Os indígenas brasileiros eram degenerados selvagens antropófagos que viviam vadios e nômades nos matos. Para Varnhagen, falsos e ignorantes eram os pregadores que continuavam a difundir a crença de serem os índios bons. Ele afirmava que essas filosofias filo-tapuias, dos seguidores de Rousseau, apenas serviam para cegar o raciocínio e impedir que se percebesse ser o uso da força o único meio capaz de submeter o *indômito gentio*.

A missão do homem branco era resgatar da degeneração tantos homens perdidos para ela, mas era preciso que ele não desconhecesse a história. Os índios sempre haviam sido inimigos da civilização e seria ilusão esperar que eles espontaneamente se integrassem à Nação. No passado, lembrava Varnhagen, por meio das bandeiras os índios haviam sido caçados e submetidos e dessa forma o “*espírito*

³¹² VARNHAGEN, 1851. (Memorial)

³¹³ VARNHAGEN, 1851. p. 411.

³¹⁴ VARNHAGEN, 1851 (Memorial).

guerreiro” conseguira civilizar o país derrotando a barbárie. A experiência da história não poderia ser menosprezada. Uma vez submetido, o índio poderia ser, então, conduzido à civilização.

Apesar de empregar uma terminologia que aproximava os indígenas de animais, Varnhagen afirmava que os considerava como potencialmente humanos, porque poderiam vir a ser *civilizados*. “A humanidade é a mesma por toda a parte (...)”³¹⁵, informava ele a seus leitores. Entretanto, julgava ser preciso que os eminentes representantes da Nação, para os quais ele escrevia o *Memorial*, não se esquecessem de que esses indígenas eram incapazes moralmente, “(...) *crianças pela inteligência são os índios*”³¹⁶. Portanto, os indígenas necessitariam de uma vigilância permanente para que pudessem alcançar a fase adulta da vida humana e ser vigiados e tutelados para desenvolver suas potencialidades. O homem branco civilizado tinha a missão do bom pai que corrige seu filho e dirige-o pelos corretos caminhos: “(...) *o pai mais carinhoso, quando vê que seus filhos não estudam nem se educam pelos simples estímulos (...)*”³¹⁷ utilizava-se da força para domar a rebeldia. Inconcebível seria que esse pai deixasse órfãos aqueles que precisavam de proteção e de correção.

No presente, caberia ao governo aproveitar-se das eficazes experiências passadas e incentivar a formação de bandeiras de caça aos índios. Elas deveriam ser organizadas e custeadas por particulares, que seriam recompensados com a tutoria sobre os índios bravos apreendidos, por um período de 15 anos. Para o autor, o “*sistema da tutela*”³¹⁸ era “(...) *um meio simples de os arrancar em poucos dias dessa miserável condição que vexa o país e degrada até a humanidade*”³¹⁹. Por meio da força armada, o índio seria arrancado da triste vida de nomadismo e de canibalismo e durante o período no qual estivesse submetido a seu senhor, devido à tutela temporária, terminaria por civilizar-se.

Varnhagen apresentava várias considerações àqueles que ousassem contrapor-se às suas idéias. Esses pensadores são por ele denominados de *hipócritas* porque, ao fazerem ressonância às idéias de Rousseau, terminavam por impedir a adoção das corretas medidas capazes de destruir a barbárie. Primeiramente, informava que eles precisavam saber ser “(...) *essa raça [a indígena], pela maior parte botocuda e*

³¹⁵ VARNHAGEN, 1851 (Memorial).

³¹⁶ Idem.

³¹⁷ Idem.

³¹⁸ A respeito da figura jurídica da tutela vigente no século XIX, ver estudo de Cunha. Cf. CUNHA, 1992. p. 24-26.

canibal, não indígena, mas sim invasora e intrusa neste território”³²⁰. Varnhagen retomava aqui a tese³²¹ de serem os índios brasileiros predominantemente de uma única raça invasora. Ora, se esse povo era um conquistador e não uma raça autóctone, os brancos tinham o direito de submetê-los, sobretudo porque, nesse caso, tratava-se do: “(...) *legítimo direito de conquista, consignado pelos publicistas, o da civilização sobre a barbaria*”³²². Ou alguém dentro do Império brasileiro duvidava ser a civilização ocidental o ápice do aperfeiçoamento humano e de ter, devido a esse fato, o direito e o dever de se sobrepor a outros povos?

Em segundo lugar, Varnhagen lembrava, aos ironicamente denominados *filantropos*, que a civilização conquistara o território, mas os índios, ao invés de se submeterem, permaneciam distantes do *pacto social*. A seu ver, isso configurava uma verdadeira “*rebelião armada dentro do Império*”. Uma vez que haviam sido derrotados por um povo superior e detentor da civilização, não era moralmente aceitável que um bando de canibais continuasse a ameaçar e impedir o avanço civilizador. Portanto, a Nação molestada e ameaçada tinha o direito de utilizar-se da força para impedir sua fragmentação. Afinal, “(...) *um povo bárbaro e que desconhece os deveres da humanidade e as leis da guerra, diz o célebre jurisconsulto Bello, deve tratar-se como inimigo do gênero humano*”³²³. Logicamente, Varnhagen partia do pressuposto que existiam valores *universais*, existentes no mundo europeu, definidores e delimitadores *da* humanidade. Na medida em que os indígenas se recusavam a assumir esses valores, no seu raciocínio, tornavam-se potenciais destruidores dessa humanidade, o que lhe conferia o direito de defender-se.

E, em terceiro lugar, se esses amigos dos índios quisessem acusá-lo de estar a apoiar a escravização³²⁴ do indígena, lembrava que a força também fora o instrumento civilizador empregado na Europa. No seu raciocínio, aqueles povos que almejavam

³¹⁹ VARNHAGEN, 1851.

³²⁰ Idem.

³²¹ No mesmo ano de 1849, como já visto, Varnhagen apresentara, tanto no *Comentário* à obra de Gabriel Soares como no texto *Etnografia Indígena*, a tese de que os povos indígenas formavam, predominantemente uma única raça e que eram invasores do território brasileiro.

³²² Varnhagen, 1851.

³²³ Idem.

³²⁴ Acerca da persistência da escravização indígena, Cunha afirma que ela foi várias vezes abolida no século XVII e XVIII. Segundo a mesma autora, no início do século XIX, a escravidão temporária era justificada em termos pedagógicos: dobrar os indígenas ao trabalho e elevá-los, assim, à condição humana. Efetivamente a escravidão indígena perdurou “(...) *até pelo menos meados do século XIX*”. Cf. CUNHA, 1992. p. 23-24.

alcançar esse patamar, deviam mirar-se no seu exemplo e se era preciso a adoção de meios persuasivos para se alcançar a *civilização*, que se adotassem.

“Se alguém da Europa quisesse qualificar de escravidão os nossos protetorados aos índios cativos na guerra, lembrar-lhe-íamos o por que ela passou para se civilizar e pediríamos à Rússia cujos habitantes ainda em parte estão correndo esta escala, que sustentasse em nosso favor o direito de que goza. E os pobres servos russos são humildes e fazem quanto se lhes manda e os nossos índios bravos recebem às flechadas o aguazil que manda o juiz, ainda que invocando o nome do Imperador(...)”³²⁵.

A quarta lembrança, a ser feita aos *falsos filantropos*, era de que, segundo os grandes pensadores da jurisprudência: *“(...) aqueles que, habitando países férteis, descuidam a cultura da terra e preferem viver de rapina, faltam a si próprios, injuriam seus vizinhos e merecem ser exterminados como bestas feras e nocivas”³²⁶.*

As tribos bárbaras, nômades e canibais roubavam à civilização imensos terrenos férteis, além de serem uma ameaça permanente para as frentes de expansão. Elas não poderiam ser consideradas proprietárias dos territórios que ocupavam porque, vivendo *errantes*, não praticavam a agricultura. Assim, segundo Varnhagen: *“(...) as percorriam em vez de as habitar”³²⁷*. Nesse caso, informa que o direito da Nação seria até mesmo o de exterminar esse povo. Mas ele, particularmente, apesar de reconhecer esse direito, julgava ser preciso que:

“Sejamos mais humanos que Vattel e que os Estados-Unidos: sujeitemos os nossos selvagens, eduquemo-los à força e quinze ou vinte anos depois, quando já eles não necessitem de tutela, façamos deles prestantes cidadãos e bons cristãos”³²⁸.

Por fim, Varnhagen afirmava que aqueles que já haviam convivido nos sertões com povos tão degradados, não poderiam deixar de concordar com suas propostas.

“Os que forem mais políticos que falsos (ou verdadeiros) filantropos adotarão por certo, ao menos lá no seu interior, como único possível meio proposto, se conhecerem de perto o que são os índios. Os que nunca saíram das grandes cidades e nunca dentro do Império se assustaram e até retrocederam no caminho com o alarma: ‘anda índio bravo na estrada’ - não podem ser juízes”³²⁹.

O *Memorial* de Varnhagen traz a marca de um intelectual que, de modo profundamente autoritário, concebia-se como detentor de um saber que o capacitava a apresentar-se como portador da verdade humana. Varnhagen expunha seu projeto de constituição de uma Nação como se ele expressasse uma racionalidade e não o

³²⁵ VARNHAGEN, 1849. p. 35.

³²⁶ VARNHAGEN, 1851.

³²⁷ Idem.

³²⁸ Idem.

³²⁹ Idem.

interesse de um grupo particular. Ao Estado, que no seu entender caberia o papel de ser o grande gestor dessa Nação, ele apresentava um plano cuidadosamente concebido, segundo os pressupostos que pretendia ver executados. Na construção de seu raciocínio, utiliza-se da citação de reconhecidas autoridades no tema e cita sempre os exemplos da história européia.

Em relação aos indígenas brasileiros, eles seriam taxados e classificados como degradados invasores do território. Se a humanidade era una, para Varnhagen ela pudera, ao longo de sua história, ou aperfeiçoar-se ou entrar em degeneração. Os tupi eram um povo que envelhecera, antes que tivesse atingido a maturidade do aperfeiçoamento humano. Tanto Varnhagen quanto Martius concordavam, como já destacou Manuela C. da Cunha, com o fato de os tupi serem um povo prematuramente envelhecido. Sua discordância com Martius estava no fato de esse naturalista afirmar serem os tupi autóctones do território americano.

“(...) a mesma raça tímica, que os descobridores europeus encontraram na costa setentrional e parte da oriental do Brasil, e que como está de todo averiguado era aí uma raça não autóctona, mas conquistadora; levam-me à conjectura de que a mesma raça tímica não invadiu do sul para o norte, e de que não era o Paraguai, como desde Hervás tem pretendido os etnógrafos desta parte, o primitivo solo donde era aborígena essa raça invasora”³³⁰.

Talvez por ser um cristão convicto, Varnhagen não podia defender a idéia de que a humanidade tivesse origem múltipla, o que implicaria negar a criação divina da imagem e semelhança de Deus.

Nesse caso, o raciocínio de Varnhagen apresentava uma contradição: como conceber todo um plano de civilização para os índios bravos, se eles, ao longo de muito tempo, haviam sofrido mudanças biológicas irreversíveis que os tornara degenerados? Segundo ele: *“(...) indicamos os únicos meios que julgamos conducentes a encaminhar os índios à civilização, sem estarmos à espera que eles se decidam a fazer esse sacrifício”* (grifo do autor). Se a tutela era o único meio capaz de salvar os indígenas, é preciso observar que Varnhagen é sutil em suas colocações. Efetivamente, a dúvida que sente, com relação à possibilidade de *resgate* dos indígenas para o *mundo social*, é cada vez maior. Essa dúvida o persegue e se ele não a expõe diretamente, não deixa de semeá-la entre seus leitores. Procura, então, mostrar que não se encontra sozinho; afinal, segundo o Senador Vergueiro: *“(...) o*

³³⁰ VARNHAGEN, 1849 (Etnografia indígena). p. 373.

que observo é que netos e bisnetos dos índios aldeados não dão de si cousa alguma, não adiantam nada”³³¹.

Para Varnhagen, entretanto, talvez todo esforço realizado, no sentido de trazer o indígena para o corpo da Nação, fosse inútil. Mas como bom católico, ele tinha consciência tranqüila de haver procurado “(...) *conciliar a civilização com a caridade cristã*”³³². E se os índios bravos não sobrevivessem ao processo civilizador, ao menos se estaria resgatando as terras para a Nação. Numa nota de rodapé do *Memorial*³³³, lembrava que o aproveitamento do indígena deveria ser realizado simultaneamente com a colonização européia. Isso significa que, se as terras anteriormente ocupadas ficassem desertas, haveria quem as ocupasse. Por caridade cristã, os brancos fariam todo *sacrifício* possível para resgatar esses povos perdidos para a humanidade. A Nação podia ficar tranqüila: cumprira seu dever para com a humanidade e garantira sua existência. Afinal, era preciso não esquecer que essa Nação, desde o início, tinha o direito de exterminar, conforme julgavam os maiores juristas internacionais, aqueles povos que não se submetiam ao *pacto social*. Ao contrário de assim agir, a Nação tentara atraí-los, buscara miscigenar-se com eles e diluí-los no seu seio, sem contudo correr o risco de, com essa ação, *enegrecer* seu futuro.

É certo, contudo, que Varnhagen procurava não apresentar uma resposta conclusiva acerca dos tupi. Se eram eles povos degenerados, as características inatas que portavam, segundo as teorias raciais vigentes, tornariam impossíveis quaisquer tentativa de *civilizá-los*. Talvez Varnhagen não se tenha colocado, nesse momento, diretamente contra a possibilidade de *humanização* dos índios bravos porque sabia que conquistaria muitos inimigos. Talvez ainda não tivesse acumulado elementos suficientes para argumentar contra seus prováveis opositores. Segundo Manuela Carneiro, “(...) *até por uma questão de orgulho nacional, a humanidade dos índios era afirmada oficialmente (...)*”³³⁴. Ou quem sabe, muito mais interessado em garantir o apoio para o conjunto das idéias que apresentava no *Memorial*, resolvera expressar, apenas nas entrelinhas, a certeza que já possuía. De qualquer forma, não deixara de defender sua convicção: os tupi eram uma raça invasora e degenerada. Se poderiam ser resgatados do *triste* estado no qual se encontravam, a experiência mostraria os resultados. Muito provavelmente ele julgava que o importante era que os

³³¹ VARNHAGEN, 1851. (Memorial).

³³² Idem.

³³³ Idem.

representantes da Nação compreendessem que só a força seria capaz de sobrepor-se à barbárie.

2.4. – A PROVIDÊNCIA DIVINA E OS ÍNDIOS BRAVOS

Em 1855, Varnhagen publicaria a lenda tupi de *Sumé*³³⁵, dando a ela, logicamente, sua interpretação³³⁶. Assim como alguns cronistas do período colonial³³⁷, e claramente a eles se remetendo, Varnhagen apresentou o mito tupi a partir de uma leitura cristã.

Sumé seria um enviado de Deus encarregado de resgatar os selvagens do estado de abandono e degradação no qual se encontravam. Entretanto, esses homens não tinham reconhecido a misericórdia do Senhor para com eles, pois em todos os lugares por onde passou, Sumé acabou maltratado e expulso por seus habitantes. Os americanos não queriam abandonar suas gentilidades e preferiam continuar esfuracando suas caras, comendo o cadáver de seus inimigos, vivendo com várias mulheres e acreditando na “(...) *santidade dos seus maracás* (...)”³³⁸. Para serem amados por Deus, esses índios deveriam ter aceito o batismo, adotado a instituição do matrimônio e reconhecido as leis da sociedade civil. Mas eles haviam escolhido a não aceitação da vontade divina. E por isso, acabaram amaldiçoados pelo Senhor: “*E em todos [os lugares da América] haviam os povos sido surdos à sua voz, incorrendo por isso na maldição do Senhor*”³³⁹.

E para aqueles incrédulos que duvidassem ter Deus enviado Sumé para resgatar esses povos da barbárie:

*“(...) fez o Senhor que em Paripe ficassem as marcas das suas plantas, para deixar à posteridade um sinal de que naquele tempo a sua misericórdia não faltou no intento de salvar estes povos, cuja existência estava então oculta aos demais mortais habitantes dos outros continentes”*³⁴⁰.

³³⁴ CUNHA, 1992. p. 5.

³³⁵ *Sumé, lenda mítico-religiosa americana...*, foi publicada em Madri, em 1855; no mesmo ano foi reimpressa no tomo XII de *O Panorama*, p. 347-351. Em 1856, foi novamente impressa nas páginas do periódico do Rio de Janeiro, *A Abelha*, número 9. Cf. LESSA, 1954. p. 175. No presente trabalho estarei utilizando a edição de Madri.

³³⁶ Entre os tupi, Sumé seria o primeiro hóspede abrigado pela nação. Ele lhes teria ensinado a plantar a mandioca para fazer a farinha e a tirar do caju e do ananás o cauim.

³³⁷ Segundo Ferreira: “(...) *alguns autores, como Simão de Vasconcelos, crêem que Sumé não é outro senão São Tomé* (...). *Simão de Vasconcelos chega até a fornecer provas a favor dessa crença – pegadas que viu numa pedra* (...)”. Cf. FERREIRA, 1949. p. 122.

³³⁸ VARNHAGEN, 1855. p. 29; 30.

³³⁹ Idem. p. 7.

³⁴⁰ Idem. p. 31.

A maldição divina estava inscrita no fracionamento desses povos “(...) *em pequenas tribos e bandorias (...)*”³⁴¹ que permanentemente guerreavam entre si, sem dó nem piedade uns para com os outros.

Entretanto, segundo Varnhagen, a Providência divina não tardaria a punir essa insolência. Ela terminaria por dispor “(...) *que houvesse na terra homens mais fortes, mais valentes, mais destros e mais sábios e prudentes que outros, desde logo estabeleceu a sujeição destes aos primeiros*”³⁴². Por decisão da Providência, estava escrito que apenas a sujeição dos americanos a outros homens poderia impedir que esses continuassem a vagar e a guerrear pelo território e a praticar atrocidades como a poligamia e o canibalismo. Os homens superiores, aqueles portadores de razão e de virtudes, deveriam submeter os americanos.

Varnhagen interpretou o mito indígena de Sumé como uma revelação da vontade divina. Através de Sumé, Deus havia apresentado aos americanos *as virtudes* que fariam os homens serem amados e protegidos por Ele. Entretanto, os valores apresentados no texto, como valores divinos, são os valores do mundo ocidental europeu, a saber: o homem deveria seguir a instituição do matrimônio, ter propriedade e residência fixa, ser batizado e viver na sociedade civil. Nesse momento, Varnhagen mais que absolutizou esses valores, ele os divinizou. Por decisão de Deus, os brancos deveriam guerrear e submeter os povos americanos, pois esses seriam os únicos instrumentos capazes de “(...) *purificar as almas (...)*”³⁴³.

Diante das críticas³⁴⁴ que recebeu às suas propostas de civilização dos indígenas, a tendência de Varnhagen foi a de reafirmar e até radicalizar suas posições. Provavelmente Capistrano de Abreu estivesse correto ao avaliar que Varnhagen “(...) *era um espírito que dificilmente admitia contradição*”³⁴⁵. Nos anos que se seguiram à publicação do *Memorial* até sua morte, Varnhagen procurou apresentar argumentos que corroborassem as idéias que apresentara. Segundo Pedro Lessa:

“Varnhagen era um homem profundamente convencido das idéias que expendia a respeito dos índios e sobretudo perfeitamente persuadido de que a aplicação de seu plano redundava em benefício incontestável para os

³⁴¹ VARNHAGEN, 1855. p. 28.

³⁴² Idem. p. 26.

³⁴³ Idem. p. 24.

³⁴⁴ Veremos na seqüência desse trabalho quais foram essas críticas apostas às propostas apresentadas por Varnhagen.

³⁴⁵ CAPISTRANO, 1931. p. 211.

*indígenas, por ser o único processo eficaz de civilização para os selvagens*³⁴⁶.

Em 1867, respondendo às críticas que lhe fizera João Francisco Lisboa³⁴⁷, Varnhagen dava publicidade ao folheto *Os índios bravos e o Sr. Lisboa...* Nesse folheto, Varnhagen reafirmaria suas proposições a respeito dos indígenas brasileiros. Por um lado, a convicção de que “(...) *a questão da civilização dos índios, ponto que considero vital para o nosso progresso e desenvolvimento nacional (...)*”³⁴⁸. Por outro, a certeza de que apenas o uso da força física seria capaz de dobrar os bárbaros índios. A esse respeito, ele informava os leitores de que suas idéias eram cada vez mais *firmes*, uma vez que seria “(...) *impossível colonizar pacificamente o atual império*”³⁴⁹.

Nesse caso, Varnhagen procurou provar que falava no papel de uma autoridade no tema. Afinal, lembrava ele que, desde a década de 1840, a questão dos índios o preocupava. Não fora ele que propusera ao Instituto Histórico a criação da seção de etnografia? E desde essa época ele não se dedicara ao estudo de línguas indígenas?! Portanto, ele teria o legítimo direito de emitir pareceres acerca da questão, pois mais do que ninguém, debruçara-se sobre o problema: “(...) *e deles se verá que tenho levado grande parte da vida dedicado a estudos de quanto lhes respeita, inclusive as suas línguas e principalmente o tupi e o guarani (...)*”³⁵⁰.

Com ares de autoridade no assunto, Varnhagen afirma que apenas aqueles que “(...) *nem nunca viram os índios em sua hediondez (...)*”³⁵¹, continuavam a defender a *selvageria*. Ele, pelo contrário, desde que percorrerá os *nossos sertões*³⁵², conscientizara-se do horroroso estado no qual se encontravam os índios bravos e dos terríveis estragos que causavam às várias províncias por eles *infestadas*.

*“Conclui que as Províncias infestadas do flagelo dos Índios Bravos se podiam considerar pior que infestadas pelo flagelo da guerra civil e que sem embargo mui pouco se preocupavam com isso os nossos políticos”*³⁵³.

³⁴⁶ LESSA, 1916. p. 656.

³⁴⁷ Segundo Wehling, a polêmica de Varnhagen com João F. Lisboa “(...) *situa-se justamente na política a seguir em relação aos indígenas do presente, não na interpretação de sua cultura (...)*”. Cf. WEHLING, 1999. p. 165.

³⁴⁸ VARNHAGEN, 1867. p. 21.

³⁴⁹ Idem. p. 24.

³⁵⁰ Idem. p. 26.

³⁵¹ Idem. p. 47.

³⁵² Varnhagen faz menção à viagem que fizera ao sul de São Paulo e a Santa Catarina, em 1840. Fizemos referência às impressões que ficaram dessa viagem para o autor, nas notas 138 e 139 do capítulo I.

³⁵³ VARNHAGEN, 1867. p. 38.

Seu grande argumento agora era mostrar que não estava sozinho nas opiniões que emitia. Informa seus leitores que desde a década de 1840 recebera do cônego Januário os relatórios dos Presidentes Provinciais, cujas informações lhe permitiram meditar e amadurecer suas primeiras impressões sobre a selvageria.

“(...) segui lendo as falas ou Relatórios dos presidentes de Províncias e foi graças a esses compêndios que de ano para ano se foram robustecendo cada vez mais as minhas convicções, tendo por mestres muitos de nossos estadistas que, enquanto Presidentes de Província, escreviam esses Relatórios”³⁵⁴.

Seria uníssonos nesses relatórios, segundo Varnhagen, o impedimento que os índios bravos representavam para o avanço *da civilização*. Também seria unânime o reconhecimento, pelos Presidentes, de que a catequese era um veículo insuficiente para dobrar os gentios, se viesse desacompanhada do uso da força. Varnhagen apresenta uma extensa lista de relatórios de Presidentes das Províncias do Maranhão, Goiás, Paraná e Amazonas, e sentia-se confortável para concluir³⁵⁵:

“Em vista de todos esses fatos, o espírito chega a convencer-se de que não há meio de civilizar os selvagens nômades sem primeiro fixá-los e obrigá-los ao trabalho (...), condições estas a que se sujeitam senão pela força (...)”³⁵⁶.

Entretanto, o que chama a atenção, nos Relatórios citados pelo autor, é a forte dúvida colocada acerca da possibilidade de os índios serem realmente transformados em *homens*. Nos trechos desses Relatórios citados, depara-se sempre com colocações que apresentam a inviabilidade de qualquer tentativa. Sequer o uso da força seria capaz de *resgatar* os índios da selvageria. Assim:

“Sabeis que a tribo feroz dos Canoeiros, nômade e muito dividida (...) não parece suscetível de civilização: tem um instinto bem pronunciado para a carnagem e a rapina; e não se conta que um canoeiro adulto adotasse os hábitos do homem civilizado”³⁵⁷. (grifo de Varnhagen)

“Então como que o espírito se dobra sob a idéia de inconvertibilidade de tão feroz e selvagem independência à submissão da civilização, com sua lei

³⁵⁴ VARNHAGEN, 1867. p. 43.

³⁵⁵ Ao que parece, as informações de Varnhagen são hoje confirmadas pela pesquisa. Segundo Roque Laraia, as Províncias que tinham frente de expansão colonialista enfrentavam permanente choque com os indígenas, o que era relatado por seus Presidentes. Segundo Laraia: “(...) em 1839, José de Assiz Mascarenha, dirigindo-se à Assembléia Legislativa afirma ‘que em todos os informes existe uma página negra, destinada a contar os horrores e atrocidades praticados contra nós pelos índios selvagens’ (...)”. Cf. LARAIA, 1993. Segundo Pedro Lessa: “As idéias de Varnhagen (...) faziam parte integrante do ambiente da época. A necessidade do recurso à força e a inutilidade em muitos casos da catequese e dos meios suasórios eram afirmadas em documentos oficiais, em que Varnhagen se apóia para justificar as suas asserções”. Cf. LESSA, 1916. p. 655.

³⁵⁶ VARNHAGEN, 1867. p. 47.

³⁵⁷ Segundo Varnhagen, esse trecho, sem data, seria parte de Relatório do Presidente de Goiás. Cf. VARNHAGEN, 1867. p. 46-47.

*suprema- o trabalho; este parece de todo incompatível com a gente que, na frase de padre Vieira, ‘vive da ponta de sua flecha’*³⁵⁸.

Se os índios eram degenerescentes ou não, a atitude de Varnhagen permaneceu, aparentemente, dúbia. Ele afirmava acreditar que os índios se encontravam na *infância da humanidade*. Seu estado seria comparável ao dos europeus primitivos e não haveria dúvida de que poderiam ser *civilizados*:

*“Longe de desprezar os índios eu os considere sempre, comparando-os e igualando-os ao que era a raça branca, quando bárbara e selvagem (...). Creio que não eram melhores os europeus (começando pelos germanos de que procedo) nem os asiáticos, quando eram selvagens e bárbaros”*³⁵⁹.

Simultaneamente, entretanto, Varnhagen afirmava que *“(...) o índio, pelo contrário, é uma raça com inclinação inata para todos os vícios, para sua própria destruição (...)”*³⁶⁰. Ora, se a inclinação para os vícios era *inata*, significa dizer que ela era inerente aos selvagens. Nesse caso, os indígenas eram povos degenerados, sem outra possibilidade que a extinção. Varnhagen filia-se à corrente de Buffon, que, desde o século XVIII, preconizava serem os nativos americanos uma raça decadente. Na cadeia evolutiva, o selvagem americano estaria muito mais próximo do animal do que do homem.

*“O homem que desde a sua infância não recebe lições de moral, e que por longo tempo em sua vida tem praticado e vivido debaixo de impressões violentas, digo, esse homem é incapaz de perfectibilidade”*³⁶¹.

No pensamento de Varnhagen, ao critério filosófico de demarcação da linha que separava o homem dos antropóides, somava-se o critério cientificista. O homem americano, por suas características, poderia ser classificado como sendo muito mais animalesco do que humano. Nesse caso, pode-se entender porque Varnhagen faz uso de uma terminologia animalisca para se referir aos indígenas: *selvagens, bestas feras, ferozes, domar, domesticar, bravos*, dentre outros.

Nesse momento, parece que o autor, apesar de continuar pregando a necessidade do uso da coação e do trabalho como formas de submeter os índios, já não acreditava serem eles civilizáveis. Na construção da Nação branca e uniforme, ao índio, incapaz de transformar-se, restava o caminho da extinção. Ao citar um discurso do Senador Dantas de Barros Leite, logicamente Varnhagen faz dele suas palavras.

³⁵⁸ Parte do Relatório, de 1859, do Presidente do Espírito Santo, no qual, segundo Varnhagen, tratava-se da civilização e da catequese do indígenas. Cf. VARNHAGEN, 1867. p. 48.

³⁵⁹ Idem. p. 26-27.

³⁶⁰ Idem. p. 53.

³⁶¹ Idem. p. 52.

“No reino animal, há raças perdidas, parece que a raça Índia, por um efeito de sua organização física, não podendo progredir no meio da civilização, está condenada a este fatal desfecho. Há animais que só podem viver e produzir no meio das trevas; e se os levam para a presença da luz, ou morrem ou desaparecem. Da mesma sorte, entre as diversas raças humanas, o Índio parece ter uma organização incompatível com a civilização”³⁶².

Varnhagen caminhou da negação à diferença cultural, à negação da própria existência dos indígenas. Na construção da Nação brasileira, a meta do branqueamento e da homogeneização do povo correspondia à perversa proposta de aniquilamento da diversidade cultural. Com o passar dos anos, muito provavelmente devido às críticas que recebera, Varnhagen parecia terminar por postular o destino inexorável dos povos indígenas: a extinção.

Parece-me, contudo, que a perspectiva de Varnhagen foi a de jogar permanentemente com as duas perspectivas. Ora apontava para seus leitores a inata degradação dos ameríndios, que os tornaria *irrecuperáveis*, ora apontava a possibilidade de, mesmo degenerados, serem, contudo, *resgatáveis*. Para ele, o que permanecia sendo inconcebível era o Estado brasileiro manter-se ausente na resolução de tão angustiante questão e, assim, permitir que os índios bravos continuassem a *infestar* os sertões do país, roubando terras à civilização e impossibilitando a conformação do povo brasileiro, uno, coeso e branco.

2.5. – A ORIGEM TURANIANA DOS TUPI

Em 1849, no texto *Etnografia indígena*, Varnhagen afirmara que os *tupi* constituíam uma única raça conquistadora do território brasileiro, que teria derrotado e submetido seus anteriores ocupantes. Em 1851, nos *Comentários* à obra de Gabriel Soares, ele rerepresentaria essa colocação: “(...) *quando os tupi invadiram o Brasil do norte para o sul* (...).³⁶³ Contrapondo-se à afirmação de Martius que apontava o Paraguai como berço do povo americano³⁶⁴, para Varnhagen os *tupi* não seriam autóctones e nem sequer os primeiros homens que haviam ocupado esse território. Em

³⁶² VARNHAGEN, 1867. p.55-56.

³⁶³ VARNHAGEN. 1849. p. 406.

³⁶⁴ MARTIUS, 1982.

1876, no texto intitulado *L'origine touranienne des amérícanins tupis-caribes et des anciens égyptiens*³⁶⁵, ele voltaria ao mesmo ponto:

*“A grande Nação dos tupi, que já fragmentada em bandos sob os nomes de tupinambás, tupinaês, tupiniquins, carijós, guaranis e muitos outros, tinha invadido, do norte ao sul, todo o território atual do Brasil e do Paraguai (...)”*³⁶⁶.

Nesse momento, entretanto, iria o Visconde construir uma teoria para explicar a afirmação que fazia. Se os tupi eram um povo invasor, era preciso determinar sua procedência. Em 1851, nos *Comentários*, Varnhagen já nos indicava a hipótese que tinha em mente:

*“Temos idéia de haver lido que o uso antigo de chamar-se a gente por tios procede do tempo do fenícios e dos egípcios. Sendo assim teríamos nestes fatos mais um ponto de contato para a possibilidade de relações de outrora entre o Egito e a América, acerca do que Lorde Kingsborough apresentou tantas probabilidades. É certo que a mesma expressão Tupi quer dizer tio, segundo Montoya (...); assim tupi-mbá significaria os tios boa gente (...) Não faltará quem ache estas nossas opiniões demasiado metafísicas; mas são filhas de dúvidas que temos e publicando-as não fazemos mais que levá-las ao terreiro da discussão”*³⁶⁷.

Mas de onde lhe viera a suposição de que os *tupi* eram um povo cuja origem deveria ser procurada no mundo antigo? Segundo Varnhagen, ao se estudar e comparar os hábitos, os utensílios, as tradições e, sobretudo, a língua dos tupi com aqueles dos povos do mundo antigo, seria possível verificar a existência de profundas similitudes. Tais semelhanças seriam fornecidas sobretudo pelos estudos filológicos, que teriam permitido a ele encontrar, na língua tupi, várias palavras similares a gregas e latinas:

*“Estudando a mesma língua tupi, já me surpreendera de aí encontrar vários nomes gregos ; e, ao mesmo tempo, observara as flexões dos verbos para designar os tempos passado, futuro e futuro condicional, que pareciam reaproximar a mesma língua do la tim”*³⁶⁸.

³⁶⁵ Segundo Clado Lessa, *L'origine...* foi publicado duas vezes no mesmo ano de 1876, tendo o autor realizado alterações na sua composição. Lessa apresenta uma carta de Varnhagen a D. Pedro II, datada de 25 de janeiro de 1876, na qual o Visconde informa sua Majestade acerca da segunda edição dessa obra e das alterações nela realizadas. Pelas indicações oferecidas por Varnhagen, acerca da inclusão de uma conclusão na segunda edição, a cópia que consegui na Biblioteca Nacional pertence a esta edição. Cf. LESSA, 1954. tomo 224. p. 228.

³⁶⁶ VARNHAGEN, 1876. p. 1. *“La grande nation des tupi, qui, déjà fractionnée en bandes sous les noms de tupi-n'ambás, tupi-n'aês, tupi-n'ikis, carijós, guaranis et bien d'autres, avait envahi, du nord vers le sud, tout le territoire actuel du Brésil et du Paraguay (...)”*. Todas as traduções que seguem são de minha autoria e foram atenciosamente corridas pela professora Hygina Moreira Bruzzi.

³⁶⁷ VARNHAGEN, 1851. (*Comentários*). p. 408.

³⁶⁸ VARNHAGEN, 1876. p. VII. *“En étudiant la même langue tupi, j'avais été surpris d'y trouver plusieurs mots grecs; et, en même temps, j'avais remarqué les flexions des verbes pour désigner les temps passé, futur et futur conditionnel, qui paraissaient rapprocher la même langue du latin.”*

Efetivamente, Varnhagen partia de pressupostos que, ao longo de sua vida, foram-se tornando mais arraigados. Com relação aos indígenas americanos, sobretudo a partir do surgimento de opiniões contemporâneas contrapostas às suas, aprofundava a convicção de que eles formavam uma raça degenerada. Essa degenerescência significava para ele que, num dado momento passado, um povo detivera hábitos, crenças, conhecimentos, linguagem os quais seriam superiores àqueles apresentados no presente, por esse mesmo povo. Isso significaria que, ao invés de ter aprimorado suas qualidades *civilizadas*, ao longo do tempo, esse povo apenas conseguira conservar resquícios desse passado. Nesse caso, ele poderia ser classificado como decadente.

Era nesse quadro que o Visconde inseria os tupi porque, segundo suas concepções, dentro dele se tornaria compreensível o fato de os *ignorantes e antropófagos selvagens* americanos possuírem uma língua destacada pela “(...) *delicadeza, facilidade, suavidade, elegância e que ultimamente se compara na perfeição à grega (...)*”³⁶⁹. Os ancestrais dos tupi deveriam ser procurados entre um povo *mais evoluído*, que fora capaz de deixar uma preciosa herança. Infelizmente, os *decadentes* indígenas brasileiros mal haviam sido capazes de conservar a herança recebida, quanto mais de aprimorá-la. “*Os invasores falavam uma língua que sem dúvida teria tido no passado mais cultura*”³⁷⁰.

Por outro lado, conforme vimos, desde 1851, nos *Comentários*, Varnhagen já afirmava que os povos do Brasil pertenciam a um único e selvático grupo. Esses povos teriam uma origem comum que poderia ser comprovada pela similitude da língua falada em todo o território. A essa mesma tese o Visconde voltaria, em 1876:

“*Assim as outras denominações adotadas para designar os inomináveis bandos ou grandes hordas da dita nação, sejam denominações tomadas por elas mesmas, sejam verdadeiras alcunhas inventadas por seus vizinhos (...)* um grande número de outras, não passavam de nomes da língua tupi (...)”³⁷¹.

Ora, se os tupi formavam um único e decadente povo que fora capaz de dominar grande parte do continente americano, era preciso saber que povo era esse: “(...) *qual terá sido esse povo do qual descendiam os tupi (...)*”³⁷². Com o objetivo de

³⁶⁹ VARNHAGEN, 1840. p. 58.

³⁷⁰ VARNHAGEN, 1876. p. 5. “*Les envahisseurs parlaient une langue qui sans doute aurait eu jadis plus de culture (...)*”.

³⁷¹ Idem. p. 4-5. “*Aussi les autres dénominations adoptées pour désigner les innombrables bandes ou grandes hordes de la dite nations, dénominations tantôt prises par elles-mêmes, tantôt vrais sobriquets inventés par leus voisins (...)* un grand nombre d’autres, n’étaient que des mots de la langue tupi (...)”.

³⁷² Idem. p. 42. “(...) *quel aura été ce peuple dont descendaient les Tupi (...)*”.

procurar essa filiação, o Visconde declara que havia se dedicado ao estudo das línguas antigas, procurando estabelecer comparações entre elas e o tupi. E se as aproximações com o latim e o grego se haviam mostrado infrutíferas, jamais perdera “(...)a convicção que a origem dos tupi devia se encontrar no mundo antigo (...)”³⁷³.

Foi essa convicção que o orientou nos seus estudos. Procurando nas línguas do mundo antigo, porque seria com línguas de lá que o tupi apresentaria semelhanças, chega à conclusão de que povo do qual descendiam os tupi: “(...) o povo em questão era da mesma família que o egípcio antigo, e que um e outro pertenciam a essas raças uralo-altaicas que chamamos geralmente turanianas”³⁷⁴. Isso significa afirmar que os antigos egípcios e os tupi possuiriam uma origem comum e essa poderia ser provada, segundo Varnhagen, a partir da filologia comparada porque: “(...) é certo que o parentesco entre palavras, como entre os indivíduos implica sempre a descendência de um ancestral comum”³⁷⁵. Varnhagen é, então, enfático em suas colocações:

“(...) Essa mesma língua, que [a Europa] encontrou na boca dos selvagens americanos, poderá bem ser a mesma língua que foi falada outrora no antigo continente por um povo parente próximo dos egípcios e imigrado na América (...)”³⁷⁶.

Na época em que foi publicado, *L'origine...* parece ter recebido, por parte dos contemporâneos, uma crítica feroz, conforme nos informa Lessa: “(...) o mais importante dos trabalhos de Varnhagen no ramo etnográfico e o mais criticado de todos (...)”³⁷⁷. Se uma avaliação do estudo filológico realizado pelo autor ultrapassa o objetivo do presente trabalho, interessa destacar que a preocupação de Varnhagen foi apresentar e procurar provar que várias palavras de diversas línguas antigas e do tupi se assemelhavam na forma e no significado. Uma vez que tais aproximações poderiam ser estabelecidas, o Visconde se sente à vontade para afirmar que a filologia

³⁷³ VARNHAGEN, 1876. p. IX-X. “(...) la conviction que l'origine des tupi devait se rencontrer dans le monde ancien (...)”

³⁷⁴ Idem. p. X. “(...) le peuple en question était de la même famille que l'égyptien ancien, et que l'un et l'autre appartenait à ces races ural-altaïques que l'on dit généralement touraniennes.” No dicionário Petit Robert se encontra: grupo uralo-altaico, agrupando o uraliano, o turco, o mongol etc. Cf. Dictionnaire alphabétique & analogique de la langue française, 1976. p. 1208.

³⁷⁵ VARNHAGEN, 1876. p. 42. “(...) il est certain que la parenté dans les mots, comme entre les individus, implique toujours la descendance d'un ancêtre commun.”

³⁷⁶ Idem. p. 7. “(...) cette même langue, qu'elle [a Europa] a trouvée dans la bouche de sauvages américains, pourra bien être la même langue que fut parlée jadis dans l'ancien continent par un peuple proche parent des Egyptiens et émigré en Amérique (...)”

³⁷⁷ LESSA, 1954. tomo 224. p. 227-228.

confirmava a hipótese, por ele levantada, de serem os tupi um povo descendente do mundo antigo.

*“Para que tais coincidências pudessem fornecer argumentos, é necessário que as mesmas palavras, ou aquelas provenientes de sua alteração signifiquem, nas duas línguas, mais ou menos a mesma coisa.”*³⁷⁸

Ao auxílio da filologia, “(...) verdadeira ciência moral (...)”³⁷⁹, viriam as comparações entre os objetos, as armas e as idéias desses povos. Varnhagen informa seu leitor que recorreu aos egípcios antigos, para fazer essas comparações, devido ao estado de conservação de seus *monuments*. Ele destaca que, entretanto, estava convencido de que essa analogia poderia ser realizada com qualquer povo da antigüidade. Tais povos, segundo Varnhagen, viveriam em permanentes trocas entre si, o que terminara por unificar os tipos de armas, de indústrias, de invenções e de hábitos por eles dominados. Em todos os exemplos apresentados pelo autor, seja de um hábito ou de uma habilidade, a conclusão a que ele chega é a de que os tupi apresentariam claros indícios de terem possuído estreitas ligações com os povos da antigüidade clássica.

*“(...) Ora, as canoas dos tupi designadas, como nós o temos visto, por substantivos semelhantes àqueles dos egípcios (...)”*³⁸⁰;

*“(...) Uma espada de bronze encontrada em Tebas, quase não difere, quanta a forma, das tangapema dos tupi (...)”*³⁸¹;

*“(...) a semelhança que há entre as formas e a qualidade dos objetos de cerâmica dos egípcios e aqueles fabricados ainda hoje pelos descendentes dos tupi”*³⁸².

A partir do raciocínio do Visconde, seria impossível negar a ligação existente, em tempos pretéritos, entre os tupi e o mundo antigo. Restaria precisar que povo era esse que, simultaneamente ascendente dos tupi e dos egípcios, havia migrado para a América. Segundo Varnhagen, a pista que seguira foi o emprego, pelos tupi, da palavra Cari-ós para se autoneomarem. Tal palavra significaria descendentes dos Caris. Se ao longo dos tempos as palavras podiam sofrer adulterações, Varnhagen afirma que era possível estabelecer uma analogia entre a palavra Cari e Cário. Ao

³⁷⁸ VARNHAGEN, 1876. p. 26. “Pour que de telles coïncidences puissent fournir des arguments, il faut que les mêmes mots, ou ceux provenant de leur altération, signifient dans les deux langues à peu près la même chose”.

³⁷⁹ Idem. p. XI. “(...) véritable science morale (...)”.

³⁸⁰ Idem. p. 44-45. “(...) Or, les canots des tupi désignés, comme nous l’avons vu, par des noms ressemblants à ceux des égyptiens (...)”.

³⁸¹ Idem. p. 48. “(...) une épée de bronze, trouvée à Thèbes (...), ne diffère presque pas, quant à la forme, des tangapema des tupi (...)”.

³⁸² Idem. p. 54. “(...) la ressemblance qu’il y a entre les formes et la qualité des objets de poterie des égyptiens et de ceux fabriqués encore de nos jours (...) par les descendants des tupi”.

dizerem que eram descendentes dos Cari, os selvagens tupi, apesar de não terem mais consciência disso, conservavam, a história de uma grande migração. Os tupi eram descendentes dos Cários. Esse povo, cuja origem era a Ásia Menor, seria hábil navegador. Contemporâneo dos fenícios, com eles havia dividido o mar Mediterrâneo, estendido seu domínio sobre várias regiões e estabelecido contato e trocas culturais com povos distintos. Mas por que e como esse povo acabara migrando para América? Segundo Varnhagen, durante a Guerra de Tróia “(...) *quase todos os povos da Ásia Menor e mesmo alguns da Europa, tomaram partido dos troianos*”³⁸³. Com o fim da guerra e a derrota de Tróia, Varnhagen afirma que os vencidos, entre eles os Cários, fugiram da crueldade dos vencedores e procuraram abrigo em outras regiões. Segundo o Visconde:

*“Ora, o triunfo dos gregos, por terra e por mar, na tomada de Tróia, foi tão decisiva que não seria mesmo impossível que os cários, tão familiarizados com o mar, acreditando não se encontrar então em segurança nas colônias da África ocidental, tivessem espontaneamente preferido buscar antes de mais nada um abrigo no desconhecido (...)”*³⁸⁴.

Para aqueles que duvidassem dessa possibilidade migratória, Varnhagen afirma que os tupi conservavam hábitos que eram da época dessa guerra: o sacrifício dos prisioneiros e o hábito de vingança sobre os inimigos, mesmo que mortos. Tais hábitos seriam idênticos àqueles existentes durante a guerra de Tróia e foram narrados por Homero: “(...) *ele nos relata que Aquiles sacrificou doze prisioneiros (...) e (...) ele não hesitou em no-lo representar insultando o cadáver de seu rival (...)*”³⁸⁵.

Mas se viessem questionar a possibilidade de travessia do oceano por esse povo, Varnhagen lembra que os Cários eram mestres dos mares, que já haviam atingido as ilhas Canárias. E por que não poderiam ter chegado até a América? Não possuíam os tupi traços culturais e lingüísticos que os ligavam a épocas pretéritas da história, justamente localizáveis no tempo da Guerra de Tróia? Varnhagen é conclusivo:

“Dessa maneira, poder-se-ia perfeitamente acreditar que uma imigração de Cários na América se efetuou vários séculos antes da nossa era e numa

³⁸³ VARNHAGEN, 1876. p. 90. “(...) *presque tous les peuples de l’Asie Mineure et même quelques-uns de l’Europe, ont pris de parti des Troyens*”.

³⁸⁴ Idem. p. 93. “*Or, le triomphe des grecs, par terre et par mer, à la prise de Troie, a été si décisif qu’il ne serait pas même impossible que les Cariens, si familiers avec la mer, croyant ne pas se trouver alors en sûreté dans les colonies de l’Afrique occidentale, eussent spontanément préféré de chercher plutôt un abri dans l’inconnu (...)*”.

³⁸⁵ Idem. p. 93-93. “(...) *il nous rapporte qu’Achille sacrifia douze prisonniers (...) et (...) il n’hésita pas à nous le représenter insultant le cadavre de son rival (...)*”.

*época anterior ao fim do primeiro terço do século VI a.C.; mas em caso algum para além da data da tomada de Tróia*³⁸⁶.

Assim, os migrantes Cários que chegaram à América, eram povos navegadores e guerreiros e, por isso, não teriam trazido em seus barcos mulheres. O espírito de conservação os levava então a roubá-las entre os antigos habitantes do território. Como esses eram também povos de origem asiática³⁸⁷, o tipo físico dominante na região não sofreu alteração.

Esses guerreiros teriam aportado, primeiramente, na região das Antilhas e do norte para o sul teriam conquistado a América, graças à superioridade de seus barcos de guerra. Segundo Varnhagen, essa conquista se teria caracterizado pela enorme crueldade empregada, mas a Providência não deixaria de punir tais atitudes:

*“Em toda parte a invasão dos tupi foi efetuada em meio às maiores crueldades, sacrificando e mesmo comendo, por excesso de vingança seus prisioneiros de guerra. (...) O dia de sua expiação não podia deixar de chegar e chegou. Cristóvão Colombo e Pedro Álvares Cabral foram dele os mensageiros*³⁸⁸.

Assim, fora a mão divina que decidira sobre a necessidade de uma intervenção regeneradora na região americana. Desde que ela fora conquistada por povos tão violentos, o que nela se assistira fora apenas a manifestação da selvageria, concretizada no canibalismo, na execução de prisioneiros e em crenças primitivas. Deus decidira pela intervenção e em seu nome enviara a *civilização*. Isso significa que para Varnhagen a conquista empreendida pelos europeus da América era a realização de um designo divino.

Mas além desse designo divino, para Varnhagen duas explicações conjuntas justificavam a conquista e submissão dos indígenas. Uma era o fato de que a *civilização* tinha o direito legítimo, até por humanidade, de se sobrepor à barbárie. Outra, e que complementa a primeira, estava no fato de que, sendo os tupi um povo

³⁸⁶ VARNHAGEN, 1876. p.94. *“De cette manière, on pourrait bien croire qu’une immigration de Cariens en Amérique s’effetua plusieurs siècles avant notre ère, et à une époque antérieure à la fin du premier tiers du sixième siècle (av. J. C.); mais dans aucun cas au-delà de la date de la prise de Troie.”*

³⁸⁷ Para Varnhagen a mais primitiva ocupação da América fora realizada por povos de origem mongólica. Em épocas pretéritas, quando o continente americano e o asiático eram emendados, devido ao congelamento do estreito de Bhéring, os povos mongóis teriam usado essa passagem e, vindo da Ásia, ocupado todo a América. Cf. VARNHAGEN, 1876. p. 16-17.

³⁸⁸ Idem. p. 107. *“Partout l’invasion des tupi s’était effectuée au milieu des plus grandes cruautés, sacrifiant, et même mangeant, par surcroît de vengeance, leurs prisonniers de guerre.(...) Le jour de l’expiation ne pouvait pas manquer d’arriver et il arriva. Christophe Colomb et Pedr’Alvares Cabral en furent les messagers”*.

invasor e conquistador, mais ainda a *civilização* teria o direito de submetê-los. Já em 1851, no *Memorial*, Varnhagen afirmava:

*“O Brasil pertence à civilização pela mesma razão que a Inglaterra ficou pertencendo aos normandos quando a conquistaram. (...) pelo legítimo direito de conquista, consignado pelos publicistas, o da civilização sobre a barbárie”*³⁸⁹.

Os tupi, descendentes dos invasores guerreiros Cários, eram mais que um povo bárbaro. Eles eram degenerados. Varnhagen, ao falar dos Cários, já salientava as características que formavam seu *espírito*: era um povo que portava os gérmenes da degradação. Um dos gérmenes, segundo Varnhagen, estaria no fato de, apesar de os Cários serem grandes navegadores e de terem estabelecido extensos domínios, não haviam conseguido fixar raízes em nenhum dos lugares que dominaram.

*“Os Cários se tornaram navegadores e grandes piratas: eles cresceram por conquistas que não souberam de modo algum conservar; e após não ter criado nada, acabaram por desaparecer do Mediterrâneo”*³⁹⁰.

No raciocínio de Varnhagen, tal fato seria explicado pela ausência entre eles de tendências para a prática da agricultura e da pecuária, as quais teriam possibilitado a formação de uma grande nação: *“(...) se eles tivessem tido tendências para a vida de pastores, não teriam tido uma dificuldade tão grande para domesticar algumas das espécies de animais ou de pássaros da América (...)”*³⁹¹.

Ao invés de se fixarem, os Cários haviam preferido continuar, perpetuamente, por serem um povo vingativo, lutando contra os primitivos habitantes do continente, por eles denominados de tapuia. Segundo Varnhagen, essa guerra constante e o nomadismo acabaram enfraquecendo os laços de disciplina que os unia e esse povo acabara se dividindo em inúmeros *bandos*, que continuavam guerreando, então, não apenas contra os tapuias, mas também entre si. A hipótese de Varnhagen era que o fracionamento era uma prova de ausência de coesão interna de um povo e o indício de que ele estaria fadado ao desaparecimento.

Outros indícios da degeneração, de acordo com a visão do Visconde, poderiam ser apontados: os Cários eram povos traiçoeiros, que atacavam seus inimigos de

³⁸⁹ VARNHAGEN, 1851. (Memorial).

³⁹⁰ VARNHAGEN, 1876. p. 146. *“Les Cariens sont devenus navigateurs et grands pirates: ils se sont agrandis par des conquêtes qu'ils n'ont point su conserver; et après n'avoir rien créé, ils ont fini par disparaître de la Méditerranée.”*

³⁹¹ Idem. p. 102-103. *“(...)s'ils avaient eu des tendances pour la vie de pasteurs, ils n'auraient pas eu une si grande difficulté à apprivoiser quelques-unes des espèces d'animaux ou d'oiseaux de l'Amérique (...)”*.

surpresa; eram povos indolentes que não gostavam de trabalhar e que tinham o hábito de furar sua frente. Varnhagen é taxativo:

“(...) nós estamos bem longe de crer que os antigos Cários, apesar de sua superioridade no mar, fossem um dos povos mais civilizados de seu tempo. Muito ao contrário, eram muito cruéis, freqüentemente infiéis e, segundo Tucídides, grandes piratas. Nós não cremos estar sendo injustos com relação a eles, dizendo que eles estavam ainda muito longe da verdadeira doçura e da piedade dos egípcios, assim como da civilização dos fenícios (...)”³⁹².

Ora, fora esse povo que, migrando para a América, dera origem ao povo tupi. Ao longo de muito tempo, os germens da degradação se manifestaram e acabaram por se consolidar entre os povos americanos. Isolados do restante da humanidade, os *tupi*, quando da chegada dos europeus, já seriam, segundo Varnhagen, um povo completamente decrépito.

Ao se propor escrever um texto para tratar da origem dos tupi, o Visconde procurava fundamentar sua afirmação: esses povos eram invasores do território americano e haviam-no conquistado de seus primitivos habitantes. Ao construir sua argumentação, entretanto, o que se depreende é um autor que busca fundamentar sua crença na decrepitude *inata* dos indígenas seus contemporâneos. Uma senescência precoce, porque se manifestou antes que eles tivessem adquirido a maturidade *da civilização*. Se o processo de degradação pelo qual passaram os tupi era histórico e já presente em seus mais remotos antepassados, eles eram *incivilizáveis* e, portanto, fadados à extinção.

No mesmo ano de 1876, Varnhagen publicaria seus dois últimos trabalhos filológicos. Um desses trabalhos foi a preparação para edição e a elaboração de apresentação para a gramática e os dicionários elaborados pelo padre Montoya, no século XVII. O Visconde voltaria a afirmar, na *Advertência Final* a essa publicação da obra de Montoya, que *“(...) o estudo destes dicionários servirá a descobrir e a aclarar alguns fatos menos conhecidos acerca da etnografia dos tupi (...)”³⁹³*. Segundo Varnhagen o estudo dos dicionários e da gramática de Montoya comprovavam o fato de que a língua guarani era a mesma falada pelos indígenas brasileiros. Na introdução afirmava:

³⁹² VARNHAGEN, 1876. p. 78. *“(...) nous sommes bien loin de croire que les anciens Cariens, malgré leur supériorité sur mer, fussent un des peuples les plus civilisés de leur temps. Bien au contraire, ils étaient très-cruels, souvent infidèles et, selon Thucydide, de grands pirates. Nous ne croyons pas être injustes envers eux, en disant qu’ils étaient encore plus loin de la véritable douceur et de la piété des égyptiens, ainsi que de la civilisation des phéniciens (...)”*.

³⁹³ VARNHAGEN, 1876. s/p. (Gramática...)

*“Porém basta um superficial estudo para reconhecer que essa língua, com insignificantes alterações era a própria tupi, geral em todo o Brasil, desde o Amazonas; que já antes tinha sido reduzida à gramática e a vocabulários por missionários do Brasil (...)”*³⁹⁴.

Entretanto, Montoya chamara essa língua falada no sul da América de guarani e esse fora, segundo Varnhagen, seu erro. Guarani seria a autodenominação feita por esse povo e que significaria senão que guerreiro. Ao denominar a língua dos indígenas do Paraguai de guarani, Montoya teria camuflado a verdadeira origem desse povo, que seria tupi como os do Brasil. Tal fato poderia ser comprovado mediante a simples comparação entre as línguas faladas em toda essa região. Talvez o mais importante fato que julgava poder ser provado era que os tupi eram um povo invasor do território americano e que, ao contrário do que afirmava von Martius, havia-o conquistado de norte para o sul.

O último trabalho de Varnhagen no campo etnográfico foi a publicação da *Tábuas de parentesco* do também padre Nicolao Yapuguay. Na *Introdução* a essa publicação, Varnhagen dava notícias de várias outras obras sobre a língua *tupi*: *“aproveitaremos esta ocasião para darmos aqui algumas notícias de outras publicações acerca desta língua (...) com as quais nos propomos a desafiar a que as adicione quem tenha mais que dizer”*³⁹⁵.

Ao noticiar a existência e o conhecimento que tinha de vários dicionários e gramáticas do *tupi*, Varnhagen apontava o local de onde falava: era autoridade no assunto. Se, no início daquele ano de 1876, apresentara ao público o trabalho sobre a origem dos *tupi*, desafiava agora aqueles que duvidassem das afirmações que fazia. Se eles tivessem melhores provas, que as apresentassem. Em caso contrário, que aceitassem os argumentos que apresentara e se submetessem ao fato de que, na luta da civilização contra a barbárie, os degenerados tupi, que ocupavam grande parte da América, deveriam ser conquistados e submetidos pelos brancos. Ou acaso, segundo Varnhagen, alguém se aventuraria a afirmar que as aproximações filológicas entre o tupi e as línguas do mundo antigo, por ele apresentadas, seriam resultado *“(...) de*

³⁹⁴ VARNHAGEN, 1876. (Gramática...) p. IV. *“Pero basta un superficial estudio para reconocer que esa lengua, com insignificantes alteraciones era la propia tupi, general en todo el Brasil, desde el Amasonas; que ya antes habia sido reducida a gramática y a vocabularios por misionarios del Brasil (...)”*.

³⁹⁵ VARNHAGEN, 1876. p. VI. (Introdução a Yapuguay).

povos americanos invadindo outrora a Europa ou o norte da África?”³⁹⁶. Ou será que haveria aqueles capazes de contestar os ensinamentos da História?

³⁹⁶ Idem. p. 42. “(...) *des peuples américains envahissant jadis l’Europe ou le nord de l’Afrique*”.

CAPÍTULO 3

Os Indígenas Brasileiros Perante a Nacionalidade e a História do Brasil

3.1. – O INSTITUTO HISTÓRICO E A MESTRA DA VIDA

A dezoito de setembro de 1837, o padre Diogo Feijó renunciava ao cargo de Regente do Brasil e entregava-o a um dos líderes mais prestigiosos da facção moderada, Araújo Lima, então Ministro do Império. Tinha início o regresso conservador.

Em 1855, Justiniano José da Rocha escrevia sobre essa época e lembrava que, então, encontrava-se o governo fraco, incapaz de enfrentar a *sinistra* revolta que assolava a Província do Pará e de salvá-la da “(...) *bárbara selvageria que ameaçava a civilização (...)*”³⁹⁷. Lembrava também que, na mesma época, na Província do Rio Grande, a população *agitava-se*. Para Justiniano, esses acontecimentos levaram à percepção de que a fraqueza do governo tinha origem nas *leis e instituições da democracia*, denominados por ele *atos da anarquia*: o Código do Processo e o Ato Adicional. Ainda segundo o autor, a inteligência nacional terminou por perceber que, para salvar a unidade do império e combater os germens da dissolução, apenas um governo forte e centralizado seria capaz de impedir a *ruína da unidade brasileira*.

Eminente político mineiro, jornalista e várias vezes deputado, Justiniano foi um intérprete do pensamento conservador do período imperial. Quando escreveu o libelo *Ação, reação e transação*, do qual retiramos as passagens anteriores, Justiniano escrevia para seus contemporâneos, homens que viviam o período da Conciliação entre os políticos liberais e conservadores. A preocupação que o movia era a de demonstrar a seus pares que a fase de equilíbrio entre essas duas tendências políticas fora duramente construída. O período que então se vivia demandaria prudência e sabedoria por parte dos estadistas, pois se devia evitar que as forças revolucionárias ou as forças do absolutismo voltassem a exacerbar-se. A seu ver, o equilíbrio e a

³⁹⁷ ROCHA, 1956 (1855). p. 7.

transação entre essas duas forças permitiriam o progresso do espírito humano e a consolidação da conquista da civilização.

O panfleto de Justiniano é emblemático. No pós-abdicação, a elite brasileira tomou em suas mãos a tarefa de dirigir o Brasil. Preocupava-a o controle das sublevações de escravos e das manifestações da população livre, pois essas punham em risco sua propriedade e monopólio do poder. Mas, além dessas preocupações, outro problema se lhe apresentava, talvez ainda maior: a inexistência de uma forte coesão entre seus componentes, que apontavam soluções diferentes no sentido de se alcançar a manutenção de suas liberdades: de comércio, de possuir escravos, de ter o controle do poder e de possuir terras. Os tortuosos caminhos percorridos por essa elite acabaram conduzindo, “*graças à repressão de dezessete rebeliões e um sem número de levantes e motins*”³⁹⁸, na década de 1850, à consolidação do Estado Monárquico Brasileiro. Foi um longo período apaixonadamente vivido por seus atores que, dentro das incertezas que os abatiam, procuraram criar e apontar soluções para seus problemas.

Para compreender o quadro social no qual se moviam, esses homens construíram e manipularam um inestimável conjunto de representações. Através de imagens e de conceitos, buscaram referências capazes de distingui-los do restante do corpo social, conformando uma identidade que lhes permitisse sentir seus interesses como algo por todos partilhado, contrapondo-se, desse modo, a outros grupos cujos interesses eram diferentes ou antagônicos aos seus.

Segundo Ilmar R. de Mattos³⁹⁹, no desenrolar desses acontecimentos, havia dois processos imbricados, quais sejam, a construção da classe senhorial e a do Estado Imperial. Partindo dos ensinamentos de E. Thompson, Mattos afirma que classe não é um conceito, mas uma construção histórica. A classe se forja através da experiência comum vivenciada pelos homens, a qual lhes permite sentir e identificar seus interesses como algo que lhes é comum, contrapondo-se, desse modo, a outros grupos.

Nesse processo de construção da classe, Mattos afirma que as representações vivenciadas por uma sociedade dirigem a conduta social dos homens, sendo, portanto, fundamentais para a compreensão daquela construção. Para o autor, a elite brasileira, apesar de apresentar distinções políticas, terminou por elaborar um modo único de

³⁹⁸ GUIMARÃES, 1994. p. 207.

³⁹⁹ MATTOS, 1994.

enxergar a sociedade: ela se via como distinta do restante do social por possuir os atributos de liberdade e de propriedade.

Ao estabelecer a distinção entre “*os mundos*” que compunham a sociedade, essa elite abria a discussão acerca do que se deveria entender por sociedade nacional. Talvez, ao longo dos trinta anos que se seguiram à abdicação de D. Pedro I, a grande tarefa realizada por ela tenha sido a de estabelecer e de concretizar os parâmetros do que se deveria entender por Nação. Esses homens conceberam uma representação de Nação calcada na imagem de uma sociedade com traços e valores comuns, una e indivisível. Esse ideal de Nação, que deveria ser perseguido e alcançado, tinha como paradigma o modelo da sociedade branca européia.

A geração de Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, Francisco Adolfo de Varnhagen, José de Alencar e tantos outros ilustres homens, deu forma representativa a mundos distintos do social e empenhou-se em conservá-los, conforme destaca Mattos:

“Fundar o império do Brasil, consolidar a instituição monárquica e conservar os mundos distintos que compunham a sociedade faziam parte do longo e tortuoso processo no qual os setores dominantes e detentores de monopólios construíram a sua identidade enquanto uma classe social”⁴⁰⁰.

Tendo os olhos postos na Europa, vista como detentora do modelo ideal da modernidade e da civilização, colocava-se a elite como também a portadora da civilização, por ser filha da ilustração. Nesse sentido, a Nação seria composta pelos brancos que, além dos atributos da liberdade e da propriedade, fossem os prosseguidores da ação civilizadora iniciada pelos portugueses.

Em uma sociedade que tendia à desagregação e à rebeldia, a criação de representações, ao lado da instituição de normas reguladoras da sociedade, foi fundamental para a edificação de uma coesão dentro da elite, no processo de sua construção enquanto classe, no sentido thompiano do termo.

Foi no bojo desse processo de criação de uma identidade de classe e de consolidação do Estado Imperial que, logo no início do Regresso Conservador, foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Inaugurado em outubro de 1838, a partir das propostas apresentadas, dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), pelo militar Raimundo José da Cunha Matos e pelo cônego Januário da Cunha Barbosa, respectivamente primeiro-secretário e secretário-

⁴⁰⁰ MATTOS, 1994. p.119.

adjunto da Sociedade, o IHGB nascia sob o signo de um projeto político mais geral⁴⁰¹. Já na sessão inaugural, o Cônego destacava a missão da nova instituição: coletar e publicar documentos importantes à história do Brasil e “(...) *chamar a si o encargo de escrever uma história nacional única e coerente*”⁴⁰².

Uma história nacional porque através dela a Nação poderia contar o seu devir desde todo o sempre. A construção da história forneceria à Nação os subsídios capazes de explicitar suas origens e de dar-lhe uma identidade própria. Essa história, segundo Januário, deveria ser, simultaneamente, única e coerente. Em um país marcado por um passado colonial desagregador, à história caberia a missão de reintegrar em um desenho uniforme as partes dispersas de um todo inexistente. Segundo Manuel Guimarães “(...) *a historiografia do IHGB (...) visa produzir uma homogeneização da visão do Brasil no interior das elites brasileiras*”⁴⁰³.

A historiografia brasileira nasceu atrelada a um projeto excludente e perverso, que definia a Nação como fruto da ação *civilizatória*⁴⁰⁴ dos europeus. Se a nação era filha da civilização, a história a ser contada era a de seu *processo civilizatório*. Do infinito acervo do passado, seriam recortados e rememorados acontecimentos que permitiriam a construção de uma memória/história, marcada pela busca retroativa das raízes do Império brasileiro. Segundo Lúcia Guimarães:

“A construção da Memória do Império foi um longo e seletivo empreendimento, onde se procurou pinçar, no vertiginoso repertório do passado, os esclarecimentos que pudessem auxiliar na definição do presente”⁴⁰⁵.

Entretanto, ao estabelecer uma relação estreita entre o projeto historiográfico do IHGB e o projeto político conduzido pela elite moderada, não podemos considerar essa historiografia como mero reflexo daquele projeto político. Conforme nos alerta Manuel Guimarães, o século XIX concebia o conhecimento histórico como central, “(...) *porque a História aparece como capaz de fornecer substratos científicos para*

⁴⁰¹ Segundo Arno Wehling, a fundação do IHGB foi mais um esforço da elite moderada a fim de encaminhar o novo país contra o que lhe parecia excesso de federalismo e ameaça à estabilidade social. Cf. WEHLING, 1983. p. 11-12. Ainda segundo Wehling a “(...) *questão da consolidação do Estado Imperial (...) supunha a afirmação de uma cultura nacional por meio (...) do culto e da criação de uma memória nacional.*” A criação do IHGB se insere nesse objetivo. Cf. WEHLING, 1999. p. 33-35. Também para Américo J. Lacombe “(...) *a grande preocupação de nossa elite cultural era salvar a unidade do Império, na época seriamente ameaçada pela revolução farroupilha*”. Cf. LACOMBE, 1991. p. 256.

⁴⁰² GUIMARÃES, 1994. p.103.

⁴⁰³ GUIMARÃES, 1988. p. 6.

⁴⁰⁴ Sobre o conceito de civilização aqui empregado, ver a discussão realizada na primeira parte do capítulo II.

⁴⁰⁵ GUIMARÃES, 1994. p.123-124.

*um projeto nacional (...)*⁴⁰⁶. Essa capacidade da história de fornecer os *substratos científicos* para a atualidade adviria da visão que os homens do IHGB tinham dela. Em primeiro lugar, a história era vista como a portadora das verdades reveladas pela análise da documentação acumulada.

Em segundo lugar, a partir das verdades reveladas pela análise histórica, poder-se-iam construir leis do desenvolvimento humano e prever-se o progresso futuro⁴⁰⁷.

Por fim, essa história *verdadeira*, porque construída a partir da análise da documentação, tinha um caráter pragmático. A história era a *mestra-da-vida* porque o conhecimento do passado forneceria aos homens subsídios para se orientarem no presente. Do passado, poderiam ser extraídos exemplos e aprendizagens, para que os homens pudessem melhor escolher os caminhos a seguir. Assim sendo, a história tinha um caráter pedagógico: “(...) *recorre-se à História para extrair-se dela exemplos úteis para o presente*”⁴⁰⁸. Segundo Wehling, no plano teórico-metodológico os fundadores do IHGB foram buscar na concepção historicista da história:

“(...) a estrutura velada das relações sociais, as leis do desenvolvimento histórico, sua projeção para o futuro e o conhecimento aplicado, para aperfeiçoar a administração pública e a representação política (...)”⁴⁰⁹.

A análise da produção historiográfica do IHGB foi cuidadosamente realizada por Lúcia Guimarães. Segundo a autora, o levantamento dos textos publicados nas páginas da Revista do Instituto permite concluir que eles passavam por uma rigorosa triagem que obedeceu a “(...) *uma lógica inquestionável*”. Nas páginas da Revista, predominou a impressão de documentos referentes ao período colonial. A lógica editorial do IHGB foi a de buscar, nos tempos remotos da colonização, as raízes do Império, o que lhe daria “(...) *as marcas da continuidade, da centralização e da legitimidade*”⁴¹⁰. Portanto, ainda segundo a autora, as “minorias”, negros, índios e mulheres só teriam sido retratados pela Revista, “(...) *em razão de sua lealdade para*

⁴⁰⁶ GUIMARÃES, 1989. p. 24.

⁴⁰⁷ Segundo Wehling, o historicismo envolve sempre uma visão teleológica da história porque acredita que sempre há um futuro pré-determinado a ser alcançado, um sentido último do desenvolvimento histórico. Cf. WEHLING, 1994. p. 35-36. Também Manuel Guimarães afirma que os membros do IHGB partilhavam um conceito de história que guardava “(...) *um nítido sentido teleológico (...)*”. Cf. GUIMARÃES, 1988. p. 15.

⁴⁰⁸ Idem. p. 27. Sobre a concepção pragmática da história, Wehling afirma que para os membros do IHGB à história cabia a tarefa de esclarecer os homens e a sociedade. Cf. WEHLING, 1983.

⁴⁰⁹ WEHLING, 1999. p. 43-44.

⁴¹⁰ GUIMARÃES, 1994. p. 132.

com os interesses da *Metrópole*”⁴¹¹. Essas conclusões talvez não se afastem muito daquela já apontada por Manuel Guimarães. Para o autor, a historiografia produzida pelo IHGB trazia a marca da exclusão. Na medida em que a Nação brasileira era definida como sendo filha e prosseguidora da *civilização*, conceito que se restringia aos brancos, a história da Nação excluía negros e índios.

*“Ao definir a Nação brasileira enquanto representante da idéia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. O conceito de civilização operado é eminentemente restrito aos brancos”*⁴¹².

Entretanto, não estarão ausente das páginas da Revista artigos claramente produzidos sob a influência do indianismo romântico. Na busca do verdadeiro caráter da nacionalidade brasileira, membros do Instituto argumentarão que a especificidade de sua identidade poderia ser encontrada na participação do elemento indígena em sua formação. Para Campos, encontram-se artigos nas páginas da Revista de “(...) *entusiasmo romântico pelo bárbaro, pelo rude, mas também pelo puro*”. Num momento de marcado antilusitanismo, recorrer-se-ia ao indígena para marcar “(...) *o verdadeiro ancestral da nacionalidade*”⁴¹³. Contudo, Manuel Guimarães alerta para o fato de que, se a participação do indígena na formação da identidade nacional esteve presente em trabalhos do IHGB, não estariam seus autores pretendendo “(...) *comprometer a vinculação desse projeto nacional a um quadro mais geral e abrangente das Nações civilizadas*”⁴¹⁴.

Segundo a visão de Varnhagen, o Instituto deveria edificar uma história construída sobre o prisma da verdade, porque obtida a partir da exegese documental. Uma história que visava reatar um fio de continuidade do passado até o presente e capaz de demonstrar a unidade e a homogeneidade da Nação, nascida sob a égide da *civilização*.

⁴¹¹ GUIMARÃES, 1994. p. 134.

⁴¹² GUIMARÃES, 1988. p. 7.

⁴¹³ CAMPOS, 1983. p. 257. Campos cita o texto do Coronel Inácio Acioli de Cerqueira e Silva: “*Dissertação histórica, etnográfica e política*”, onde se encontra a seguinte afirmação: “*O coração estremece de horror ao rememorar os atos de canibalismo empregados contra os indígenas*”. Nas páginas da revista Guanabara, Gonçalves Dias publicaria *História Pátria, reflexões sobre os Anais Históricos do Maranhão por Bernardo P. de Berredo*. Nesse texto, Dias afirmaria que “(...) *o primeiro tópico de que havemos de tratar na história do Brasil é dos índios*”. Cf. DIAS, 1850. p. 28. Segundo Wehling, percebe-se com frequência a influência do romantismo, entrelaçado com o nacionalismo, nas páginas dos primeiros anos do IHGB. Não possuindo, entretanto, um passado medieval ao qual pudessem se reportar, os membros do IHGB estudaram tribos indígenas “(...) *na perspectiva etnográfica ou na sua incorporação ao processo civilizatório*”. Cf. WEHLING, 1999. p. 36.

⁴¹⁴ GUIMARÃES, 1989. p. 28.

Francisco Adolfo de Varnhagen foi um homem do IHGB. Nas páginas da Revista do Instituto, foram publicados vários de seus trabalhos. No segundo semestre do ano de 1851, quando se encontrava no Rio de Janeiro, Varnhagen foi eleito e ocupou o posto de primeiro-secretário da instituição⁴¹⁵. Em 1854 e 1857, respectivamente, Varnhagen publicaria o primeiro e o segundo tomos de sua História Geral do Brasil. Entretanto, esses mesmos autores, afirmam que a perspectiva adotada por Varnhagen, no que se refere aos indígenas brasileiros, era diversa do indianismo do IHGB. Segundo Canabrava: “*sua História Geral do Brasil (1854), afastou-se de algumas tendências que marcavam a mentalidade dos homens daquele sodalício, como o indianismo (...)*”⁴¹⁶.

Do mesmo modo, Lúcia Guimarães afirma, no seu estudo sobre o IHGB, que apesar das insistentes tentativas de Varnhagen, mesmo sob a proteção do monarca, ele não obteve o chancela oficial da instituição para sua obra. Para ela, o Instituto teria recusado o trabalho de Varnhagen devido ao “*(...)modo como ele se referiu aos nativos*”⁴¹⁷.

Embora a historiografia produzida pelo IHGB tenha nascido sob a égide de um projeto que procurava traçar e fundar a gênese de uma nacionalidade una, coesa e branca, é notória a presença dos nativos brasileiros nas páginas de seu periódico oficial. Segundo Manuel Guimarães, um recorte temático das publicações realizadas na Revista permite constatar uma constância nos temas abordados. Dentre esses assuntos tratados a “*(...) temática indígena ganha nas páginas da Revista do IHGB espaço privilegiado (...)*”⁴¹⁸. O paradoxo aparente seria a presença de trabalhos sobre os indígenas brasileiros predominando nas páginas de um periódico que se propunha a edificar uma história capaz de forjar uma nacionalidade una e branca para o Brasil.

3.2. – O INSTITUTO HISTÓRICO E O INDIANISMO

Em 1840, o cônego Januário da Cunha Barbosa, primeiro-secretário do Instituto, expôs suas idéias acerca do seguinte “programa”:

⁴¹⁵ Segundo Basílio de Magalhães “*(...) em 1851, possibilitando-se-lhe passar mais tempo nesta capital, foi I^o secretário e fez parte da redação do órgão do Instituto e estava a reorganizar a biblioteca, o museu e o arquivo desta casa (...)*”. Cf. MAGALHÃES, 1928. p. 9.

⁴¹⁶ CANABRAVA, 1971. p. 418.

⁴¹⁷ GUIMARÃES, 1994. p. 257.

⁴¹⁸ GUIMARÃES, 1989. p. 27.

“Qual seria hoje o melhor sistema de colonizar os Índios entranhados em nossos sertões: se conviria seguir o sistema dos Jesuítas, fundado principalmente da propagação do Cristianismo, ou se outro do qual se esperem melhores resultados do que os atuais?”⁴¹⁹.

Ao longo de seu texto, o cônego argumentava a favor da catequese e do uso de meios brandos para atrair e civilizar os índios. Afirmava que suas colocações tinham a história como mestra: “(...) *apoia-se esta minha opinião em muitos fatos da História do Brasil*”⁴²⁰. Ressaltava, entretanto, que se essa ação “(...) *é de certo interessante à prosperidade do Brasil (...)*”⁴²¹, tratava-se de tarefa árdua elaborar “(...) *um plano bem concertado, para trazer ao grêmio da nossa sociedade tantos homens perdidos para ela (...)*”⁴²². Afinal, os índios eram bárbaros, homens saídos das mãos da natureza, tinham raciocínio curto assim como suas necessidades, não tinham domicílio certo, nem leis e nem qualquer vestígio de civilização. É claro que “(...) *a passagem repentina, portanto, de uma tal gente para o estado social, que supõe muitos anos de observações e experiência, deve ser quase impossível e até mesmo fatal*”⁴²³. Apesar da dificuldade ou até da quase impossibilidade de civilizar, a tarefa deveria ser executada e sua possibilidade de sucesso dependia do conhecimento que se tivesse das tentativas civilizatórias empreendidas no passado.

O estudo de Januário de C. Barbosa ilustra quais seriam as preocupações presentes entre os membros do IHGB em relação às populações indígenas. Tratava-se, por um lado, de conhecer a história dos processos utilizados, no passado, para trazê-los ao grêmio da *civilização*. Por outro, o conhecimento etnográfico poderia ser extremamente útil para mapear esses povos, produzindo deles uma descrição capaz também de ser útil ao processo civilizatório.

Esse texto de Januário talvez nos possibilite compreender os motivos que levaram o Instituto a premiar e a publicar nas páginas de sua Revista o trabalho de von Martius. Premiada em 1847, mas publicada anteriormente, em 1844, a monografia do Dr. Carl F. P. von Martius, *Como se deve escrever a história do Brasil*, criava os parâmetros para se escrever a história nacional. Posteriormente à apresentação da dissertação ao Instituto, Januário escreveu a Martius afirmando que,

⁴¹⁹ BARBOSA, Januário da Cunha. 1840.

⁴²⁰ Idem. p.4.

⁴²¹ Idem. p. 3.

⁴²² Idem. p.3.

⁴²³ Idem. p.5.

conforme nos informa Wehling, “(...) a sua memória foi considerada como farol de uma .história, que dará honra ao sábio que a empreender”⁴²⁴.

A premiação desse trabalho demonstra a concordância dos membros do Instituto com as teses apresentadas pelo autor. Segundo Von Martius, aquele que se encarregasse de redigir uma História do Brasil, não poderia perder de vista que essa teve um desenvolvimento particular por ter sido o resultado do encontro de três raças: “Do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular”⁴²⁵.

Nesse sentido, alertava o autor que, sendo o povo brasileiro o resultado “(...) da reunião e do contato de tão diferentes raças humanas (...)”⁴²⁶, era preciso considerar cada uma daquelas que concorreram para a formação desse povo.

Segundo Martius, os indígenas seriam não um povo primitivo, mas um povo decaído e degradado, restolho de uma muito remota, única e grande civilização. Ao “historiador filósofo” restava a missão de comprovar que “(...) neste país reinava em tempos muitos remotos uma civilização superior”⁴²⁷. Sugeria que, através do estudo das línguas indígenas, seria possível demonstrar a existência e a posterior degradação e dissolução dessa grande civilização. As práticas atuais do canibalismo e de outros costumes e usos dos aborígenes não eram senão a degeneração dessa civilização superior. Mas, oferecendo o Brasil condições para o aperfeiçoamento das três raças, cabia ao historiador construir um quadro de tudo o que até então fora feito “(...) para a educação moral e civil” das raças inferiores. A partir desses estudos, o historiador poderia apresentar “projetos úteis” à civilização dessas tão “desamparadas raças”. Era possível acreditar nessa possibilidade de recuperação dos indígenas? O autor afirma que se tinha o direito de não acreditar em “(...) historiador que mostra de desconfiança da perfectibilidade de uma parte do gênero humano”⁴²⁸.

Nessa monografia, Von Martius reiterava sua visão de que os nativos americanos eram o restolho decaído e degradado de um primitivo grande povo. Entretanto, a miscigenação era apontada agora, pelo autor, como propulsora do processo civilizatório. Se no seu trabalho anterior, *O estado do direito entre os*

⁴²⁴ Januário escrevia a Von Martius como primeiro-secretário do Instituto. Cf. WEHLING, 1994. p.

721.

⁴²⁵ MARTIUS, 1982. p.87.

⁴²⁶ Idem.

⁴²⁷ Idem. p.94.

autóctones do Brasil, conforme vimos⁴²⁹, Von Martius afirmava serem os nativos incompatíveis com a civilização, agora a mistura das raças aparece como um caminho seguro para conduzir ao aperfeiçoamento. Segundo Lisboa, “(...) *no tratado historiográfico eles [os índios] adquirem uma posição positiva no caldeamento, na medida em que lhes é igualmente atribuído o potencial da ‘perfectibilidade’*”⁴³⁰.

A missão a ser desempenhada pelos historiadores, segundo Martius, era a dupla. Por um lado, deveriam desenvolver estudos etnográficos capazes de rastrear e desvendar os usos e costumes dos grupos indígenas dispersos pelo território. Para Von Martius, “(...) *era preciso desenvolver um juízo certo sobre a ‘natureza primitiva’ dos autóctones brasileiros*”(grifo do autor)⁴³¹. Por outro, era preciso conhecer os procedimentos utilizados, no passado, para resgatar os negros e índios do estado de decadência no qual se encontravam. Era preciso que se tomasse conhecimento “(...) *do resultado das instituições (...)*”⁴³² que haviam trabalhado a fim de educar e de moralizar os selvagens.

Contudo, quando Von Martius afirmava que a Nação nascera da “(...) *mescla das relações mútuas e mudanças dessas três raças (...)*”⁴³³, isso não significava que elas houvessem igualmente contribuído para a formação da nacionalidade brasileira. Destacava ele:

“(...) *tanto maior será a sua [da raça] influência para o desenvolvimento comum, quanto maior for a energia, número e dignidade da sociedade de cada uma dessas raças. (...) o português, que deu as garantias morais e físicas para um reino independente; que o português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor*”⁴³⁴.

A imagem construída pelo autor era a de que o “*sangue português*” formava um caudaloso rio para o qual confluíam os afluentes indígenas e negros; a história desse país seria aquela que narrasse esse longo processo de absorção. A história a ser elaborada era a do elemento que dera “*garantias morais e físicas para um reino independente*”. Aos indígenas e aos negros restava desaparecer no grande caudatário da nacionalidade e, somente assim, tornar-se-iam parte dessa memória a ser revivida, parte da história nacional. A história do Brasil era a história *da civilização*, entendida

⁴²⁸ MARTIUS, 1982. p. 89.

⁴²⁹ Verificar a discussão sobre o texto de Von Martius, *O estado do direito entre os autóctones do Brasil*, feita no Capítulo II desta dissertação.

⁴³⁰ LISBOA, 1995. p. 88.

⁴³¹ MARTIUS, 1982. p. 91.

⁴³² Idem. p. 89.

⁴³³ MARTIUS, 1982. p. 87.

⁴³⁴ Idem. p.87.

como sendo o longo processo de seu branqueamento; as forças criadoras da nacionalidade estavam concentradas no europeu. Segundo Lisboa,

“ (...)a partir de um racismo transparente, apostam [Spix e Martius] na miscigenação racial. O europeu, ou seja, o homem de raça caucásica – dotado de um ‘desenvolvimento superior dos órgãos e forças intelectuais’ – deveria sobrepor-se ‘de modo todo específico, tanto somática como psiquicamente ao negro (raça etiópica) e ao índio (raça americana)’”⁴³⁵.

Ao redigir seu texto, Von Martius dialogava com as idéias já presentes em trabalhos redigidos e publicados por membros do IHGB⁴³⁶. Foi a partir desse diálogo que traçara um plano geral para a futura confecção de uma história do Brasil. Não por acaso, foi reconhecido e premiado pelo Instituto.

Martius, apesar de permanecer apresentando os indígenas como degenerescentes, não duvidava que fosse possível alçá-los à civilização. Negar serem os indígenas capazes de perfectibilidade, seria negar a própria possibilidade dessa Nação branca constituir-se e de constituir-se sob o signo *da civilização*. Não se tratava de apresentar os indígenas como sendo a origem da Nação brasileira. Afinal, esses homens seriam bárbaros e selvagens e, no processo de criação de uma historiografia nacional, apresentá-los como origem da nacionalidade significaria comprometer completamente *“(...) a linha evolutiva de um processo de civilização”*⁴³⁷.

Entretanto, não se tratava de desconsiderar a necessidade de integrar esses povos à Nação em construção. Segundo Manuel Guimarães, *“(...) tratava-se também de, pela via da reflexão intelectual, pensar as possibilidades de integração concreta desses grupos – enquanto parte de um projeto político de construção nacional”*⁴³⁸.

Os ensinamentos de Hobsbawm podem ser centrais nessa reflexão. No século XIX, momento de triunfo da ideologia liberal, um dos critérios adotados para se classificar uma Nação enquanto tal, era sua capacidade de conquista: *“(...) a conquista dava a prova darwiniana do sucesso evolucionista (...)”*⁴³⁹. A Nação brasileira, para se mostrar viável⁴⁴⁰, deveria ser capaz de incorporar em seu seio

⁴³⁵ LISBOA, 1995. p. 87.

⁴³⁶ Sobre a concepção de história presente na monografia de Von Martius e a alta consideração que mereceu dos membros do IHGB, Wehling afirma que: *“quanto às sugestões a propósito da elaboração da história do Brasil (...) corresponderam, no plano político-ideológico, aos interesses e ideais de consolidação do Estado e da Nação no Brasil (...)”*. Cf. WEHLING, 1994. p. 731.

⁴³⁷ GUIMARÃES, 1989. p. 29.

⁴³⁸ Idem. p. 30.

⁴³⁹ Idem. p. 50.

⁴⁴⁰ Segundo Cunha, as teses detratoras dos indígenas americanos foram duramente combatidas nos EUA e na América Espanhola. Se fossem aceitas, para a autora, elas terminariam por realizar *“(...) uma condenação global da possibilidade de civilização do Novo Mundo”*. Cf. CUNHA, 1992. p. 6.

aqueles povos inferiores, submetendo-os aos valores, à moral, aos costumes, às crenças, enfim ao modo de ser e de se portar considerados como superiores. A superioridade seria demonstrada pela capacidade de sobrepor-se aos inferiores.

Por um lado, a perspectiva do IHGB era a de escrever uma história que legitimasse o “(...) projeto político centralizador em andamento”⁴⁴¹. Simultaneamente, essa história deveria, ao esclarecer o passado, apresentar para o presente os corretos exemplos a serem seguidos, na edificação do futuro.

Por outro, a concordância existente entre os homens do IHGB em relação à necessidade de se viabilizar um projeto de incorporação dos indígenas explica porque a temática indígena teve uma enorme relevância dentre as publicações realizadas nas páginas oficiais da instituição.

Segundo Manuel Guimarães, os textos publicados nas páginas da Revista apresentavam uma coincidência de visões em relação aos indígenas, que são resumidos pelo autor em três pontos. Um primeiro ponto seria a existência de uma unanimidade entre os autores acerca da “(...) necessidade de integração dos grupos indígenas”⁴⁴². Um segundo, defendido por esses autores, seria a certeza de que o comércio e a educação eram eficazes mecanismos de contato com os nativos. Por fim, acreditavam que ao Estado era reservado o papel de controlador de todo o processo *civilizatório*, mesmo que tivesse ele de contar com o auxílio de religiosos.

Para Guimarães, a discussão acerca da necessidade de integração dos indígenas ainda envolvia duas questões. Uma primeira dizia respeito à delimitação das fronteiras nacionais. Num momento no qual os Estados americanos se consolidavam, a demarcação e manutenção de suas fronteiras eram preocupações centrais de seus governos. Nos afastados rincões do país, a submissão dos indígenas ao projeto nacional poderia significar a confirmação da integração, das regiões por eles ocupadas, à Nação em construção.

Outra questão dizia respeito à possibilidade de incorporação dos indígenas ao mercado de trabalho brasileiro. À medida que o tráfico de escravos africanos para o Brasil fosse extinto, os indígenas poderiam ou não serem apresentados como uma alternativa para substituir a mão-de-obra escrava que deixaria de ser importada?

⁴⁴¹ GUIMARÃES, 1988. p. 17.

⁴⁴² Idem. p. 22.

Conforme já ficou destacado, Varnhagen, apesar de ter sido “um homem” do IHGB, discordou da visão indianista da instituição. O estudo que segue objetiva analisar a visão de Varnhagen sobre os indígenas na história brasileira.

3.3 – COMO SE DEVE ENTENDER A NACIONALIDADE NA HISTÓRIA DO BRASIL⁴⁴³

Em 1854 e 1857, respectivamente, Varnhagen publicaria o primeiro e o segundo volumes de sua *História Geral do Brasil (HGB)*. Posteriormente, em 1877⁴⁴⁴, essa obra seria reeditada após sofrer *melhorias e aumentos*, conforme nos informa o autor, no frontispício da obra. Segundo Rodrigues⁴⁴⁵, essa segunda edição serviu de base à terceira edição completa da *HGB*, assim como às demais que se seguiram. Em 1906, Capistrano de Abreu redigira notas para uma terceira edição que, em virtude de um incêndio que destruiu a oficina impressora, terminou por ser apenas de um terço da obra. Entretanto, as anotações de Capistrano foram conservadas e ampliadas por Rodolfo Garcia, a quem coube o cuidado de realizar aquela que seria, em 1927, a terceira edição completa da *HGB*. Na quarta edição integral da *História Geral*, os prefácios das anteriores assim como a dedicatória a D. Pedro II foram eliminados⁴⁴⁶.

Segundo Rodrigues, a *História Geral* da segunda edição é a história da colônia, porque dela Varnhagen eliminara os capítulos referentes à independência. Contudo, ainda segundo Rodrigues, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, anotadores e responsáveis pelas edições posteriores, realizadas a partir dessa segunda edição da *HGB*,

“(...) não se refiram à retirada desses capítulos em nenhuma introdução, nem tenham se dado ao trabalho de comparar as modificações que não são insignificantes, quer pelos acréscimos, quer pelas subtrações, quer, enfim, pela nova redação e pelas novas posições ideológicas”⁴⁴⁷.

⁴⁴³ Esse título reproduz aquele dado por Varnhagen a um texto por ele escrito e lido, em 1852, em duas sessões da Academia de História de Madrid. Cf. VARNHAGEN, 1857. p. XV.

⁴⁴⁴ Sobre a segunda edição da *HGB*, Basílio de Magalhães informa-nos que foi impressa em Viena, em 1877. Cf. MAGALHÃES, 1928. p. 61-62. A mesma informação é confirmada por Fleiuss. Cf. FLEIUSS, 1930. p. 433.

⁴⁴⁵ RODRIGUES, 1988. p. 15, 16. No presente trabalho farei uso da primeira e da décima edição da *HGB*. Se para realizar a terceira edição completa da *HGB*, Garcia fez uso da segunda e desde então todas as edições foram realizadas a partir dessa terceira, disso resulta poder considerá-las similares à segunda. Da segunda edição da *HGB* serão utilizados a *Dedicatória* a D. Pedro II, o *Prólogo* e o *Prefácio*.

⁴⁴⁶ Um histórico das edições da *História Geral* é apresentado no Prefácio da décima edição. Cf. VARNHAGEN, 1978.

⁴⁴⁷ RODRIGUES, 1967. p. 182.

No *Prólogo* à segunda edição do tomo I, o próprio Varnhagen tivera o cuidado de destacar para seus leitores que *melhoramentos importantes* fizera em sua obra e, dentre esses, “(...) *primam porém os que respeitam à etnografia e antropologia tupi* (...)”⁴⁴⁸. Esse *Prólogo* confirma o incômodo sentido por Rodrigues: a *História Geral* da segunda edição apresenta mudanças significativas em relação à edição anterior. No que se refere aos indígenas brasileiros, a mudança é inclusive destacada pelo autor e deve ser considerada numa análise de sua obra.

Primeiramente, entretanto, a preocupação que se segue é resgatar as idéias de Varnhagen presentes nos textos introdutórios à *HGB*, e que foram eliminados nas últimas edições. Pode-se argumentar que as idéias apresentadas e defendidas pelo autor, nesses textos, encontram-se diluídas nas páginas da *HGB*. Mesmo que esse seja um argumento verídico, o fato de Varnhagen destacar de sua obra um conjunto de argumentos e de apresentá-los em um texto introdutório comprova a importância por ele atribuída a tais pensamentos. Talvez porque julgasse que esses compusessem o cerne de suas idéias e desejasse imensamente que a obra fosse *bem lida*, segundo os propósitos que o levaram a redigi-la. Ou quem sabe, procurava ele aplanar o caminho e deixar bem claro os pressupostos que o conduziram na escrita que realizara. Qualquer que seja o motivo, a força da argumentação presente nesses textos introdutórios, redigidos por Varnhagen para a *HGB*, não pode ser menosprezada. Mesmo que ao longo da *HGB* essas idéias sejam, de algum modo, repetidas, foi nesses textos introdutórios que Varnhagen apresentou e enfaticamente procurou comprovar *cientificamente* serem aquelas idéias as únicas que julgava verdadeiras, sobre as temáticas em questão.

Foram vários os textos escritos por Varnhagen para dedicar, introduzir e apresentar sua *História Geral*. Dois deles não chegaram a ser incluídos na obra pelo autor. Contudo, estes dois textos foram publicados por Varnhagen pouco antes da primeira e da segunda edição da *HGB*. Essa publicação provavelmente estava ligada a uma vontade de seu autor de apresentar sua obra antes mesmo que ela viesse a público e de já defender as idéias que seriam nela desenvolvidas. O primeiro desses textos foi aquele intitulado *Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil*. Segundo Clado Lessa, ele foi oferecido ao Imperador em 1852⁴⁴⁹ e no mesmo ano foi

⁴⁴⁸ VARNHAGEN, 1877. p. XV. (*Prólogo*)

⁴⁴⁹ LESSA, 1954. tomo. 223. p. 177. Esse mesmo texto foi posteriormente publicado no Anuário do Museu Imperial, em 1948. No presente estudo farei uso dessa edição

lido na Academia de História de Madrid⁴⁵⁰. O segundo texto, *O Brasil e seus habitantes (...)*⁴⁵¹, foi preparado por Varnhagen para anunciar suas últimas conclusões acerca dos *tupi* e para comunicar que elas estavam sendo incluídas na segunda edição da *HGB*. Cada um desses textos, somados aos prefácios publicados na *HGB*, formam um conjunto de escritos nos quais Varnhagen expõe com enorme paixão suas convicções acerca da *história*, da *história nacional* e da inserção dos *tupi* nessa história.

Em 1852, ao publicar *Como se deve (...)*, Varnhagen apresentava os requisitos que considerava imprescindíveis para redação de uma obra de história, os quais seriam a erudição e a filosofia. Segundo Varnhagen, a história só poderia ser escrita a partir de um vasto conhecimento de fatos, o que exigia extensa pesquisa documental. Esse conhecimento profundo poderia permitir ao historiador escapar da ficção. Nesse caso, a missão desse historiador era resgatar dos arquivos os documentos capazes de fornecerem as informações fundamentais para a construção de uma narração. De posse dessa documentação, ele deveria recompor o fio dos acontecidos e apresentar, para seus contemporâneos, a cadeia percorrida desde seus ancestrais até o presente. Essa história, porque construída a partir da documentação resgatada dos arquivos, permitia-lhe defender determinados pontos de vista que, afinal, só poderiam ser contestados por aqueles que tivessem “(...) *menos estudos, menos meditação e menos conhecimentos (...)*”⁴⁵². Ele, Varnhagen, pelo contrário, narraria os acontecimentos a partir de uma sólida pesquisa: “(...) *de tudo quanto dizemos temos documentos que aparecerão em seu lugar e são eles que nos darão algumas convicções (...)*”⁴⁵³. A documentação era a prova incontestável de uma narrativa.

Muitos anos depois, em 1877, no *Prólogo*⁴⁵⁴ redigido para a segunda edição da *HGB*, Varnhagen novamente reafirmaria sua certeza da importância da pesquisa para a construção da história e marcaria a distinção de sua obra. Afinal, diferentemente do que até então se produzira, ela era fruto de longas e cuidadosas pesquisas: “(...) *rebuscamos antigos documentos nos arquivos, não só no Brasil, como de Portugal, da Espanha, da Holanda e da Itália (...)*”⁴⁵⁵. Logicamente essa profunda convicção do

⁴⁵⁰ Segundo declaração de Varnhagen redigida no *Discurso Preliminar* ao tomo II da primeira edição. Cf. VARNHAGEN, 1857. p. XV.

⁴⁵¹ VARNHAGEN, s/d.

⁴⁵² VARNHAGEN, 1948 (1852). p. 233.

⁴⁵³ Idem.

⁴⁵⁴ VARNHAGEN, 1877. (*Prólogo*)

⁴⁵⁵ Idem. p. X

valor da pesquisa e da necessidade de se resgatar a documentação do esquecimento resultaram em um levantamento impressionante. Rodrigues não poupa elogios para se referir ao trabalho de pesquisa realizado:

“(...) Varnhagen sobrepujou (...) todos os seus contemporâneos (...) como historiador incomparável do Brasil. Incomparável pela vastidão das pesquisas que realizou e dos fatos que revelou; incomparável pela publicação de inédito que promoveu; incomparável pela perseverança com que caminhou pelos caminhos da história brasileira (...)”⁴⁵⁶.

Segundo Canabrava, Varnhagen foi o iniciador da pesquisa sobre a história brasileira, em arquivos estrangeiros. Isso permitiu-lhe encontrar numerosas *peças documentais*, até então desconhecidas. Contudo, o essencial estaria na nova postura iniciada pelo historiador, qual seja a exegese documental. Varnhagen se distinguiria pela *“(...) análise crítica rigorosa [que] precede o reconhecimento da validade das fontes e sua erudição se nutre do conhecimento extenso das mesmas”⁴⁵⁷.*

Em Varnhagen, entretanto, essa profunda preocupação com a pesquisa e o levantamento de fontes documentais inéditas e verdadeiras aparece estreitamente vinculada à certeza de que o conhecimento delas advindo conduziria o historiador a alcançar *a verdade* histórica única e absoluta. Já em 1846, ele enviaria a Januário da Cunha uma carta⁴⁵⁸ que acompanhava a doação de uma *Memória* de José de Anchieta sobre o casamento dos índios no Brasil. Já naquela ocasião, afirmava que a história era uma sisuda senhora que julgava inapelavelmente, a partir do que *realmente* acontecera. Trinta e um anos mais tarde, no *Prólogo*, à segunda edição da *HGB*, recolocaria suas convicções:

“Convencidos igualmente de que a verdade é a alma da história, que só ela pode oferecer harmonia eterna entre os fatos narrados, que o verdadeiro critério da verdade histórica não se pode aquilatar senão pela concordância nos incidentes, não nos poupamos a nenhum esforço a fim de remontar às fontes mais puras”⁴⁵⁹.

⁴⁵⁶ RODRIGUES, 1967. p. 170.

⁴⁵⁷ CANABRAVA, 1971. p. 418. Segundo a autora, apesar de Varnhagen não fazer citação de autores em sua correspondência, sua preocupação com a veracidade das fontes denotaria uma influência de Ranke. Segundo Wehling, o perfil e a obra de Varnhagen correspondem ao historicismo romântico-erudito. Os supostos que orientaram a construção de sua obra seriam o *“(...) domínio de técnica de análise documental, investigação empírica e explicação hermenêutica”*. Cf. WEHLING, 1999. p. 45. Ainda para Wehling, Varnhagen era um rankeano, que buscava a lógica interna dos acontecimentos a ser revelada na pesquisa documental. O autor alerta para o fato de que Varnhagen parece não ter conhecido a obra de Ranke, pela dificuldade da leitura em alemão, mas que teria sido influenciado pela *“culture savante”* de sua época. Cf. Idem. pp. 61 / 79 / 137 / 145 –149.

⁴⁵⁸ Essa Carta está citada em nota de rodapé na publicação realizada da *Memória* de José de Anchieta, em 1846 e republicada, nas mesmas condições, em 1867. Cf. VARNHAGEN, 1867. p. 254-255.

⁴⁵⁹ VARNHAGEN, 1877. p. X (*Prólogo*)

Para Canabrava, o aturado esforço de Varnhagen em levantar a documentação e realizar sua exegese estava ligado à sua convicção de que “(...) *a verdade objetiva continha-se nos documentos (...)*”⁴⁶⁰. O historiador, porque escrevia a partir de informações fornecidas por vasta e fidedigna fonte documental, era capaz de reatar os estreitos liames que uniam a história à verdade, fielmente narrando, tal como se haviam sucedido, no passado, os acontecimentos. Para Varnhagen, esse historiador, por deter profundos e inabaláveis conhecimentos, só poderia produzir uma obra verdadeira. Desse modo, acreditava que somente aqueles que se entregassem a mais ardorosos trabalhos e que apresentassem fatos novos proporcionados por documentação até então inédita, poderiam aventurar-se a contestar o que era apresentado na *HGB*. Varnhagen não duvidava da unicidade da verdade e de que ela era apresentada em sua obra. Na *Dedicatória* a D. Pedro II, publicada no tomo I da segunda edição, repisava sua convicção: “(...) *filha [a HGB] de aturado trabalho de uma vida sempre votada ao estudo e à investigação da verdade*”⁴⁶¹.

Ora, se o historiador narrava a partir das informações colhidas nas *fontes mais genuínas*, não haveria como acusá-lo de estar sendo parcial nos juízos que emitia. Nesses textos introdutórios e ao longo da *HGB*, Varnhagen várias vezes afirmou e repetiu o mesmo postulado: sua obra era imparcial. Na *Dedicatória* a D. Pedro II, publicada no tomo I da primeira edição, anunciava: “(...) *afanei-me por extremar patrioticamente os fatos mais importantes e por os referir com a maior imparcialidade e a tal respeito a voz da consciência não me acusa o mínimo escrúpulo*”⁴⁶².

Mas um bom historiador, além de erudito, tinha também, em sua opinião, de ser filósofo. Isso significava que deveria possuir *espírito crítico* para ser capaz de

“(...) *além de testemunha do tempo passado, luz e guia para a marcha da nação à qual a história deve não só ministrar exemplos de patriotismo e de governo, como apontar e censurar os erros e faltas cometidas no passado, a fim de poupar às gerações futuras o cair nos que já custaram tristes experiências a outros*”⁴⁶³.

Do mesmo modo que seus companheiros do Instituto Histórico, Varnhagen concebia à história um sentido profundamente teleológico. O conhecimento do passado forneceria aos homens do presente as corretas direções a serem seguidas para

⁴⁶⁰ CANABRAVA, 1971. p. 419.

⁴⁶¹ VARNHAGEN, 1877. s/p. (*Dedicatória*)

⁴⁶² VARNHAGEN, 1854. s/p. (*Dedicatória*)

⁴⁶³ VARNHAGEN, 1948 (1852). p. 229.

se alcançar o futuro desejado. A história *verdadeira* era útil pelos auxílios que ela poderia prestar “(...) *ao estadista, ao jurisconsulto, ao publicista, ao diplomata, ao estratégico, ao jurisconsulto, ao publicista, ao diplomata, ao naturalista, ao financeiro (...)*”⁴⁶⁴. Na *Dedicatória* a D. Pedro II escrita para o tomo I da segunda edição, Varnhagen não se furta ao direito de explicar ao Imperador a importância do fomento do estudo da história e da publicação da *HGB*. À história *verdadeira e imparcial*, não é por demais repetir, várias missões estavam reservadas. Somente ela poderia

“(...) *fornecer dados aproveitáveis na administração do Estado, (...)fortificar os vínculos da unidade nacional, e aviventar e exaltar o patriotismo, e enobrecer o espírito público, aumentando a fé no futuro e na glória das letras (...)*”⁴⁶⁵.

Ao recuperar o fio único que conduzira do passado até o presente a constituição da atualidade, o historiador demonstrava e comprovava a unidade da nacionalidade. Desse modo, ele dava sua fundamental contribuição para a construção e manutenção da unidade nacional. O Brasil na *atualidade* “(...) *contava já em seu seio patrícios eminentes, cidades policiadas e fontes de riqueza, abertas pela agricultura, pela indústria e pelo comércio*”⁴⁶⁶. A história, ao buscar a origem dessa atualidade, desvendaria para seus contemporâneos as tradições que concorreram para a formação do *caráter nacional*. O trabalho do historiador era o de reatar o processo dessa formação⁴⁶⁷. Ou acaso alguém poderia julgar que “(...) *tudo isso* [o Brasil era] *obra do acaso ou criado de repente*”⁴⁶⁸?

A história do Brasil era, portanto, a história da árdua luta travada pelos esforçados colonos, que enfrentando uma natureza indomável⁴⁶⁹, foram capazes de

⁴⁶⁴ VARNHAGEN, 1857. p. VI. O *Prefácio* ao tomo II da primeira edição foi reproduzido, com longos cortes, na segunda edição do tomo I. No presente estudo estarei fazendo uso da primeira edição desse texto, porque o autor continuou defendendo as idéias que foram suprimidas na segunda edição e não faz nenhuma menção a motivos que teriam levado a essa supressão. Pode-se destacar que sempre que Varnhagen fazia uma supressão, acréscimo ou mudança em um texto, foi costume seu anunciar que alguma alteração fora realizada em comparação com uma edição anterior.

⁴⁶⁵ VARNHAGEN, 1877. s/p. (*Dedicatória*) Segundo Odália, a concepção de história de Varnhagen está prenhe da idéia de que a ela cabia a criação de um passado uno que daria sentido à Nação e que tinha a tarefa de moldar seu futuro. Cf. ODÁLIA, 1997. p. 38.

⁴⁶⁶ VARNHAGEN, 1877. p. VI. (*Prólogo*)

⁴⁶⁷ No *Prefácio* à primeira edição do tomo II, Varnhagen afirmava que a *História Geral* desempenharia importante papel na construção e manutenção da unidade nacional. Um país uno precisava edificar a história da construção dessa unidade: “*Assim a integridade do Brasil, já representada majestosamente no Estado e no Universo pela monarquia, vai agora (...) ser representada entre as histórias das nações por uma história nacional.*” Cf. VARNHAGEN, 1857. p. VI.

⁴⁶⁸ VARNHAGEN, 1877. p. VI. (*Prólogo*)

⁴⁶⁹ Ao se referir à natureza do Brasil, Varnhagen a descreve de modo tenebroso: o sol era abrasador, os rios perigosos e repletos de cachoeiras, as serras *asperíssimas*, o terreno coberto de matas *espesas*,

legar para futuro “(...) a civilização,...a pátria em fim”⁴⁷⁰. A história da Nação era aquela que recompusesse o seu “(...) verdadeiro desenvolvimento e civilização (...)”⁴⁷¹; uma história que narrasse os feitos e acontecimentos que permitiam recompor, numa linha única e linear, desde o início da colonização, a formação da atualidade. A história *geral* do Brasil era a história de sua *civilização*, de sua constituição como Nação branca e européia. Assim, a *HGB*, era, segundo Varnhagen, um livro perpassado de *tolerância civilizadora*, onde a preocupação fora a de narrar, imparcialmente a “(...) *progressiva civilização do Brasil*”⁴⁷². A narrativa histórica, portanto, tinha de possuir uma unidade de construção. Já em 1852, quando escrevia antecipadamente sobre a *HGB* anunciava qual história seria encontrada em seu livro:

“Assim pois a verdadeira história do Brasil reduz-se à da colonização, civilização, organização e desenvolvimento deste Estado. Ao patriotismo do historiador toca apresentar dela os fatos com dignidade”⁴⁷³.

Contudo, não se poderia esquecer, lembrava ele, de que essa história deveria ser útil e apresentar para os contemporâneos corretos exemplos capazes de estimular *boas ações*. A atualidade se miraria no passado e nele buscaria forças para prosseguir a grandiosa construção da nacionalidade, então iniciada. Segundo Lacombe⁴⁷⁴, a *HGB* é a história da *continuidade*, pois o grande interesse de Varnhagen era o de estabelecer um nacionalismo fundado na obra colonizadora. Wehling afirma que na ausência de um “*cadinho medieval*”, Varnhagen procurou, no passado colonial, a formação da nacionalidade⁴⁷⁵. A identidade nacional fora forjada no processo de sua colonização e somente sua história poderia servir de bom guia para todos os homens do presente. Para Oliveira Lima, Varnhagen era um historiador pragmático⁴⁷⁶.

Se a história dessa Nação era a de sua colonização, seu início estava na “(...) *distribuição da terra pelos donatários* (...)”⁴⁷⁷. Dos *tupi* que anteriormente ocupavam

impenetráveis e repletas de espinhos, onde habitavam animais asquerosos e venenosos. Para desbravar e domar essa natureza, os colonizadores haviam travado uma *horrída luta*. Cf. VARNHAGEN, 1877. p. VIII-IX. (*Prólogo*).

⁴⁷⁰ Idem. p. IX.

⁴⁷¹ Idem. p. XI.

⁴⁷² VARNHAGEN, 1854. p. IX. (*Prefácio*)

⁴⁷³ VARNHAGEN, 1948 (1852). p. 232.

⁴⁷⁴ LACOMBE, 1991. p. 259. Também Rodrigues afirma que o grande tema de Varnhagen “(...) é a obra da colonização.” Cf. RODRIGUES, 1988. p. 13. No mesmo sentido, Moreira afirma que a história do Brasil de Varnhagen é a da “(...) *fundação e desenvolvimento da antiga colônia*”. Cf. MOREIRA, 1967. p. 160.

⁴⁷⁵ WEHLING, 1999. p. 65 / 187.

⁴⁷⁶ LIMA, 1911.

⁴⁷⁷ VARNHAGEN, 1948 (1852). p. 232. No capítulo referente ao descobrimento da América e do Brasil, Varnhagen informava seus leitores do tema da *HGB*: “*Como e quando se inteirou Portugal da existência do legado, a que, com poucos anos de antecipação, dera herdeiro o tratado testamentário de*

o território, não haveria história, “(...) *senão noções etnográficas (...)*”⁴⁷⁸. Se desses povos houvesse história, segundo Varnhagen, ela não passaria de uma monótona narrativa de guerras intermináveis, de sacrifícios bárbaros de gente sendo *moqueada e devorada*. À história cabia a missão de servir de mestra e de orientar as ações do presente. Poderiam *asquerosos e pervertidos botocudos* servirem de modelo para a *atual* nacionalidade? Acaso o *caráter nacional* poderia ter sua fundação em povos tão bárbaros? Não, pois a Nação brasileira fora organizada pelo *princípio civilizador*⁴⁷⁹. Os *tupi*, segundo Varnhagen, jamais teriam chegado a alcançar os elevados patamares civilizatórios se gigantescos esforços não tivessem sido realizados, se a força e a sujeição não tivessem sido utilizadas. Ora, se a tendência “(...) *dos conhecimentos humanos ao aperfeiçoamento (...)*”⁴⁸⁰ é um dado irrefutável e se os *tupi* jamais teriam alcançado os patamares civilizatórios senão por meio da ação colonizadora, esses povos eram povos fadados à extinção. A história do grandioso Império brasileiro poderia ser a de *turpitudes*? Jamais, senão que se pensasse que “(...) *aspiramos nós a ser selvagens (...)* ou a *render culto e vassalagem aos asquerosos sacrifícios da antropofagia (...)*”⁴⁸¹.

O Brasil era filho da *civilização* aqui aportada com as naus dos colonizadores. Isso seria *a verdade* e só isso poderia ser história. A nacionalidade brasileira não era índia, e sim latina. Aqueles que se aventurassem a afirmar o contrário, segundo Varnhagen, realizavam uma deturpação da idéia de nacionalidade, afrontavam sua dignidade e caíam na incredulidade dos leitores. Os indígenas teriam sido “(...) *apenas absorvidos pela raça colonizadora (...)*”⁴⁸² porque eram degradados selvagens e, portanto, não poderiam trazer contribuição para a civilização da Nação brasileira. Desses povos só restaria etnografia⁴⁸³. Eles poderiam e deveriam ser descritos e

Tordesilhas, como o descuidou a princípio, e o beneficiou e aproveitou depois; e finalmente como, através de muitas vicissitudes (...) veio a surgir, na extensão de território que o mesmo legado abarcava, um novo Império a figurar no Orbe entre as nações civilizadas (...) tal é o assunto da presente História”. Cf. VARNHAGEN, 1978. vol. I. p. 67.

⁴⁷⁸ VARNHAGEN, 1948 (1852). p. 232.

⁴⁷⁹ Segundo Wehling, “(...) *Varnhagen recusava atribuir aos indígenas a base da nacionalidade, como faziam os românticos*”. Cf. WEHLING, 1999. p. 164.

⁴⁸⁰ VARNHAGEN, 1948 (1852). p. 231. Acerca do conceito de perfectibilidade, ver o capítulo II desta dissertação.

⁴⁸¹ Idem. p. 233.

⁴⁸² Idem. p. 234.

⁴⁸³ Para Wehling, Varnhagen separava “(...) *os objetos de estudo: os povos históricos, civilizados e com escrita eram estudados pela história; os povos não históricos, selvagens ou bárbaros e ágrafos cabiam à etnografia*”. A concepção historicista de história identificava esta com a escrita e a origem da civilização. Na filosofia da história de Hegel, segundo Wehling, chegar-se-ia que dos povos selvagens

conhecidos, mas da história pátria só faziam parte como um elemento absorvido. No *Prefácio* à primeira edição do tomo II, Varnhagen afirmava que sua obra provavelmente encontraria oposição porque não partilhava das idéias daqueles que pretendiam *reabilitar* os indígenas e muito menos *exaltar bárbaros bugres*, que nada de útil e glorioso haviam deixado para a nacionalidade brasileira.

Em 1857, ao publicar o tomo II da *HGB*, Varnhagen a ela antepôs um *Discurso Preliminar*, intitulado *Os índios perante a nacionalidade brasileira*⁴⁸⁴, texto escrito para ardorosamente defender a idéia de que os *tupi* não eram os representantes da nacionalidade brasileira. A eles não caberia nenhuma glória na história do Brasil. Para comprovar sua ardorosa convicção, Varnhagen apresenta sete questões e, a partir das respostas a elas, argumenta apaixonadamente a favor de seu pressuposto.

“1 - Eram os [índios] os que percorriam o nosso território, à chegada dos cristãos europeus, os seus legítimos donos? 2 - Viviam independentemente da falta do ferro e de conhecimento da verdadeira religião, em estado social invejável? 3 - Esse estado melhoraria, sem o influxo externo que mandou a Providência por meio do cristianismo? 4 - Havia meio de os reduzir e amansar, sem empregar a coação pela força? 5 - Houve grandes excessos de abuso nos meios empregados para essas reduções? 6 - Dos três principais elementos de povoação, índio, branco e negro, qual predomina hoje no nosso? 7 - Quanto se apresentem discordes ou em travada luta estes três elementos no passado, qual deles devemos supor representante histórico da nacionalidade hoje?”⁴⁸⁵

Às cinco primeiras questões Varnhagen responderia de forma negativa. Os *índios* eram poucos quando da chegada dos europeus e não poderiam ser considerados donos do território porque, ao invés de o habitar, apenas o percorriam, uma vez que eram nômades. Além disso, eram os últimos invasores do território⁴⁸⁶. Esses povos não mereciam sequer serem chamados de bárbaros: eram selvagens porque antropófagos, desconhecedores das virtudes, de leis preventivas e dos vícios; eram vingativos, com tendências homossexuais e que andavam nus e desfiguravam seu rosto. “(...) os nossos índios viviam (e alguns vivem ainda) no primitivo estado do

só existiria etnografia, “(...) por lhe faltarem os atributos básicos da historicidade: a escrita, o direito e o Estado”. Cf. WEHLING, 1999. p. 149.

⁴⁸⁴ Segundo o autor, esse texto deveria ser considerado substituto daquele publicado em 1852, *Como se deve entender a nacionalidade na história do Brasil*. Cf. VARNHAGEN, 1857. p. XV. (*Discurso Preliminar*).

⁴⁸⁵ VARNHAGEN, 1857. p. XV-XVI. (*Discurso Preliminar*).

⁴⁸⁶ Varnhagen afirmava que os *tupi* eram invasores do território, mas não apresentava razões para essa afirmação. Se eram invasores, de onde vieram? No tomo I da primeira edição, ele já apresentara essa hipótese e insinuara que eles poderiam ser descendentes dos antigos egípcios. Apenas na segunda edição do tomo II, onde insere suas hipóteses sobre a origem turaniana dos *tupi*, que Varnhagen

*homem caído e manchado (...)*⁴⁸⁷. Tais povos jamais poderiam, sem auxílio externo, afirmava ele, superar seu estado de barbárie e degradação. Pelo contrário, eles possuíam tantos *elementos dissolventes* em seu interior, que sua tendência era a *extinção*. Se a Providência Divina não houvesse intervindo e enviado uma *poderosa armada* para conquistar tais povos, a vitória teria sido dos “(...) *instintos destrutores da humanidade (...)*”⁴⁸⁸. Contudo, a própria Providência já indicava que apenas com uso da força poderia ser possível conter e sujeitar tais espíritos selvagens. Não por acaso, Ela decidira enviar uma *poderosa armada*, pois apenas uma forte coação poderia controlar e civilizar selvagens. A Providência Divina já indicava aos homens, desde o início da colonização, o correto caminho a ser seguido no tratamento dos selvagens, caso se tivesse a preocupação de resgatá-los para o seio da civilização.

“Assim, longe de condenarmos que se fizesse uso da coação pela força para civilizar os nossos índios, estamos persuadidos que não era possível haver empregado outro meio; e que dele havemos ter que lançar mão nós mesmos (...)”⁴⁸⁹.

A guerra, nesse sentido, tornava-se poderoso instrumento civilizador pois capaz de concorrer para a melhoria da condição dos bárbaros selvagens. Se no passado o emprego da força foi necessário, os abusos que ocorreram foram exagerados pelos *indianófilos*. Citando o bispo Azeredo Coutinho, Varnhagen faz dele suas palavras: “(...) *a escravidão e a subordinação são o primeiro passo para a civilização das nações*”⁴⁹⁰.

Em relação a qual elemento predominaria na população atual do Brasil, Varnhagen desafia o leitor a observar a feição da população das cidades e a reparar que os traços encontrados eram os do branco europeu e de algum negro. Os índios, numericamente insignificantes, no início da colonização, não haviam sido extintos, mas sim absorvidos. Como prova, bastava penetrar no seio das famílias. Lá se encontrariam os hábitos, os nomes, a língua e a religião européias. Esse era, segundo Varnhagen, o verdadeiro *brasileirismo*, herança de três séculos de civilização. A não ser que se fosse cego ou que se pretendesse publicar uma história fantasiosa ou uma da antropofagia, no que se refere à história do Brasil, não havia dúvida:

apresentou uma explicação para a hipótese de invasão. Ver o estudo apresentado no segundo capítulo desta dissertação sobre o texto “*L’origine touranienne (...)*”.

⁴⁸⁷ VARNHAGEN, 1857. p. XVII. (*Discurso Preliminar*).

⁴⁸⁸ Idem. p. XIX.

⁴⁸⁹ Idem. p. XXI.

⁴⁹⁰ Idem.

“(...) se o elemento europeu é o que essencialmente constitui a nacionalidade atual, e com mais razão (pela vinda de novos colonos europeus) constituirá a futura, é com esse elemento cristão e civilizador que principalmente devem andar abraçadas as antigas glórias da pátria e, por conseguinte, a história nacional (...) a história geral da civilização do Brasil deixaria de ser lógica com o seu próprio título, desde que aberrasse de simpatizar mais com o elemento principalmente civilizador”⁴⁹¹.

Assim, a *HGB* pretendia ser uma narrativa *verdadeira* porque redigida sobre uma vasta fonte documental. Simultaneamente, ela seguiria *cronologicamente* os passos dados ao longo do tempo pela *civilização* sobre esse território⁴⁹². Dos indígenas, absorvidos, restaria a etnografia.

3.4. – OS TUPI NA HISTÓRIA GERAL DO BRASIL

O leitor que hoje abrir a *HGB* e tiver o cuidado de atentamente ler os detalhados índices de cada volume, rapidamente poderá constatar que raros são seus capítulos nos quais não aparece algum item referente aos indígenas brasileiros. Afora isso, três capítulos são dedicados, exclusivamente, a esses povos. Se anteriormente esse leitor pudera ler os prefácios e, sobretudo, o *Discurso Preliminar* a essa *HGB*, ficaria surpreendido com a listagem de *matérias* que Varnhagen apresenta. Afinal, não afirmara o autor que a história do Brasil era a história de sua *civilização*? Como então dedicara ele extensas páginas de seu livro a esses povos?

Na primeira edição da *HGB*, os três capítulos dedicados aos indígenas eram o oitavo, o nono e o décimo. Na segunda edição, esses capítulos passaram a ser respectivamente, o segundo, o terceiro e o quarto. Segundo Capistrano, Varnhagen terminara por antecipar os capítulos referentes aos indígenas brasileiros, conforme sugestão de d’Avezac⁴⁹³. Além de antecipar os capítulos referentes aos indígenas, Varnhagen fizera neles importantes mudanças.

Nesses capítulos, Varnhagen cuidadosamente constrói para seu leitor uma imagem do indígena brasileiro. Delas emerge um indígena único, possuidor de enormes dotes físicos, dotados de “(...) *mui apurados os sentidos e mui agudos os instintos* (...)”⁴⁹⁴. Contudo, esse desenvolvimento dos sentidos denotaria a proximidade existente entre esse ser e os animais, constituindo uma prova a mais da

⁴⁹¹ VARNHAGEN, 1857. p. XXV. (*Discurso Preliminar*).

⁴⁹² VARNHAGEN, 1978. vol. I. p. 165.

⁴⁹³ Sobre a crítica de d’Avezac à obra de Varnhagen, ver a última parte do presente capítulo.

⁴⁹⁴ VARNHAGEN, 1978. vol. I. p. 50.

animalidade desses homens. “*Viam a grande distância, sentiam o cheiro do fumo ou da gente (...); descobriam a pista da onça, sentiam pelo cheiro a proximidade do jacaré e pelo ouvido o tinir da cascavel (...) não lhes faltava o tino (...)*”⁴⁹⁵.

Se bem dotados fisicamente, Varnhagen não vê nesses dotes sinais que denotassem supremacia. Pelo contrário, os indígenas não possuíam nenhum dote espiritual. Nesses três capítulos, o autor prima pelo vigor com que nos envolve na definição de selvageria. Os indígenas eram gentes *vagabundas*, que andavam nus, sarjando seus corpos, desfigurando seus rostos e enfeitando-se com colares de dentes; moralmente esses homens eram *falsos e infiéis, inconstantes e ingratos, traiçoeiros, insensíveis e covardes*; não tinham eles nenhum tipo de credulidade e viviam na plena libertinagem, desconhecendo todo tipo de punição e de limitação⁴⁹⁶.

Talvez para Varnhagen o fato de esses povos viverem em tribos separadas e espalhadas pelo território fosse a pior qualidade a ser neles identificada. Esse fato podia ser constatado nas guerras permanentes que esses povos travavam entre si e que resultavam em novos fracionamentos das já minúsculas tribos. Aliás, as guerras por eles praticadas eram de *extermínio*, pois conduzidas sob o permanente instinto de *vingança*. Tais guerras, realizadas nos períodos próximos às colheitas que proporcionavam abundância de bebidas, eram sempre seguidas de bacanais. Neles os inimigos eram trucidados, moqueados e devorados ao longo de beberagens incontidas. Essas práticas, somadas à sodomia, só poderiam conduzir à conclusão de que esses povos tendiam ao desaparecimento e jamais poderiam ter alcançado, e esse era o pecado mortal, o elevado patamar de formação de uma Nação e de desenvolvimento do sentimento de patriotismo.

Para Varnhagen, não haveria dúvida de que esses homens encontravam-se no mais degradante estado que o ser humano poderia chegar. Inúmeros horrores poderiam ser ditos desses povos, mas era preferível não mais enumerá-los pois não se propunha a “*(...) arrepiar as carnes dos leitores, como os bárbaros as de suas vítimas*”⁴⁹⁷. Eram povos de *raças limítrofes, uma humanidade bestial* lançada e abandonada no mais degradante estado que se poderia imaginar rebaixado o ser humano. Não por acaso, o indígena apresentava um aspecto *taciturno* e uma

⁴⁹⁵ Varnhagen, 1978. vol. I. p. 50-51.

⁴⁹⁶ Wehling elaborou um quadro com os aspectos positivos e negativos atribuídos por Varnhagen a personagens, entidades e coletividades. Destaca o autor que aos índios os únicos aspectos positivos atribuídos são a audácia e a força física. Cf. WEHLING, 1999. p. 174 - 176.

⁴⁹⁷ Varnhagen, 1978. vol. I. p. 47.

expressão sempre *melancólica*, similar àquela portada pelas feras. “Assim a expressão das fisionomias dos bárbaros aos trinta anos era ou *melancólica* ou *feroz*”⁴⁹⁸.

Varnhagen alertava seu leitor que a descrição feita estava sustentada no mais cuidadoso trabalho de pesquisa e baseada nos contemporâneos do início da colonização. Mas se, por acaso, alguém argumentasse que os indígenas brasileiros se encontravam divididos em inúmeras tribos, Varnhagen cuidara de argumentar que essas tinham uma origem comum. A grande maioria dos povos que ocupavam o antigo território do Brasil eram *tupi*.

*“E não só falavam dialetos idênticos como, em geral, se denominavam a si quase sempre do mesmo modo: Tupinambá. Se no Maranhão como no Pará, na Bahia como no Rio, houvésseis perguntado a um índio de que nação era, responder-vos-ia logo tupinambá. Parecia, pois, que tupinambá se chamava o primitivo tronco nacional, donde se tinham separado todos aqueles ramos, garfos e esgalhos (...)”*⁴⁹⁹.

Nesse sentido, a descrição geral que apresentava tinha a potencialidade de identificar as principais características do povo que ocupava a maior parte do território brasileiro. Apesar da existência de uma enorme quantidade de tribos, existiria *um indígena* típico e esse era aquele pintado por sua pena. “*Tudo quanto dissemos se aplica especialmente à raça tupi, em geral*”⁵⁰⁰.

Mas qual a origem desses povos? Talvez tivessem eles como berço os “(...) *densos matos das margens do Amazonas e que nas águas deste poderoso rio e dos seus braços (...) se fizesse navegadora (...)*”⁵⁰¹. Nesse caso, seriam eles “(...) *os nossos invasores normandos em tempos bárbaros*”⁵⁰², homens do norte que, graças à superioridade de sua marinha, haviam-se imposto sobre os povos que anteriormente ocupavam o território. Talvez, quem sabe, os *tupi* fossem povos provenientes de outros continentes e que teriam aportado na América “(...) *por meio de uma navegação perdida ou interrompida por séculos de barbárie (...)*”⁵⁰³. Se qualquer uma dessas hipóteses fosse verdadeira, seria correto dizer serem eles um povo invasor

⁴⁹⁸ Varnhagen, 1978. vol. I. p. 51.

⁴⁹⁹ Idem. p. 25.

⁵⁰⁰ Idem. p. 41. Na primeira edição essa frase aparece com uma redação distinta: “*Tudo quanto dissemos se aplica à generalidade*”. Cf. VARNHAGEN, 1854. p. 120. Na seqüência do presente capítulo poderá verificar-se que muito provavelmente Varnhagen fez essa troca para distinguir os *tupi* como um povo invasor e conquistador.

⁵⁰¹ Idem. p. 105-106. Desde 1851, quando publica os *Comentários* à obra de Gabriel Soares, Varnhagen já levantava a hipótese de os *tupi* terem ocupado o território brasileiro a partir de uma invasão realizada de norte para o sul. Sobre essa questão, ver o capítulo II desta dissertação.

⁵⁰² VARNHAGEN, 1854, p. 105-106. Também nos *Comentários* Varnhagen já anunciava a hipótese de os *tupi* possuírem algum tipo de parentesco com os antigos egípcios. Ver o segundo capítulo desta dissertação.

e conquistador do território. Em qualquer dos casos, o estudo da filologia se apresentava, acreditava ele, como a “(...) *única fonte pura* (...)”⁵⁰⁴ para uma possível elucidação da questão. Afinal, existiria uma *língua geral* falada por toda a América meridional e seu estudo poderia contribuir para a uma melhor elucidação de quem eram os *tupi* e do modo como eles haviam invadido e conquistado o território.

Contudo, Varnhagen não possuía ainda provas *documentais* para comprovar as hipóteses que levantava.

*“No estado atual dos conhecimentos, seria irrisório lembrar-nos de entrar em investigações sobre a procedência dos povos que viviam neste continente, e cansarmo-nos, com os escritores dos séculos passados, em conjecturas sobre o modo como poderiam haver passado aqui esses descendentes de Noé”*⁵⁰⁵.

Logicamente, seus leitores não deveriam ficar preocupados uma vez que a resolução dessa dúvida era secundária para a história do Brasil que, afinal, deveria tratar de sua *civilização*; “(...) *esta questão de origem das antigas civilizações americanas é secundária para o Brasil*”⁵⁰⁶. (grifo do autor)

Na segunda edição da *HGB*, Varnhagen não muda a imagem construída dos indígenas. As mudanças, por ele anunciadas e introduzidas, referem-se à certeza de que passara a possuir sobre a origem dos *tupi*. Em 1876, publicara o historiador um longo trabalho no qual comparara e aproximara a *língua geral* falada no Brasil das línguas antigas do Mediterrâneo⁵⁰⁷. Foram as conclusões apresentadas nesse estudo que Varnhagen acrescentou, em 1877, aos capítulos da *HGB*.

*“Todas as induções, porém, que oferecemos em um trabalho especial nos levam a acreditar que os Tupis procediam, como os Guanches das Canárias, de povos navegadores do Mediterrâneo, que aqui haviam aportado”*⁵⁰⁸.

Nas páginas da *HGB*, Varnhagen apontaria, em várias passagens, usos, costumes, crenças, conhecimentos e práticas que procuravam provar serem os *tupi* um povo cuja origem estava no Velho Mundo. Sua convicção era “(...) *que houve efetivamente para o Brasil uma grande emigração dos próprios Cários da Ásia*

⁵⁰³ VARNHAGEN, 1854. p. 137.

⁵⁰⁴ Idem. p. 100.

⁵⁰⁵ Idem. p. 134.

⁵⁰⁶ Idem. p. 137.

⁵⁰⁷ O texto em questão é *L'origine touranienne* (...) e que foi analisado na última parte do segundo capítulo desta dissertação. Segundo Capistrano, na segunda edição da *HGB*, Varnhagen acrescentara as sugestões realizadas por d'Avezac na crítica elaborada, em 1858, à obra. Talvez, além de ter colocado os capítulos referentes aos indígenas no início da obra, Varnhagen tenha seguido de d'Avezac a sugestão para aprofundar os estudos filológicos. Por meio desses estudos, afirmava o francês, o historiador poderia melhor estabelecer uma origem para os indígenas brasileiros e explicar o processo de ocupação do território.

*Menor (...)*⁵⁰⁹. Afirmar o autor que “(...) graças aos mais profundos estudos sobre esta língua [a dos tupi]”⁵¹⁰ podia agora ter certeza de que os *tupi* eram um povo alienígena e invasor do território brasileiro. Segundo Varnhagen, os jesuítas chamaram esses povos de *Brasis* e julga que era essa uma denominação apropriada. Mas ela acabara *entrando em desuso* e predominando a de *indígenas*. Em sua opinião tal denominação era inexata, porque “(...) as gentes que possuíam, ou antes percorriam o território, eram apenas as últimas invasoras dele”⁵¹¹.

Segundo Odália, a intenção de Varnhagen, ao construir uma teoria da origem mediterrânea dos *tupi*, era a de estabelecer uma linha que unisse brancos e indígenas. Os últimos seriam povos que se encontravam em estágios anteriores de evolução, quando comparados aos primeiros. Mas, ao mesmo tempo que distintos e separados, esses povos eram aproximados, pois eram detentores de uma origem comum. Para Odália, Varnhagen buscava uma “(...) origem nobre (branca) aos indígenas brasileiros (...)”⁵¹² porque sua preocupação era a de demonstrar que o brasileiro nascera de um processo de branqueamento, do longo do qual os indígenas haviam participado, sendo absorvidos pelos brancos colonizadores. Odália afirma que Varnhagen foi “(...) o primeiro a formular concretamente a teoria do branqueamento da população brasileira”⁵¹³. Se o homem branco brasileiro era resultado das três etnias, era preciso encontrar uma ligação entre eles. Aos indígenas é imputado, por isso, uma nobre origem.

As colocações de Odália seguem uma tendência que tem predominado na historiografia. Desde Capistrano, os estudiosos de Varnhagen têm apontado que ele redigira a *HGB* a partir das idéias de von Martius: “(...) com o plano de Martius, Varnhagen atirou-se francamente ao trabalho”⁵¹⁴. Para Luís Guimarães, o

⁵⁰⁸ VARNHAGEN, 1978. vol. I. p. 54.

⁵⁰⁹ Idem. p. 55. Segundo Varnhagen, o uso da circuncisão, a semelhança entre a língua tupi e o egípcio antigo, a desconsideração com relação à mãe, as canoas de periperis eram alguns dos usos e conhecimentos que aproximavam os indígenas dos antigos egípcios.

⁵¹⁰ Idem. p. 26. Varnhagen fazia referência nessa passagem, além do trabalho *L'origine touranienne* (...), à publicação do dicionário do padre Montoya, por ele preparado e editado também em 1876. Sobre este trabalho de Varnhagen também fizemos menção no capítulo segundo desta dissertação. Sobre a palavra *tupi*, afirmava que seus novos estudos indicavam que sua verdadeira significação era *aqueles da primitiva geração*

⁵¹¹ Idem. p. 89. Afirmava o autor que os *tupi* haviam invadido o território brasileiro, há mais de vinte séculos. Cf. VARNHAGEN, 1978. vol. III. p. 227.

⁵¹² ODÁLIA, 1997. p. 99.

⁵¹³ Idem. p. 96.

⁵¹⁴ ABREU, 1931. p. 196. O trabalho de von Martius em questão é a “memória” “*Como se deve escrever a história do Brasil*”, que foi comentada no início deste capítulo. Também Lacombe afirma

“programa” de von Martius fora corporificado, em linhas gerais, na *HGB*. Em seu “programa” apresentado ao IHGB, conforme vimos, von Martius postulava que o homem brasileiro era resultado da miscigenação de brancos, índios e negros. Sob o domínio do *sangue* português, indígenas e negros teriam sido absorvidos no processo de formação desse povo. Assim, a história do Brasil a ser escrita deveria se capaz de narrar a formação desse povo, sob a égide do branco, mas que recebera contribuição das outras duas etnias.

Contudo, sem deixar de reconhecer que os pressupostos de von Martius haviam influenciado Varnhagen, Wehling afirma: “*Varnhagen reconheceu-lhe os méritos, embora lembrasse que fora menos influenciado por von Martius do que se propalava*”⁵¹⁵. No mesmo sentido, na resposta às críticas de d’Avezac à *HGB*, Varnhagen afirmaria que “(...) *a um homem que meditou sua obra é injusto dizer-lhe que achou para ela o programa feito por Martius (...)*”⁵¹⁶. Pode-se conjecturar que, orgulhoso de sua obra, Varnhagen se recusava a reconhecer as influências que recebera. Não se trata de negar a influência de Martius na edificação da *HGB*, mas de constatar que outros pressupostos também haviam orientado essa construção.

No *Discurso Preliminar* à primeira edição do tomo II, Varnhagen cita dois autores ao expor suas idéias acerca dos indígenas: José de Maistre⁵¹⁷ e Robertson⁵¹⁸. O primeiro é por ele apontado como “(...) *um dos escritores de bom critério neste século*”⁵¹⁹. Bom critério, em sua opinião, no que se refere aos indígenas. Segundo De Maistre, duas haviam sido as causas para o errado julgamento *atual* dos indígenas. A

que “*a ‘memória de Martius’ (...)* *influiu visivelmente em sua orientação*”. Cf. LACOMBE, 1991. p. 256.

⁵¹⁵ WEHLING, 1994. p. 722. Para fazer tal afirmação, Wehling faz citação da *Correspondência ativa* de Varnhagen. Das influências recebidas por Martius, segundo Wehling, estaria, por exemplo, a tese do reduzido número de indígenas existentes no Brasil. Pode-se também apontar que Martius, no seu “programa” apontava o estudo da filologia como um correto caminho para o conhecimento dos indígenas, o que poderia ter reforçado o interesse de Varnhagen pelo assunto. Martius também chamava a atenção para o fato que: “*Não deve passar inapercebidamente que os caraíbas nas Guianas e nas Antilhas falavam uma língua, por uma sintaxe e vocabulário parente da língua tupi (...)*”. Levanta que havia suspeitas de serem esses povos piratas e de terem avançado em direção ao sul. Cf. MARTIUS, 1982. p. 93. (*Como se deve ...*). Varnhagen apresentaria exatamente a hipótese de os cários, ancestrais dos *tupi*, terem iniciado a invasão do continente pelo Caribe.

⁵¹⁶ Apud. CANABRAVA. 1971, p. 419.

⁵¹⁷ Joseph de Maistre, escritor, filósofo e político francês, nasceu em Chambéry, Sabóia, em 1763 e faleceu em 1754. Cf. Enciclopédia Universal Ilustrada Europeu Americana. Barcelona: Filhos de J. Esparsa Editores, s/d. vol. XXXII. p. 361-362.

⁵¹⁸ William Robertson, historiador inglês, nasceu em Borthwick, Escócia, em 1721 e faleceu em 1793. Cf. Enciclopédia Universal Ilustrada Europeu Americana. Madri: Filhos de J. Esparsa Editores, s/d. vol. LI. p. 989.

⁵¹⁹ VARNHAGEN, 1854. p. XXIII.

primeira fora “(...) *a imensa caridade do clero católico (...)*”⁵²⁰ que, nos séculos passados, haviam trabalhado para impedir a servidão dos indígenas e terminaram por exagerar a bondade desses homens. A segunda causa, era a falsa filosofia do século XVIII que “(...) *serviu-se dos selvagens para assoalhar suas vãs e culpáveis declamações contra a ordem social (...)*”⁵²¹.

Com Robertson, era preciso, lembrava, aprender a desconfiar dos escritores clérigos, que sempre haviam escrito favoravelmente aos indígenas. De Robertson, Varnhagen cita a *História da América*.

Varnhagen refere-se esses autores porque, logicamente, concordava com as teses por eles defendidas. Segundo Gerbi⁵²², a *História da América* foi publicada em 1777, rapidamente traduzida em diversas línguas e reeditada várias vezes até meados do século XIX. Por meio dessa obra, as teses de Buffon e de De Pauw, a respeito da degenerescência dos indígenas americanos, foram difundidas e vulgarizadas na Europa. Ainda segundo Gerbi, na *História da América*, Robertson escreve longas páginas para descrever o americano, “(...) *examinando suas origens, suas qualidades físicas e morais, hábitos domésticos, artes guerreiras e pacíficas, religiões, costumes (...)*”⁵²³. Porém, dessas páginas emerge um indígena sobrecarregado de qualidades duvidosas: a religião não tinha lugar de importância no pensamento dos selvagens; eram eles apáticos, sem entusiasmo pelo trabalho e incapazes de esforços continuados para melhorar sua sorte; não conseguiam domesticar animais para seu próprio bem, permanecendo como um inimigo desses animais, não um seu superior, portanto, um animal dentre outros; moralmente não tinham grandes dotes, sendo fracos, covardes e débeis; além disso, eram privados de pêlos o que explicaria sua pouca virilidade. Ao final de seu estudo sobre os indígenas, Robertson repetia “(...) *implacável o julgamento de De Pauw: o selvagem americano ‘permanece criança até a morte’*”⁵²⁴. Segundo Gerbi, a infantilidade atribuída aos americanos pelos racionalistas é uma sentença de condenação “(...) *para quem adorava a Razão tornada adulta (...)*”. O americano era um povo infantil, imperfeito e imaturo “(...) *ou então, em contradição*

⁵²⁰ VARNHAGEN, 1854. p. XXIII.

⁵²¹ Idem.

⁵²² GERBI, 1996.

⁵²³ Idem. p. 138.

⁵²⁴ Idem. p. 141.

paradoxal, o degenerado”⁵²⁵, conforme acreditava De Pauw. Na *História da América* de Robertson encontram-se

“(...) frente a frente, em crua oposição, a civilização e a barbárie: uma e outra fixadas em módulos abstratos, sem pontos de contato, sem fases de transposição gradual. A natureza faz os homens iguais e sua capacidade de aperfeiçoamento parece ser sempre a mesma; mas se observarmos o selvagem, devemos convir ‘que os poderes intelectuais do homem devem ser extremamente limitados em suas ações’”⁵²⁶. (grifo do autor)

Toda essa construção detratadora do indígena americano é recolocada por de Maistre. Segundo Gerbi, em de Maistre os indígenas eram bárbaros selvagens que se encontravam no *último grau* de degradação imaginável para a humanidade. Eles não passavam de *crianças disformes, robustas e ferozes* “(...) em que a chama da inteligência não projeta mais que um reflexo pálido e intermitente”⁵²⁷. Tais homens não poderiam ter a capacidade de se *aperfeiçoarem*. Mas de Maistre não se satisfaz em constatar a degradação e procura uma origem para esse quadro horrendo de profundo embrutecimento. Segundo ele, se o Onipotente não criara a selvageria e se no primitivo estado de natureza ela não existira, necessariamente ela só poderia ser resultado da corrupção sofrida por homens civilizados. “(...) os selvagens que habitavam a América na época de sua descoberta descendiam de homens civilizados”⁵²⁸. Ora, como a *civilização* só tinha seu berço no Mundo Antigo, os selvagens americanos eram certamente descendentes degradados de povos dessa região.

As citações de Robertson e de de Maistre, feitas por Varnhagen, podem ser pistas valiosas para se compreender os pressupostos por ele utilizados na construção da *HGB*. Além da obra de von Martius, Varnhagen muito provavelmente sofrera influências desses autores. Assim como na *História da América*, a *HGB* é iniciada por uma longa, porém detratadora, descrição dos indígenas americanos. Do mesmo modo que Robertson, Varnhagen não alimenta por seu objeto nenhuma simpatia. Os indígenas não passavam de brutos selvagens. É surpreendente como as questões que levanta e as respostas que elabora, para descrever os hábitos, costumes e a moral desses povos são as mesmas apresentadas por Robertson. Ao fundo, encontram-se as idéias de de Pauw sobre a degenerescência do indígena americano. Em várias

⁵²⁵ GERBI, 1996.

⁵²⁶ Idem. p. 139. Gerbi cita trechos da obra de Robertson: “(...)nenhum deles [povos americanos] terá o direito de enfileirar-se ao lado daquelas nações que merecem o nome de civilizadas (...)”, porque “permanecem na infância da humanidade”. Cf. Idem. p. 539.

⁵²⁷ Idem. p. 295.

passagens dos três capítulos sobre os indígenas, Varnhagen reitera a idéia de constituírem eles uma *humanidade bestial* e de se encontrarem na *infância da humanidade*⁵²⁹.

Nos pressupostos filosóficos vigentes na primeira metade do século XIX, era a capacidade de *perfectibilidade* tida como a fronteira que separava o homem dos animais⁵³⁰. Se os indígenas não possuíam capacidade de superar o estágio de brutalidade no qual se encontravam, era possível colocar em dúvida sua humanidade. Pareciam humanos, mas a selvageria a tal ponto os embruteceu que a distância entre eles e o homem *civilizado* talvez tivesse se tornado intransponível. Em nenhum momento Varnhagen é explícito em suas colocações sobre os *tupi*. Aliás, Capistrano já nos alertava que a *HGB* era uma obra *escorregadia*, que deveria ser lida inúmeras vezes para ser compreendida. Talvez uma das formas de procurar o sentido *profundo* que norteava seu autor seja encontrar as filiações do pensamento varnhageniano. Em Robertson, por ele citado em um texto, não é demais salientar, redigido para prefaciar a *HGB*, é possível encontrar uma pista.

Por outro lado, de Maistre também pode nos auxiliar. Quando na segunda edição da *HGB*, Varnhagen apresenta sua teoria da origem dos *tupi*, muito provavelmente tivera nesse autor alguma inspiração. Os *tupi* eram um povo alienígena que pudera aportar na América graças a um estágio mais evoluído que detivera no passado. No Mundo Antigo, assim como de Maistre, Varnhagen localiza a origem desse povo. Porém era preciso explicar porque havia ele degradado. Para Varnhagen, a cizânia existente entre os grupos que sucessivamente haviam chegado, fora sua grande corruptora.

“A transmigração invasora se efetuava como em ondas, vindo sucessivamente uma nova ocupar o lugar da impelida para diante (...). Os invasores traziam consigo bastantes germens de discórdia, que vieram a dar mui sazonados frutos venenosos nas suas novas terra”⁵³¹.

Para Varnhagen, a divisão dos *tupi* em *cabildas insignificantes* impedira que se formasse *um centro poderoso* capaz de prosseguir *civilizando* o povo⁵³². As

⁵²⁸ GERBI, 1996.. p. 296.

⁵²⁹ VARNHAGEN, 1978. vol. I. p. 47 e 30.

⁵³⁰ No segundo capítulo desta dissertação fiz uma discussão sobre o conceito de *perfectibilidade*.

⁵³¹ VARNHAGEN, 1978. vol. I. p. 29.

⁵³² No pensamento de Varnhagen a unidade era sempre superior ao fracionamento. Assim, se em tempos remotos os indígenas tivessem possuído uma organização mais unitária, teriam vivido tempos mais gloriosos e sofrido, posteriormente, um longo processo de degradação. Uma das provas da existência de uma civilização anterior mais avançada seria o conhecimento, por esses *selvagens*, de venenos refinados. Citando Humboldt, conclui com ele que era possível acreditar que “(...) houvera um

profundas hostilidades existentes entre os inúmeros grupos terminariam por conduzi-los à extinção. Entretanto, a Providência terminaria por vir em socorro desse povo para dar cabo “(...) *a tão triste e degradante estado*”⁵³³. Os *tupi* haviam invadido e conquistado o território brasileiro dos primitivos habitantes que eram “(...) *gentes da mesma raça mongólica do Oriente da Ásia (...)*”⁵³⁴. Havia procedido de forma brutal para com esses povos e roubado suas mulheres.

*“Em todo caso, para nós, não cabe a mínima dúvida que os Caribs ou tupis haviam, com inauditas crueldades, invadido uma grande parte do lado oriental deste continente, cujos anteriores habitantes, bem que em maior atraso, eram, em geral, mansos e timoratos. A seu turno devia chegar-lhes o dia da expiação. Veio a trazê-lo o descobrimento e colonização, efetuados pela Europa cristã”*⁵³⁵.

No pensamento de Varnhagen, a conquista realizada pelos colonizadores europeus era mais do que justa. Ela realizava um desígnio divino, mas era plenamente justificável diante do horrendo quadro de selvageria no qual se encontravam os indígenas brasileiros. Degradados e decaídos, seriam eles resgatados para o mundo civilizado. Por direito de conquista, o mundo branco deveria se impor sobre o território, pois, além de *civilizado*, não fazia mais que derrotar *vindições e selvagens alienígenas*. Se inúmeras páginas haviam sido *gastas* para construir a imagem corrompida e bárbara, elas ganhavam sentido para o leitor. Era preciso que esse estivesse muito bem informado do *estado* desses povos para que corretamente pudesse compreender a história do país que começaria, só então, a ser narrada. “*Necessitávamos ajuizar o mais justamente possível os usos e costumes dos antigos habitantes, para estarmos no caso de melhor apreciar ao diante os fatos*”⁵³⁶.

Os fatos a serem julgados eram aqueles que compunham a história do Brasil. Dos indígenas, é bom lembrar, só existia etnografia e ela era importante para que o leitor pudesse compreender e aprender com a *história*.

Ao ordenar sistematicamente a história do Brasil, Varnhagen a interpreta como uma árdua luta travada entre a *civilização superior* europeia e a *barbárie*.

dia na América do sul essa grande civilização e que os nossos índios dela haviam recebido as receitas, além de alguns usos”. Cf. VARNHAGEN, 1978. vol. I. p. 113. O que tornava a civilização superior à barbárie era ser a última “(...) composta de elementos dissolventes (...), ao passo que a nação civilizada, que com ela se põe em contato, tem nas suas mesmas leis os laços de união”. Cf. VARNHAGEN, 1978. vol. I. p. 386.

⁵³³ VARNHAGEN, 1978. vol. I. p. 30.

⁵³⁴ Idem. p. 53-54. Segundo Varnhagen, esses primeiros habitantes da América aqui teriam chegado atravessando o Estreito de Behring.

⁵³⁵ VARNHAGEN, 1978. vol. I. p. 56.

⁵³⁶ Idem. p. 53.

Segundo Odália, de suas páginas emerge um conflito “(...) *que opõe os brancos aos índios, ou aos negros (...) basicamente um conflito da civilização contra a barbárie*”⁵³⁷. A história da colonização do Brasil era a história de uma guerra sem trégua travada entre o elemento conquistador e civilizador e a selvageria. Uma luta que se desdobrava até o presente, porque a barbárie permanentemente espreitava e ameaçava o mundo *civilizado*. Para não se degradar, a Nação deveria prosseguir perseguindo e derrotando a *barbárie*. Segundo Varnhagen, nos memoráveis tempos do início da colonização os

“(...) *guerreiros nunca se esqueciam da máxima mui sabida de que a paz não é mais do que a sombra da guerra, isto é, de que o melhor modo de manter a paz é o de ter sempre presente o fantasma da guerra*”⁵³⁸.

À história cabia a missão de apontar os corretos caminhos percorridos nesses tempos memoráveis. Ela era uma poderosa arma que, ao explicar o passado, apontava e preparava a Nação para a conquista e manutenção de sua *civilização*⁵³⁹.

Do mesmo modo que na *História da América* de Robertson, na *HGB* o que se encontra é uma *crua oposição* entre a *civilização* e a *barbárie*. Para Rodrigues, o sentido da história do Brasil de Varnhagen estava “(...) *na luta até o extermínio dos índios, na submissão dos negros (...) enfim, no solo encharcado de sangue*”⁵⁴⁰. Os indígenas estão presentes na história como aqueles elementos degradados contra os quais a *civilização* teve de lutar para se impor sobre o território. As mazelas desse processo de conquista, o genocídio perpetrado em nome da *fé* e da *civilização*, não são escamoteados por Varnhagen. Pelo contrário, a seu ver, a experiência histórica provava que apenas o uso da força e da coação haviam sido capazes de domar o indômito *tupi*. Não havia do que se lamentar.

“*Infelizmente, porém, a civilização humana semelha-se em tudo ao homem: nasce chorando e chorando e sofrendo passa grande parte da infância, até que se educa e robustece. Se, pois, nos conformamos com esta lei indeclinável, reconheceremos que o Brasil pagava então grande parte do seu tributo (...)*”⁵⁴¹.

O fiel e humilde historiador da pátria⁵⁴² coloca-se a postos e inicia, enfim, a redação da história da conquista e *civilização* de seu país. Se nos primeiros tempos, depois da chegada dos europeus, as relações entre os selvagens e os brancos haviam

⁵³⁷ ODÁLIA, 1997. p. 45.

⁵³⁸ VARNHAGEN, 1978. vol. I. p. 178.

⁵³⁹ Segundo Lacombe, Varnhagen “(...) *procurou fazer dela [da história] uma arma para, explicando o passado, armar a nação para a conquista do futuro*”. Cf. LACOMBE, 1967. p. 154.

⁵⁴⁰ RODRIGUES, 1967. p. 176.

⁵⁴¹ VARNHAGEN, 1978. vol. II. p. 99.

sido amistosas, como descrevera o *ingênuo* Caminha, não foi preciso muito tempo para que os europeus compreendessem a *índole* desses povos. Os europeus presenciavam as guerras travadas entre as tribos e constatavam a difundida – *oh, asqueroso horror!* – prática da antropofagia. Logo aqueles indômitos selvagens, que não conseguiam compreender o bem que *a civilização* aportada vinha lhes trazer, começaram a fazer suas vítimas entre os próprios colonos: “(...) *mas infelizmente bem depressa começaram a ser ofendidos pelas assaltadas dos índios (...)*”⁵⁴³. Em vários pontos do território os selvagens covardemente atacavam e destruíam engenhos, traíam os colonos, matavam, moqueavam e devoravam.

“Não tardaram, porém, os mesmos índios com a sua proverbial volubilidade, a levantar-se, queimando e destruindo as plantações e sementeiras e chegando a por em apertado sítio a povoação de Nazaré, a tomar-lhe a água das fontes de beber; de modo que ficaram constrangidos a ir embarcados em busca desta e do necessário alimento (...)”⁵⁴⁴.

Segundo Varnhagen, a experiência teria mostrado aos primeiros colonos que o único modo de garantir a colonização era conter o selvagem pela força e reprimir continuamente seus ataques. O temor e o devido castigo eram as únicas formas de fazer, afinal, com que homens de raciocínio infantil fossem submetidos. “*O bárbaro, vaidoso e independente, desconhecendo os direitos da razão e a supremacia da consciência, nem sequer admitia a admoestação que (...) provinha de verdadeira caridade evangélica*”⁵⁴⁵.

Esses homens crescidos, mas infantis, criados entre feras e habituados a serem tratados como tais, jamais poderiam compreender os pacíficos meios utilizados para os resgatar e salvar da selvageria e do extermínio. Assim, a prática da escravização e a manutenção dos cativos sob tutela eram os únicos meios capazes de garantir que os selvagens voltassem a seus usos e costumes. A sujeição era uma prática filantrópica e, se tivesse continuado a ser praticada, já teria livrado o país da ameaça da selvageria. Segundo Varnhagen, era preciso “(...) *na história (...) enamorar das ações virtuosas(...)*” pois, afinal

“foi a experiência e não o arbítrio e nem a tirania, quem ensinou o verdadeiro modo de levar os bárbaros, impondo-lhes à força a necessária tutela, para aceitarem o cristianismo e adotarem hábitos civilizados (...), fazendo-os moralmente melhores (...)”⁵⁴⁶.

⁵⁴² Assim Varnhagen se qualifica. Cf. VARNHAGEN, 1978. vol. I. p. 200.

⁵⁴³ Idem. p. 169.

⁵⁴⁴ Idem. p. 195

⁵⁴⁵ Idem. p. 217-218.

⁵⁴⁶ Idem. p. 219.

O historiador, munido da verdade revelada pelo estudo dos documentos, mostrava a seus contemporâneos o modo correto como deveriam agir diante dos *índios que ainda temos*. Como *mestra da vida*, a história apontava a experiência correta para se dominar e sujeitar os indômitos *tupi*. Se a prática da guerra de resgate dos índios e o cativo tivessem continuado a ser empregados, não existiriam mais homens devorando-se nos matos e impedindo o avanço *da civilização*⁵⁴⁷. Os *falsos filantropos*, aqueles que *diziam* defender os indígenas, Varnhagen afirmava serem os culpados pela existência ainda no Brasil de tribos selvagens. No passado, esses filantropos foram os jesuítas que, usando de sua influência junto aos reis, ao longo do tempo e contra os corretos interesses dos colonos conseguiram dos reis leis que impediam a continuidade das *corretas* práticas de captura e de escravização. No presente, os *falsos filantropos* eram os seguidores do pensamento de Rousseau que enxergavam no índio o primitivo estado de natureza e o símbolo da nacionalidade.

Varnhagen afirmava que ambos estavam errados, bastando para isso que se conhecesse *os fatos* do passado e, a partir dele, se julgasse. Um grande exemplo, segundo o autor, seria o governo de Men de Sá, “(...) *homem de grande coração, zelo e prudência* (...)”⁵⁴⁸. Das páginas dedicadas ao período desse governador emerge uma luta sem trégua travada contra os indígenas em várias frentes, nas capitâneas de São Vicente, Porto Seguro, Espírito Santo e Bahia. A experiência comprovava, segundo Varnhagen, que apenas a guerra aberta era capaz de sujeitar e garantir que em paz a colônia seguisse se desenvolvendo. Sem a prática da guerra e do terror exercido sobre os bárbaros indígenas não teria sido possível que a *civilização* se instaurasse. O indígena era *o inimigo* e duramente deveria ser combatido. Ferozes selvagens jamais seriam capazes de entender outro tratamento, a não ser que se pretendesse abrir mão da colônia.

“*O governo de Men de Sá é, entretanto, um dos que a história deve considerar como dos mais profícuos para o Brasil, o qual se pode dizer ter sido por ele salvo principalmente das invasões francesas e das dos índios*”⁵⁴⁹.

Se, no passado, a guerra e o cativo haviam sido eficazes instrumentos civilizadores, ao presente restava reinstalá-los. Esse era um aprendizado a ser feito. As

⁵⁴⁷ Para Wehling, “(...) *a polêmica* [de Varnhagen] *com João F. Lisboa situa-se justamente na política a seguir em relação aos indígenas do presente, não na interpretação de sua cultura, que era apenas utilizada para endossar as teses pragmática do autor*”. Cf. WEHLING, 1999. p. 165.

⁵⁴⁸ VARNHAGEN, 1978. vol. I. p. 299.

⁵⁴⁹ Idem. p. 343.

páginas de Varnhagen são “(...) *inspiradas pelo amor do futuro da pátria (...)*”⁵⁵⁰. Um futuro, deve-se ressaltar, que fosse branco e europeizado.

Em 1967, Lacombe escrevia que a doutrina de Varnhagen era a da *paz armada*. Contudo, o mesmo Lacombe espantava-se diante das propostas de Varnhagen e diz que, se as bandeiras de caça aos indígenas e o cativo tivessem sido restaurados, resultariam numa *verdadeira hecatombe*. Tal plano seria, segundo Lacombe, inexecutável porque “(...) *a falta de resistência do selvagem em contato com o branco iria reproduzir as catástrofes em que sumiram nações inteiras no período de curtos anos, como repetidamente se deu na era colonial (...)*”⁵⁵¹.

Para Lacombe, se Varnhagen tivesse visto seu plano em execução, muito provavelmente, devido a seus sentimentos cristãos, terminaria por reconsiderar suas propostas. Entretanto, as inúmeras páginas da *HGB*, além de vários outros escritos, parecem não confirmar as expectativas de Lacombe. Varnhagen foi um homem, como diz Capistrano, que “(...) *não colocou o debate no terreno abstrato e absoluto da justiça, porém no da conveniência e da utilidade*”⁵⁵². Em sua concepção, conveniente para o Brasil era sua consolidação enquanto uma Nação *civilizada*. E, para que essa Nação se consolidasse, julgava que era preciso, dentre outros requisitos, a formação de um *povo* uno e branco. Por outro lado, julgava também que a existência de tribos diversas e dispersas dentro do território, por ele consideradas selvagens, eram uma ameaça latente e permanente à integridade nacional.

Varnhagen fez da história uma arma com a qual combatia em prol do futuro que almejava para o Brasil. No país por ele sonhado, não havia espaço para a diversidade. Essa deveria ser duramente combatida e derrotada. Para o Brasil, útil seria sim a adoção, no seu presente, das *corretas* medidas que no passado haviam liquidado a *barbárie*. Pensava ele em miscigenação? Talvez Lacombe tenha razão em espantar-se com uma sinceridade que aparece nas entrelinhas de Varnhagen. Seus contemporâneos, por sua vez, não tiveram dúvidas ao ler as páginas da *HGB* ou outros de seus escritos. Aqueles homens, que também desejavam a construção de uma Nação branca nos trópicos, assustavam-se diante da idéia da guerra e da tutela⁵⁵³. Varnhagen os chamava de *hipócritas*.

⁵⁵⁰ ABREU, 1931. p. 131.

⁵⁵¹ LACOMBE, 1967. p. 152.

⁵⁵² ABREU, 1931. p. 137.

⁵⁵³ Sobre alguns autores que se contrapuseram às idéias da conquista e da tutela postuladas por Varnhagen, ver a última parte do presente capítulo.

Varnhagen, porém, não pestanejava em suas proposições. Ao longo de toda a *HGB* insistentemente retomou a defesa do uso da força e da coação como únicos veículos certos no combate à *selvageria*. No estudo dos últimos momentos do período colonial, afirmava que na época joanina “*a legislação acerca dos índios (...) mostrou-se ao menos franca*”. Essa legislação seria *a correta* pois admitia “*(...) a razoável teoria de não se deixarem impunes os quilombos de índios*”⁵⁵⁴ e contra eles ordenava a *guerra ofensiva*⁵⁵⁵. Infelizmente, essa política, avaliava, não fora aquela seguida ao longo de todo o período. Se o tivesse sido, a *selvageria* teria sido extinta e o Brasil não haveria chegado, em pleno século XIX, tendo que aturar os horrores e a ameaça que representava.

*“Quanto aos índios, pouco ou nada se havia melhorado. Ou seguiam nos bosques matando-se e comendo-se uns a outros ou, à custa de esforços, gastos e sacrifícios, se degavam por mui favor a aldear sem vantagens decididas para a sociedade”*⁵⁵⁶.

Contudo, para aqueles que argumentassem que a guerra havia levado ao extermínio dos indígenas, Varnhagen adiantava que “*(...) a gente de origem européia posta em contato com a da terra não a exterminou, absorveu-a, amalgamando-se com ela*”⁵⁵⁷. Aliás, os primeiros colonos haviam até mesmo absorvido vários hábitos e costumes dos indígenas. É claro, salienta logo, que isso só ocorrera nos ramos em que era possível aproveitar algo conhecido ou praticado pelos *bárbaros*. “*Assim forçoso nos é reconhecer que a nova indústria se deixou absorver judiciosamente pela dos índios, em tudo quanto ela tinha de aproveitável*”⁵⁵⁸.

Por outro lado, existiram aqueles indígenas, reconhece ele, que eram dignos de figurarem nos anais da história nacional. Esses indígenas eram aqueles que se haviam submetido e incorporado-se ao processo colonizador, mesmo que para isso tivessem que se colocar contra aqueles de sua mesma origem.

“Os mesmos índios trabalhavam, pois, de mistura com os colonos, e os nomes dos chefes deles (...) ficaram memoráveis nos anais pernambucanos, pelos serviços que prestaram, não só nessa ocasião, como ao depois contra

⁵⁵⁴ VARNHAGEN, 1978. vol. III. p. 98.

⁵⁵⁵ Segundo Cunha, a época joanina foi um período no qual estiveram ausentes da legislação subterfúgios que procuravam colocar a guerra contra os indígenas como sendo benéfica a eles. Recém-chegado ao Brasil, D. João “*(...) desencadeara uma guerra ofensiva contra os chamados genericamente botocudos. Inaugura também uma inédita franqueza no combate aos índios*”. Embora a legislação joanina se referisse especificamente aos botocudos, terminou por criar uma jurisprudência e por ser aplicada para justificar a guerra contra outras nações indígenas. Cf. MANUELA, 1992. p. 6-7.

⁵⁵⁶ VARNHAGEN, 1978. p. 65-66.

⁵⁵⁷ Idem. 246.

⁵⁵⁸ VARNHAGEN, 1978. vol. I. p. 214.

*seus próprios companheiros, quando se alevantavam e vinham por vezes dar guerra à nascente colônia (...)*⁵⁵⁹.

É certo, ressaltava Varnhagen, que a *civilização* conseguia prodígios e chegava a *libertar* alguns indígenas da barbárie. Tais indígenas, julgava ele, terminavam por honrar a todos os outros e comprovavam a tese de que a força era, por excelência *civilizadora*.

*“Ao vê-lo [a Antônio Felipe Camarão] tão bom cristão e tão diferente de seus antepassados, não há que argumentar entre os homens com superioridades de geração; mas sim deve abismar-nos a magia da educação que, ministrada embora à força, opera tais transformações, que de um bárbaro prejudicial à ordem social, pode conseguir um cidadão útil a si e à pátria”*⁵⁶⁰.

No *Prefácio* à primeira edição do tomo II da *HGB*, Varnhagen redigiu uma declaração dos princípios que haviam orientado a elaboração da obra. Afirma então que, com relação aos indígenas, fora *justo e humano* porque tinha coragem de defender sua submissão e vassalagem. Para Rodrigues, na *HGB* encontra-se uma luta *até o extermínio de índios, negros*, um solo *encharcado de sangue*. Quem o ler de *fio a pavio*, como recomendava Capistrano e repete Rodrigues, encontrará páginas e páginas redigidas em prol da guerra, da coação e da escravização dos indígenas. A história do Nação brasileira, escrita com sangue, era a da luta encarniçada da civilização contra a barbárie. Varnhagen prima pelo cuidado com que faz questão de narrá-la. Diferentemente do que se poderia esperar, e Rodrigues já alertava para o fato, quem o lê pode se surpreender a cada passo. Varnhagen faz questão de expor e louvar a conquista, o massacre e a submissão. Afinal, não tinha ele dúvida de que servia à verdade *“(...) é somente reunindo todas as testemunhas e acareando-as entre si, e com certos fatos conhecidos, que se atina com a verdade histórica”*⁵⁶¹.

3.5. - CONTEMPORÂNEOS E CRÍTICOS DE VARNHAGEN

A possibilidade de compreensão das afirmações de Varnhagen, acerca dos indígenas brasileiros, pode ser auxiliada pela leitura que delas fizeram seus contemporâneos. Vejamos o porquê. Varnhagen foi um homem profundamente orgulhoso⁵⁶² e convicto de suas opiniões e descobertas, que pretendia convencer seus

⁵⁵⁹ VARNHAGEN, 1978. vol. I. p. 174.

⁵⁶⁰ Idem. p. 79.

⁵⁶¹ VARNHAGEN, 1978. vol. III. p. 236.

⁵⁶² O ensaio escrito por Capistrano acerca de Varnhagen, em 1882, provocou a redação de *“Recordações acerca de Varnhagen”*, por José R. Moniz. Segundo Rodrigues, Moniz bem conhecera

contemporâneos da justeza e veracidade das idéias que apresentava. Por um lado, porque julgava serem essas idéias as únicas plausíveis, uma vez que construídas a partir dos “*ensinamentos da história*” que, segundo ele, possuía apenas uma verdade⁵⁶³. Por outro, porque aspirava sim à *glória da posteridade*⁵⁶⁴.

Contudo, conforme afirma Capistrano, a opinião de Varnhagen acerca dos indígenas brasileiros, encontrou, em seu tempo, geral desfavor. Realmente, a leitura de inúmeros textos escritos por esses homens revela uma constante e permanente negação das teses defendidas pelo autor acerca dessa temática. Ainda segundo Capistrano, Varnhagen terminou por exagerar suas idéias acerca da necessidade de compressão sobre os *tupi*, a partir de “(...) *contradições veementes e polêmicas irritantes*”⁵⁶⁵. Assim, o estudo dos textos daqueles que ousaram levantar a voz para se contrapor às suas idéias torna-se fundamental. Isso porque, apesar de Varnhagen não ter por hábito citar seus contendores, é a partir dos questionamentos elaborados por esses homens, que ele explicitou, clareou, reformulou e/ou reafirmou seus pontos de vista acerca dos *tupi*. Segundo Capistrano,

“(...) a *História Geral* é um dos livros mais ariscos e mais fugidios que conhecemos. Pode-se lê-lo quantas vezes se quiser, confrontá-lo, meditá-lo: há sempre no livro um que, que escapa, que resiste, que não se acha quando se procura, mas que é preciso procurar para achar”⁵⁶⁶.

Foi na segunda edição, “(...) *muito aumentada e melhorada pelo autor*(...)”⁵⁶⁷, realizada em 1877, ano anterior a sua morte⁵⁶⁸, que Varnhagen apresentou suas últimas conclusões acerca dos indígenas do Brasil, a partir dos questionamentos que

Varnhagen e podia afirmar: “(...) *era um homem bonito, forte, ativo e muito orgulhoso*”. Cf. RODRIGUES, 1967. p. 173. Orgulhoso, ao que me parece, sobretudo de suas pesquisas e conclusões. Segundo Capistrano, ele era capaz de matar uma barata a pedradas, para defender seu ponto de vista. Cf. CAPISTRANO, 1931.

⁵⁶³ Segundo Rodrigues, em Varnhagen “(...) *é forte a sua convicção de que serve à verdade*”. Cf. RODRIGUES, 1988. p. 14. Em várias passagens de sua obra, Varnhagen enfatiza sua convicção de que serve à verdade que resulta da revelação realizada a partir dos fatos. Na biografia de Caramuru afirma: “*A verdade é só uma e mal se descortina não tarda, de ordinário, a ir-se confirmando pela harmonia que vão guardando entre si todas as provas*”. Cf. VARNHAGEN, 1867. Parte I. p. 422.

⁵⁶⁴ Na segunda parte do *Memorial Orgânico*, após lembrar que escrevera o texto para despertar a atenção dos políticos, Varnhagen afirmava que não esperava alcançar com seu trabalho palmas, “(...) *mas a glória, se glória nos couber, venha ela ainda que seja daqui há séculos, e sobre a triste sepultura*”. Cf. VARNHAGEN, 1850. p. 4. No *Prefácio* à primeira edição da *HGB*, Varnhagen declara que a posteridade decidiria quais as obras que sobreviveriam e afirmava que: “*Ousadamente nos atrevemos a assegurar que aspiramos a História Geral a entrar na competência* (...)”. Cf. VARNHAGEN, 1857. p. VIII. No *Prólogo* à segunda edição da *História Geral*, Varnhagen afirma que esperava que sua obra passasse à posteridade, uma vez que ela continha a verdade fruto de sua imparcialidade. Cf. VARNHAGEN, 1876. p. X.

⁵⁶⁵ CAPISTRANO, 1931. p. 137.

⁵⁶⁶ CAPISTRANO, 1931. p. 204.

⁵⁶⁷ Conforme se lê no frontispício do tomo I da segunda edição. Cf. VARNHAGEN, 1877.

⁵⁶⁸ Varnhagen faleceu em Viena, em junho de 1878. Cf. MAGALHÃES, 1928. p. 54.

lhes foram feitos. A leitura e a análise dos trabalhos que se contrapuseram à produção de Varnhagen podem-se apresentar como uma alternativa de apoio para uma melhor compreensão da forma como os indígenas foram tratados, pela última vez, pelo Visconde.

Não se tem a pretensão aqui de levantar e de esgotar todos esses trabalhos. Daqueles a que tive acesso, selecionei alguns de acordo com critérios vários que irei apresentando, juntamente com uma análise do texto em questão.

Os textos de Manuel A. de Almeida⁵⁶⁹ e de Henrique de Beaurepaire Rohan⁵⁷⁰ pareceram-me importantes pela primazia no tempo. Ambos foram escritos para se contrapor às idéias indianistas de Varnhagen, apresentadas no *Memorial Orgânico*⁵⁷¹. Segundo Lessa⁵⁷², esse texto de Varnhagen teria tido poucos leitores e nenhuma repercussão nos meios cultos brasileiros, mesmo depois de sua reimpressão na Revista Guanabara, em 1851. Entretanto, os trabalhos de Almeida e de Rohan mostram não ter sido assim. Almeida publicou seu texto no Correio Mercantil, em dezembro de 1851, sendo o mesmo reproduzido no Jornal do Comércio, em janeiro do ano seguinte. Se o *Memorial* fora publicado numa Revista de pequena circulação, o mesmo não se aconteceria com o trabalho de Almeida. Logicamente, ao refutar Varnhagen, ele terminaria por dar publicidade às opiniões desse autor.

Em sua crítica a Varnhagen, Almeida apresentava três argumentações. Em primeiro lugar, ponderaria que o uso da força, de meios violentos e da guerra há muito eram execrados por serem considerados incapazes de gerar senão a destruição. O homem racional e civilizado seria aquele capaz de atrair o outro para o seu seio, por meio da razão: “(...) o homem deve ajudar aos mais ignorantes com a sua inteligência (...)”⁵⁷³. Em segundo lugar, afirmava que ao longo do tempo a única atitude constante para com os povos indígenas fora da carnificina. Durante o período da colonização, os portugueses e os espanhóis haviam estabelecido seu domínio sobre as terras americanas através de massacres sanguinolentos. Desse modo, “(...) a história dos

⁵⁶⁹ ALMEIDA, 1991 (1851). O texto de Almeida, “*Civilização dos indígenas, duas palavras ao autor do Memorial Orgânico*”, foi publicado no Correio Mercantil, a 13 de dezembro de 1851, e no Jornal do Comércio, a 12 de fevereiro de 1852. Esse texto marcou a estréia do autor de *Memórias de um Sargento de Milícias* na imprensa diária.

⁵⁷⁰ ROHAN, 1853. Destaque-se que esse texto foi publicado na mesma Revista na qual Varnhagen imprimira, agora com indicação de autoria, o *Memorial*.

⁵⁷¹ O *Memorial* vinha assinado com um discreto V&C, o que levou a ainda ser declarado de autoria desconhecida. Almeida se referia ao texto, mas não mencionaria sua autoria, como se se tratasse de texto anônimo. Cf. ALMEIDA, 1991. p. 7.

⁵⁷² LESSA, 1955. tomo 227. p. 93.

fatos não serve para justificar o que pretende o autor". Por fim, criticava o autor por apresentar a restauração das *bandeiras* de captura de indígenas e a doação dos capturados, como *tutelados*, aos organizadores das expedições.

Para Almeida, se as propostas de Varnhagen viessem a obter aprovação e chegassem a ser adotadas, assistir-se-ia a um recrudescimento do "*espírito belicoso*" dentro do país. Organizadas as bandeiras por particulares, que estariam movidos pela cobiça e protegidos pela sanção oficial, essas expedições só serviriam para matar e destruir. E mesmo que alguns remanescentes das tribos atacadas sobrevivessem, terminariam sob o domínio de seu *caçador*. Esse domínio significaria um real estado de escravização, apesar de Varnhagen denominá-la de tutela. Afinal, argüía Almeida, que nome se poderia dar a uma situação na qual a guarda era paga com o trabalho do tutelado?! Efetivamente, segundo Almeida, Varnhagen estaria defendendo a destruição dos indígenas, para que se pudesse apoderar de terras por eles ocupadas.

Contudo, o que deixava o romancista profundamente indignado, era a certeza de não serem civilizatórias as propostas de Varnhagen. No passado, a cobiça dos colonizadores apenas levava ao extermínio dos povos: "(...) *os portugueses, porém, vinham a buscar riquezas, e não a fazer a civilização (...)*"⁵⁷⁴. Diverso deveria ser o objetivo da nação brasileira. A ela cabia a missão de trazer para seu grêmio tantos homens e braços dela afastados. Era preciso *domar*⁵⁷⁵ o espírito do selvagem, "(...) *e o meio mais seguro de conquista é a força da inteligência (...)*"⁵⁷⁶.

Almeida não discordava de Varnhagen em relação à necessidade e ao dever que caberia ao mundo *civilizado* de atrair para seu seio aqueles povos apartados *da sociedade*. A discordância nascia em relação aos métodos a serem utilizados e a percepção, por parte de Almeida de que, talvez, a verdadeira intenção de Varnhagen fosse a de exterminar os *tupi*. Conforme observava:

“(...) *todos os que viram ou leram alguma coisa sobre a questão [das bandeiras] sabem que nunca aproveitam elas senão como meio de destruição; mesmo o autor fazendo o elogio, em vez de dizer-nos (e não o faz porque seria mentir) ‘por este meio se reduziu à civilização esta ou aquela tribo’, diz-nos com verdade ‘por este sistema se deu quase cabo do indômito caiapó’*”⁵⁷⁷.

⁵⁷³ ALMEIDA, 1991. p. 8.

⁵⁷⁴ ALMEIDA, 1991. p. 9.

⁵⁷⁵ Não se pode deixar de destacar o sentido animalesco do verbo *amansar* empregado na frase: os indígenas eram feras que deveriam ser domadas.

⁵⁷⁶ ALMEIDA, 1991. p. 8.

⁵⁷⁷ Idem. p. 12.

A memória de Rohan sobre os *selvagens* do Brasil é um elaborado plano para conquista e civilização desses povos. Sua proposta era a de divisão do território ocupado por indígenas em departamentos cuja administração seria entregue a *bons homens* escolhidos pelo governo. Para esses departamentos, os indígenas deveriam ser atraídos por meio de métodos pacíficos e a experiência dos jesuítas e, portanto, “(...) *os fatos da história (...)*”⁵⁷⁸, deveriam servir de exemplo. A longa prática desses padres em atrair e *amansar* esses homens mostrava que *meios brandos* eram apropriados e eficientes para “(...) *conseguir com facilidade (...)*”⁵⁷⁹ sua atração e convivência. Entretanto, o fato de se conseguir atrair e *amansar* não significaria, para o autor, transformar esses povos em civilizados. Civilizar significaria acostumá-los “(...) *aos nossos cômodos e fazer-lhes sentir que esses cômodos não se adquirem senão pelo trabalho(...)*”⁵⁸⁰. Segundo Rohan, o melhor método para moralizar um povo era o trabalho. Logicamente, não é demais destacar, o *trabalho* a que se refere o autor é aquele praticado no mundo ocidental e que é por ele concebido de forma absoluta como sendo a única forma e o único objetivo de se trabalhar. Nos departamentos, pedagogicamente o *trabalho* deveria ser introduzido de modo despertar nesses homens *os hábitos* do homem *social* e torná-los *úteis*⁵⁸¹.

Rohan expõe detalhadamente todo o seu plano, sempre citando fatos para ilustrar suas assertivas. Duas grandes certezas estruturam seu pensamento. A primeira dizia respeito à convicção de que os indígenas poderiam ser atraídos por meios brandos e, então, civilizados. Suas proposições eram fruto, enfatiza, de contatos e de convivências com diversas tribos, e não apenas produto de teorias abstratas.

“*Na província de Mato Grosso, tive ocasião de me convencer por mim mesmo do incontestável merecimento dessa gente e de estudar sua índole, para daí deduzir os meios que deveria algum dia propor para utilizá-la*”⁵⁸².

Ao longo de todo o texto, o autor faz da experiência o argumento de autoridade para sustentar suas idéias e provar a viabilidade das propostas que apresentava⁵⁸³.

⁵⁷⁸ ROHAN, 1853. p. 196.

⁵⁷⁹ Idem. p. 193.

⁵⁸⁰ Idem. p. 200.

⁵⁸¹ Segundo Manuela C. da Cunha: “*Desde Pombal, uma retórica mais secular de ‘civilização’ vinha se agregando à catequização. E ‘civilizar’ era submeter às leis e obrigar ao trabalho*”. Cf. CARNEIRO, 1992. p. 17.

⁵⁸² ROHAN, 1853. p. 192.

⁵⁸³ Em várias passagens de seu texto o autor apresenta assertivas como a seguinte: “(...) *quem, como eu, os observou nos seus alojamentos selvagens e teve ocasião de estudar sua aptidão industrial, sua índole e sua natural propensão para a vida social (...)*”. Cf. ROHAN, 1853. p. 191.

Sua segunda certeza estava no fato de que a Nação brasileira não se furtaria a uma tarefa “(...) *digna de um povo ilustrado (...)*”⁵⁸⁴, qual seja, a de resgatar esses homens do estado de *penúria* no qual se encontravam e *fazê-los felizes*.

*“Tornemos efetivas as nossas boas intenções acerca dos nossos selvagens, lembrando-nos de que eles formam uma população aproveitável e que, na nossa qualidade de nação civilizada, de povo cristão, temos o rigoroso dever de os chamar para o grêmio da sociedade polida em que vivemos”*⁵⁸⁵.

O texto de Rohan foi escrito, não se pode esquecer, no pós-extinção do tráfico negreiro, momento no qual a elite brasileira procurava saídas para substituir a mão-de-obra escrava africana. Nesse sentido, sua preocupação era a de provar que os indígenas poderiam substituir, a médio prazo, a carência de trabalhadores, desde que corretas medidas fossem tomadas. “*Na impossibilidade de para lá [para o Mato Grosso] irem colonos europeus, é indispensável chamar à civilização os selvagens que a povoam*”.⁵⁸⁶

Do mesmo modo que Almeida, Rohan reprovava as propostas civilizatórias apresentadas por Varnhagen e também entendia que elas pretenderiam apenas levar ao extermínio os *selvagens* brasileiros. Segundo o autor, tanto no passado, como na *atualidade*, as bandeiras representavam verdadeiras *comissões de sangue*, que levavam apenas à destruição das tribos: “(...) *como se não bastassem os atos de barbaridade que diariamente se praticam contra os infelizes selvagens, ainda nos vem o autor do Memorial Orgânico aconselhar o emprego sanguinário das bandeiras (...)*”⁵⁸⁷.

A indignação de Rohan era que, ao invés de se pensar em métodos para tornar úteis ao Império uma população estimada em um milhão de homens, propunha-se sua destruição. “*Parece que a destruição dessa raça caíra, como condição indispensável, no nosso programa civilizador*”⁵⁸⁸.

Pode-se conjecturar acerca do fato de Varnhagen ter ou não lido essas primeiras críticas contra suas propostas acerca dos indígenas brasileiros. É certo que, enquanto colaborador da revista Guanabara, Varnhagen recebia seus exemplares. Entretanto, mesmo que esses dois textos não tenham sido por ele considerados, as argumentações neles apresentadas foram repisadas por outros autores contemporâneos. Elas nos

⁵⁸⁴ ROHAN, 1853. p. 193-194.

⁵⁸⁵ Idem. p. 195.

⁵⁸⁶ Idem. p. 204.

⁵⁸⁷ Idem. p. 193.

⁵⁸⁸ Idem. p. 192.

apontam o modo como então a elite intelectual interpretava os planos apresentados por Varnhagen, em relação aos indígenas brasileiros. Essa elite não punha em dúvida que o objetivo do Visconde era de eliminar a população indígena brasileira, uma vez que propunha a restauração das bandeiras de conquista. É claro que aqueles indígenas que fossem capturados seriam assimilados, desde que sobrevivessem à *tutela* e aceitassem o *branqueamento*.

Os textos de Almeida e de Rohan foram escritos para se contrapor às idéias civilizatórias apresentadas por Varnhagen, em 1851, no *Memorial Orgânico*. Essas idéias foram reapresentadas pelo autor nos dois tomos da *História Geral*, publicados em 1854 e 1857. Contra elas se levantariam, dentre outros, João Francisco Lisboa e Domingos José Gonçalves de Magalhães.

Em 1858, Lisboa publicaria nas páginas de seu *Jornal de Timon* um longo texto no qual combateu algumas afirmações feitas por Varnhagen⁵⁸⁹. Seu texto, escrito numa linguagem apaixonada, é um memorial de repúdio à guerra, à escravidão e de denúncia de suas iniquidades. Segundo Rodrigues,

“(...) a memorável nota de João Francisco Lisboa ‘Sobre a escravidão e a História Geral do Brasil’ de Varnhagen não somente o reprovava como restabelece na historiografia brasileira a linha generosa do pensamento liberal brasileiro em relação aos índios, imolados e exterminados pelos colonos portugueses, e estes por ele [Varnhagen] louvados”⁵⁹⁰.

Esse texto de Lisboa interessa-nos particularmente porque Varnhagen vai respondê-lo, dirigindo-se diretamente a seu oponente, inclusive nomeando-o⁵⁹¹. Certamente as objeções apresentadas por Lisboa atacaram o cerne da estrutura de argumentação elaborada por Varnhagen e, por isso, foram contundentemente respondidas pelo historiador. Segundo Clado Lessa, a polêmica com Lisboa foi, em

⁵⁸⁹ As observações e censuras de Lisboa a Varnhagen foram tecidas no texto: “Índios e africanos – legislação sobre catequese, escravidão, liberdade – guerras de extermínio – resultados do princípio da escravidão” e na nota C à qual o autor remete o leitor, que recebeu como título: “Sobre a escravidão e a História Geral do Brasil pelo Senhor Varnhagen”. Cf. LISBOA, s/d. Segundo Antonio H. Leal, Lisboa escrevera *reparos* à obra de Varnhagen na “(...) nota E do volume do *Jornal de Timon*, publicado em Lisboa, em 1858 (...)”. Cf. LEAL, 1871. p. 48.

⁵⁹⁰ RODRIGUES, 1988. p. 15. Segundo Wehling, a diferença entre Varnhagen e Lisboa estava na concepção de história. O maranhense fora o único historiador, antes de Sílvio Romero e Capistrano de Abreu “(...) a destacar os problemas etnográficos da formação brasileira, a situação social e jurídica dos colonos, o significado da escravidão indígena e o conflito entre jesuítas e colonos”. Cf. WEHLING, 1999. p. 46.

⁵⁹¹ Varnhagen vai publicar, em 1867, o panfleto intitulado: “Os índios bravos e o Senhor Lisboa”, onde reafirmou e explicitou os argumentos que apresentara tanto no *Memorial* quanto na *História Geral*. Cf. VARNHAGEN, 1867. Segundo Capistrano, Varnhagen teria sido conduzido a *exageros* nas suas proposições devido a *polêmicas irritantes*. Uma dessas *polêmicas irritantes* foi a travada com João F. Lisboa. Cf. CAPISTRANO, 1931. p. 137. Segundo Clado Lessa, em quase todas as polêmicas nas

sua opinião, a mais importante travada pelo historiador, porque nela claramente havia uma tese a ser defendida: “(...) *a do justo e providencial triunfo da moral e da civilização (...) sobre a barbárie dos aborígenes*”⁵⁹². No calor da hora de um debate, as posições acabaram explicitadas e clareadas.

Contudo, essa *Memória* provavelmente não constitua o primeiro momento no qual Lisboa se manifestara contra as proposições indianistas de Varnhagen. Segundo Lúcia Guimarães, em 1855, a *História Geral* havia sido encaminhada à Comissão de História do IHGB, para receber um parecer. A esperança e o desejo de seu autor era o de ser apresentado como o historiador oficial do Instituto. Entretanto, para Lúcia Guimarães, “(...) *a História Geral do Brasil foi simplesmente esquecida (...)*”, não tendo os censores da Comissão se pronunciado a respeito da obra e nem dado maiores satisfações à Diretoria da Instituição. Para a autora, essa omissão levou-a a “(...) *conjeturar que Varnhagen não havia agradado aos intelectuais patricios, seus contemporâneos*”⁵⁹³. O desagrado adviria das proposições apresentadas pelo historiador em relação aos indígenas brasileiros. João Francisco Lisboa era membro da Comissão encarregada de avaliar a obra de Varnhagen. Muito provavelmente, já nesse momento, Lisboa se posicionara contra a visão de Varnhagen acerca dos indígenas do Brasil, conclui.

Entretanto, seria nas páginas de seu *Jornal do Timon* que Lisboa estruturaria três grandes arguições às teses indianistas de Varnhagen. Na primeira, Lisboa colocava em dúvida o fato de serem a guerra e a escravidão instrumentos civilizatórios. Segundo ele, as doutrinas *modernas* demonstravam que o recurso à escravidão apenas conduzia ao embrutecimento e à corrupção tanto dos escravos como de seus senhores. O escravo, entregue a um trabalho incessante e sem descanso, a castigos e a sevícias, poderia ser levado ao desespero e à formação de uma moral depravada e indomável ou ao embotamento de seus sentimentos. Estaria ele sempre estimulado à vingança e ao crime. O senhor, por seu lado, tornar-se-ia ocioso e indiferente ao trabalho. Para Lisboa, a escravidão “(...) *sempre retardou os progressos da civilização em geral*”⁵⁹⁴.

quais se envolveu, Varnhagen adotara a postura de omitir o nome do contendor para evitar dar-lhe, desse modo, notoriedade. Cf. LESSA, 1955. tomo. 226. p. 45.

⁵⁹² Idem. p. 11.

⁵⁹³ GUIMARÃES, 1994. p. 213.

⁵⁹⁴ LISBOA, s/d. p. 62.

A guerra, por sua vez, apenas poderia conduzir ao abuso da força e da violência e à imposição do jugo do mais forte sobre o mais fraco. Não se encontraria na história, segundo Lisboa, exemplo de *cavaleiro* que lutara para levar ao vencido a civilização. Os exemplos que se tinha, ao longo do tempo, era o do vencedor que “(...) *impõe ao vencido o jugo da escravidão, o que leva em vista é dar satisfação às paixões da vingança, do orgulho, da prepotência, da cobiça, da espoliação*”⁵⁹⁵. Para o autor, na moderna Europa, a diplomacia vinha substituindo a força na resolução das desavenças, porque os espíritos do *século das luzes* já haviam percebido que a guerra “(...) *no geral dos casos, e no mais do tempo, é a iniquidade, a paralisação e a destruição*”⁵⁹⁶. Assim, quando Varnhagen propunha o emprego da guerra para conquistar os indígenas e sua posterior escravização⁵⁹⁷, efetivamente encontrava-se afastado dos mais modernos avanços do pensamento *civilizado*.

Na segunda argüição, Lisboa censurava Varnhagen por ter apresentado princípios violentos como meios civilizatórios. Uma vez que se admitisse o uso da força e das armas para submeter e controlar os *selvagens*, o mesmo poderia ser invocado para se controlar o cidadão dentro da sociedade.

*“O que se imagina de tão leve e com tanta complacência para o selvagem, pode vir a ser facilmente aplicado a sociedades menos incultas, e ainda à mais apurada civilização; e substituído uma vez o direito do livre exame pelo princípio da autoridade, e a persuasão pela força (...)”*⁵⁹⁸.

Para Lisboa, a aceitação do cativo significava postular pela generalização de seus princípios e conseqüências. A prática da escravidão legitimava o poder tirânico dos senhores e, estendido à sociedade, esse princípio abria espaço para a imposição da autoridade. O autor afirmava que o direito à liberdade não poderia ser colocado sob ameaça, suplantando a autoridade o “(...) *direito de livre exame (...)*”⁵⁹⁹.

Por fim, se a história era a mestra da vida, ela deveria servir para infundir sentimentos de justiça e moral, aprovando o bem e condenando o mal. A justa interpretação do passado humano comprovaria que o emprego da força sempre gerara deploráveis aberrações. Por isso, o senso moral da humanidade a rejeitava e não permitia ao presente aceitá-la sem remorso.

⁵⁹⁵ LISBOA, s/d. p. 219.

⁵⁹⁶ Idem. p. 222.

⁵⁹⁷ Segundo Lisboa, Varnhagen procurara atenuar hipocritamente sua proposta de escravização dos indígenas, chamando-a de *tutela*. Cf. LISBOA, s/d. p. 65. Ao longo de todo seu texto, Lisboa afirma que Varnhagen propunha a restauração da escravização dos indígenas.

⁵⁹⁸ Idem. p. 214.

⁵⁹⁹ Idem.

Para Lisboa, “(...) o exame e estudo dos fatos (...)”⁶⁰⁰, em vários tipos de documentos do período colonial, conduziram a constatações *diametralmente opostas* àquelas apresentadas por Varnhagen em sua *História Geral*. A leitura desses documentos, fossem eles a legislação portuguesa referente aos indígenas, ou os relatos dos cronistas coloniais, como os do padre Antônio Vieira, ou as cartas régias, permitia verificar que o uso da força e da escravidão fora permanente. Entretanto, o resultado obtido, a partir do emprego desses *instrumentos civilizatórios* fora apenas o extermínio das tribos indígenas:

“(...) nessas matérias se não paga de conjecturas, por mais que plausíveis e razoáveis, senão com provas e documentos positivos e irrefragáveis (...) [nos quais se] encontrará repetida a declaração de que os índios da maior parte das aldeias se achavam extintos pelo rigor e tirania com que os moradores os tratavam”⁶⁰¹.

No seu texto, Lisboa levantava e apresentava “(...) os regimentos dos governadores, as leis e as cartas régias (...)”⁶⁰² para sustentar suas proposições. Por isso sentia-se confortável para concluir que “(...) as agressões partiram da raça invasora e que o abuso dos meios violentos (...) foi tão intenso e cruel, como prolongado”⁶⁰³. Deixava ao leitor, então, o direito de decidir se ele ou Varnhagen fora mais feliz na sustentação da argumentação.

Segundo Clado Lessa, o objetivo de Lisboa fora o de

“(...) fazer a defesa intransigente da liberdade em geral, incluindo nela a dos índios, sem, entretanto, negar-lhes a barbárie e a manifesta inferioridade social congênitas, e o papel secundário na constituição e representação da nacionalidade brasileira”⁶⁰⁴.

Se Lisboa defendia ardorosamente sua convicção de que os meios violentos apenas conduziram ao extermínio dos povos indígenas, fazendo daqueles que sobreviviam senão que *reliíquias de devastações* passadas, o mesmo se daria no presente. A discordância de Lisboa, com relação a Varnhagen, era bem precisa e fazia referência à defesa, pelo segundo, de “(...) doutrinas e apologias iníquas que ninguém pode acolher de bom grado, nem mesmo deixar passar em silêncio (...)”⁶⁰⁵. Doutrinas que conduziram à destruição sistemática. Lisboa julgava que a Nação brasileira tinha o dever de procurar *melhorar a condição moral* do selvagem e não de destruí-lo,

⁶⁰⁰ LISBOA, s/d. 215.

⁶⁰¹ Idem. p. 218.

⁶⁰² Idem.

⁶⁰³ Idem.

⁶⁰⁴ LESSA, 1955. tomo. 227. p. 127.

⁶⁰⁵ LISBOA, s/d. p. 232.

utilizando-se para isso dos suaves meios da catequese. A prova da superioridade *da civilização* não poderia ser a de possuir melhores e mais eficazes mecanismos de devastação. Entretanto, se falhasse em sua missão, a única conclusão possível era serem esses povos realmente incapacitados para a vida *civilizada*.

Lisboa concordava com Varnhagen que os indígenas brasileiros constituíam povos selvagens, primitivos, bárbaros e antropófagos:

“(...) incapazes, sem o auxílio externo europeu, de se emanciparem do estado social em que vegetavam, miserável sob todos os aspectos e indigno de despertar a admiração e a inveja de qualquer espírito judicioso (...)”⁶⁰⁶.

Concordava também que a nacionalidade brasileira era constituída *principal e essencialmente* pelo elemento europeu. Se assim acontecia no presente, conseqüentemente Varnhagen estava coberto de razão ao afirmar que

“(...) é com o elemento europeu, cristão e civilizador, que dever andar abraçadas as antigas glórias da pátria, e portanto a história nacional (...). Os mitos das tribos indianas e as lendas dos seus tempos heróicos pertencem antes ao domínio da poesia que ao da história (...)”⁶⁰⁷.

A Nação brasileira tinha origem na européia. Portanto, não era possível aceitar aquelas opiniões, como as de Gonçalves Dias, que postulavam pela identificação do caráter nacional com o das *ferozes tribos* que vagueavam pelo território brasileiro.

O historiador maranhense restaurava e representava o pensamento *generoso e liberal* brasileiro, conforme afirma Rodrigues. Porém, não se pode perder de vista os limites desse pensamento. Ele é *generoso* ao postular em favor do uso de instrumentos *brandos* para se realizar a *civilização* dos indígenas. A imensa diversidade étnica brasileira era também por ele englobada na categoria de *selvagem* e julgada incapaz de gerir sua própria vida, a não ser em direção à degeneração e ao extermínio. Assim como Varnhagen, Lisboa acredita que *o padrão* da humanidade era o europeu e que apenas ele poderia garantir o progresso e o aperfeiçoamento das raças. O Brasil era branco e sua história era a desse mundo branco. Os indígenas faziam parte dessa história, desde que devidamente diluídos, miscigenados e desaparecidos nesse *rio caudaloso*. Sua grande discordância em relação a Varnhagen era, novamente, a condenação do emprego da força como instrumento civilizatório. Como outros seus contemporâneos, julgava que o uso da força apenas conduziria ao extermínio dos indígenas.

⁶⁰⁶ LISBOA, s/d. p. 232

⁶⁰⁷ Idem. p. 233.

Em 1859, Domingos José Gonçalves de Magalhães publicaria uma longa *Memória*⁶⁰⁸ nas páginas da Revista do IHGB, na qual também se contraporia às idéias de Varnhagen: “(...) *ouso declarar que não simpatizo com as idéias morais e políticas da História Geral do Brasil e não a acho imparcial e verídica na parte relativa aos Índios e ao modo porque os trataram*”⁶⁰⁹.

Essa antipatia nascera do fato de Varnhagen afirmar serem os indígenas inconstantes, traiçoeiros, incrédulos, falsos e desconfiados. Para Magalhães, se ao elemento europeu o Brasil devia o incremento de sua civilização, não se podia negar a importância do indígena na formação da população brasileira. Ambos constituíam os “(...) *mais ilustres fundadores (...)*”⁶¹⁰ que uma Nação poderia desejar. Denegrir a imagem desses indígenas seria, portanto, denegrir a própria nacionalidade. Por isso, acreditava ele ser preciso resgatar essa imagem e mostrar que, ao contrário do que se propagava, os índios, “(...) *na independência do seu caráter, na força da sua vontade, na altivez do seu espírito e no garbo do seu porte, conservavam todos os belos atributos da espécie humana*”⁶¹¹. O erro de Varnhagen, segundo Magalhães, fora o de fazer eco e de abonar “(...) *todas quantas acusações andam espalhadas por páginas diversas contra os nossos selvagens, concedendo-lhes apenas insignificantes virtudes (...)*”⁶¹².

O historiador errara, primeiramente, segundo Magalhães, porque não fizera, em sua obra, mais do que reproduzir os cronistas coloniais. Para Magalhães, as crônicas e os relatos dos conquistadores eram fontes suspeitas sobre os indígenas, porque foram elaboradas a partir dos interesses e intentos dos vencedores. Nesses relatos os usos, crenças e costumes dos povos conquistados acabariam sendo distorcidos e difamados. Era preciso, assim, que, ao ler essas obras, o historiador as examinasse e desconfiasse de suas assertivas.

Ao reunir e abonar a imagem depreciativa dos indígenas, Varnhagen, ao invés da verdade, estaria decidindo “(...) *em virtude da sua particular opinião e não à vista dos fatos e documentos*”⁶¹³. Mas se essa documentação era a única existente sobre

⁶⁰⁸ Essa *Memória* de Magalhães, intitulada *Os indígenas do Brasil perante a História*, foi publicada nas páginas da Revista do IHGB e, posteriormente, republicada nos *Opúsculos históricos e literários*, em 1865. No presente trabalho farei uso dessa segunda edição, apesar de não ter o autor realizado nenhuma modificação no texto.

⁶⁰⁹ MAGALHÃES, 1865. p. 214.

⁶¹⁰ Idem.

⁶¹¹ Idem. 235.

⁶¹² Idem. p. 162.

⁶¹³ Idem. 175.

esses povos *subjugados*, Magalhães afirmava que era preciso lê-la cuidadosamente. Ao historiador caberia a tarefa de desvelar as contradições contidas nesses relatos e, desse modo, encontrar a verdade, através da “(...) *justa apreciação dos homens e acontecimentos* (...)”⁶¹⁴.

Ao longo de todo seu texto, Magalhães cita vários cronistas coloniais⁶¹⁵ para abonar a imagem que constrói dos indígenas. Dessa construção emerge um ser único e portador de qualidades tais que o faziam potencialmente um homem *civilizado*. Nessa construção, os indígenas possuíam espírito de associação e de justiça, tinham idéias transcendentais, acreditavam na imortalidade da alma, eram estóicos, honrados, piedosos e fraternos e não eram irracionais, vingativos e traiçoeiros.

O segundo erro de Varnhagen, segundo Magalhães, era não acreditar na homogeneidade da espécie humana e de duvidar, desse modo, da capacidade de *aperfeiçoamento* do homem. Magalhães postulava que esse ser indígena, por ele edificado, encontrava-se sim em um estado selvagem. Entretanto, fazendo eco às teorias da monogenia e da *perfectibilidade* humana⁶¹⁶, afirmava que esse ser era filho da “(...) *boa natureza humana* (...)” por ser racional, religioso e social. Essas características de seu caráter comprovariam sua tendência e potencialidade para o aperfeiçoamento. Logicamente, esse aperfeiçoamento era apontado por Magalhães como sendo a capacidade desse indígena para tornar-se um ser *civilizado europeu*.

“Quando estive no Maranhão (...) veio à cidade uma porção de índios Guajajaras, com o seu chefe (...) O Presidente (...) mandou-os logo vestir com mais asseio e deu ao chefe um velho uniforme militar; assim ornado com elegância, o colocou à mesa. Fazia gosto vê-lo com que dignidade natural, sem o menor constrangimento, comia de garfo e faca, e com que fineza nos observava para imitar-nos”⁶¹⁷.

Nas notas feitas ao seu poema *A confederação dos tamoios*, em 1856, Magalhães já rebatera as idéias de Varnhagen sobre os indígenas. Sua discordância nascia do fato do historiador negar a eles virtudes como o heroísmo e o amor pela

⁶¹⁴ MAGALHÃES, 1865. p. 198.

⁶¹⁵ Magalhães cita os seguintes cronistas: Pero Vaz de Caminha, Gabriel Soares, Simão de Vasconcelos, Antônio Vieira, Jean de Lery, Yvres d’Evreux e André de Thevet.

⁶¹⁶ Sobre as teorias da monogenia e da perfectibilidade, ver a primeira parte do capítulo II, desta dissertação. Para Magalhães, não faltavam a esses povos “(...) *crenças e práticas mais humanas* (...)” porque, afinal, “*o espírito humano é o mesmo por toda parte*”. Cf. MAGALHÃES, 1865. p. 174. 180.

⁶¹⁷ MAGALHÃES, 1865. p. 235. Destaca-se, nessa passagem aquilo que marcava a civilidade: o fato de o indígena saber manusear o garfo e a faca. Do mesmo modo que nos vários exemplos apresentados por Norbert Elias, a civilidade é apresentada como estando delimitada pela prática de algumas normas sociais tomadas como sendo universais e absolutas. Em um dos exemplos de Elias lê-se: “*A civilidade requer que você seja polido*”. A polidez, no caso, era a manipulação dos instrumentos de mesa e da prática de certos modos nela. Cf. Elias, 1996. p. 101-102.

liberdade. Magalhães, como poeta e defensor do indianismo romântico⁶¹⁸, afirmava que os indígenas constituíam sim o gérmen da nacionalidade brasileira. Graças sim à ação civilizatória dos portugueses sobre esses selvagens a *civilização* brasileira fora erguida. O Brasil possuiria, assim, uma origem muito específica que particularizaria e revelaria sua identidade enquanto Nação: “(...) e sabem todos quanto os fluminenses amam e cultivam a música e a poesia; e nisto, como na bravura, no amor da pátria e liberdade, parecem-se eles com os antigos tamoios”⁶¹⁹.

Para aqueles que viessem argumentar que seus indígenas não passavam de uma criação da inspiração poética, Magalhães contrapunha a citação de vários cronistas⁶²⁰ coloniais. A leitura dessas fontes deveria permitir ao leitor a constatação de que os indígenas possuíam todos os grandiosos valores a eles atribuídos. Portanto, seriam esses indígenas, aqueles que, por possuírem virtudes muito grandiosas, permitiram o nascimento de uma grande nacionalidade.

“Afiml, a vitória é da civilização e do futuro, para o que também Aimbiie concorre com o exemplo do amor filial, do amor pátrio, do amor à liberdade, da fé à palavra dada (...). Canto por conseguinte as virtudes civilizadoras (...)”⁶²¹.

Os questionamentos de Magalhães à obra de Varnhagen já haviam aparecido, de alguma forma, na análise da *História Geral* realizada pelo geógrafo francês d’Avezac⁶²². Em 1857, a pedido⁶²³ da Sociedade de Geografia de Paris, d’Avezac redigiria “(...) uma longa e elogiosa apreciação, cheia de restrições, porém, da *História Geral do Brasil* (...)”⁶²⁴.

⁶¹⁸ Ver o capítulo I desta dissertação.

⁶¹⁹ MAGALHÃES, 1856. p. 329.

⁶²⁰ Nas longas notas que fez para os Cantos de seu polêmico poema *Confederação dos Tamoios*, Magalhães cita vários cronistas: André de Thevet, Gabriel Soares, Simão de Vasconcelos, Manuel da Nóbrega, José de Anchieta, além dos dicionários da língua tupi de Montoya e de Gonçalves Dias. Cf. MAGALHÃES, 1856. É importante marcar que, em 1874, também José de Alencar, ao publicar seu último romance indianista, a ele antepôs uma *Advertência* onde fez uma efusiva defesa das personagens indígenas de seus romances. Segundo Alencar, suas personagens tinham sido construídas a partir do estudo das obras dos cronistas e dos viajantes do período colonial, sendo, portanto, uma tentativa de, mesmo que idilicamente, reconstruir moralmente um ser que existira no passado longínquo. Assim, se os poetas e os romancistas pretendessem obter informações seguras necessárias ao conhecimento dos povos nativos brasileiros, deveriam fazer uso dessas obras. Alencar alertava que, entretanto, tais autores deveriam ser lidos sob severa crítica pois eles teriam terminado por desfigurar os selvagens brasileiros e por pintá-los como feras humanas. Cf. ALENCAR, s/d.

⁶²¹ MAGALHÃES, 1856. p. 353.

⁶²² Marie-Armand Pascoal d’Avezac-Macaya era chefe de seção no Ministério da Marinha e das Colônias do Segundo Império, secretário-geral e no momento presidente da Sociedade de Geografia de Paris e membro da Academia de Incrições e Boas Letras. Cf. LESSA, 1955. tomo. 226. p. 48.

⁶²³ Segundo d’Avezac, tendo a Sociedade recebido um volume da *História Geral*, “(...) elle a voulu qu’il lui en fût fait un rapport exprès.” (“ela desejou que eu lhe fizesse uma apreciação por escrito”) Cf. AVEZAC, 1857. p. 2.

⁶²⁴ LESSA, 1955. tomo. 226. p. 48.

Segundo d’Avezac, várias histórias gerais já haviam sido escritas sobre o Brasil, porém nenhuma delas fora escrita por um brasileiro. Desse fato resultaria que “(...) *o Brasil esperasse ainda uma história nacional*”⁶²⁵. Essa história deveria ser escrita de acordo com os *conselhos esclarecedores* apresentados por Martius em sua monografia premiada pelo IHGB⁶²⁶. Nesse sentido, para escrever uma história nacional, o historiador deveria preocupar-se com a formação do povo brasileiro, canalizando sua atenção para cada uma das raças que contribuíram para o surgimento desse povo.

“(...) *O estudo do caráter próprio da população nova formada ontem da justaposição, hoje da mistura, amanhã da fusão das três raças distintas que ocupam o solo (...) eis no pensamento do Sr. De Martius, qual deve ser a preocupação primeira do escritor que conceberá uma verdadeira história do Brasil (...)*”⁶²⁷.

A história do Brasil a ser escrita sob o ponto de vista brasileiro, segundo d’Avezac, era a história da miscigenação e da formação desse povo. A seu ver, Varnhagen não se colocara sob o ponto de vista propriamente brasileiro porque se restringira à visão do conquistador português: “(...) *o leitor chega somente assim a perceber distintamente as fases diversas dessa história da conquista do Brasil pelos portugueses (...)*”⁶²⁸. O historiador nacional seria aquele, em sua opinião, que deslocasse seu olhar em direção *aos habitantes primitivos* desse território. Varnhagen, ao contrário, iniciara seu trabalho estendendo seu olhar para a Europa.

Em relação às etimologias dos nomes indígenas, apresentadas por Varnhagen, d’Avezac afirmava que elas não passavam de *conjecturas*. Chamava a atenção para o fato de que os vários nomes de tribos indígenas poderiam estar ligados por uma relação de parentesco existente entre as várias tribos. A etimologia dos nomes das tribos poderia, desse modo, auxiliar na reconstrução de um caminho inverso que conduzisse até a mais primitiva tribo que originara a ocupação do continente.

“(...) *Isso que faz inserir essas palavras num sistema geral de denominações correlativas às frações sucessivamente separadas de uma mesma raça, cuja trajetória poderia assim ser seguida desde o ponto de partida onde tinham*

⁶²⁵ AVEZAC, 1857. p. 6. “(...) *le Brésil attendait encore une histoire nationale (...)*”

⁶²⁶ O trabalho ao qual d’Avezac faz referência é a premiada monografia *Como se deve escrever a história do Brasil*, que foi analisada na primeira parte desse capítulo.

⁶²⁷ AVEZAC, 1857. p. 7. “*L’étude du caractère propre de la population nouvelle formée hier de la juxtaposition, aujourd’hui du mélange, demain de la fusion des trois races distinctes que occupent le sol (...)* voilà dans la pensée de M. de Martius, quelle doit être la préoccupation première de l’écrivain qui méditera une véritable histoire du Brésil (...)”

⁶²⁸ Idem. p. 14. “(...) *le lecteur parvient seulement ainsi à percevoir distinctement les phases diverses de cette histoire de la conquête du Brésil par les portugais (...)*”.

*permanecido os antepassados até aquele em que tinham avançado os últimos parentes ou aliados (...)*⁶²⁹.

Em 1858, d’Avezac redigiria uma segunda memória acerca da *História Geral*, dessa vez para responder à réplica que Varnhagen apresentara à Sociedade de Geografia de Paris. D’Avezac insistiria no fato de que se o historiador pretendia escrever uma história geral do Brasil, sua obra era insuficiente. Entretanto, se pretendesse esse historiador apenas narrar, conforme enfatizara em sua réplica, o ponto de vista português, era imprescindível que o título da obra fosse alterado, para que não se criasse no leitor uma falsa expectativa. Além disso alertava para o fato de que “(...) *um ponto de vista exclusivo, aquele da conquista portuguesa, parecia-me aliás não deixar ao autor senão um horizonte restrito, em desacordo com a amplitude do assunto*”⁶³⁰.

As críticas de d’Avezac teriam provocado, segundo Capistrano, mudanças sensíveis na segunda edição da *História Geral*⁶³¹. A mais perceptível dessas mudanças seria a colocação dos capítulos, referentes aos indígenas brasileiros, no início do primeiro volume⁶³². Contudo, não se pode menosprezar a sugestão de d’Avezac para que se buscasse, por meio de estudos etimológicos, rastrear o parentesco existente entre as diversas tribos e sua origem comum. Talvez se encontre nessa sugestão um indício da elaboração da teoria de Varnhagen sobre “(...) *a origem cário-egípcia dos índios de língua geral*”⁶³³.

Entretanto, não apenas a memória de d’Avezac terminariam por influenciar Varnhagen, levando-o a explicitar, a clarear e/ou a reafirmar suas opiniões. Para Clado Lessa, Varnhagen era um homem que

⁶²⁹ AVEZAC, 1857. p. 210. “(...) *ce qui fait rentrer ces mots dans un système général de dénominations corrélatives aux fractions successivement détachées d’une même race, dont la marche pourrait ainsi être suivie depuis le point de départ où étaient restés les aïeux (...), jusqu’à celui où s’étaient avancés les derniers parents ou alliés (...)*”

⁶³⁰ AVEZAC, 1858. p. 4. “ (...) *un point de vue exclusif, celui de la conquête portugaise, me paraissait d’ailleurs ne laisser à l’auteur qu’un horizon restreint, en désaccord avec la largeur du sujet*”.

⁶³¹ Capistrano afirma ser preciso destacar que “(...) *na segunda edição da História Geral enxertou [Varnhagen] nas idéias de Martius as vistas luminosas de d’Avezac, contra as quais a princípio protestara energicamente*”. Cf. ABREU, 1931. p. 196.

⁶³² Na primeira edição do primeiro volume da *História Geral* os capítulos referentes aos indígenas brasileiros eram o oitavo, nono e décimo. Na segunda edição desse volume, realizada em 1877, Varnhagen faria desses capítulos respectivamente o segundo, o terceiro e o quarto. Cf. VARNHAGEN, 1854.

⁶³³ LESSA, 1955. tomo. 226. p. 101. Conforme vimos no segundo capítulo dessa dissertação, Varnhagen escreveu um longo tratado sobre a origem touranienne dos indígenas brasileiros. Nesse tratado, através da etimologia, procurava provar que a ligação da língua tupi com as antigas línguas asiáticas.

“(...) ressentia-se, ferido no amor próprio de mestre dos mestres, procurava defender seu parecer por todas as formas (...)era dogmático e intransigente desde que possuía convicções assentes sobre uma questão de fato ou de doutrina, abroquelado numa cândida confiança em si e em desmedido apego à originalidade de suas idéias (...)”⁶³⁴.

Diante das oposições antepostas às suas convicções, Varnhagen terminaria por recolocar suas opiniões, sempre procurando clareá-las e explicitá-las. Por isso, as arguições apresentadas por seus contendores constituem peças fundamentais na tentativa de se buscar compreender seu pensamento. Dos opositores brasileiros às suas teorias acerca dos indígenas brasileiros, encontramos uma geral oposição à defesa do uso da força como veículo civilizador. Magalhães chamava o historiador de *“(...) panegirista da civilização mesmo a ferro e fogo, e pelo cativo dos povos brásílicos, com quem não simpatiza (...)”⁶³⁵*. A oposição “geral” à proposta de restauração das antigas *bandeiras* e do uso da *tutela* para civilizar os indígenas terminou por conduzir Varnhagen a reafirmar enfática e apaixonadamente a idéia de que apenas a força seria capaz de conduzir o bárbaro à civilização. À história coube a tarefa de provar como que, ao longo de todo o período da colonização, apenas nos momentos nos quais ela foi utilizada, foi possível garantir a conquista do *indômito tupi*.

Por outro lado, a insistência tanto de d’Avezac, quanto de Magalhães de que a história nacional deveria conter e contemplar o elemento indígena, levaram o autor a enfatizar sua posição. A história nacional era a história de sua civilização e, portanto, a história da conquista e ocupação do território pelos colonizadores brancos. Era essa história que poderia, porque *verdadeira e imparcial*, servir de guia e ilustrar os homens do presente para bem conduzirem o país em direção ao futuro pré-determinado. O Brasil era filho da colonização européia, um país que nascera e que tinha sua nacionalidade ligada ao mundo branco. Negar sua origem seria negar seu *caráter* e o caminho que lhe estava reservado. Tal negação, afirmava Varnhagen, só poderia conduzir a lutas internas e ao fracionamento da Nação. Não fora esse seu objetivo ao escrever a *HGB*. Os que desejassem que o Brasil percorresse outros caminhos, senão que o da manutenção de sua unidade, que se aventurassem e assumissem o risco de suas propostas.

⁶³⁴ LESSA, 1955. tomo. 226. p. 8-9.

⁶³⁵ MAGALHÃES, 1865. p. 164.

Considerações finais

Segundo Rodrigues, ninguém poderia se graduar em História sem ter lido Varnhagen. Na minha graduação cheguei a ter oportunidade de saber, por meio das considerações de Odália, que ler Varnhagen era tomar conhecimento das preocupações que dominavam as mentes dos homens de seu tempo. Talvez se tivesse lido, pelo menos a *HGB*, não ficaria tão consternada ao constatar, já como professora e diante dos questionamentos de meus alunos, que na história do Brasil os indígenas estavam ausentes. Foram meus alunos do ensino fundamental, de uma escola municipal, que insistentemente ao longo de anos, terminaram por deixar-me angustiada. Que história do Brasil era essa que começava contando uma conquista, mas que, posteriormente, mostrava um grande território vazio ocupado impunemente pelos portugueses? De uma penada os indígenas desapareciam dos textos, da memória e da história. Para os alunos, logicamente, ficava a imagem de que esses indígenas estavam aqui apenas no momento e no local da chegada dos portugueses, nas imagens paradisíacas construídas por Caminha ou naquelas idealizadas pelos românticos.

Em que momento e por meio de quais perversos mecanismos se havia decidido o que deveria ou não compor a memória organizada desse país? Por que a história a ser ensinada para aqueles adolescente e quiçá a que eu mesma aprendera na faculdade, tinha aquele recorte e não outro? Onde, como e por que estabelecera-se o que deveria ou não compor a memória nacional? Minhas inquietações encontravam ressonância em considerações de historiadores.

Em reportagem concedida ao *Jornal do Brasil*, intitulada “*O índio é tabu na história*”⁶³⁶, Monteiro afirmava que a problemática indígena está completamente rechaçada da história brasileira, constituindo-se em um verdadeiro tabu para os historiadores que, afinal, haviam matado o indígena no Brasil. Segundo o autor, “(...) *as poucas referências que existem [à problemática indígena] se apóiam em literatura etnográfica*”.

Na mesma linha de raciocínio, o Vainfas⁶³⁷, insiste na idéia ao afirmar que “(...) *os historiadores em geral sempre deram muito pouca atenção a tudo o que se refere aos nossos indígenas*”. E se a literatura romântica cultuou o índio, pouco

⁶³⁶ MONTEIRO, 1995. p. 6. (*Jornal do Brasil*).

⁶³⁷ VAINFAS, 1995. p. 6. (*Jornal do Brasil*).

esforço foi feito no sentido de se entender a história deles e a sua inserção na história do Brasil. Segundo Vainfas, “(...) *os historiadores esqueceram os índios*”.

Para Cunha, a história canônica do Brasil “*começa invariavelmente pelo descobrimento*” e, nessa história branca, resta, aos indígenas, uma entrada “*de serviço*”. Além de não terem se debruçado sobre a problemática das relações dos povos nativos com a colonização e seus posteriores desdobramentos, os historiadores permanecem não reconhecendo que os povos indígenas têm história. Ao contrário do que o século XIX acreditava, afirma a antropóloga, as sociedades indígenas não são estáticas, e sua história não se “*(...) reduz estritamente à sua etnografia*”⁶³⁸.

Esquecidos, desconsiderados, mortos, os povos indígenas, em que pesem todas as buscas por novos objetos, métodos e teorias empreendidas pela historiografia, permanecem distantes dos desafios que os historiadores brasileiros se colocam. Talvez uma clara demonstração dessa “distância” seja o penúltimo Congresso Anual da Associação Nacional dos Professores Universitários de História, realizado em julho de 1997, em Belo Horizonte. Apesar da rica variedade de enfoques e de temas abordados, seja nos cursos ministrados, nas mesas redondas ou nas comunicações coordenadas, é no mínimo sintomático que em apenas duas comunicações a história indígena tenha constituído tema de trabalho. Ao que parece a pesquisa histórica não tem feito justiça à relevância das populações ameríndias e o não lugar, o silêncio, permanecem, apesar de todos os esforços realizados no sentido de procurar dar voz àqueles que de si não deixaram testemunho.

Varnhagen foi um homem de seu tempo, preocupado em edificar uma história da Nação capaz de provar a existência de uma unicidade e de contribuir para sua manutenção. Uma história que deveria, a seu ver, recompor a luta da civilização para se impor sobre um território de natureza adversa e sobre um não menos adverso habitante. Da sua história não estaria ausente a luta da conquista européia desse território. Muito pelo contrário. Seu objetivo foi exatamente o de narrar o processo de realização dessa conquista. Afinal, a seu tempo essa conquista ainda não chegara a cabo, assim como hoje ainda não, e à história restava, acreditava ele, também a tarefa de apontar para os presentes as medidas que no passado foram eficazes para concretizá-la. No seu presente, os homens deveriam ser bem orientados para bem agirem. Ao historiador cabia a missão de resgatar do redemoinho do esquecimento,

⁶³⁸ CUNHA, 1992. p. 9 / 11.

que tudo tritura, as corretas informações contidas nos documentos. A partir delas esse historiador poderia apresentar, a seus contemporâneos, as experiências bem-sucedidas no combate à *selvageria*.

A *HGB* de Varnhagen é filha de seu tempo. De um tempo no qual alguns tomaram para si a tarefa de edificar o Estado Nacional brasileiro; momento no qual a elite brasileira buscava definir e delimitar a nacionalidade. Para defini-la, era preciso, dentre outras questões, identificar a composição do povo brasileiro e dizer quem o formara. Num país marcado pela escravidão e pela presença de grupos indígenas espalhados pelo território, Varnhagen responderá que à história cabia o papel de responder esta questão. Esse povo, afirmaria ele, era filho da *civilização européia* aqui aportada com os colonizadores europeus. Das ações desses homens nascera o Brasil. Assim, a história que interessava era aquela que *verdadeiramente* narrasse os feitos da conquista empreendida por esses homens. Afinal, essa conquista ainda não terminara e aos contemporâneos restava a missão de bem prosseguir-la.

Paradoxalmente, entretanto, ao narrar a conquista, Varnhagen apresenta as personagens envolvidas nesse feito. É por isso que os indígenas estão presentes em sua obra e, como nos ensina Rodrigues, ela é capaz de nos surpreender pelos fatos que nos revela. É claro que esses indígenas estão presentes em sua obra, de forma denegrada porque não compunham, a seu ver, mais do que o empecilho à ação *civilizadora*. Mas, nas páginas da *HGB*, é possível ler que o Brasil nasceu de uma ação conquistadora, que o território não se encontrava vazio e que os indígenas impuseram sérias resistências ao avanço dos portugueses. Apesar de não ser esse o objetivo de seu autor, os indígenas acabam aparecendo como atores históricos. No mínimo, a *HGB* apresenta-nos importantes pistas para a reconstrução dos indígenas brasileiros como atores históricos. Eles existiam. Infelizmente, Varnhagen pouco avançou em suas pesquisas sobre o século XVIII mineiro. Talvez se o houvesse feito, teríamos mais indicações sobre a conquista do território mineiro, quando da descoberta do ouro. Varnhagen recupera a luta da conquista. Se seu objetivo era o de mostrar para seus contemporâneos os corretos caminhos a serem seguidos na edificação da Nação, hoje ele também pode nos auxiliar a pelo menos recolocar os povos nativos brasileiros na história do Brasil. E isso porque ele falava da conquista. Logicamente seu objetivo era outro.

Varnhagen não é, nesse sentido, um autor superado. Não é porque sua leitura permite ao leitor atual vislumbrar inumeráveis possibilidades de pesquisas e estudos,

sobretudo, ao que me parece, ao processo de conquista do território brasileiro. Uma história que está para ser pesquisada e contada. Uma história de sangue que foi, não por Varnhagen, apagada e esquecida. De Varnhagen os historiadores guardaram apenas, infelizmente, que desses povos só havia etnografia e que a eles não cabia falar sobre os *tupi*.

Porém o estudo dos inúmeros trabalhos de Varnhagen, nos quais a temática indígena foi tratada, também nos permite vislumbrar como a questão racial foi extremamente debatida no Brasil da primeira metade do século XIX. Segundo Rodrigues, a opinião de Varnhagen era dominante em seu tempo. Se considerarmos os homens que compunham a elite intelectual da época e que publicavam nas páginas da Revista do IHGB ou em outros periódicos literários, forçoso seria discordar de Rodrigues. Entretanto, se considerarmos os Relatórios dos Presidentes Provinciais, citados pelo próprio Varnhagen na polêmica contra João Francisco Lisboa, veremos que o historiador realmente não estava sozinho nos pareceres que emitia a respeito dos indígenas.

Por outro lado, as citações de inúmeros de filósofos e naturalistas dos séculos XVIII e XIX por Varnhagen e por seus polemistas, permite-nos perceber que o debate brasileiro sobre os indígenas também ia buscar subsídios para além das fronteiras nacionais. Toda a literatura detratora da América, produzida no século XVIII e em produção no XIX parece que era lida por esses homens. Talvez Varnhagen se impacientasse com seus conterrâneos porque estivesse mais atualizado com essa bibliografia. Talvez os brasileiros, do lado de cá do Atlântico, sentissem que os trabalhos de Varnhagen nada mais faziam do que condenar a possibilidade de *civilização* do Brasil e preferissem não considerar o que os próprios jornais apontavam cotidianamente. Afinal, a guerra pela ocupação do território não deixava de aparecer neles e Varnhagen, do outro lado do Atlântico fazia questão de mostrá-la para aqueles que aqui se encontravam. A conquista do território ainda não chegara (como ainda não chegou) ao fim. Ao que me parece, toda essa discussão é muito mais ampla, profunda e matizada do que à primeira vista pode nos parecer. De qualquer modo, o estudo dos trabalhos etnográficos, filológicos, literários e históricos de Varnhagen sobre os indígenas brasileiros, assim como as polêmicas por eles geradas, abre-nos uma porta de entrada para a discussão que a elite brasileira fazia da questão.

É claro que, como nos ensina Todorov, “(...)as idéias não são apenas puro efeito passivo. De início tornam os atos possíveis; em seguida, permitem que sejam

aceitos: trata-se, afinal de contas, de atos decisivos”⁶³⁹. No século XIX, momento de estruturação e consolidação do Estado Nacional brasileiro, uma opção de Nação foi realizada; uma Nação una e branca era o objeto de desejo da elite brasileira. A diversidade étnica existente dentro do território brasileiro deveria ser eliminada, seja através do extermínio sumário, seja através da miscigenação. As palavras pertencem sim ao campo das representações, mas não se pode esquecer de que elas ao mesmo tempo que são parte de uma realidade, são alimentadoras e fomentadoras dessa mesma realidade.

⁶³⁹ TODOROV, 1989. p. 14-15.

Referências bibliográficas

- ALENCAR, José de. Benção Paterna. In: ALENCAR, José de. *Sonhos d'ouro*. São Paulo: Edigraf, s/d. p.7-14.
- _____. Advertência. In: ALENCAR, José de. *Ubirajara (lenda tupi)*. São Paulo: Edigraf, s/d. p.97-98
- ALENCASTRO, Luiz Filipe de. O fardo dos bacharéis. Novos Estudos Cebrap, Rio de Janeiro: 1987, n° 19. p.68-72.
- ALMEIDA, Manuel Antônio de. Civilização dos indígenas- duas palavras ao autor do 'Memorial Orgânico'. In: ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Obra dispersa*. Rio de Janeiro: Graphia, 1991. p. 7- 17.
- AMOROSO, Marta R. e SÁEZ, Oscar C. Filhos do norte: o indianismo em Gonçalves Dias e Capistrano de Abreu. In: GRUPIONI, Luís D. B. e SILVA, Aracy L. da (orgs.). *A temática indígena na escola, novos subsídios para professores de 1ª e 2ª graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 237-256.
- AVEZAC-MACAYA, Armand d'. *Considérations géographiques sur l'histoire du Brésil; examen critique d'une nouvelle histoire générale du Brésil récemment publiée en portugais à Madrid par M. François Adolphe de Varnhagen...Repport fait à la Société de géographie de Paris...Paris: L. Martinet, 1857.*
- AVEZAC-MACAYA, Armand d'. *Les voyages de Améric Vespuce au compte de l'Espagne et les mesures itinéraires employées par les marins espagnols et portugais des XV et XVI siècles...Revue critique de deux opuscules intitulés: I – Vespuce et son premier voyage. II – Examen de quelques points de L'histoire géographique du Brésil. Communication de la Société de Géographie de Paris dans sa séance du 16 juillet, 1858.* Paris: Impr. de l. Martinet. 1858.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, vol. 5. p. 296-332.
- BARBOSA, Januário da Cunha. Se a introdução dos escravos africanos no Brasil embaraça a civilização dos nossos indígenas, dispensando-se-lhes o trabalho, que todo foi confiado a escravos negros. Neste caso qual é o prejuízo que sofre a lavoura brasileira? Revista do IHGB, Rio de Janeiro, tomo I, p.159-166, 1839.
- _____. Qual seria hoje o melhor sistema de colonizar os Índios entranhados em nossos sertões: se conviria seguir o sistema dos Jesuítas, fundado principalmente da propagação do Cristianismo, ou se outro do qual se esperem melhores resultados do que os atuais? Revista do IHGB, Rio de Janeiro, tomo II, p.5-18, 1840.
- BARRETO, Domingos Alves Branco Moniz. Plano sobre a civilização dos índios do Brasil e principalmente para a capitania da Bahia. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, tomo XIX, p. 33-98, 1856.

- BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In: BOBBIO, Norberto e alli. *Dicionário de política*. Trad. João Ferreira e alli. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. p. 242-246.
- BOSI, Alfredo. Um mito sacrificial: o indianismo de Alencar. In: BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1993, p.176-193.
- _____. O romantismo. In: BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 35^{ma} ed. São Paulo: Cultrix, 1994. p. 91-160.
- CAMPOS, P. M. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLENISSON, J. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difel, 1983. p. 250-293.
- CANABRAVA, Alice P. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. Revista de História, São Paulo, vol. XLIII, p. 417-424, out./dez. 1971.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. 6^a ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, vol.1.
- _____. *Formação da literatura brasileira*. 6^a ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, vol. 2.
- CASTRO, Sílvio (intrd., atual., notas). *A carta de Pero Vaz de Caminha*. 2^{ma} ed. São Paulo: L&PM, 1985. p. 75-98.
- Catálogo da exposição comemorativa do centenário de morte de Francisco Adolfo de Varnhagen*. Rio de Janeiro: organizado pela Seção de Promoções Culturais da Biblioteca Nacional (pref. de José Honório Rodrigues): 1978.
- CÉSAR, Guilhermino (sel./apres.). *Historiadores e críticos do romantismo. I a contribuição europeia: crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos; São Paulo: Edusp, 1978.
- COUTINHO, Afrânio. *A tradição afortunada: o espírito de nacionalidade na crítica brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio/ Edusp, 1968.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. (direção). *A literatura no Brasil: estilos de época – era romântica*. 3^{ma} ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói: UFF, 1986, vol. III.
- _____. Pensar os índios: apontamentos sobre José Bonifácio. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 163-173.
- _____. Prólogo. In: CUNHA, Manuela C. da (org.). *Legislação indigenista no século XIX*. São Paulo: Comissão pró-índio de São Paulo/Edusp, 1992. p. 1-34.

- CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manuela C. da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/ Fapesp/ SMC, 1992. p. 131–154.
- DENIS, Ferdinand. Resumo da história literária do Brasil. In: CÉSAR, Guilhermino (sel./apres.). *Historiadores e críticos do romantismo. I- a contribuição europeia: crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos; São Paulo: Edusp, 1978. p.34-82.
- DIAS, Gonçalves. História Pátria, reflexões sobre os Anais Históricos do Maranhão. Guanabara, revista mensal, artístico, científico e literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, tomo I, p. 25-63, 1851.
- _____. Prefácio. Dicionário da língua tupi. In: DIAS, Gonçalves. *Poesia completa e prosa escolhida*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959. p. 845-848.
- _____. *Poesia completa e prosa escolhida*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959.
- DOLHNIKOFF, Miriam. O projeto nacional de José Bonifácio. Novos Estudos Cebrap, Rio de Janeiro, n° 46, p.121-141, 1996.
- _____. (org.) *José Bonifácio de Andrada e Silva: projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.
- ELIAS, Nobert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996 (1939), vol I.
- Enciclopédia Universal Ilustrada Europeu Americana. Barcelona: Filhos de J. Esparsa Editores, s/d, vol. IX.
- Enciclopédia Universal Ilustrada Europeu Americana. Barcelona: Filhos de J. Esparsa Editores, s/d, vol. XVI.
- Enciclopédia Universal Ilustrada Europeu Americana. Barcelona: Filhos de J. Esparsa Editores, 1925, vol. XXVII.
- Enciclopédia Universal Ilustrada Europeu Americana. Barcelona: Filhos de J. Esparsa Editores, s/d. vol. XXXII. p. 361-362.
- Enciclopédia Universal Ilustrada Europeu Americana. Madri: Filhos de J. Esparsa Editores, s/d. vol. LI. p. 989.
- FERREIRA, Maria Celeste. *O indianismo na literatura romântica brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.
- FERRONHA, António Luis. O encontro inesperado. Parte I: as primeiras imagens do Brasil. In: FERRONHA, António Luis. (coord.) *O confronto do olhar: o encontro dos povos na época das navegações portuguesas – séculos XV e XVI*. Lisboa: Editorial Caminho, 1991. p. 215-258.

- FLEIUSS, Max. Varnhagen. In: FLEIUSS, Max: *Páginas de história*. 2^ª ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930. p.407-436.
- FLEURY, Renato Sêneca. *Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro, "Paulista de Sorocaba"*. *Ensaio bibliográfico...*São Paulo: Melhoramentos, 1952.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. O índio brasileiro e as idéias do século dezoito. In: FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *O índio brasileiro e a revolução francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural*. 2^ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio/MEC, 1976 (1937).
- GARRET, Almeida. A restauração das letras, em Portugal e no Brasil, em meados do século XVIII. In: CÉSAR, Guilhermino (sel./apres.). *Historiadores e críticos do romantismo. I- a contribuição européia: crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos; São Paulo: Edusp, 1978. p. 87-92.
- GERBI, Antonello. *O novo mundo: história de uma polêmica 1790 – 1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GRAÇA, Antônio Paulo. *Uma poética do genocídio*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.
- GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Estudos Históricos, São Paulo: Revista dos Tribunais/Vértice. 1988, p. 5-27.
- _____. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os temas de sua historiografia (1839-1857). In: WEHLING, Arno (coord.). *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1989. p. 21-41.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1994. 388 p. (Tese, Doutorado em Ciências Humanas).
- GUINSBURG, J. Romantismo, historicismo e história. In: GUINSBURG, J. (org.) *O romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 13-23.
- HERCULANO, Alexandre. Futuro literário de Portugal e do Brasil. In: RAMOS, Frederico José da Siva. *Grandes poetas românticos do Brasil*. São Paulo: s/e, 1954. p. 36-37.
- _____. Futuro literário de Portugal e do Brasil. In: DIAS, Gonçalves. *Poesia completa e prosa escolhida*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959. p. 96-98.
- _____. Futuro literário de Portugal e do Brasil. In: CÉSAR, Guilhermino (sel./apres.). *Historiadores e críticos do romantismo. I- a contribuição européia:*

crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos; São Paulo: Edusp, 1978. p. 133-136.

LACOMBE, Américo J. As idéias políticas de Varnhagen. Revista do IHGH, Rio de Janeiro, tomo 275, p. 135-154, abr./jun. 1967.

_____. A construção da historiografia brasileira: o IHGB e a obra de Varnhagen. Revista do IHGH, Rio de Janeiro, tomo 370, p. 245-265, jan./março 1991.

LAJOLO, Marisa. Regionalismo e história da literatura: quem é o vilão da história? In: FREITAS, Marcos César de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto/Universidade São Francisco, 1998. p.297-327.

LARAIA, Roque Barros. El Imperio brasileño y los indios. In: LARAIA, Roque Barros. *Los indios de Brasil*. Madrid: MAPFRE, 1993. p. 89-102.

LEAL, Antônio Henriques. Prefação. In: LEAL, Antônio Henriques. Apontamentos para a história dos jesuítas no Brasil. Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, Rio de Janeiro, tomo XXXIV, p. 47-53, 1871.

LESSA, Pedro. Discurso.(Sessão solene especial, em 17 de fevereiro de 1916). Revista do IHGB, Rio de Janeiro, tomo 80, p.614-666, 1917.

LESSA, Clado Ribeiro de. Formação de Varnhagen. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, tomo 186, p. 55-88, jan./março 1945.

_____. Vida e obra de Varnhagen. 1ª parte: vida. Revista do IHGH, Rio de Janeiro, tomo 223, p. 88-297, jul./set. 1954.

_____. Vida e obra de Varnhagen. 2ª parte: Obra. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, tomo 224, p. 109-313, jul./set. 1954.

_____. Vida e obra de Varnhagen. 3ª parte: O diplomata. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, tomo 225, p. 120-293, out./dez. 1954.

_____. Vida e obra de Varnhagen: o polemista. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, tomo 226, p. 4-168, jan./março. 1955.

_____. Vida e obra de Varnhagen: o polemista (continuação). Revista do IHGB, Rio de Janeiro, tomo 227, p. 85-233, abr./jun. 1955.

_____. (org.). *Francisco Adolfo de Varnhagen: correspondência ativa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/ MEC. 1961.

LIMA, M. de Oliveira. Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, tomo XIII, p. 63-105, 1908 (imp.1911).

- LISBOA, João Francisco. Nota C: Sobre a escravidão e a História Geral do Brasil pelo Sr. Varnhagen. In: LISBOA, João Francisco. *Jornal de Timon - apontamentos, notícias e observações para servirem à história do Maranhão*. Brasília: Alhambra. s.d., tomo II, vol.2º, p. 209-233.
- LISBOA, Karen M. Viagem pelo Brasil de Spix e Martius: quadros da natureza e esboços de uma civilização. Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH/Contexto, 1995, vol. 15, nº 29. p.73-91.
- LOUREIRO, Rui. O encontro inesperado. Parte II: a visão do índio brasileiro nos tratados portugueses de finais do século XVI. In: FERRONHA, António Luis. (coord.) *O confronto do olhar: o encontro dos povos na época das navegações portuguesas – séculos XV e XVI*. Lisboa: Editorial Caminho, 1991. p. 259-288.
- MAGALHÃES, Basílio. *Francisco Adolpho de Varnhagen – visconde de Porto Seguro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.
- MAGALHÃES, Domingos J. Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. Niterói, Revista Brasiliense, Paris, tomo I, nº 1, p. 214-243, 1836.[Edição fac-simili da Academia Paulista de Letras, 1978].
- _____. *A confederação dos Tamoios*. [s.l.], [s.n.], 1856.
- _____. Os indígenas do Brasil perante a história. In: MAGALHÃES, Domingos J. Gonçalves de. *Opúsculos históricos e literários*. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier. 1865, p.157-137.
- MARTIUS, Carl F. P. von. *O estado do direito entre os autóctones do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. Coleção Reconquista do Brasil, vol. 58.
- _____. Como se deve escrever a História do Brasil. In: MARTIUS, Carl F. P. von. *O estado do direito entre os autóctones do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. Coleção Reconquista do Brasil, vol. 58. p. 85-107.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema – a formação do Estado Imperial*. 3º ed. Rio de Janeiro: ACCESS. 1994.
- MIRANDA, José Américo (ed., apr., notas). Apresentação. In: SILVA, Joaquim Norberto de Sousa Silva. *Bosquejo da história da poesia brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997 (1841). p. 9-15.
- MONTEIRO, John. O índio é tabu na história. Jornal do Brasil, Caderno Idéias/Livros, Rio de Janeiro, p.5, 28 de jan. 1995.
- _____. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/ MARI/ UNESCO, 1995. p. 221–228.

- MONTEIRO, John. As “raças” indígenas no pensamento brasileiro do Império. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. (orgs.) *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996. p. 15-22.
- MORAES SILVA, Antônio de. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Tipografia Lacérdina, 1813, tomo II.
- MOREIRA, Thiers Martins. Varnhagen e a história da literatura portuguesa e brasileira. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, tomo 275, p. 155-169, abril/jun. 1967.
- NETO, Edgard Ferreira. História e etnia. In: VAINFAS, Ronaldo, CARDOSO, Ciro F. Cardoso (orgs.). *Domínios da história*. 4^{ma} ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 313-328.
- NUNES, Benedito. Historiografia literária do Brasil. In: NUNES, Benedito. *Crivo de papel*. 2^{ma} ed. São Paulo: Ática, 1988. p.205-247.
- ODÁLIA, Nilo (org.). *Varnhagen*. São Paulo: Ática, 1979 (Col. Gdes. Cientistas Sociais).
- _____. Varnhagen e a historiografia brasileira. In: ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo, ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. p. 11-113.
- PONTES, Heloísa. Elias, renovador da ciência social. In: WAIZBORT, Leopoldo (org.). *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: Edusp, 1999.
- RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. São Paulo: Jorge Zahar Editor/ Edusp/ Fapesp, 1996.
- REIS, José Carlos. Varnhagen(1853-7): o elogio da colonização portuguesa. Varia Historia, nº17 Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 1997, p. 106-131.
- _____. O ‘descobrimento do Brasil’; anos 1850: Varnhagen – o elogio da colonização portuguesa. In: REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil – de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- ROHAN, Henrique de Beaurepaire. Considerações acerca da conquista, catequese e civilização dos selvagens no Brasil. Guanabara Revista Mensal Artística, Científica e Literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, tomo II., p. 191-208, 1853.
- ROCHA, Justiniano José da. Ação, reação, transação. In: MAGALHÃES JR., Raimundo. *Três panfletários do Segundo Reinado*. (col. Brasiliana). São Paulo: Nacional, 1956, vol. 286. p.163-218.
- RODRIGUES, José Honório. Varnhagen, mestre da História Geral do Brasil. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, tomo 275, p. 170-196, abr./jun. 1967.

- _____. A historiografia conservadora. In: RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988. Vol. II, tomo 1.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (1775). p. 235-320.
- SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. O contexto brasileiro. In: SCHWARCZ, Lilia M e QUEIROZ, Renato da Silva (orgs.). *Raça e diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 147 – 185.
- SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995, vol. 93. p. 175-203.
- SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859, tomo II.
- _____. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1870, tomo IX (segundo do suplemento).
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa Silva. *Bosquejo da história da poesia brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997 (1841).
- _____. *História da Literatura Brasileira*, 1859. (cópia digitada que está sendo preparada pelo professor José A. Miranda para publicação. Ver nota 102 do capítulo I).
- SILVA, José Bonifácio de Andrada e Silva. Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *Legislação indigenista no século XIX*. São Paulo: Comissão pró-índio de São Paulo/Edusp, 1992. p. 347-360.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- STAROBINSKI, Jean. *Jean Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo*. São Paulo: Companhia da Letras, 1991 (1971).
- TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros – a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, vol I.
- VAINFAS, Ronaldo. Os historiadores esqueceram os índios. Jornal do Brasil, Caderno Idéias/Livros. Rio de Janeiro, p.6, 17 de jun.1995.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Crônica do descobrimento do Brasil. O Panorama. Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, Lisboa: Tipografia da Sociedade, tomo IV, p. 21-22 / 33-35 / 43-45 / 53-56 / 68-69 / 85-87 / 101-104, jan. a dez. 1840.

_____. *O descobrimento do Brasil, crônica do fim do décimo-quinto século*. 2^ª ed. Rio de Janeiro: Tipografia Imp. e Const. de J. Villeneuve e Cia, 1840.

_____. Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas no Brasil. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, tomo III, p. 53-63, 1841.

_____. A picada do mato virgem: fragmento de uma viagem pelo sertão. O Panorama. Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, Lisboa: Tipografia da Sociedade, tomo VI, p. 221-223, jul. 1842.

_____. Etnografia indígena, línguas, emigrações e arqueologia. Padrões de mármore dos primeiros descobridores. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, tomo XII, p. 366-376, 1849.

_____. *Memorial Orgânico (parte I)*. Que a consideração das Assembléias geral e provinciais do Império, apresenta Um brasileiro. Dado a luz por Um amante do Brasil. [s.l.], [s.n.], 1849.

_____. *Memorial Orgânico (parte II)*. Em que insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil. Madrid: Impr. da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850.

_____. Memorial Orgânico. Guanabara, revista mensal, artístico, científico e literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 384-402, out/nov 1851.

_____. O chefe índio Quoniambebe. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, tomo XIII, p. 517, 1850.

_____. Breves comentários à precedente obra de Gabriel Soares. Introdução. Comentários. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, tomo XIV, p. 367-423, 1851.

_____. *História Geral do Brasil*. Madrid: Impr. da Viúva de Domínguez, 1854, tomo I.

_____. Dedicatória. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Madrid: Impr. da Viúva de Domínguez, 1854, tomo I.

_____. *Sumé: lenda mito –religiosa americana, recolhida em outras eras por um índio Moranduçara*. Madrid: Imp. da V. de Dominguez, 1855.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Prefácio. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Madrid: Impr. de J. del Rio, 1857, tomo II. p. V- VI.

- _____. Discurso Preliminar. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Madrid: Impr. de J. del Rio, 1857, tomo II. p. XV- XXVIII.
- _____. Carta dirigida ao Instituto no primeiro de maio de 1844. In: ANCHIETA, José de. Dos casamentos dos índios do Brasil. 2^ª ed. Revista do IHGB, Rio de Janeiro: Tipografia de João Ignácio da Silva, tomo VIII, p. 254-255, 1867. (1846).
- _____. Naturalidade de Dom Antônio Filipe Camarão. Revista do IHGB, Rio de Janeiro: B. L. Garnier, tomo XXX, parte I, p. 501-508, 1867.
- _____. Naturalidade de Dom Antônio Filipe Camarão. Revista do IHGB, Rio de Janeiro: B. L. Garnier, tomo XXX, parte II, p. 419-424, 1867.
- _____. *Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3^o; apostila e nota G aos n^o 11 e 12 do 'Jornal do Timon', contendo 26 cartas inéditas do Jornalista e um extrato do folheto 'Diatribes contra o Timonice' etc.* Lima: Imprensa Liberal, 1867.
- _____. *Ofício-protesto dirigido ao Instituto Histórico do Brasil*. Viena: Imprensa do filho de Carlos Gerold, 1874.
- _____. *L'origine touranienne des Américains Tupis-Caribes et des anciens égyptiens, montrée principalement par la philologie comparée; et notice d'une ancienne migration en Amérique, invasion du Brésil par les tupis*. Viena: Lib. I. et R. de Faesy & Frick, 1876. 158 p.
- _____. Introduccion. IN: MONTOYA, A. Ruiz de. *Gramatica y diccionarios - arte, vocabulario y tesoro – de la lengua tupi ó guarani*. Viena: Faesy y Frick, 1876. p. III- XII.
- _____. Advertência final. IN: MONTOYA, A. Ruiz de. *Gramatica y diccionarios - arte, vocabulario y tesoro – de la lengua tupi ó guarani*. Viena: Faesy y Frick, 1876.
- _____. Introdução. IN: YAPUGUAY, Nicolao. *História da paixão de Cristo e tábuas dos parentescos em língua tupi*. Viena: Imp. I. E. e R. do Estado, 1876. p. III – XV.
- _____. *O Brasil e seus habitantes antes da colonização cristã: da História Geral do Brasil*. Pelo Visconde de Porto Seguro, natural de Sorocaba. [s.n.t.]. 5 p.(acervo da Biblioteca Nacional, Seção de Livros Raros, ref. 104, 1, 30, 5 p.).
- _____. *História geral do Brasil, antes da sua separação e independência de Portugal*. 2^ª ed. Rio de Janeiro: Casa de E. & H. Laemmert, s.d., tomo I. (1877).
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Dedicatória. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil, antes da sua separação e independência de Portugal*. 2^ª ed. Rio de Janeiro: Casa de E. & H. Laemmert, s.d. tomo I. (1877).

- _____. Prólogo. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil, antes da sua separação e independência de Portugal*. 2^ª ed. Rio de Janeiro: Casa de E. & H. Laemmert, s.d., tomo I. (1877). p. V – XVII.
- _____. Prefácio In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil, antes da sua separação e independência de Portugal*. 2^ª ed. Rio de Janeiro: Casa de E. & H. Laemmert, s.d., tomo I. (1877). p. XIX – XXVIII.
- _____. Introdução – Ensaio histórico sobre as letras no Brasil. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Florilégio da poesia brasileira*. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira de Letras, 1946 [1850], tomo I. p. 9-58.
- _____. *História Geral do Brasil*. 10^a ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978. 3 vols.
- _____. Ao Instituto Histórico do Brasil. In: SOUZA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil*. São Paulo: MEC, 1974 (1851). p. 1-3.
- WEHLING, Arno. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, tomo 338, p. 7- 16, jan./março 1983.
- _____. Varnhagen e a construção do Estado Imperial: a questão da monarquia aristocrática. ANAIS da XIII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH). Florianópolis, 1993. p. 219-223.
- _____. A temática do historicismo. In: WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho; Niterói: UFF, 1994. p. 13-40.
- _____. A concepção histórica de Von Martius. Revista do IHGH, Rio de Janeiro, tomo 385, p. 721-731, out./ dez. 1994.
- _____. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.